

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ALEX WILLIAN LEITE

**A CATEGORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO NO PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI**

MARÍLIA
2017

ALEX WILLIAN LEITE

**A categoria da superexploração da força de trabalho na obra de Ruy
Mauro Marini**

Dissertação apresentada à banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Marília.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Angélica Lovatto.

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília
Novembro de 2017

Ficha elaborada por
André Sávio Craveiro Bueno
Bibliotecário
CRB 8/8211

Leite, Alex Willian.
L533c A categoria da superexploração da força de trabalho no
pensamento de Ruy Mauro Marini / Alex Willian Leite –
Marília, 2017.
205 f. ; 30 cm.

Orientadora: Angélica Lovatto.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2017.

1. Marini, Ruy Mauro – 1932-1997. 2. Mão-de-obra. 3.
Economia marxista. 4. Mudança social. 5. Desenvolvimento
social. 6. Dependência. I. Título.

CDD 331

**O conceito superexploração da força de trabalho na obra de Ruy
Mauro Marini**

Banca Examinadora

Defesa de Mestrado

Prof^ª Dr. Angélica Lovatto (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Prof^º Dr. Jefferson Barbosa
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Prof^ª Dra. Marisa Silva Amaral
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU)

Marília, 28 de novembro de 2017

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço às instituições que possibilitaram a realização desta pesquisa. A Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – *campus* Marília, onde através da linha 3 (Determinações do mundo do trabalho) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pude desenvolver aprendizados e amigos. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela disponibilização do auxílio financeiro. Agradeço também a professora Angélica Lovatto por abraçar a iniciativa da empreitada e pela paciência.

Em segundo lugar, quero agradecer as pessoas que fizeram parte desse processo da pesquisa, que sem elas, dificilmente conseguiria levar adiante sua conclusão, pois a formação do indivíduo nunca é individual, o coletivo está presente. Mesmo não recordando de todos, agradeço profundamente por, de uma forma ou de outra, estarem presentes no caminho que trilhei.

Agradeço à minha família, que é parte do que fui e do que sou. Principalmente meus pais pelo suporte emocional, mesmo distante. Aos meus queridos irmãos de longa data e aos novos de recente caminhada, que muitas vezes foram pacientes com os meus lamentos. Ainda no âmbito familiar, o profundo agradecimento e carinho a minha companheira Carol Falco (Pala) pelos anos de caminhada, ouvindo minhas lamentações, inseguranças e sempre oferecendo seu ombro amigo, sem sua ajuda o caminhar seria mais tortuoso.

Aos camaradas de moradas, da comuna “Faca do feijão” passando pela “Comuna de Marília” e encerrando na rep. “Casa da esquina”, em especial aos amigos: Luiz Alexandre, Leandro Modolo, Luis Augusto, Nicolle, Rafael Iglesias, Luis Falachi, Rodrigo, Diego, Jeff, Rodolfo, Francisco, Gabriel, Franciele. Outros amigos especiais: Thalita, Clarice, Anderson Deo, João Roceiro.

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que cruzaram meu caminho e fizeram parte do desenvolvimento intelectual. Entre elas, agradeço à professora Maria da Anunciação Madureira que me conduziu nas primeiras caminhadas de pesquisa, ao professor Antônio Ozaí pelas conversas estimulantes no decorrer dos jogos do Verdão e ao professor Marco Del Roio pelo apoio da solicitação da dilação do prazo. Por último, agradeço ao grupo de pesquisa Teoria Marxista da Dependência (online) pelas dicas e socialização de ideias e textos, sendo eles primordiais para a condução da pesquisa.

Meu muito obrigado à todos e a todas.

Resumo

O objeto de análise de nossa pesquisa é a Teoria Marxista da Dependência (TMD) no pensamento de Ruy Mauro Marini, em especial a categoria da superexploração da força de trabalho. Partimos do resgate bibliográfico da obra do autor dos anos de 1966 a 1979 – período no qual se concentram suas principais formulações sobre a problemática da dependência – que tratam da reprodução atrofiada da força de trabalho, com sua extração de mais valia pautada na modalidade da superexploração. Adotando a teoria do valor de Marx, Marini procurou responder porque o subdesenvolvimento é o outro polo do desenvolvimento dentro do modo de produção capitalista e como a teoria do valor estabelece sua particularidade na América Latina. Partindo dessa análise, caminhamos com as seguintes indagações: I – O desenvolvimentismo (e o neodesenvolvimentismo) teriam condições de atingir um desenvolvimento econômico capaz de promover o rompimento com a dependência estrutural?; II – O neodesenvolvimentismo dos anos 2000 possibilitou a superação do subdesenvolvimento e a subordinação ao imperialismo monopolista? Frente a essas indagações defendemos a seguinte hipótese: a categoria de *superexploração* é explicativa da modalidade estrutural que caracteriza as economias dependentes e configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador em detrimento ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Ou seja, essa modalidade carrega o imbricamento entre crescimento da taxa de mais valia com esgotamento prematuro da força de trabalho, comprometendo sua reprodução.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini; pensamento social brasileiro; teoria marxista da dependência; superexploração; teoria do valor.

Abstract

The object of analysis of our research is the Marxist Dependence Theory through Ruy Mauro Marini's thoughts, specially workforce superexploration category. Starting from the bibliographic recapture of the author's work from 1966 to 1979 – when his principal formulations about the dependency problematics concentrates – wich deals with atrophied reproduction of the workforce, with the added value extraction ruled on the superexploration. Adopting Marx's value theory, Marini seeks to respond why underdevelopment is the other pole of development in capitalist mode of production and how the value theory establishes its particularity in Latin America. Starting with this analysis, we walk through the following questions: I – Would developmentalism (and neodevelopmentalism) have conditions of achieving an economic development capable of promoting the disruption with structural dependency?; II – Did the neodevelopmentalism from 2000's years make possible the overcome of underdevelopment and the subordination to the monopolist imperialism? Facing these questions we develop our hypothesis: the superexploration category explains the structural modality that characterizes the dependent economies and configures a mode os production that is exclusively founded in greater worker exploration to the detriment of the development of their productive capacity. In other words, this modality carries the bracing between the added value rate with premature exhaustion of the workforce, compromising their reproduction.

Keywords: Ruy Mauro Marini, brazilian social thought; marxist theory of dependency; superexploration; value theory

*“Olha só aquele clube que dá hora
Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora
Nem se lembra do dinheiro que tem que levar
Do seu pai bem louco gritando dentro do bar
Nem se lembra de ontem, de hoje e o futuro
Ele apenas sonha através do muro”
(Racionais Mc's, “Fim de semana no parque”)*

*“Contemplo o rio, que corre parado
E a dançarina de pedra que evolui
Completamente sem metas, sentado
Não tenho sido e eu sou não serei nem fui”
(Belchior, “Ypê”)*

Lista de abreviaturas e siglas:

ALN – Ação Libertadora Nacional

APRAS – Alianza Popular Revolucionaria para América

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOC – Bloco Operário Camponês

BO – Bloco Operário

CACEX – Carteira de Comércio Exterior

CAT – comunicação de acidente de trabalho

CCE – Comitê Central Executivo

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe

CEIC – Comitê Executivo da Internacional Comunista

CESO – Centro de Estudos Socioeconômico

COB – Confederação Operária Brasileira

IC – Internacional Comunista

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SPD – Partido Social Democrata Alemão

SUMOC – Superintendência da Moeda e Crédito

TMD – Teoria Marxista da Dependência

TIA - Teoria da Interdependência Associada

UNAM – Universidade Autônoma do México

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – O desenvolvimentismo brasileiro: a centralidade do caminho próprio e suas encruzilhadas	18
1.1 – O Partido Comunista Brasileiro e o modelo Democrático-burguês.....	22
1.1.2 – A Internacional Comunista e a influência no modelo Democrático-burguês.....	27
1.1.3 – O modelo Democrático-burguês e a aliança com a burguesia nacional.....	35
1.1.4 – As bases teóricas do modelo Democrático-burguês e seu esgotamento.....	39
1.2 – O modelo Nacional-desenvolvimentista do Instituto Superior de Estudos Brasileiro.....	50
1.2.1 – O ISEB de Hélio Jaguaribe.....	54
1.2.2 – O ISEB dos Cadernos do Povo Brasileiro.....	56
1.3 – O modelo cepalino e o Desenvolvimentismo-nacional.....	59
1.3.1 – O contexto histórico do modelo.....	63
1.3.2 – O esgotamento do Desenvolvimentismo-nacional de Celso Furtado.....	66
1.4 – O modelo foquista de revolução.....	70
Capítulo II – A Escola da Dependência: uma nova abordagem sobre a revolução brasileira	75
2.1 – Dependência, fase complementar do imperialismo.....	79
2.2 – A Escola da Dependência e a formação capitalista no Brasil: o sentido da colonização.....	91
2.2.1 – A dependência anunciada: a herança lusitana e a constituição do mercado interno.....	96

2.2.2 – A controvérsia do “sentido” na colonização.....	99
2.3 – Os clássicos da Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado....	106
2.3.1 – A Escola da Dependência e o Desenvolvimento Desigual e Combinado.....	114
2.4 – A Escola da Dependência e suas vertentes: interdependência associada e teoria marxista da dependência.....	121
2.4.1 – A vertente da Interdependência.....	122
2.4.2 – A Teoria Marxista da Dependência.....	126
2.4.3 – Ruy Mauro Marini e a Dialética da Dependência.....	132
Capítulo III – A categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini.....	142
3.1 – O surgimento da categoria <i>superexploração</i>	144
3.1.1 – O valor da força de trabalho em Marx.....	146
3.1.2 – O preço da força de trabalho em Marx.....	150
3.1.3 – Os preços de custo, preços de produção e preços de mercado.....	155
3.1.4 – A divergência entre preço e valor e a superexploração.....	165
3.2 – Os mecanismos de transferência intrassetorial/intersectorial e a ação da superexploração.....	172
3.3 – A luta de classes como equiparação do preço ao valor.....	175
3.4 – A ação da superexploração na aparência – o emprego e o salário.....	180
Considerações finais.....	188
Referências bibliográficas.....	195
Bibliografia complementar.....	204
Documentos consultados.....	205

A CATEGORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI

Introdução

O objeto de análise de nossa pesquisa é a Teoria Marxista da Dependência (TMD), por meio da produção teórica de Ruy Mauro Marini, em especial a categoria da superexploração da força de trabalho. Nossa pesquisa caminhou, acompanhando a tese de Marini, com a defesa de que a peculiaridade da economia brasileira está pautada na extração de mais-valia na forma de *superexploração da força de trabalho*. Como fenômeno, o objeto se expressa na forma de aumento da jornada de trabalho, maior intensidade no ritmo produtivo e, principalmente, na conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital. Combinados ou não, esses processos significam maior desgaste da mão de obra comprometendo sua reprodução à médio e longo prazo. E essa é a configuração do modelo de desenvolvimento que foi adotada no Brasil e que, portanto, tendeu a jamais ultrapassar a dependência e o subdesenvolvimento.

O que motivou nossa pesquisa foi o tema do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950-60, retomado como parâmetro nos anos 2000, a partir dos governos que se autodenominaram neodesenvolvimentistas. A pergunta que ali fazíamos era: o neodesenvolvimentismo, como projeto econômico e político desenvolvido nos governos a partir dos anos 2000, teria a possibilidade de promover um desenvolvimento econômico com equidade social de fato, baseado nesta estrutura dependente? Ou seja, o neodesenvolvimentismo seria capaz de superar os problemas estruturais do subdesenvolvimento e da dependência brasileira?

Diante disso, desenvolvemos uma hipótese de trabalho para esta pesquisa que pautou-se por retomar o conceito de *superexploração da força de trabalho* na obra de Ruy Mauro Marini, entendendo que este autor é um referencial teórico fundamental na discussão da Escola da Dependência, originando o que ficou conhecido como uma vertente teórica denominada Teoria Marxista da Dependência. A hipótese é a seguinte: a categoria da *superexploração* é explicativa da modalidade estrutural que caracteriza as economias dependentes e configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador em detrimento ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Ou seja, essa modalidade carrega o

imbricamento entre crescimento da taxa de mais-valia com esgotamento prematuro da força de trabalho, comprometendo sua reprodução. A categoria foi elaborada por Ruy Mauro Marini e pela Teoria Marxista da Dependência como ferramenta analítica para a compreensão do capitalismo brasileiro da década de 1970.

A análise desenvolvida em nossa pesquisa contou com o apoio bibliográfico da nova geração da TMD, tais como Ouriques, Carcanholo, Amaral, Luce, Martins, Traspadini, Seabra, Araújo, Almeida Filho, Bueno entre outros. O mote nas pesquisas desenvolvidas por eles possuía uma singularidade comum: a crítica ao projeto neodesenvolvimentista colocado em marcha na segunda metade dos anos 2000. O núcleo do projeto neodesenvolvimentista está pautado na forma de equacionar a expansão das forças produtivas e os problemas das populações, e ao mesmo tempo criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista em uma economia dependente. O projeto se esvai em meio à crise econômica recessiva que desencadeou uma crise política, e como consequência, o afastamento do Partido dos Trabalhadores do Poder Executivo.

Acompanhando o caminho proposto pela nova geração dos dependentistas, buscamos o debate promovido nos anos 1970 entre a Escola da Dependência, a CEPAL, o ISEB e o PCB, cada um com o seu modelo de desenvolvimento. Dentro da Escola da Dependência, a TMD parte da negativa das seguintes premissas: o subdesenvolvimento como etapa anterior ao desenvolvimento; a caracterização da estrutura agrária com resquícios feudais; uma burguesia voltada para os interesses nacionais com projeto autônomo; união entre uma burguesia progressista com a classe trabalhadora em torno de um projeto comum. E coloca as afirmativas: o projeto da burguesia é a busca pelo lucro ou a valorização do capital; a estrutura agrária se desenvolve como estrutura produtiva capitalista; o imperialismo monopolista é o responsável pela subordinação econômica e política da burguesia dependente; e a produção de excedente é pautado pela superexploração da força de trabalho. Formando um sistema que denominamos *capitalismo sui generis*, seguindo Marini.

Estruturamos nossa pesquisa da seguinte forma: no primeiro capítulo trouxemos para o centro do debate os três principais modelos de desenvolvimento nacional; no segundo capítulo colocamos o debate sobre a formação da Escola da Dependência, suas influências e a formação das duas vertentes; e no terceiro apresentamos o objeto de nossa análise, a superexploração da força de trabalho.

O primeiro capítulo do trabalho dividimos em quatro projetos distintos: o modelo

Democrático-burguês, o Nacional-desenvolvimentismo, o Desenvolvimentismo-nacional e a Teoria do Foco. No primeiro deles, procuramos descrever o surgimento do modelo definido pelo Partido Comunista Brasileiro, delineando sua forma como projeto político que sofreu forte influência da III Internacional Comunista e a tese do socialismo em um só país. Também apontamos os equívocos da caracterização da tese sobre o feudalismo no campo e de uma possível burguesia progressista nacionalista, que colocavam como proposta a revolução por etapas. O desenvolvimentismo-nacional, tanto do ISEB como o da CEPAL, buscavam o desenvolvimento econômico pautado no Estado como agente condutor. Dessa forma, deixavam em segundo plano as classes sociais em favor ao Estado-nação, não pautando a formação e a apropriação do excedente interno. Para o desenvolvimentismo-nacional, o capital estrangeiro seria uma opção positiva que ajudaria alavancar a industrialização, nunca o entrave principal. Na Teoria do Foco ou foquismo, apontamos a estratégia voluntarista de revolução e sua proposta de exportar o modelo da Revolução Cubana para outros países da América Latina. Para o foquismo, o exército guerrilheiro é a base central organizativa para a promoção da revolução, proposta que colocava o partido em segundo plano como o agente prioritário da classe trabalhadora. Além da interpretação equivocada sobre o processo cubano, o foquismo negava o marxismo-leninismo como literatura revolucionária em detrimento ao altruísmo personalista.

No segundo capítulo trabalhamos a Escola da Dependência como nova proposta de desenvolvimento em consequência do esgotamento dos modelos citados. Propusemos o debate sobre a formação da Escola, como sua constituição e influências, apontamos a política do desenvolvimento desigual e combinado como base metodológica da Escola, assim como as influências de base historiográfica baguniana e caiopradiana. Os pilares desenvolvidos pelos seus autores tiveram as seguintes premissas: a burguesia não possui projeto nacional autônomo; o subdesenvolvimento é o desenvolvimento das economias dependentes; e a negação de um desenvolvimento linear e etapista.

Apontamos o debate proposto pelas duas vertentes da Escola da Dependência, que denominamos de Teoria da Interdependência Associada e Teoria Marxista da Dependência. Na primeira vertente pontuamos sua caracterização sobre a revolução burguesa no Brasil e a proposta de harmonização das contradições nas economias dependentes, pontuamos também os equívocos da proposta de associação entre o capital externo, capital nacional e o Estado na promoção do desenvolvimento nacional. Na segunda vertente, trabalhamos as categorias de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, que propunham a superação da

dependência com a revolução socialista. Como contribuição ao debate da TMD, Bamberger analisa os diversos países dependentes da América Latina e os tipifica entre países dependentes desenvolvidos industrialmente, países semi-industriais e países agrários, formando uma hierarquização entre as economias dependentes; Dos Santos, influenciado pelo russo Nicolai Kondratiev (1892-1938), analisa o comércio mundial e as diferentes fases dos ciclos econômicos e como incide a crise na periferia do Sistema Mundo; e Marini desenvolve categorias importantes para a compreensão da realidade latino-americana, entre elas: o Estado de contrainsurgência permanente, subimperialismo e a superexploração da força de trabalho.

O Estado de contrainsurgência foi [e continua sendo] uma política da burguesia dependente para impor seu projeto de desenvolvimento, que possuía três aspectos: a) política de aniquilamento do inimigo de classe; b) criação do inimigo interno infiltrado considerado uma doença no organismo social; e c) manter a organização do Estado com vestimenta liberal, não questionando a validade da democracia burguesa, como fez o fascismo, suprimindo-a somente em momentos de exceção, como em uma guerra. Marini denominou essa categoria para diferenciar a autocracia burguesa dos militares latino-americanos do nazi-fascismo. A categoria do subimperialismo mostrou como a burguesia dependente, ao propor o divórcio entre a produção e o consumo popular, foi buscar mercados no comércio mundial como sócia menor do imperialismo monopolista, criando uma plataforma de exportação de mercadorias, serviços e capital. E a superexploração da força de trabalho é a categoria central nos escritos de Marini.

No terceiro capítulo apresentamos o nosso objeto de análise, a categoria da *superexploração da força de trabalho*. Como uma das maiores contribuições para o debate sobre o capitalismo dependente, a categoria da *superexploração* descreve o movimento da teoria do valor-trabalho nas economias periféricas, a forma por excelência de formação do excedente. Neste capítulo apontamos a ação da transferência de valor das economias dependentes para as centrais através dos mecanismos dos preços de mercado, preços de custo e preços de produção. Pontuamos também a incapacidade da burguesia de promover o progresso técnico e sua opção pela extração da mais-valia através da superexploração. Discorreremos a consequência negativa dessa forma para a classe trabalhadora, entre elas: esgotamento prematuro da força física, pagamento salarial abaixo do valor, divórcio entre produção e consumo popular e reprodução da força de trabalho de maneira atrofiada. Como consequência dessa lógica, a marginalidade social, a concentração de renda e o subemprego são elementos presentes no modelo pautado na superexploração da força de trabalho.

Como resultado da pesquisa, apontamos a lógica de crescimento pautada na

superexploração, na qual configuram a concentração de renda, a exclusão de qualquer desenvolvimento pautado na produtividade do trabalho e o esgotamento prematuro da força de trabalho. O resultado também mostrou como essa lógica tem levado o trabalhador a marginalidade social: crescimento dos acidentes de trabalho, crescimento salarial que não repõe as perdas corroídas pela inflação e o encarecimento dos custos de vida nos centros urbanos. Em momento de queda tendencial da taxa de lucro, a transformação do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital torna-se o carro-chefe das economias dependentes, traço que apontamos como particular dessas economias.

Nosso trabalho procurou mostrar a ação e a consequência da categoria da *superexploração da força de trabalho* para a classe trabalhadora, compreender esse movimento e captá-lo é primordial para inserir-se na promoção da transformação social. Esperamos ter cumprido o planejamento proposto.

Perspectivas teórico-metodológicas

O nosso trabalho pautou-se no referencial teórico-metodológico no campo do marxismo. Buscamos delinearla com Karl Marx (1818-1883), que lança as bases desse campo, assim como seus principais comentadores: Vladimir Lenin (1870-1924), Leon Trotsky (1879-1940), Gyorgy Lukács (1885-1971), José Chasin (1937-1998) e Jaime Osório. A preferência por esses autores está relacionada com suas escolhas em usarem o referencial metodológico que prima pela contradição, especificamente, o método dialético marxiano.

A pesquisa que empreendemos parte das múltiplas determinações do objeto, ou seja, da totalidade existente. Do ponto de vista dialético não é possível adotar subdivisões entre teoria do conhecimento, epistemologia, e filosofia da ciência já que é por si o produto da perspectiva positivista. Assim, a totalidade metodológica pode ser resumida nos escritos de Marx, especialmente no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política*¹, que diz:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983, p. 24).

1 Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, 2º ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

Na passagem elucidada por Marx, em que coloca a perspectiva da totalidade como relações de produção e propriedade e as mesmas condicionam a vida social, retira do campo individual e sua consciência de si as determinações que movimentam a realidade. É o conjunto das determinações concretas do todo que expressam na particularidade do objeto – unidade do diverso –, e não o contrário. Continua o autor:

Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica do todo, mas uma rica *totalidade* de determinações e de relações numerosas. [...] A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevavam até o Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial. [...] O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade [...]. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento (MARX, 1983, p. 218 – grifo nosso).

A dialética instaura sua gnosiologia – validade do conhecimento – a partir do instante em que ela descobre no homem efetivo, não o sujeito especialista, o homem intelectual, mas o homem comum, no homem na sua *cotidianeidade*, a partir desse sujeito que trabalha, do homem efetivo em contraposição ao homem especulativo. Ao partir do sujeito do cotidiano, a metodologia marxiana afirma a possibilidade de conhecer a totalidade do objeto, e nele, o sujeito do conhecimento não é entendido como a individualidade singular concreta como uma consciência individual isolada. Aqui o sujeito do conhecimento é um sujeito histórico, um ser coletivo. As classes sociais são os sujeitos coletivos da história (Cf. CHASIN, 1988, s/p)².

Assim, como sujeitos coletivos da história, a objetividade humana exerce uma subordinação na subjetividade regendo-a pelo primado do objeto, articulado pela atividade humana sensível. Caminhando nessa premissa diz J. Chasin:

O que instiga a novo passo analítico, fazendo emergir, em determinações mais detalhadas ou concreta, uma distinção decisiva: para que possa haver dação sensível de forma, o efetivador tem primeiro que dispor dela em si mesmo, o que só pode ocorrer sob configuração *ideal*, evidenciando momentos distintos de um ato unitário, no qual, pela mediação prática, objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades, ou seja, uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra,

2 O texto referencial foi retirado do curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. <https://docgo.net/metodo-dialetico-jose-chasin>, acessado em 21/10/2017.

de tal modo que interioridade subjetiva e exterioridade objetiva são enlaçadas e fundidas, plasmando o universo da realidade humano-societária-decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada* (CHASIN, 2009, p. 98 – grifos do autor).

A objetividade permite o conhecer do objeto diluído no cotidiano da realidade vivida pelo sujeito, transformando sua subjetividade e levando-o a dar respostas sobre o movimento do todo social – *decifra-me ou te devoro*³. O primado da totalidade, da contradição e do conhecer formam o arcabouço teórico e prático da metodologia marxiana.

A metodologia marxiana trabalha no campo oposto ao individualismo metodológico. O individualismo metodológico coloca o sujeito individual anterior ao sujeito coletivo, pressuposto à sociedade. Marx criticou a economia política burguesa precisamente nesse aspecto, em que as premissas *robinsonadas* ou *benthaneadas* partiam do indivíduo isolado, dotado de vontades e conhecimento prévio. Nada mais enganoso. O indivíduo só pode individualizar-se na sociedade, na totalidade.

En el extremo Marx dirá que “el hombre es [...] no solamente un animal social, sino un animal que sólo puede individualizarse em la sociedad”. Asumir en el análisis “la producción (...) de un individuo aislado, fuera de la sociedad” - las “robinsoneadas” de la economía neoclásica – “no es menos absurda que la idea de un desarrollo del lenguaje sin individuos que vivan *juntos* y hablen entre si [...]. La tesis que la sociedad constituye una unidad que rebasa la simple sumatoria del accionar de sus componentes individuales remite em Marx a la idea de totalidad, de una unidad compleja, articulada y jerarquizada em los elementos que la componen, cuya comprensión no se alcanza por el agregamiento de partes , por más exhaustivo que éste sea (OSORIO, 2004, p. 14 – aspas e grifos do autor).

Portanto, a proposta metodológica adotada pela nossa pesquisa prima pelo conhecer da totalidade social, ou em outras palavras, as partes pelo todo. Assim, o objeto proposto se faz representar no todo societal e a nossa hipótese é que a categoria da superexploração da força de trabalho opera como regra em uma economia dependente, conforme procuraremos demonstrar.

3 Sófocles, *Édipo Rei*, 1º ed., Abril Cultural: São Paulo, 1976. A referência da alusão é sobre a saga de Édipo, que ao chegar nos portões de Tebas precisa decifrar enigmas da Esfinge.

Capítulo I – O desenvolvimentismo brasileiro: a centralidade do caminho próprio e suas encruzilhadas

O objetivo deste primeiro capítulo do nosso trabalho é dissertar sobre os quatro projetos de desenvolvimento nacional dos anos de 1950 e 1960, que denominamos de modelos de desenvolvimento, constituindo-se em propostas diferentes. São eles: o modelo Democrático-burguês do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Nacional-desenvolvimentista, com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) à frente; o Desenvolvimentista-nacional proposto pela Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL); e a Teoria do Foco. Tais modelos procuraram compreender a situação de subordinação e do subdesenvolvimento das economias latino-americanas, sua inserção na divisão internacional do trabalho, propondo rompimento com o atraso que marcava a realidade nacional.

O debate sobre a questão nacional e o desenvolvimento sempre foi polêmico para os teóricos que pensaram a realidade da América Latina. Nesse movimento de embates de projetos, o Brasil dos anos 1950 foi permeado de propostas que buscavam a superação dos entraves do subdesenvolvimento que assolavam a classe trabalhadora. Foi nessa tentativa de busca de teorias e práticas que a esquerda, nacionalista ou internacionalista, formulou modelos de intervenção da realidade para abarcar o capitalismo periférico. Nesse primeiro capítulo do nosso trabalho mostraremos os diversos modelos que propunham a superação do subdesenvolvimento e seus limites interpretativos.

Dessas reflexões surge a Escola da Dependência com propostas inovadoras para superar o atraso imposto pelo capital imperialista através da associação com a grande burguesia brasileira, subjugando e perpetuando os trabalhadores pela modalidade da superexploração da força de trabalho com salários de subsistência e desemprego estrutural. A Escola da Dependência, em sua vertente mais radicalizada, propunha o socialismo como meta de superação dessa estrutura. Seus principais autores – Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos – trabalharam e debateram no interior do movimento da esquerda com quatro correntes ideológicas: os partidos comunistas ligados à Terceira Internacional, a Cepal, o Iseb e o foquismo.

O partido comunista brasileiro (PCB) centralizava e hegemonzava todo o movimento de esquerda e exerciam enorme influência na vida social do país. Muitos intelectuais e movimentos sociais faziam parte desse partido, colocando-o como o principal aglutinador das

propostas de contestação do atraso nacional. Para o PCB, o país seria subdesenvolvido devido às estruturas arcaicas ou pré-capitalistas, e essas relações seriam caracterizadas pelas relações feudais no campo, que o imperialismo estadunidense contribuía para perpetuar. Dessa análise decorria uma estratégia e uma tática política que defendiam a necessidade de se aprofundar o desenvolvimento das forças produtivas para superar o atraso econômico. A permanência do atraso seria de responsabilidade dos latifundiários e parte da burguesia comercial aliada ao campo e, para superá-las, seria necessário uma revolução por etapas com aliança da burguesia industrial preocupada com desenvolvimento das forças produtivas e a classe trabalhadora. Ou seja, os pecebistas defendiam uma aliança tática dos trabalhadores com a burguesia nacional para enfrentar o imperialismo estadunidense e o latifúndio feudal.

No plano internacional, a proposta da aliança tática entre burguesia nacionalista e classe trabalhadora do campo e da cidade era uma adequação da linha política da III Internacional Comunista, que propunha (ou impunha), como estratégica, um alinhamento dos trabalhadores com as burguesias nacionais para superar o subdesenvolvimento. Essa proposta de coexistência pacífica entre os trabalhadores e setores da burguesia nacional é o que chamamos neste trabalho de modelo Democrático-burguês.

Esse modelo desencadeou diversas críticas ao longo de sua existência. Uma delas surge do próprio partido, com Caio Prado Júnior, um dos membros do Comitê Central da organização. Em seu livro *A revolução brasileira*⁴, Prado Jr. se contrapôs aos esquemas do modelo Democrático-burguês, que ele chamou de “teoria consagrada”. No livro, o autor defende que o desenvolvimento e o atraso do Brasil seriam fruto da lógica capitalista predominante na economia e de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Caio Prado criticava o modelo etapista e os “resquícios feudais” que o mesmo modelo afirmava existir. O esgotamento do modelo Democrático-burguês se mostrou quando a suposta burguesia progressista se alinha com o imperialismo para aplicar o golpe militar em 1964 contra as reformas de base (urbana e rural). Esta estratégia se mostrou equivocada e custou ao PCB a derrota política e ideológica naquele momento do golpe, perdendo – por consequência - a hegemonia da esquerda no Brasil.

Nessa mesma linha, o modelo Nacional-desenvolvimentista dos isebianos e dos cepalinos, procurava conduzir o desenvolvimento e romper com o atraso, colocando o Estado nacional como estratégico para resolver esses entraves. Relegando a luta de classes em

4 Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, 7º ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

detrimento do Estado-nação, os nacional-desenvolvimentistas centravam suas explicações sobre a realidade do atraso a partir do desenvolvimento desigual, consequência da relação entre países centrais e países periféricos. Nesse modelo, a periferia levaria desvantagem em relação ao centro nas relações econômicas internacionais, devido à deterioração dos termos de troca de seus produtos. Ou seja, os preços dos produtos vendidos pela periferia seriam menos vantajosos em relação aos preços dos produtos do centro, devido sobretudo à incorporação menor do progresso técnico inserido nos produtos – menos valor agregado.

A *deterioração dos termos de troca* seria o elemento central na desigualdade entre os países. Ele seria o responsável por gerar subordinação e atraso para a periferia e uma transferência de riqueza para o centro, que os neoricardianos pregavam como algo positivo, pois proporcionava aos países atrasados pular etapas de desenvolvimento, formando as vantagens comparativas no mercado internacional. Para os ricardianos, as *vantagens comparativas* possuíam o poder de equilibrar as desigualdades nas relações internacionais, já que, a periferia teria se especializado em fornecer produtos primários ou semielaborados, enquanto o centro teria se especializado em produtos finais com alta incorporação do progresso técnico. Assim, no processo da troca, todos ganhariam com a especialização no interior da divisão internacional do trabalho.

Essas vantagens comparativas teriam culminado em um desenvolvimento desigual na história da América Latina, e para o modelo Nacional-desenvolvimentista a única forma de superar esse atraso seria ampliar a industrialização substitutiva de importações, permitindo aos países periféricos incorporar outros setores produtivos. Com isso, os frutos do progresso técnico não seriam repassados de forma vantajosa aos países centrais.

O executor do projeto Nacional-desenvolvimentista seria o Estado, com políticas públicas e planejamento para promover na periferia um capitalismo menos desigual. Contudo, quando os cepalinos e os isebianos buscavam desenvolver o capitalismo equivocavam-se na proposta, pois o subdesenvolvimento era consequência do desenvolvimento, ou, nas palavras de André Gunder Frank (1980), “o desenvolvimento do subdesenvolvimento é a lógica do capitalismo mundial”.⁵ O rompimento do atraso só seria possível a partir do rompimento com o imperialismo, proposta que não encontrava coro no modelo desenvolvimentista, já que, tanto alguns cepalinos como alguns isebianos tinham a postura de achar positivo o capital estrangeiro, sendo ele o responsável também em promover o desenvolvimento da economia nacional.

5 André Gunder Frank, *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Quando o modelo desenvolvimentista negava o papel da luta de classes, negava também a exploração e, conseqüentemente, a extração de mais-valia, peça chave para a compreensão do modo de produção capitalista. Esse vácuo na análise projetava o eventual erro na conduta dos executores do modelo, e assim como os pecebistas, depositava na burguesia nacionalista um projeto de nação, que nem ela sabia que tinha. O limite desenvolvimentista também mostrou-se com o golpe dos militares em 1964.

Por último, a proposta foquista de superação do atraso colocou o limite interpretativo frente à realidade brasileira e latino-americana. Com forte influência da Revolução Cubana, a proposta da Teoria do Foco centrava-se no “voluntarismo revolucionário” para propagar a revolução armada. Essa teoria tinha no livro *Revolução na revolução?*, do francês Régis Debray,⁶ o guia prático da tomada do poder. Negando a organização partidária em favor da guerra de guerrilha, Debray reforça o que consideramos um equívoco, ao interpretar a revolução cubana como uma tomada de poder vinda das montanhas pelo Exército Rebelde, com poucas mediações nas cidades. O foquismo ganhou adeptos pelos países latino-americanos devido, principalmente, ao imobilismo dos partidos comunistas ligados ao modelo Democrático-burguês, como foi o exemplo da Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Mariguella e Câmara Ferreira.

A teoria foquista foi recebida com entusiasmo pela juventude das diversas organizações clandestinas após o golpe militar no Brasil. Porém, sua crítica e os limites dessa teoria foram apontados pela Escola da Dependência, especificamente por Vânia Bambirra com o livro *Los errores de la teoria del foco* (1967),⁷ discutindo os erros interpretativos de Régis Debray sobre o desenvolvimento da Revolução Cubana.

É nesse ambiente de intenso debate sobre os modelos e projetos que a Escola da Dependência foi ganhando terreno ao longo dos anos de 1960 e 1970. Sua proposta de desenvolvimento incluía o rompimento com o imperialismo e seu objetivo primordial era a revolução socialista.

6 Régis Debray, *Revolução na revolução?*, Editora Centro Editorial Latino Americano. Santiago de Chile, 1967.

7 Vânia Bambirra, *Los errores de la teoria del foco*, 2º ed., Monthly Review: selecciones em casteliano, nº 45, 1967.

1.1 – O Partido Comunista Brasileiro e o modelo Democrático-burguês

Ao pesquisar sobre o movimento de reivindicação dos trabalhadores no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ganha notório destaque. Em suas fileiras, aglutinavam toda uma esquerda que buscava compreender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e, por isso, o partido teve papel preponderante nas lutas sociais contribuindo para formar um conjunto teórico de interpretação sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil.

Antecedentes históricos

O Partido Comunista Brasileiro⁸ tem sua data de fundação em 25 de março de 1922. Mas sua trajetória de inserção nas greves é anterior ao marco oficial, como demonstraremos no decorrer da exposição. Nas fileiras do PCB passaram grandes personalidades que fizeram história: Astrojildo Pereira, Giocondo Dias, Octávio Brandão, Agildo Barata, Gregório Bezerra, Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Mário Schenberg⁹, Graciliano Ramos, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Jorge Amado, Luiz Carlos Prestes, Carlos Mariguella, entre outros. O marco de maior destaque do partido foi a participação dos comunistas na Constituinte de 1946¹⁰, formando a bancada mais expressiva na proposição da formação do documento.

O PCB surge das raízes do anarco-sindicalismo¹¹ nas primeiras greves operárias nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. É importante frisar que na década de 1920 o Brasil não

8 Naquele momento com a designação Partido Comunista do Brasil. A partir de 1962 passa a ser denominado como Partido Comunista Brasileiro.

9 Mario Schenberg foi um notório físico e um dos principais responsáveis pela implantação da pesquisa de física na Universidade de São Paulo. Sua extraordinária trajetória conta com trabalhos no projeto Manhattan nos EUA e em Zurique com o professor Pauli. Schenberg foi deputado constituinte pelo PCB em 1945 e deputado estadual, em 1962, pelo PTB (o PCB tinha aliança tática com esse partido) mas não conseguiu assumir sob alegação de ser comunista. Dina Lida Kinoshita, *Mario Schenberg: cientista e político*, 2015, p. 18.

10 A bancada comunista foi composta por 14 deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes – o mais votado do país. A composição da bancada comunista na Constituinte ficou com 4 representantes na Câmara por São Paulo (Jorge Amado era um deles), 3 por Pernambuco, 3 pelo Distrito Federal, 2 pelo Rio de Janeiro, 1 pelo Rio Grande do Sul e 1 pela Bahia (Carlos Mariguella). Com expressiva representatividade, o PCB constituía a quarta força na Câmara dos Deputados em 1946. Mário Magalhães, *Mariguella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

11 Os anarquistas brasileiros foram fundamentais na organização dos trabalhadores na virada do século XIX. Nomes como José Oiticica (1882-1957), Maria Lacerda Moura (1887-1945), Domingos Passos, Florentino de Carvalho (1889-1947) e Edgard Leuenroth (1888-1968). Leuenroth foi um líder de destaque entre os anarquistas: em 1903 fundou o Centro Tipográfico de São Paulo e no ano seguinte transformou-o na União dos Trabalhadores Gráficos. Foi um dos dirigentes da greve geral de 1917, pela qual foi preso, e porta voz do Comitê de Defesa Proletária, órgão da greve. Participou dos primeiros congressos operários (1906, 1913 e 1920) e da fundação do Partido Comunista do Rio de Janeiro, grupo de tendência libertária que reuniu socialistas e anarcosindicalistas, em 9 de março de 1919. Para aprofundar nesse tema a Universidade de Campinas (Unicamp) possui o Arquivo Edgard Leuenroth, com arquivos e memórias em sua homenagem. Ver em <http://www.ael.ifch.unicamp.br/>

possuía nenhuma experiência partidária anticapitalista, com exceção da experiência dos anarquistas na greve geral de 1917, mas não se chegou a forjar nenhum partido, ficando somente nos agrupamentos políticos.

Na década de 1920, o partido realizou três congressos para consolidar a fundação partidária: o primeiro em 1922 – congresso de fundação –, em 1925 e outro na virada de 1928/1929. O congresso de fundação realizou-se em Niterói, reunindo operários e intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Apesar da pouca idade, o partido sofreu sua primeira derrota em junho de 1922 quando o governo de Epitácio Pessoa o colocou na ilegalidade, condição em que passaria a maior parte de sua existência.

Em janeiro de 1927, o PCB recupera sua legalidade formando o Bloco Operário (BO) que elegeu Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados. Porém, sua legalidade é novamente cassada em agosto do mesmo ano, obrigando seus membros a formarem frentes com outras legendas. Em outubro forma-se o BOC (Bloco Operário Camponês) nova denominação do Bloco Operário, elegendo dois membros do partido para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro: Otávio Brandão e Minervino de Oliveira (Cf. BASBAUM, 1962, p. 313-315). Esse ano foi um dos mais agitados na política brasileira. O fim do estado de sítio, após a agitação tenentista, possibilitou a soltura dos presos políticos e derrubou a censura, fazendo surgir diversos jornais de orientação comunista. Por outro lado, a política econômica de Washington Luiz continuava a privilegiar os interesses do capital agromercantil de São Paulo, estimulando a produção de café e protegendo os preços. Com a continuidade dessa política, a Primeira República vai contando seus últimos dias de fôlego até seu sepultamento na Revolução de 1930. A conciliação do pacto oligárquico “café com leite” dos governos de Minas Gerais e São Paulo no executivo estava desmoronando, a insatisfação adentrava nas forças armadas.

A agitação tenentista ensaiava um liberalismo dentro do Exército, que ascendeu nas revoltas do *18 do Forte de Copacabana*, nos levantes de 1924 e na *Coluna Prestes*¹². Nesta

12 A revolta conhecida como 18 do Forte foi um levante armado dentro do Exército contra o caminho da política brasileira. O estopim da agitação aconteceu quando o governo de Epitácio Pessoa interveio na sucessão estadual de Pernambuco. Sendo criticado por Hermes da Fonseca pela ação, Pessoa manda prendê-lo e executa a ordem de fechamento do Clube Militar. Na madrugada de 5 de julho, a crise culminou com uma série de levantes militares: na capital federal, levantaram-se o forte de Copacabana, guarnições da Vila Militar, o forte do Vigia, a Escola Militar do Realengo e o 1º Batalhão de Engenharia; em Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes da Fonseca, adere ao levante. Em 15 de novembro de 1922, Arthur Bernardes assume a presidência da República sob estado de sítio, decretado por ocasião do levante. Em dezembro de 1923, o julgamento dos revoltosos agravou as relações entre o Exército e o governo federal, eclodindo em São Paulo o movimento liderado por Isidoro Lopes, major Miguel Costa, os tenentes Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Cabanas, Filinto Müller e Newton Leal. Os

década decisiva, os comunistas se firmavam como organização política e levantavam sua bandeira de agitação também dentro das Forças Armadas. A participação dos comunistas do PCB nessa movimentação tenentista possibilitou a abertura de uma frente dentro do Exército, que culminaria na adesão de Prestes ao partido. Inicia-se assim a política de alianças do PCB, que logo se tornaria a principal força de esquerda nesse período e o principal organizador da classe trabalhadora (Cf. DEL ROIO, 1988, p. 33).

No limiar dessa primeira fase na década de 1920, o PCB realiza seu II Congresso em 1925, afirmando sua política de frente única proletária e delineando o modelo Democrático-burguês. Segundo Del Roio (Cf. 1988, p. 40), os textos de Octávio Brandão que eram publicados em *A Manhã* refletiam sobre a conjuntura política do país, e serviram de base ao documento que saiu da reunião do Comitê Central Executivo do PCB, elaborando uma estratégia fundada na política de alianças. O texto de Brandão chamava-se “*O proletariado perante a revolução democrático pequeno-burguesa*”.¹³ Nele, propunha-se uma estratégia para a atuação da classe operária na crise da dominação oligárquica em formato de etapas. Como afirma Del Roio:

Nessa elaboração estava embutida a *concepção etapista da revolução brasileira* que faria muita estrada na perspectiva teórica dos comunistas brasileiros. Brandão apelava para dois problemas diferentes e característicos: 1) o problema da revolução democrática pequeno burguesa, desencadeando-se num país semicolonial na fase atual do capitalismo imperialista; 2) o problema da revolução proletária nesse mesmo país, mas insiste que (...) o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrático *pequeno burguesa*, prelúdio fugaz da revolução proletária, (...), e o que está em pauta é a primeira *etapa do processo revolucionário brasileiro*, pois sem o país atravessar a *terceira revolta* e a consequente revolução democrático pequeno burguesa, não poderemos pensar na conquista imediata do poder (DEL ROIO, 1988, p. 42 – grifos nossos).

rebelados tomaram vários pontos estratégicos da capital paulista. Sem conseguir um acordo de anistia aos revoltosos do Rio de Janeiro e São Paulo, os militares marcharam para o interior do estado em combate com as forças legalistas. No mesmo momento, tropas sediadas no Rio Grande do Sul iniciaram um levante, comandadas por líderes gaúchos contrários à situação estadual. As forças rebeldes juntaram-se aos paulistas em Foz do Iguaçu, no Paraná, em abril de 1925, formando-se assim o contingente que deu início à marcha da Coluna Prestes. A Coluna foi formada depois do levante em Rio Grande, comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, do 1º Batalhão Ferroviário, sediado em Santo Ângelo. No dia 12 de outubro, em reunião que contou com a presença de Isidoro Lopes, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e do general Bernardo Padilha, foi formada a 1ª Divisão Revolucionária com o comando do general Miguel Costa, tendo como chefe de estado-maior da Divisão, Prestes. Estava formada aquela que ficaria conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes ou simplesmente Coluna Prestes. Nelson W. Sodré, *A Coluna Prestes; análises e depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

13 Otávio Brandão, *Combates e batalhas*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978.

Na caracterização feita nesse primeiro momento pelo partido, o Brasil carregava o título de país semicolonial. Assim, influenciado por Bukharin nos escritos sobre a China, Brandão via na revolução democrático pequeno-burguesa um aspecto de revolução de libertação nacional contra o jugo imperialista. Em relação à caracterização da China é importante pontuar que a sua influência nos círculos dirigentes da Internacional Comunista generalizou-se para a América Latina, propugnando-se uma frente ampla contra a oligarquia dominante em quase todos os países do continente.

O núcleo da estratégia revolucionária concebida pelo PCB estava fundado, portanto, na aliança entre o proletariado fabril e a pequena burguesia urbana, aliança essa que deveria encontrar alguma forma de unidade orgânica, *segundo a inspiração do KMT (Kuomintang) chinês*, mesmo que não se fizesse mais essa referência devido o recente desenlace catastrófico da linha política dos comunistas chineses (DEL ROIO, 1988, p. 47 – grifos nossos).

O II Congresso foi marcado pela dualidade entre agrarismo *versus* industrialismo na caracterização sobre o Brasil. Não por coincidência, o título do livro de Octávio Brandão (*Agrarismo e Industrialismo – 1924*)¹⁴ refletia a concepção dominante entre os comunistas brasileiros, de que a luta entre o capital agrário *semifeudal* e o capitalismo industrial moderno seria a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República. Nessa caracterização, “o capitalismo agrário *semifeudal*”, era apoiado pelo imperialismo inglês e o “capitalismo industrial”, apoiado pelo capital estadunidense¹⁵.

Na perspectiva da linha política definida no II Congresso, Astrojildo Pereira¹⁶, o principal dirigente do PCB, partiu para a cidade fronteiriça de Porto Suarez, Bolívia, ao encontro de Luís Carlos Prestes, por decisão do CCE (Comitê Central Executivo), a fim de expor as conclusões dos recentes debates dos comunistas e propor a aliança com os combatentes

14 Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, *Bueno Aires: s/ed*, 1926.

15 Extraído da Resolução do II Congresso do PCB, realizado em 1925. https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb, acessado em 19/02/2017.

16 Astrojildo Pereira (1890-1965) iniciou-se na militância política no anarco-sindicalismo dentro do movimento operário gráfico e, posteriormente foi jornalista. Entre 1919 e 1924, Astrojildo passa a colaborar para a fundação de um partido comunista no Brasil, pois a cisão da direção da COB (Confederação Operária Brasileira) mostrava a necessidade da criação de outro instrumento de luta dos trabalhadores. Segundo Del Roio, “tendo fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1921, Astrojildo buscou aglutinar outros grupos análogos que iam surgindo pelo país até que, em 25 de março de 1922, foi oficialmente fundado o PCB (Partido Comunista Brasileiro), com reconhecimento pela Internacional Comunista, no entanto, em 1924”. Astrojildo foi Secretário Geral do PCB entre 1924 e 1930, um dos criadores do jornal Classe Operária. Junto com Otávio Brandão, que também foi um dos principais dirigentes do partido, foram destituídos pela Internacional Comunista. Marcos Del Roio, *Astrojildo Pereira, vida e obra*, revista Espaço Acadêmico, nº 41, outubro de 2004. Acessado em 19/11/2016.

da Coluna. Inicia-se uma trajetória entre Prestes e o PCB que resultará no primeiro governo comunista após o Levante de 1935 em Natal.

No III Congresso do partido, realizado em finais de 1928 e início de 1929, os contornos do modelo Democrático-burguês começam a ganhar bases mais definidas. A preparação do congresso inicia-se na reunião da CCE dezembro de 1928, contando com a presença de “Maurice”, representante da IC, em que foram aprovadas as teses para o pleito do congresso. O congresso foi realizado em Niterói e definiram-se as bases de atuação da política futura do PCB. O ponto importante do evento foi sobre a situação política nacional e a posição partidária nessa conjuntura, e chegou-se às seguintes conclusões:

1 – O Brasil é um país de *tipo semi-colonial*, economicamente dominado pelo imperialismo, ainda que politicamente “independente”; 2 – O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração das grandes massas camponesas; (...) 4 – Involuntariamente, no entanto, o imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento do que resulta a formação de núcleos industriais (como o RJ e SP) em que se aglomeram massas proletárias consideráveis; 5 – A *burguesia nacional*, que até um certo momento (revolução de 1924) parecia poder desempenhar uma função revolucionária, capitulou completamente ante o imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terras que estão no poder; 6 – Em virtude mesmo da capitulação da burguesia ante o imperialismo agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentuou-se mais e mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive das camadas mais pobres da pequena burguesia; 7 – Dessa maneira certas *camadas da pequena burguesia* constituem um fator revolucionário da maior importância no atual momento, *tendendo* a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado; 8 – Mas a pequena burguesia *não* poderá levar a revolução a suas últimas conseqüências, nem sequer dentro do quadro *democrático-burguês*. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo e conduzindo-as a *etapas superiores e mais avançadas*; 9 – Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já os movimentos revolucionários em preparação. Este apoio deve ser dado em base às seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução em sua *primeira etapa*: a) solução do problema agrário, confiscação da terra, b) supressão dos *vestígios semi-feudais*, c) libertação do jugo do capital estrangeiro (DEL ROIO, 1988, p. 84, grifos nossos).

Nesse congresso, a resolução teve divergência entre representantes de Pernambuco e São Paulo sobre o uso da expressão “camponeses”, na qual os pernambucanos diziam que os trabalhadores não se reconheciam com esse termo, os paulistas afirmavam que a ação política devia visar atrair antes os colonos das fazendas (proletariado agrícola) e depois os pequenos

proprietários. Na divergência destacou-se a ligação da expressão “camponeses” com a teoria dos “restos feudais” que estariam contidos no campo brasileiro. Contudo, no geral, a resolução foi aprovada sem muito desgaste entre os participantes. Vale lembrar que o III Congresso do PCB foi posterior ao VI Congresso da IC, sendo possível constatar que as resoluções se aproximam em algumas teses.

Assim, estavam definidas as principais linhas da teoria da revolução democrático-burguesa e o projeto político de aliança com a pequena burguesia, constituindo-se, inicialmente, o que chamamos de modelo Democrático-burguês.

1.1.2 – A Internacional Comunista e a influência no modelo Democrático-burguês

A III Internacional Comunista foi fundada em 1919 no calor da Revolução Russa de 1917 e na iminência da revolução proletária na Europa. Contudo, a expectativa da expansão da revolução foi minada já no II Congresso (julho de 1920), pois o refluxo do momento revolucionário mostrava sua contra-reação. As teses do II Congresso sobre a questão nacional e colonial colocavam a necessidade de aliança anti-imperialista operária e camponesa como estratégia política, adquirindo uma dimensão universal da revolução mundial ao incluir as duas frações de classe.

No III Congresso da IC (junho-julho de 1921), a situação da revolução alemã ficou como pauta prioritária e a questão colonial praticamente ficou ausente do debate. Nele, entretanto, Lenin reafirmou a importância da luta anti-imperialista, Trotsky expressou suas dúvidas em relação às burguesias nacionais e como proposta continuou a pauta de frente única como estratégia política. Assim, a política de frente única formulada em 1921 em que levantava a palavra de ordem de “governo operário” transformou-se, no III Pleno da Comitê Executivo da IC (CEIC) – junho de 1923 – em “governo operário-camponês”. No relatório do V Pleno da CEIC (abril de 1925), elaborado por Bukharin, existe um esforço para entender o papel das várias camadas agrárias, tanto nos países imperialistas como nos coloniais no processo de transformação social, mas manteve a expressão “camponês” nos balanços do Pleno. Ainda na pauta sobre a frente única, a questão chinesa foi preponderante para a análise da formação das alianças dos operários e camponeses. No VIII Pleno da CEIC, Trotsky e Zinoviev, vendo a fragilidade da aliança do Kuomintang sob a liderança de Chiang-Kai-chek com os comunistas, defendiam a saída da organização. Já Stalin, Bukharin, Borodin optaram por permanecer, alegando a necessidade da aliança com a “esquerda” do KMT (com sua maioria composta pela

pequena burguesia). Para além da peculiaridade da revolução chinesa, o tema serviu para o desenrolar da luta entre a cúpula Stálin/Bukharin contra a Oposição Unificada de Trotsky/Zinoviev, a ruptura foi além das divergências programáticas (Cf. DEL ROIO, 1988, p.112).

Sobre essa cisão que marcou o movimento comunista internacional, é importante uma análise pormenorizada do contexto histórico. O movimento revolucionário inaugurado em 1917, pelo Partido Bolchevique sob a liderança de Lenin, possibilitou a abertura do ascenso revolucionário europeu, que inspirado pelo bolchevismo incendiou e estimulou a classe trabalhadora pelo mundo. Todavia, as esperanças alimentadas por Lenin e Trotsky sobre a revolução mundial daquele momento foram frustradas pelas derrotas das revoluções húngara (1919), a italiana (1920) e, principalmente, da revolução alemã de 1919/1921. O balanço das derrotas do movimento operário aconteceu no III Congresso da IC, em 1921, no documento elaborado por Trotsky chamado “*Tese sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista*”.¹⁷ Nele, identificou-se que a abertura na situação histórica não derrotou o capitalismo europeu, colocando a necessidade da autocrítica.

A importância do documento se firma na questão de até que ponto a burguesia poderia estabelecer o equilíbrio social no pós-Primeira Guerra. No final do documento lia-se: “não decorre disso a necessidade de revisar o programa ou a tática da Internacional Comunista?”¹⁸.

A tese elaborada por Trotsky apontava a necessidade de se combinar a tática política com as atividades revolucionárias nas democracias ocidentais, com a particularidade que cada região possuía, sendo caracterizadas como distintas do caso russo (Cf. Ibid., p. 54-59). Com isso, as situações dos países europeus eram politicamente diversas e em cada lugar a social-democracia exercia peso diferenciado na consciência do proletariado. Exemplo dessa diversidade é o caso do Partido Social Democrata alemão (SPD) que, além de hegemonizar o movimento operário, chegou a liderar o governo burguês de coalizão na República de Weimar (Cf. HOBSBAWM, 1995, p. 74-75).

Um fato importante desse período foi a recusa da política de frente única com a social-democracia alemã em janeiro de 1924, formulada pelo CEIC. O documento foi categórico na negação de qualquer estratégia de frente com os social-democratas, inclusive os de esquerda, definindo o SPD como uma fração do fascismo (Cf. HÁJEK, 1988, p. 203).

17 Citado por Carlos Z. Sena Júnior, *Frente única, frente popular e frente nacional*, CEMARX, 5º Colóquio, 2007.

18 Cf. III Internacional Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 3.º Congresso. São Paulo: Brasil Debates, 1989, v. 3, p. 53.

O apontamento da social-democracia como aliada do nazi-fascismo foi refutado por Lukács nas “Teses de Blum” (pseudônimo usado por ele), em 1928, em que recusa a aceitar a “dogmática tese reinante na Internacional Comunista”, mas foi rechaçado pelo CEIC e taxado pejorativamente de “socialdemocrata”. Gramsci também alertava do perigo de associar a social-democracia com o fascismo (“social-fascismo”) desprezando uma aliança tática com os partidos social-democratas da Europa. A esse respeito, diz o marxista sardo:

Mas este não é um fenômeno puramente italiano, embora tenha sido na Itália, por causa da maior debilidade do capitalismo entre nós, que ele conhecer seu maior desenvolvimento: é um *fenômeno europeu e mundial*, de extrema importância para compreender a crise geral do pós-guerra, tanto no domínio da atividade prática quanto no domínio das ideias e da cultura. A eleição de Hindenburg na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra, com a *liquidação dos respectivos partidos liberal-democráticos*, são o equivalente do movimento fascista italiano (GRAMSCI, 2004, p. 300 – grifos nossos).

A afirmativa da tática da frente única operária foi ratificada no IV Congresso da IC, em 1922, e posteriormente retomada no VIII Congresso, em 1935. Porém, no VI Congresso ocorreu a virada na linha política, em que Trotsky, já no exílio na Turquia depois de ser expulso do *bureau* do partido, fazia duras críticas às propostas adotadas nesse congresso. As teses do VI Congresso estabeleceram a teoria do “terceiro período”¹⁹, em que produziu uma série de mudanças tático-estratégicas. É nesse momento que a estratégia de Stálin/Bukharin – conhecida como “socialismo em um só país” - passa a centralizar a Internacional.

A desastrosa política do “socialismo em um só país” tem seu nascimento no artigo de Stálin intitulado *Outubro e a tática dos comunistas russos* (dezembro de 1924) em que diz:

Que significa a possibilidade da vitória do socialismo num só país? Significa a possibilidade de *resolver as contradições* entre o proletariado e os camponeses com as forças internas de nosso país, a possibilidade do proletariado tomar o poder e o utilizar para edificar a *sociedade socialista completa em nosso país*, contando com a simpatia e o apoio dos proletários dos demais países, mas sem que previamente triunfe, nesses países, a revolução proletária (STÁLIN, 1954, s/p²⁰ – grifos

19 Os períodos estabelecidos são: o *primeiro período*, que corresponde imediatamente no pós-guerra com a ascensão do movimento operário em toda a Europa, encerrando-se com a derrota da revolução alemã em 1923 (crise revolucionária); o *segundo período* é marcado pela estabilização do modo de produção capitalista e pelo estabelecimento da tática de “frente única” (aliança entre os comunistas e socialistas), com deslocamento do eixo revolucionário para a periferia do capitalismo; e o *terceiro período*, que se inicia em 1928, aponta para um amadurecimento das contradições do capital e a emergência de um capitalismo de Estado, e também ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária. Essa divisão foi elaborada por Bukharin sobre a evolução do mundo no pós-guerra no VI Congresso da IC (Cf. DEL ROIO, 1988, p. 127).

20 A presente citação não leva as páginas indicativas por se tratar de uma consulta virtual – online. Ver em

nosso).

A teoria do socialismo em só país se converte na política oficial da IC e passa a ser o princípio diretor da concepção da revolução mundial formulada no programa aprovado no VI Congresso, em 1928. Diz o documento:

A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Essa desigualdade se agrava e acentua na época imperialista. Disso resulta que a revolução proletária internacional *não* pode ser considerada uma ação única, simultânea e *universal*. A vitória do socialismo é possível, portanto, no início, em alguns países capitalistas, inclusive *num só país tomado isoladamente* (*apud*, CLAUDÍN, 2013, p. 94 – grifos nosso).

Em oposição às teses do V Congresso, no congresso anterior (IV Congresso e último em que Lenin participa) a resolução sobre o caráter mundial da revolução comunista reafirmava a tese marxista sobre a expansão da revolução e a negação dela nos marcos fronteiriços. Diz a resolução:

O IV Congresso recorda aos trabalhadores de todos os países que a revolução proletária jamais poderá triunfar no interior de um só país, mas apenas no marco internacional, como revolução proletária mundial (*apud*, CLAUDÍN, *op. cit.*, p. 91).

O processo de silenciamento e exclusão de Trotsky e a Oposição de Esquerda²¹ começam a ganhar corpo desde o V Congresso (1924). Por ocasião da eleição do CEIC, ao final do Congresso, Trotsky e Radék foram excluídos da lista, sendo impedidos de participarem como candidatos. Com esses acontecimentos, inicia-se o processo que ficou conhecido como “bolchevização” dos partidos comunistas pelo mundo e a afirmação do seu *taticismo*. A política sectária elaborada nesse Congresso possibilitou a virada na Internacional e foi repassada – ou imposta – para os partidos comunistas pelo mundo. Diz Hájek comentando o texto do V Congresso elaborado em junho-julho por Zinoviev:

Bolchevização significa firme vontade de lutar pela hegemonia do proletariado,

<http://www.marxistsfr.org/portugues/stalin/1924/tatica/>, acessado 26/01/2017.

21 A Oposição de Esquerda surgiu em 1923, quando um grupo da “velha guarda” bolchevique publicou um documento que ficou conhecido como “Carta dos 46”. Essa oposição combateu principalmente a burocratização do partido e clamava pelo retorno da democracia interna. No final de 1925, Zinoviev e Kamenev rompem com Stalin por discordarem da “teoria em um só país” e dos aprofundamentos da NEP. A *Troika* deixa de existir e os dois velhos bolcheviques se juntam a Trotsky, construindo a Oposição Unificada, que combate Stalin e Bukarin entre 1926 e 1927, até serem derrotados no XV Congresso do PCUS. Após a derrota, Zinoviev e Kamenev capitulam e deixam a Oposição e “reconhecem os seus erros”. Pierre Broué, *O Partido Bolchevique*, p. 221, ed. Sundermann, 2014.

significa *ódio ardente* à burguesia, aos líderes contra-revolucionários da *social-democracia*, ao centrismo e aos centristas, aos semicentristas e pacifistas. Bolchevização é a criação de uma organização *compacta, monolítica e fortemente centralizada*, que supera amigavelmente (sic) as divergências em suas filas, como nos ensinou o companheiro Lênin (HÁJEK, 1988, p.198, grifos nossos).

A teoria do “socialismo em um só país”, que se tornou a base teórica da tática da IC após o V Congresso, significava a subordinação da revolução mundial às exigências da construção do socialismo na URSS. Assim, as estruturas da Internacional ultracentralizada, com o Comitê Executivo no topo da pirâmide e controlado pela direção do partido soviético constituíram os mecanismos para perpetuar a subordinação da Internacional à cúpula stalinista. As consequências da virada sectária no VI Congresso da IC se mostraram na Conferência Nacional do PC da Alemanha na adoção da tese do “social-fascismo” e da “classe contra classe” (Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 139).

A mudança após o *terceiro período* da Internacional Comunista foi replicada na política para a América Latina, sobretudo o interesse no Brasil após a aproximação do PCB com a Coluna Prestes. Na introdução de sua dissertação, o historiador Marcos Del Roio aponta que a Internacional Comunista agiu diretamente no PCB após direcionar as resoluções sobre a América Latina, a partir de 1929 no VI Congresso da I.C. Diz ele:

A intervenção stalinista da IC no PCB, a partir do segundo semestre de 1929, colaborou para desarticular o grupo dirigente do PCB, bloquear o desenvolvimento da análise crítica da formação social brasileira e isolar politicamente a classe operária no processo de desagregação da ordem oligárquica (DEL ROIO, 1988, p.13).

Como parte da preparação do VI Congresso da IC, aconteceu uma das primeiras conferências voltadas para a América Latina. Nela, a direção ficou por conta de Jules Humbert-Droz com o objetivo da aproximação entre a Internacional e os países latino-americanos. No relatório que saiu dessa reunião, Humbert-Droz reafirma o caráter “semicolonial” do continente e com forte penetração do capital imperialista dos Estados Unidos e da Inglaterra. Nessa conferência, aprovou-se o projeto de tese da comissão de programa da IC para a América Latina, e o representante brasileiro foi Paulo de Lacerda (Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 135).

Sob a política do socialismo num só país da IC nos partidos comunistas pelo mundo, o Brasil não ficaria imune. Com a influência dessa política na América Latina, inicia-se o processo de consolidação do modelo Democrático-burguês dentro do PCB, com a intervenção direta do *bureau* político da III Internacional Comunista.

O processo de intervenção começa em setembro de 1929, com o envio da *Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita*²², em que o relatório da IC acusa os comunistas latino-americanos de “provincianismo”. A carta atacava a tendência a ocultar o partido diante das massas e acusava “as degenerações oportunistas do BOC (Bloco Operário Camponês)” e de seus componentes. O desfecho da carta impunha a exclusão imediata das correntes de “direita” e medidas administrativas em relação aos que não capitulassem.

Quase que imediatamente após a emissão da “Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita” diversos partidos resolveram convocar reuniões plenárias ou congressos, a fim de se *adaptarem* às resoluções emanadas do X Plenun, assim como *seguir as determinações da “Carta”* (DEL ROIO, *op. cit.*, p.150 – grifos nossos).

Com isso, inicia-se no Brasil o processo de “bolchevização” ou “proletarização” do Partido Comunista Brasileiro e “os dirigentes que não se adequaram à nova orientação começam a ser afastados” (Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 154).

Em abril de 1930 acontece a reunião do Secretariado Sul Americano, liderada pelo lituano August Guralsky, com a participação dos brasileiros Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo. Nela, o Secretariado rotulou a política eleitoral do PCB (parte do BOC) como direitista, acoessando a direção dos comunistas brasileiros e Brandão tornou-se o principal alvo do Secretariado. Diz Brandão:

Na Conferência de Buenos Aires, tentei resistir à linha política terrivelmente falsa e 'esquerdista' de Revolução Socialista imediata. Estava sozinho. Fui transformado em bode expiatório de todas as culpas e ameaçado de expulsão (...) (BRANDÃO, 1978, p. 380).

E na mesma confissão, Brandão coloca a responsabilidade do giro político (a proletarização) em Astrojildo:

(...) na Conferência de Buenos Aires, Astrojildo Pereira tratou de escapar às responsabilidades. Capitulou [adesão incondicional à nova política da Internacional – AWL] sem luta, prestando-se a tudo (BRANDÃO, *op. cit.*, p. 380).

Na Comissão Central do partido, realizada no dia 22 de junho, Astrojildo Pereira tomou a iniciativa de afastar Leôncio Basbaum, Fernando Lacerda, Paulo Lacerda e Octavio Brandão da direção do partido, substituindo-o por operários. Lacerda e Basbaum foram

22 “Carta Abierta a los Partidos Comunistas de la América Latina sobre los Peligros de Derecha” In La Correspondência Sudamericana, nº 18, 20-9-1929. Tradução feita por Marcos Del Roio (1988).

enviados para São Paulo; Plínio Mello, Josías Carneiro e Luís de Barros foram expulsos sob acusação de serem “trotskistas” e “prestistas”, e em dezembro Aristides Lobo desligou-se do partido (Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 171).

Em contrapartida ao movimento levado pela influência da IC, outro grupo que travou intensos debates dentro do PCB foi Grupo Comunista Lenine, que tinha Mario Pedrosa, Lívio Xavier e Rodolfo Coutinho em suas fileiras. Rodolfo Coutinho teve contato com as ideias de Trotsky quando esteve na Europa em 1923/24, e junto com Lívio Xavier fizeram parte da “oposição sindical” de 1928, em que criticavam a política de alianças implementadas pelo PCB na época. Pedrosa, que estava em viagem para Moscou, retornou no final de 1929, quando a intervenção da IC com a esquerdização já orientava o partido. Articulando o pequeno grupo de oposição, Pedrosa, Xavier e Coutinho fundam o Grupo Comunista Lenine, que teve sua primeira Conferência em abril de 1930, em Paris. Na conferência, ficou decidido a recusa da aliança com o movimento de direita comunista que tinha Bukharin e Brandler como expoentes. A crítica fundamental que o Grupo Comunista Lenine colocava foi centrada no III Congresso, que apontava ser uma linha “retalhista” e *etapista* da revolução brasileira. Crítica similar à da Teoria Marxista da Dependência sobre o modelo Democrático-burguês. O Grupo teve papel preponderante na elaboração de uma análise consistente da conjuntura do Brasil. Diz Del Roio:

Desse modo, a mais consistente reflexão sobre a crise da formação social brasileira, naquela conjuntura, do ponto de vista marxista, foi realizada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier num *Esboço de uma análise de evolução econômica e social do Brasil*, (...). Fizeram uma pioneira análise histórica, ausente na elaboração do PCB, (...), o grande avanço está na abordagem da burguesia e do desenvolvimento capitalista, indicando que “a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade” e ainda acentuando que “o formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista” (DEL ROIO, 1988, p. 208 – grifos do autor).

Todos os membros do Grupo que pertenciam às fileiras do PCB foram expulsos ou deixaram o partido por discordância de sua política de alianças com a pequena burguesia. Fecha-se assim a primeira experiência trotskista dentro do PCB e a primeira caracterização sobre o mercado econômico brasileiro baseado na literatura trotskista²³.

Em janeiro de 1931 foi a vez de Astrojildo Pereira ser substituído da Secretaria do

23 O surgimento dessa corrente e como as origens do trotskismo no Brasil se efetivaram são analisadas no livro de José Castilho Marques Netto, *A solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. Outro importante resgate histórico dessa vertente pode ser buscada no clássico livro de Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs), *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro de 1930-1940*. São Paulo, Sundermann, 2015.

PCB, quando Heitor Ferreira Lima retornando de Moscou assumiu o comando do partido. Mas Ferreira Lima também foi substituído logo em seguida pelo médico Fernando de Lacerda, que se colocava a “pobreza resolutamente, e tropejando contra o intelectualismo” (Cf. DULLES, 1977, p. 366).

Com a eliminação do Comitê Central dessa primeira fase do PCB, iniciou-se o período de predomínio do “obreirismo partidário”, desprezando toda a intelectualidade que o partido possuía (Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 199).

Em novembro de 1932, no ápice da caça aos intelectuais e do obreirismo, o jornal *A Classe Operária* publicou o artigo assinado pelo pseudônimo de Brado que anunciava que o Pleno do Comitê Central havia votado, por unanimidade, uma resolução expulsando Astrojildo Pereira do partido, acusando-o de “traidor e renegado da causa do proletariado”. Afirmava que o ex-secretário-geral havia se passado “inteiramente para o outro lado da barricada, para o lado dos nossos inimigos de classe”, e por isso decidiu-se aplicar a “linha política de classe, totalmente independente, estrategicamente justa e taticamente acertada”, sendo necessário “reeducar seus quadros, proletarizá-los”. E o artigo continua com seu alinhamento à proletarização afirmando que “desde esse momento, Astrojildo não se sentiu mais no ânimo de 'ator da história' e preferiu “continuar afundando-se no charco do colaboracionismo podre com os nossos piores inimigos de classe: os prestistas, aliancistas, trotskistas, agentes da burguesia e dos feudais no meio operário” (BRADO, 1932, p.1-4, *apud*, DULLES, *op. cit.*, p. 405). Nenhuma prova concreta dessa suposta colaboração foi apresentada.

1.1.3 – O modelo Democrático-burguês e a aliança com a burguesia “nacional”

Na análise que fizemos até o presente momento, buscamos pontuar o surgimento e o desenvolvimento do movimento comunista no Brasil e a influência da Internacional Comunista no modelo Democrático-burguês. O que estamos chamando de modelo Democrático-burguês foi uma política de frente ampla com caráter anti-imperialista e anti-feudal, ou seja, uma frente que congregue os trabalhadores assalariados, a burguesia nacional e setores contra a exploração imperialista.

Na caracterização feita por diversos intelectuais²⁴, a economia brasileira carregava sua herança feudal. Assim, ela era tida como uma economia semicolonial e semifeudal, sob o domínio do latifúndio e do imperialismo, que travavam o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento da economia, como apontamos na primeira parte do nosso trabalho. Portanto, o caminho para a revolução socialista com essas características passava pela revolução nacional e democrática, que eliminaria os resquícios feudais, impulsionaria a industrialização, diminuindo a influência do imperialismo e colocando o trabalhador para participar da política. Ou seja, uma revolução feita por etapas. Essa interpretação das “relações feudais” sobre a América Latina foi influenciada pelas teses do VI Congresso da IC, em 1928, sendo elas carregadas por um marxismo com viés filosófico positivista (Cf. MAZZEO, 2003, p. 154; Cf. DEL ROIO, *op. cit.*, p. 26).

Na esteira da via etapista, Leôncio Basbaum (1976) diz:

A etapa atual da revolução no Brasil, (...) é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: a criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequeno burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo). Nesta primeira etapa, o jogo será antes de tudo dirigido contra o imperialismo e contra aquela parte dos grandes latifundiários que traem a Nação e que agem de comum acordo com o imperialismo (BASBAUM, 1976, p. 71 – grifos nossos).

Os contornos do modelo Democrático-Burguês ganham corpo definitivo nos congressos em 1954 (IV Congresso), 1960 (V Congresso) e 1967 (VI Congresso). Analisaremos seus principais aspectos e as consequências para a intervenção na política nacional do partido.

Após a violenta repressão sofrida pelos comunistas do PCB frente ao levante armado de 1935, realizou-se uma conferência de reorganização, conhecida como Conferência da Mantiqueira²⁵, para definir as bases para os próximos períodos. A Segunda Guerra estava entrando no seu final e a participação decisiva da URSS contra o nazi-fascismo possibilitaram o ressurgimento do partido comunista como uma força influente na política brasileira.

24 Os intelectuais apontados no trabalho são: Capistrano Abreu (2000), Oliveira Vianna (1952), Nestor Duarte (1939), Nelson Werneck Sodré (1958, 1962 e 1964).

25 Foi a 2ª Conferência Nacional do PCB, realizada em agosto de 1943 aos arredores da Serra da Mantiqueira. O partido se encontrava na clandestinidade depois de ser banido por Vargas durante o Estado Novo. O encontro aconteceu com o objetivo de reorganizar e definir ações partidárias no pós-guerra. Ver em https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=39:sobre-a-conferencia-da-mantiqueira&catid=1:historia-do-pcb, acessado em 10/01/2017.

O clima no Brasil era de abertura democrática com o fim do Estado Novo, anistia aos presos políticos e convocação de uma Assembleia Constituinte, além da legalidade partidária para os comunistas. Esse período foi, possivelmente, o de maior crescimento na história do partido, chegando a obter 10% dos votos na Constituinte, com quadro de 220 mil filiados no Brasil graças à campanha de aumento de 100% no salário mínimo e taxaço às grandes fortunas. Luiz Carlos Prestes é eleito senador (o mais votado) e mais 14 deputados federais, configurando a bancada comunista na Constituinte. Nas palavras do poeta Drummond – que foi editor do jornal comunista *Tribuna Popular* – o novo momento é “o tempo de partido, tempos de homens partidos”²⁶. Após o momento de euforia, o PCB volta à ilegalidade em 7 de maio de 1947, tendo o seu registro cassado e suas sedes fechadas pelo general Dutra.

Em meio à turbulência popular gerada pelo suicídio de Getúlio Vargas, o IV Congresso do PCB é realizado entre os dias 07 e 11 de novembro de 1954. Nesse congresso ficou definido o apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart para presidente e vice, ratificando as propostas do modelo Democrático-burguês e angariando a possibilidade de apoio a uma burguesia “nacionalista”²⁷ ao lado do PTB. Diz Morais:

Embora apresente em forma embrionária os elementos constitutivos do programa nacional-democrático da revolução brasileira, notadamente a ênfase na reforma agrária e na possibilidade de ganhar a burguesia nacional para a causa revolucionária, as resoluções do congresso deixam na penumbra a dimensão institucional da luta pela democracia (MORAIS, 1998, p. 191).

No IV Congresso as diretrizes aprovadas firmavam a tese de que o campo brasileiro fornecia produtos primários para as potências imperialistas, e estas por sua vez, tinham interesse em manter os latifundiários associados ao Estados Unidos. Nessa caracterização, os “latifundiários eram parasitas que viviam fundamentalmente da renda da terra”, travando o desenvolvimento da reforma agrária (Cf. PRESTES, 1955, p.60). Formava-se então uma coligação de interesses feudal-imperialistas que freavam o avanço das forças produtivas do Brasil. Nessas condições, tanto os industriais como os comerciantes eram prejudicados por esta estrutura, seja pelas mercadorias estadunidenses que adentravam com subsídios no mercado

26 Carlos Drummond de Andrade, *Rosa do Povo*, ed. Record, 2006, p. 38.

27 Nosso trabalho não nega a existência de uma burguesia interna com expressão divergente em interesses com o capital imperialista. Exemplo disso foi no período do governo de Kubitschek, em que essas nuances nacionalistas foi visto em 1958 em que esse governo rejeita o receituário do FMI para dar prioridades para a Operação Pan-americana e a OEA (Organização dos Estados Americanos). Porém, reiteramos a inexistência de uma burguesia progressista nacionalista capaz de levar adiante uma revolução democrática burguesa.

interno ou pela incipiência do mercado local.

No plano internacional, o movimento comunista é abalado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Acontecem duas mudanças principais que proporcionavam outros rumos das diretrizes dos partidos comunistas pelo mundo: o relatório que denunciava os crimes praticados no período do governo de Stálin e a nova linha adotada pela URSS, principalmente em relação à coexistência pacífica com as potências imperialistas capitalistas, linha que ficou conhecida como *via pacífica ao socialismo*.

Essa grave crise no PC russo desaguará na crise interna do PC brasileiro, com o documento chamado Declaração de Março de 1958. Jacob Gorender, um dos autores da declaração, relata os fatos posteriores à plenária:

Transcorreram alguns meses e parecia que as mudanças empacaram. (...) A esta altura, Dias (Giocondo Dias, que tornara-se o homem de confiança de Prestes, em substituição a Diógenes de Arruda Câmara – CMB) “me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães. Já se podia prever que a comissão eleita no pleno de agosto não produziria um trabalho satisfatório. Longe disso. O novo pleno do Comitê Central ia resultar em tempo perdido. A saída do impasse seria possível se Prestes apresentasse um documento alternativo, que receberia a preferência da discussão. Com aprovação do secretário-geral, os companheiros ali presentes eram convidados a elaborar e redigir o documento alternativo. Tratava-se de formar uma comissão ultra-secreta, desconhecida para o Comitê Central e mesmo para a Comissão Executiva. Todos os presentes aceitamos a proposta. Em numerosas reuniões, sob altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de Declaração de Março de 1958. Porque aprovada neste mês no pleno do Comitê Central, com ligeiras modificações e com o voto contrário de Amazonas e Grabois (GORENDER, 2011, p. 33).

A crise interna após a Declaração de Março provoca uma nova abordagem na linha política do partido, buscando uma interpretação mais concisa da realidade brasileira. Em síntese, as principais inovações da Declaração em relação às interpretações e estratégias anteriores foram: a) o reconhecimento de um desenvolvimento capitalista local e baseado na industrialização, com o fortalecimento da burguesia nacional e a necessidade de sua inclusão na frente revolucionária com papel de destaque; b) o apoio à ala nacionalista do governo Kubitschek, que estaria representando os interesses progressistas do país; e c) a substituição da

luta armada pela via pacífica para o socialismo, com atuação preferencialmente dentro da legalidade democrática e constitucional (Cf. MANTEGA, 1984, p. 167).

A crise interna fica mais nítida no V Congresso em 1960, em que a crítica à linha proposta no congresso anterior é duramente questionada. Nesse congresso, surgem dois tipos de divergências no núcleo do Comitê Central: as que tinham como centro a condução prático-política do PCB, que eram defendidas por membros do alto escalão diretivo, grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar; e de uma função teórico-interpretativa, representada pelas formulações analíticas de Caio Prado Jr. (Cf. MAZZEO, 2003, p.160).

Essa cisão, que foi consequência indireta da Declaração de Março de 1958, dividiu o partido comunista em dois. Em 11 de agosto de 1961, o semanário *Novos Rumos* (que substituiu a *Voz Operária* como porta-voz do PCB) publicou o Programa e os Estatutos do Partido Comunista *Brasileiro*, com anexo de uma entrevista de Prestes que anunciava o encaminhamento de ambos os documentos ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de registro do partido. Na substituição “do Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obedecer um item da cassação judicial de 1947, alegando que o PCB não era um partido brasileiro, mas uma vertente da Seção da Internacional Comunista. Mesmo com esse argumento, o TSE negou o registro. Com isso, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar declararam defender as origens do verdadeiro partido comunista do Brasil nascido em 1922. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, que logo ficaria conhecido pela sigla PC do B. Assim, consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas no Brasil (Cf. GORENDER, *op. cit.*, p. 38).

1.1.4 – As bases teóricas do modelo Democrático-burguês e seu esgotamento

O modelo Democrático-burguês tem a sustentação teórica, nessa última fase, na obra de Nelson Werneck Sodré com os aportes teóricos dos “resquícios feudais”.

Um dos teóricos mais importantes na construção desse elemento analítico central (resquícios feudais) resultante do V Congresso do PCB — aquele que desenhará a forma teórico-política característica do quarto período do partido e que, *mutatis mutandis*, perdura até sua grave crise de 1992 — será, sem dúvida alguma, o grande

historiador marxista Nelson Werneck Sodré (MAZZEO, *op. cit.*, p. 160).

Autor de profícua obra, Sodré consolidou o modelo analítico principalmente em três trabalhos desenvolvidos durante suas atividades no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que são *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), *Formação Histórica do Brasil* (1962) e *História da Burguesia Brasileira* (1964). Na síntese dessas obras, a burguesia “progressista”, em sua “contradição” com o imperialismo, teria um papel decisivo na consolidação de uma democracia com um capitalismo nacional, em que, ao desenvolver-se, dissolveria os “resquícios feudais” presentes na formação social brasileira.

Na mesma linha do raciocínio de Sodré, Alberto Passos Guimarães, outro importante teórico do Modelo Democrático-burguês, mostrou em seu trabalho *Quatro Séculos de Latifúndio*²⁸ (1963, reeditado em 1968) que o setor latifundiário determina e orienta a política de armazenagem, de preço e de transporte, travando a industrialização. Diz Guimarães:

(...) o sistema latifundiário mantém até os nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria um exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional (GUIMARÃES, 1968, p. 203).

O mecanismo de controle exercido pelo latifúndio seria o domínio da propriedade fundiária e a exploração de grande parte do território brasileiro e, junto com o imperialismo, o domínio das divisas obtidas no comércio internacional pelo país, formando, segundo Guimarães, uma estrutura deficitária. Lembremos que Guimarães e Sodré estão escrevendo em pleno auge da industrialização (1950/1960). Lembremos que a discussão sobre o latifúndio feudal é negada já na década de 1930, no clássico livro *História Econômica do Brasil*²⁹, do economista Roberto Simonsen.

Pela influência intelectual, é Sodré quem dará as bases finais do modelo Democrático-burguês.

Nelson Werneck Sodré foi autor de uma vasta obra com 56 livros e quase 3 mil artigos. Desenvolveu sua habilidade de historiador em paralelo à de militar, na qual alcançou a patente de general-de-brigada. Foi para a reserva do Exército por se opor ao golpe contra a posse de João Goulart, retornando após a normalidade institucional, mas com o golpe de 1964 é

28 Alberto Passos Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, 3ª ed. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1968.

29 Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, 5ªed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.

licenciado de vez das Forças Armadas³⁰. Nos diversos livros Sodré tratou de desatar o nó sobre o “sentido da revolução brasileira” proporcionando diversos debates e causando inúmeras polêmicas. Dentre elas, o conceito de modos de produção ganhou maior projeção. Contudo, a rotulação sobre Sodré como o teórico da “via feudalismo no Brasil” esconde o intelectual que se preocupou em responder sobre as contradições internas da revolução brasileira.

Sodré procurou respostas das contradições endógenas da formação do Brasil moderno, onde a questão agrária e o capital imperialista barravam o desenvolvimento autônomo brasileiro. O constante uso do termo “feudalismo” na obra de Sodré é de caráter semântico, denotando que as relações de produção baseadas no latifúndio e na dependência pessoal do trabalhador (colonato, parceria e demais formas de produção), permitiu ao latifundiário extrair excedentes da terra. O termo “feudal” nos escritos de Sodré é sinônimo de formas pré-capitalistas de extorsão da renda da terra pela estrutura agrária (Cf. MORAIS, 2011, p.160).

O conceito de modo de produção feudal no pensamento de Nelson Werneck Sodré ganha mudanças ao longo do tempo. Os livros *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) e *Formação Histórica do Brasil* (1962) mostram como a temática vai tomando modificações. No primeiro livro é notável a presença de um conceito tradicional de feudalismo. Segundo o autor, “os feudos, realmente, constituíam organizações autárquicas, na peculiaridade econômica basilar do tempo, a da produção para o consumo imediato” (SODRÉ, 1944, p.9). O feudalismo aqui é considerado uma unidade produtiva de tendências *autossubsistentes*, sem trocas necessárias com outras unidades externas a ela. Sua produção é marcadamente agrícola, mas com um artesanato rude. Sodré concebia o feudo e o seu sistema social de “*medialismo*”. Nessa obra, o autor afirma que a Revolução de Avis (1383) foi um movimento da nobreza com caráter burguês, conjuntamente com as empresas de navegações, em que, Portugal mantém essa característica desde sua formação, onde a expulsão dos mouros dessa região marca o processo inicial (Cf. GRESPAN, 2011, p. 137). Nota-se que a abordagem sobre a Revolução de Avis aproxima-se das análises baguniana e caiopradiana, onde o capital comercial estava presente.

No segundo livro, de 1962, ocorre uma verdadeira inversão dos pontos de vista que o autor aponta em 1944. Embora admitindo a importância do grupo social dedicado ao comércio em Portugal dos séculos XIV e XV, Sodré deixa claro que de nenhum modo pode-se confundir

30 Duas semanas após o golpe militar de 1964, Nelson Werneck Sodré teve seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar. Com isso, ficou proibido de lecionar e de escrever artigos para a imprensa. Ver Paulo Cunha e Fátima Cabral (orgs), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2011.

esse grupo com uma classe burguesa dominante que teria influenciado cada vez mais na política do reino. Ao contrário, esse grupo sempre teve de enfrentar uma poderosa aristocracia militar, que distribuiu entre si a terra reconquistada aos muçulmanos e conferiu, sim, à sociedade portuguesa um traço feudal. Mesmo a unificação política não seria resultado de uma vitória da monarquia contra os poderes dos senhores, mas das necessidades de luta militar para a reconquista. E a Revolução de Avis também não pode mais ser entendida como um movimento “burguês”, apenas como uma etapa na centralização política (Cf. SODRÉ, 1962, p.139).

Nessa virada da abordagem, a expansão territorial, paradoxalmente, teria provocado um fortalecimento dos laços de servidão e um paralelo enfraquecimento do grupo ligado ao capital mercantil. Nas navegações do século XVI o financiamento passa pelo capital holandês, tornando-se viável à empresa açucareira ultramarina e sua progressiva transferência do capital comercial português à Holanda. Nesse ponto Sodré procura minimizar a importância dos mercadores portugueses nas navegações e na colonização do Brasil usando nota extraída de Celso Furtado para afirmar sua posição³¹. Sobre o processo da colonização o autor coloca no livro de 1962 que o “Brasil não poderia ter caráter mercantil ou capitalista, pois é o próprio colonizador, originário de uma área em que domina o *modo feudal de produção* que afirmará sua posição na colônia” (SODRÉ, 1962, p. 65-68, grifos nossos). Ao contrário da posição sustentada no livro de 1944, onde diz claramente que “a colonização é, por sua amplitude, fundamentalmente capitalista” (SODRÉ, 1944, p.67).

Continuando na análise da virada sobre o conceito de modos de produção feudal, no livro *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), o autor coloca que as relações feudais estavam já praticamente liquidadas com o início da Idade Moderna e que elas jamais se revestiram – em Portugal – de estabilidade e continuidade. Ainda coloca que a empresa das grandes navegações, as descobertas consequentes e o desenvolvimento mercantil pertenceram, pelas suas próprias características. Diz ele:

(...) a uma etapa nitidamente capitalista, verificaremos a inconsistência de qualquer argumento que leve à constatação da vigência de *relações feudais* na estrutura econômica e social da colônia (SODRÉ, 1958, p. 12, grifos nossos).

É importante frisar que Nelson Werneck Sodré adentra ao universo marxista somente no início da década de 1940, ficando fora do debate da primeira fase do partido onde já aparece

31 No livro *Formação Histórica do Brasil*, Sodré cita o livro *Formação Econômica do Brasil* de Furtado (nota 06, pág. 98).

o termo “restos feudais”. Porém, independentemente disso, Sodré torna-se o principal formulador da teoria da revolução em etapas e, conseqüentemente, do feudalismo no Brasil. A formação intelectual de Sodré recebeu influência direta do positivismo reinante nos meios militares latino-americanos, e quando o autor adentra ao partido e depara-se com as formulações feitas pelo Comintern, encontrará um vasto e fértil espaço teórico casando com suas posições.

O modelo Democrático-burguês permeou as diretrizes do PCB durante as três fases que, sinteticamente, abordamos nesse capítulo. Por se tratar de um partido comunista com preceitos teóricos marxistas, o modelo teve por base analítica o conceito de modos de produção para caracterizar a sociedade brasileira, identificando suas classes em luta e definindo sua dinâmica. O resultado dessa análise viu no Brasil um modelo semifeudal em transição ao capitalismo, e por isso, a necessidade de aliança com uma burguesia industrialista que proporcionaria a eliminação dos “restos feudais”.

No livro *História da Burguesia Brasileira* (1964a) Sodré diz que “no sertão, a sociedade brasileira apresenta traços que a assemelham com a sociedade medieval”, e essa semelhança também tinha traços de regime de servidão, caracterizado, no Brasil, como o trabalho livre da escravidão não assalariado, uma vez que submetido à prestação de serviços, ao trabalho em espécie ou à partilha dos frutos do trabalho com o latifundiário, configurando laços de dependência pessoal entre “servos” e “senhores”, e com a utilização irracional do solo com métodos improdutivos (Cf. SODRÉ, 1964a, p. 29).

A tese feudal brasileira via os imigrantes contratados para as fazendas de café como similares aos servos da gleba, pois já “chegavam com seu trabalho em dívida com os donos das fazendas, permanecendo subordinados aos senhores mesmo após a liquidação das dívidas” (SODRÉ, *op. cit.*, p. 250). Essa imigração com hipoteca não é exclusividade do Brasil, os EUA adotavam política parecida em que uma vez vencida a dívida, a “servidão temporária” caducava e o trabalhador ficava livre para oferecer sua mão de obra a quem pagasse mais.

O modelo Democrático-burguês influenciado por Sodré, que teve contornos finais nos IV e V Congresso do PCB, definia o Brasil como uma país agrário-industrial e semicolonial, em que, predominavam relações de produção arcaicas semifeudais com uma industrialização incipiente. Nas palavras de Sodré:

Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos *idêntica à dos países europeus*, corresponde a uma tarefa em muitos pontos

idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O *Nacionalismo* apresenta-se, assim, como libertação (SODRÉ, 1958, p. 180 – grifos nosso).

Essa dualidade entre indústria e agricultura, que permeou a política Democrática-burguesa, começava a esvaziar o sentido quando a acumulação de capital com base urbano-industrial passava a força hegemônica da economia na segunda metade do século XX. Conforme Maria C. Tavares³² aponta, em 1956 o produto industrial passava à frente do produto agrícola em inversões de renda, possibilitando uma transferência de renda do setor agrícola para a indústria via bancos. Contrariamente a isso, Sodré (1964), identificava que o avanço do “setor industrial aumenta a uma taxa média anual de 7,5% entre 1939 e 1956, superior à expansão da agricultura, cuja taxa ficou na marca de 2,5%” (p. 263). Essa expansão industrial não acompanhou a evolução dos preços, pois a “agricultura obteve entre 1945 e 1952, 142,7% de aumento, enquanto os preços industriais foram de 54,5%”, no mesmo período (p. 364). Concluindo assim, a industrialização sofreria uma espécie de travamento em seu desenvolvimento devido à dualidade contraditória existente, pois os dados indicavam uma transferência de renda da indústria para a agricultura devido ao fato de os preços dos produtos agrícolas serem mais atrativos que os industriais.

Tavares indica que ocorreu ao contrário, por mais que os números digam o oposto. Para ela, os indicadores de preços não são confiáveis pois carecem de sistematização mais detalhada.

Os indicadores de preços relativos são contraditórios. Os dois únicos índices de preços disponíveis – o de preços por atacado e o deflator implícito – apresentam comportamentos diferentes. Os deflatores implícitos setoriais (agricultura e indústria) indicam que se moveram a favor da agricultura, enquanto que os preços por atacado nos últimos 15 anos indicam uma ligeira tendência em sentido contrário. Ainda que os deflatores implícitos reflitam corretamente o que se passou com os preços ao nível do produtor (e existem dúvidas dada a forma como são confeccionados), isso não revelaria uma transferência via mecanismo de preços do setor industrial para a agricultura. Esta só poderia efetuar-se ao nível das relações de troca, isto é, dos preços

32 No livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, 1977, p. 104, Tavares coloca que “o setor agrícola, apesar de ter apresentado uma taxa de expansão razoável, sobretudo do período recente, permaneceu, ao menos em termos globais, com a sua estrutura inalterada”. Voltaremos ao debate do processo de expansão industrial no segundo capítulo do trabalho.

ao produtor deflacionados pelos preços de compra dos dois setores, cujos mais próximos indicadores são os preços por atacado (TAVARES, 1977, p. 134, nota 5).

Ao nosso entender – acompanhando Tavares – não existe uma dualidade contraditória entre a agricultura e a indústria nesse período, mas transferência de um setor ao outro se deu devido à abertura de uma frente de inversão de renda proporcionada pela proteção cambial do mercado interno favoráveis para a indústria, e também, pelo confisco cambial que recaia na agricultura (café), pois era a moeda de inversão no mercado externo. E o conflito existente em torno das taxas de câmbio que Sodré aponta, alegando a existência de uma divisão entre os latifundiários ligados ao imperialismo com os empresários nacionalistas, não se confirma. A divisão das burguesias se deu, de um lado, com o setor agroexportador e a burguesia industrial, e, do outro, com a burguesia comercial importadora, que preferia um cruzeiro mais valorizado para baratear as mercadorias estrangeiras.

Outra controvérsia que sempre acompanhou a concepção Democrático-burguesa foi o papel do imperialismo e seu antagonismo com a burguesia nacional. Nessa concepção, a exploração imperialista bloqueava o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, seja ao se apropriar do excedente produzido na agricultura e por reforçar a estrutura semicolonial, seja pela descapitalização do país ao remeter os lucros gerados dentro do país para o exterior. Isso explicaria a baixa taxa de acumulação e seu ritmo lento de expansão industrial no Brasil. Na caracterização feita pelo modelo, a burguesia tinha seu viés nacionalista e, conseqüentemente, também carregava traços anti-imperialistas. Conforme apontou Simonsen em *Discurso de Outubro de 1943*³³, na época inicial da industrialização registraram-se manifestações esporádicas de empresários criticando o imperialismo comercial, que estaria causando prejuízo para o país em relação às mercadorias trazidas, crítica similar à constatação da *deterioração dos termos de troca*, desenvolvida pelos cepalinos.

A crítica dos empresários se pautava nas atividades do imperialismo comercial que estivessem atravancando os passos da indústria. Porém, toda a iniciativa em favor da industrialização era bem-vinda, mesmo quando provenientes do capital estrangeiro. Com isso, conforme a *Carta de Teresópolis de 1945*, a burguesia industrial declarava-se favorável à participação de empresas estrangeiras no nosso parque industrial desde que contribuíssem para

33 Vide a respeito Roberto Simonsen, “Discurso de Outubro de 1943”, em *Evolução Industrial do Brasil*, 1973, p. 290.

o seu desenvolvimento. Diz a carta:

O capital estrangeiro já incorporado à vida brasileira *merece ter tratamento idêntico* ao dispensado ao nacional. Deve, ainda, ser *facilitada a entrada de equipamentos* e de técnicos, destinados a assegurar o êxito dos investimentos de real interesse para nossa economia, e permitida a participação, *sem preponderância*, dos *capitais estrangeiros* – inclusive nas indústrias de mineração e empresas de eletricidade. Entre outras *facilidades*, deverá ser considerada, dentro das nossas possibilidades financeiras, a da *transferência de juros e dividendos* para o estrangeiro, e evitada a dupla tributação internacional, por meio de acordos bilaterais (*apud*, CARONE, 1977, p.379-381, grifos nossos).

Na Carta, percebe-se que a burguesia brasileira era favorável ao capital estrangeiro e buscava seus recursos para desenvolver sua indústria, posição que será mantida ao longo dos anos 1950 e 1960 com grande afluxo de grupos econômicos industriais estrangeiros migrando para o Brasil³⁴. Aliás, em várias oportunidades a burguesia “nacional” saiu em defesa das empresas estrangeiras instaladas no país, como por exemplo, em 1953, “quando as empresas montadoras de veículos eram acusadas de mero arremedo de atividades fabris, uma vez que se limitavam a reunir os componentes trazidos do exterior” (*Boletim Informativo*, editorial de 07/12/1955, *apud*, MANTEGA, 1984, p. 194).

Após esse processo de intensa industrialização da economia brasileira – substituição de importação – a tática política Democrático-burguesa, que caracterizava o campos com “resquícios feudais” não fazia sentido. A realidade era mais dinâmica que o modelo. Nesse interregno, a crítica da política de frente ampla com a burguesia foi elaborada pelo historiador paulista Caio Prado Jr., no clássico livro *A Revolução Brasileira*, de 1966. Abrindo a crítica à *teoria consagrada* e sua transposição da Rússia para o resto do mundo, ele diz:

A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “*democrático-burguesa*”, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (PRADO JR.,

34 A defesa ao capital estrangeiro não era feita às cegas. A promulgação da Instrução 113 da SUMOC, em janeiro de 1955, provocou reações da burguesia industrial quanto à sua posição perante o capital estrangeiro. A Instrução 113 permitia que as empresas estrangeiras realizassem importações de equipamentos sem cobertura cambial, enquanto as empresas brasileiras continuavam obrigadas a obter divisas estrangeiras nos chamados leilões de câmbio, pagando dólares mais caros para suas importações. Com esse privilégio, a burguesia “nacional” protestou em relação à cobertura cambial dada a empresas estrangeiras e não dadas às empresas brasileiras, ficando nítido que o protesto era para eliminar as vantagens e não a entrada do capital estrangeiro. Ver a história da SUMOC em: <https://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/historiaSumoc.asp>, acessado 09/11/2016.

2004, p. 36 – grifos nossos).

Prado Jr., ao criticar a existência de um modelo universal de revolução proporcionou o resgate das especificidades do desenvolvimento histórico de nossa formação social. Assim, para a compreensão da realidade brasileira é fundamental trazer e desvendar a aparente contradição entre a universalidade do capital e as formas singulares com que essa relação social se desenvolve nas várias formações sociais. Com isso, Prado Jr. apontava que a,

natureza essencialmente única do capitalismo, que é um só e o mesmo em toda a parte, alterando em graus de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que reconhecia que essa relação social assume características peculiares nas diversas formações sociais (PRADO JR., 2004, p.18).

Como não distinguiu as particularidades em que o capitalismo se insere nas diversas formações sociais, o esquema teórico apresentado no VI Congresso da III I.C. e adotado pelo PCB, considerava que as formações sociais obrigatoriamente passariam por etapas ou estágios históricos sucessivos para romper o jogo feudal e adentrar ao capitalismo até atingir o socialismo. Concepção que carrega traços do positivismo, por isso, alheio ao marxismo.

No estabelecimento das bases em que assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, (...), não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país – coisa aliás que na sua maior e principal parte era por eles ignorada, como logo veremos – mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido *a priori* e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse *esquema*, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as *etapas* a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o *feudalismo* e o *capitalismo*. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (PRADO JR., *op. cit.*, p.32 – grifos nossos).

O golpe de Estado perpetrado pelas Forças Armadas em 1964 obrigou o PCB a reavaliar suas posições em relação às ilusões de uma burguesia brasileira nacionalista. Porém, as Resoluções do VI Congresso, em 1967, situam o golpe de Estado sob responsabilidade do grupo “entreguista” em contraposição ao grupo “nacionalista” e, dessa forma, conclama a burguesia “nacional” a formar uma frente anti-imperialista e anti-latifundiária, ou seja, ratificando as mesmas alianças que vinham ocorrendo no modelo Democrático-burguês anteriormente.

A crítica aos “resquícios feudais” do modelo Democrático-burguês – que reafirmava as mudanças estruturais feitas por etapas – foi criticada também pelo historiador Sérgio Bagú, em seu brilhante livro *Economía de la sociedad colonial, ensayo de historia comparada de América Latina* (1949), que muito influenciou a Escola Marxista da Dependência. No livro, o autor levanta a situação peculiar que a Espanha e Portugal vivenciaram no período pré-colonização das Américas e aponta a inexistência de uma Idade Média predominantemente feudal nessas regiões. A característica da Europa hispânica e sua inserção centralizada no capitalismo comercial após a expulsão dos árabes influenciou no processo de colonização. Segundo o autor:

Ambos países viven el proceso de la dominación árabe y las luchas por la reconquista, abriendo una época de inestabilidad que debilita el feudalismo en la península, originando una comunidad campesina que se vuelve propietaria de las tierras que cultiva y la necesidad de hombres libres, es decir, no sujetos a la gleba. La gran propiedad territorial aparece muy tarde, por los siglos X y XI, casi 200 años después que em Francia. Las necesidades de la guerra también determinan la existencia de una estructura financiera, alimentada por capitales privados, al tiempo que impulsan el comercio interior (BAGÚ, 1992, p. 26).

Segundo Bagú, o fator de unificação nacional é o responsável pela monarquia com poderes para subjugar a aristocracia feudal antiga em contraposição à aristocracia formada pelos senhores da guerra, responsável pelo processo de reconquista. Esse processo o autor denominou de “postergação feudal”, em que se mesclou com o capital comercial advindo de Barcelona com o comércio do mediterrâneo. Portugal, a partir do século XII, passa a se vincular com o comércio de Flandres, possibilitando ao capital comercial se fixar na Península Ibérica. Essas características dissolvem um feudalismo que nunca pode se assentar completamente como na França. Diz o autor:

Todos estos son elementos disolventes de un feudalismo que nunca pudo asentarse del todo, a la vez que son elementos impulsores de una economía moderna al final de la Edad Media em España y Portugal. La parte final de la Reconquista empata con el largo proceso mediante el cual se disolvía el feudalismo de europa occidental y se iniciaba la acumulación originaria. La expansión de la manufactura, la creación de mano de obra barata hacían realidad em los outros países de europa occidental la existencia del mercado interior. Para España y Portugal, sin embargo, esta precocidad em lo referente a la economía moderna, esta aparente riqueza, no consolida una estructura productiva moderna porque ella es inexistente. El capital comercial y financiero no es nacional. La industria manufacturera no cubre las necesidades del

mercado interno, no hay una industria agropecuaria bien desarrollada. En estos problemas mucho tiene que ver la expulsión de los judíos, fuertemente enraizados em la economía nacional u de los árabes, pilares de la agricultura (BAGÚ, 1992, *apud*, MILLÁN, 1994, p. 151).

O capitalismo, segundo Bagú, seria um sistema expansivo que não produz em todas as regiões as mesmas formas de relação, sem que por isso deixem de ser capitalistas. As condições específicas de Espanha e Portugal em relação ao resto da Europa foram determinantes para a conformação específica da sociedade colonial nas Américas. O autor caracteriza a colonização em elementos determinantes e condicionantes.

Por elementos determinantes compreende o meio geográfico do novo mundo e os sujeitos históricos entendidos como mão de obra e estrutura produtiva indígena, que a Espanha encontrou no México; o que não ocorreu com Portugal, e esse recorrendo à mão de obra escrava. Bagú criticava as concepções raciais desse período, afirmando que as causas da inserção desse tipo de trabalhadores seria econômica. Por elementos condicionantes, o autor se refere à existência das exigências do mercado internacional e a criação do mercado colonial, com forte influência da igreja. Assim, com esses elementos intercambiados iria se formando a sociedade colonial, marcada com as especificidades do capitalismo ibérico sem traços feudais, que o autor chama de “enquistamiento”.

O livro de Sérgio Bagú ganha notoriedade na historiografia mundial. Sua proposta inovadora de negar os “resquícios feudais” nos países ibéricos e, conseqüentemente nas colônias, influenciou Caio Prado Jr. diretamente. A influência chega também em Ruy Mauro Marini na sua busca por uma literatura propriamente latino-americana que desse conta de interpretar o desenvolvimento capitalista de forma original, fora do escopo esquemático trazido de fora. O resultado se mostrou frutífero com a obra de três tomos intitulada *La teoría social latinoamericana*, organizada por ele e Mária Millán³⁵.

Outro autor que fez a crítica aos “resquícios feudais” é André Gunder Frank com o livro *A agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*, (1964). No livro, Frank criticou a existência da dualidade na sociedade brasileira entre uma parte urbana (industrial) e outra rural (feudal), que se constitui em setores separados, autônomos.

A possibilidade de se identificar as modalidades dos dois setores, respectivamente

35 Mária Millán, *La teoría social latinoamericana*, tomo I, Edições El Caballito, México, 1994.

feudal e capitalista, facilita além do mais a cirurgia separada num deles, a agricultura feudal, para curar o organismo em sua totalidade (FRANK, 1964, p. 63).

Essa separação traria consigo uma dinâmica também separada, o que na percepção de Frank seria a negação de uma dinâmica comum, acarretando, por sua vez, na negação dos fundamentos da teoria e do método marxista. O autor identifica duas fontes de confusão oriundas dessa interpretação dualista da sociedade. A primeira delas refere-se à questão semântica de uso das designações “feudal” e “capitalista”, geralmente utilizadas como modalidades do sistema social e não são separadas. A segunda confusão refere-se à natureza do sistema feudal e capitalista, sendo a característica feudalismo um sistema fechado, com produção voltada para subsistência e, portanto, sem relação alguma com o mercado externo. O capitalismo, diz o autor, tem sua expansão para o mercado mundial e estimula tanto o subdesenvolvimento como o próprio desenvolvimento. Diz nosso autor:

[...] o sistema capitalista produziu sempre [...] tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento do Brasil é tanto produto da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista quanto o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do nordeste é determinado pelo capitalismo tanto quanto o desenvolvimento de São Paulo. Efetivamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento, cada um, causa e é causado pelo outro, no desenvolvimento do capitalismo como um todo (FRANK, 1964, p. 65).

Essas formulações esboçadas por André Gunder Frank influenciou diretamente a Teoria Marxista da Dependência, principalmente o contato com o grupo no CESO, Chile.

Nesta seção nos propusemos a dissertar sobre o modelo Democrático-burguês colocado pelos pecebistas, trazendo para o centro do debate a história da construção do modelo e seu limite frente à realidade brasileira. Continuaremos a analisar outro modelo de desenvolvimento nacional colocado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e sua proposta de desenvolvimento pautada na indústria nacional.

1.2 – O modelo Nacional-desenvolvimentista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

O que estamos chamando de modelo Nacional-desenvolvimentista foi um projeto político-econômico desenvolvido por intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante os anos de 1955 a 1964, quando sua existência é interrompida pelo golpe militar.

As implicações importantes para nosso objeto de estudo a propósito dos projetos e teorias isebianas, são aquelas que adentram na crítica da dependência econômica internacional, configuradas em suas formulações, e a necessidade de promover o desenvolvimento nacional, isto é, acabar com o atraso social e com a improdutividade econômica por meio do planejamento e da superação do subdesenvolvimento. No entanto, a proposta levada a cabo pelos intelectuais isebianos não era homogênea. Havia ao menos duas posições mais evidentes, simbolizadas na atuação de pelo menos dois de seus pesquisadores: a primeira, do cientista político Hélio Jaguaribe, mentor intelectual do instituto desde os tempos do IBESP,³⁶ que fazia a defesa de um nacionalismo de fins, considerando a mediação de capitais estrangeiros para a superação do atraso nacional; a segunda, do sociólogo, Alberto Guerreiro Ramos, que defendia um projeto de Revolução Brasileira que descartava quaisquer iniciativas de superação do subdesenvolvimento que fizesse uso dos investimentos estrangeiros no país.

Para entender essas duas posições antagônicas presentes no ISEB é importante que caracterizemos um pouco mais o surgimento do Instituto e sua breve história, interrompida por força do golpe militar. Há duas fases mais demarcadas na vida do Instituto: uma fase inicial que ficou conhecida como nacional-desenvolvimentista propriamente dita, que acompanha basicamente os anos do governo Juscelino Kubitschek; e o período conhecido como último ISEB, que acompanha basicamente o período do governo João Goulart (Cf. LOVATTO 2010b).³⁷ Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos são nomes presentes na fase inicial do instituto.

36 O IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política precedeu o ISEB, e tinha sido criado ainda sob a presidência de Getúlio Vargas, em 1953, e já contava com a presença dos principais autores que viria a compor o ISEB, criado no governo Café Filho.

37 “Toledo chega a identificar três fases na história do Instituto, pois dado o detalhamento de sua pesquisa, o autor procurou diferenciar uma fase bem inicial, onde predominavam figuras de influência liberal muito acentuada e que depois não se firmaram no Instituto. Mas a rigor, o que se destacam são as duas fases subsequentes (e principais) – a que acompanhou o período juscelinista e a que acompanhou a fase do governo João Goulart, particularmente no tocante às reformas de base” (LOVATTO, 2010b, p. 70). A autora refere-se

Ainda sobre a periodização do ISEB é importante destacar que o estudo pioneiro feito sobre o Instituto foi de Caio Navarro de Toledo,³⁸ concluído em 1974, dez anos após seu fechamento, antes ainda da abertura política, quando o acesso aos documentos do ISEB não estava totalmente acessível (TOLEDO, 1977). Este estudo apresentou um panorama das propostas e autores da fase isebiana nacional-desenvolvimentista,³⁹ destacando portanto o que ficou conhecido como “isebianos de primeira hora”, a saber: Hélio Jaguaribe, que ficou responsável pelo Departamento de Ciência Política; Guerreiro Ramos, pelo de Sociologia; Ewaldo Correa Lima, pela Economia; Álvaro Vieira Pinto, pela Filosofia; Cândido Mendes, pela História; Roland Corbisier, como Diretor. Embora não coordenasse nenhum departamento já estava também presente Nelson Werneck Sodré que permaneceria até a repressão sobre o ISEB, em 1964, juntamente com Álvaro Vieira Pinto, que seria seu diretor de 1961 a 1964. O segundo estudo de porte panorâmico sobre o ISEB, desta vez problematizando sua última fase foi desenvolvido por LOVATTO (2010b), momento em que o Governo João Goulart propunha as Reformas de Base, que culminaram num acirramento da correlação de forças naquele momento da realidade brasileira e mundial. O discurso dos isebianos neste período estava marcado fortemente pela proposta de realização de uma revolução brasileira, e o mote editorial para isso foi uma Coleção que vendeu a impressionante cifra de 1 milhão de exemplares (Cf. LOVATTO, 2010b), chamada *Cadernos do povo brasileiro*, com 28 volumes produzidos em apenas dois anos (1962-64).

Nessas duas fases bem demarcadas do ISEB, a defesa do nacionalismo foi a tônica, com os diferentes conteúdos que lhe iam sendo atribuídos, daí o conjunto de intelectuais que escreveram no ISEB não terem chegado exatamente às mesmas propostas. Para desenvolver um projeto para o Brasil que superasse o subdesenvolvimento, o ISEB foi pensado inicialmente por seu principal mentor, Jaguaribe, como um órgão estatal que recebesse financiamento público para se tornar uma espécie de *intelligentsia* burguesa progressista nacional, com condições de pesquisar e, principalmente, publicar massivamente suas ideias. Isso não aconteceu. Por dois motivos: não só porque o financiamento foi muito insuficiente, mas porque a burguesia brasileira, de caráter subordinado, não viu no ISEB o interlocutor de suas propostas para o Brasil.

ao estudo de TOLEDO (1982, p.10).

38 *ISEB: Fábrica de Ideologias* (1982).

39 Toledo chega a identificar três fases na história do Instituto, mas apenas para dizer que houve uma fase muito inicial e que não se firmou com a presença de figuras de influência liberal muito acentuada e que depois não se firmaram no Instituto, entre eles, Miguel Reale e Roberto Campos.

Segundo Lovatto, “a ideia de criar o ISEB como instituição diretamente ligada ao Estado era um tanto diferente daquilo que acabou sendo efetivado” (2016, p.54). Quando Jaguaribe, entregou o projeto, nos idos de 1953-54, de um instituto de estudos políticos – ao então ministro da Educação, Antonio Balbino, ainda durante o mandato de Vargas – a ideia era mais ampla e previa duas coisas (Cf. LOVATTO, 2016, p.54): em primeiro lugar, algo semelhante ao *Collège de France* ou, num exemplo mais latino-americano, *El Colegio de México*; o segundo aspecto era a criação de uma grande editora para publicar a produção ali realizada, como por exemplo a *Presses Universitaires de France*, que permitisse ao intelectual brasileiro “um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, trazidos para o português” (JAGUARIBE, 2005, p.34).

Os diferentes intelectuais do ISEB que se propunham, portanto, a compor uma *intelligentsia* brasileira não tinham uma visão homogênea sobre o nacionalismo, embora preservassem muitos pontos em comum (Cf. LOVATTO, 2016). Jaguaribe tinha uma posição peculiar entre eles, “porque aceitava de uma forma bastante singular a presença de capitais estrangeiros no desenvolvimento industrial do Brasil. Naquele momento histórico, o nacionalismo aparecia sob diversas formas e correntes” e, no caso de Jaguaribe, “a defesa foi de um nacionalismo de fins, que pudesse construir uma autonomia no processo de desenvolvimento brasileiro, por meio da utilização dos capitais estrangeiros presentes em nossa economia, bem como na constituição de um estado funcional em substituição a um estado cartorial”. Esta polêmica tese do autor – vista no debate da época como uma espécie de “entreguismo” – foi objeto de debates acalorados e dividiu opiniões, “causando rupturas praticamente irreversíveis no quadro da intelectualidade brasileira do pré-1964”, na medida em que a maioria dos outros intelectuais dos departamentos do ISEB propugnavam a formação de um capitalismo nacional autônomo. Um dos exemplos mais destacados, além de Guerreiro Ramos que já referimos, era também o do filósofo Álvaro Vieira Pinto, que escreveu não só no período inicial do ISEB, mas especialmente na Coleção que dirigiu na fase final do ISEB, com o Caderno “Por que os ricos não fazem greve?” (PINTO, 1962), que vendeu à época a impressionante cifra total de 100 mil exemplares, por meio de 5 reedições.

Para aquilo que nos interessa no presente trabalho, a pergunta que se coloca é: o ISEB desenvolveu uma teoria que propusesse a superação, de fato, do subdesenvolvimento? A eventual dependência estrutural do país foi diagnosticada? A resposta que encontramos – dentro da não homogeneidade dos autores que marcaram as duas fases do ISEB – foi de que, pelo

menos parte significativa dos autores da primeira fase estavam autenticamente preocupados com isso (exceção disso foi com certeza Hélio Jaguaribe); e a maioria absoluta dos autores do chamado “último ISEB” estavam indicando os caminhos da dependência estrutural e a superação do subdesenvolvimento. No entanto, uma observação fundamental faz-se necessária: na primeira fase, a eventual superação do subdesenvolvimento se daria majoritariamente pelo caminho de um capitalismo autônomo nacional; na segunda fase, por meio da estratégia de uma revolução. Neste último caso, houve duas posições táticas distintas: a) uma que propunha uma revolução democrático-burguesa, unindo o setor progressista da burguesia nacional (com o proletariado), contra o latifúndio e o imperialismo, e, depois dessa “etapa”, a propositura de uma revolução de caráter socialista; b) a transição direta para uma revolução socialista, sem a aliança tática com a burguesia nacional. Embora presente, esta última posição tática era minoritária.

Diante disso, podemos dizer que o ISEB, da fase nacional-desenvolvimentista propriamente dita, apontou uma proposta, mas não de forma eficaz para a superação do atraso estrutural, excetuando-se o caso mais explícito de estratégia de revolução brasileira, apontado por Guerreiro Ramos em “Mito e verdade da revolução brasileira”.⁴⁰ No entanto, por questões internas do ISEB, este autor não permaneceu nos quadros do Instituto o que, se tivesse acontecido, provavelmente estaria em plena consonância com o último Iseb, na medida em que o indicativo da superação do atraso estrutural passou pela Coleção Cadernos do Povo brasileiro. É sobre essas duas posições que agora passamos a destacar que vamos construir a interlocução com nosso objeto de estudo.

1.2.1 – O Iseb de Hélio Jaguaribe

Como já referimos, Hélio Jaguaribe foi claramente o mentor intelectual da proposta e, paradoxalmente, não exerceu a influência teórica interna que desejava, pois acabou se desligando do ISEB em abril de 1959, em função de uma polêmica discussão com Guerreiro Ramos, que teve um desfecho dramático para os dois, pois ambos acabaram não continuando suas trajetórias no instituto. A polêmica se deu em torno do livro de Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), onde o autor defendia a tese de que o petróleo brasileiro

40 Guerreiro Ramos, *Mito e verdade da revolução brasileira*, 2016.

poderia ser explorado pela Shell, contanto que este investimento estrangeiro fosse utilizado para a superação de nossa descapitalização interna. Isso em tempos de assembleias vigorosas da UNE – além das Ligas Camponesas, CGT, greves etc. – onde o “entreguismo” estava a ser combatido com todas as forças. Guerreiro Ramos levou o livro de Jaguaribe, ainda no prelo, numa assembleia da UNE e o estopim foi aceso. Detalhes dessa polêmica podem ser buscados em *A verdade sobre o ISEB*, de Nelson Werneck Sodré (1978).⁴¹

Jaguaribe colocava a necessidade de um projeto desenvolvimentista com bases nacionais para impulsionar a industrialização do Brasil. Sob essa ótica, agrupavam-se, de um lado as “forças progressistas” (formadas pela burguesia industrial, juntamente com os trabalhadores rurais e urbanos cujas condições de vida deveriam elevar-se com a maior industrialização) e do outro lado as “forças mais retrógradas do país” (formadas pela “burguesia latifundiária”, pelo “setor mercantil da burguesia urbana” e pela “pequena burguesia radical” - esta última bastante representada dentro das Forças Armadas) (JAGUARIBE, 1962, p. 179).

Para este pensador do ISEB, o grande entrave para o desenvolvimento era a restrição do mercado consumidor dos produtos industriais. O efeito restritivo ao consumo doméstico é o que colocaria a exclusão do mercado manufatureiro industrial, em que, mais de “50% da população ganha salário mínimo, são pagos praticamente apenas o suficiente para a aquisição de alimentos”, impondo uma limitação adicional ao mercado interno para consumo de bens duráveis. Então, o “regime arcaico e semifeudal” de exploração da terra restringiria o mercado consumidor dos produtos industriais, além de elevar os custos urbanos, uma vez que oferecia alimentos em quantidade inferior ao crescimento de sua demanda. Na situação de subdesenvolvimento, segundo Jaguaribe, as “forças dinâmicas irão liderar as transformações reclamadas pelo desenvolvimento nacional”, poderão emergir nas diversas (frações) de classe dentro da “burguesia nacional”. O modelo mais adequado para “a promoção do desenvolvimento do Brasil após 1930 seria o nacional-capitalismo”, e por isso, a escolha da classe que levará adiante esse processo recai “sobre a classe dos empreendedores da burguesia nacional, capitaneada pelo Estado, que surge como coordenador de toda economia” (JAGUARIBE, *op. cit.*, p. 204).

As implicações importantes da teoria política iseiana, que adentra na crítica da

41 O caso é descrito em detalhes e problematizado em *A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe*. LOVATTO (2010a).

dependência econômica internacional configuram-se em suas formulações e a necessidade de promover o desenvolvimento nacional, isto é, acabar com o atraso social, com a improdutividade econômica através do planejamento e da superação do subdesenvolvimento. A proposta levada a cabo pelos intelectuais isebianos separava a sociedade brasileira em setores tradicionais, parasitários, atrasados, estáticos, que estão representados pelos latifundiários, a burguesia mercantil, a classe média improdutiva e mesmo parte do proletariado; do outro lado, estão os modernos que são a burguesia nacional e os demais grupos que participam de seu projeto progressista. Essa suposta clivagem escondia os pressupostos das classes sociais da sociedade brasileira, e apontava para o exterior a responsabilidade do atraso, deixando secundário o capital.

A superação do atraso, segundo Jaguaribe, estaria na inserção cultural do ocidente e em reunir todas as classes em torno do objetivo comum do desenvolvimento, além de superar a baixa capitalização. O país era atrasado porque subcapitalizado e estaria impedido pelos estrangulamentos – culturais, sociais, econômicos e políticos – a alcançar seu desenvolvimento nacional. Neste aspecto, o capital estrangeiro ajudaria a superar o atraso e possibilitaria o arranque necessário para a industrialização.

Por isso o conteúdo da proposta nacionalista teria que dar conta de apresentar o instrumento necessário à superação desse atraso e deveria ser um nacionalismo de *fins* e não um nacionalismo de *meios*. Devido à baixa capitalização do país importaria, em primeiro lugar, o aumento de sua poupança interna através da utilização de capitais estrangeiros, pois esta era a maneira mais rápida de alcançar o desenvolvimento nacional. A *finalidade* seria o desenvolvimento e para isso o *meio* necessário não só poderia, como deveria fazer uso dos capitais estrangeiros (LOVATTO, 2010a, p. 65 – grifos da autora).

Maria S. Carvalho Franco na introdução do livro de Toledo (1977) defende que para os isebianos, desalienação e nacionalismo se realizariam com plenitude do capital, liberado dos entraves exteriores, e a contradição capital-trabalho se esconderia no manto do Estado- Nação. Diz a autora:

Daí, a teoria da história que elaboraram – as etapas ou fases em que se processa o desenvolvimento econômico, em que ocorre a gênese da consciência e em que se origina a atividade política – se apoiar de modo consistente na teoria da estratificação social de que se valeram. Sua visão anula as diferenças geradas no processo produtivo, elimina os conflitos de classe e propõe uma aliança em torno dos objetivos coletivamente definidos de vencer o subdesenvolvimento, aumentando a

produtividade, levando à pacificação do social e à realização do Bem Comum (FRANCO, 1978, p.13).

Segundo Franco, nos pressupostos isebianos não poderia haver uma crítica ao processos de expansão do sistema capitalista, ficando apontada a crítica ao *estrangeiro* do que contra o capital, e mesmo criticando o externo só o faz abstratamente, deixando de lado a crítica ao imperialismo. Nessa linha, o Estado aparece como instância racionalizadora, dotado de planejamento, mediação necessária para o desenvolvimento e não como um instrumento de opressão de classe.

1.2.2 – O Iseb dos *Cadernos do povo brasileiro*:

Enquanto no ISEB da fase nacional-desenvolvimentista as proposições mascaravam as determinações de classe – e estavam conjugadas ao objetivo de superar o subdesenvolvimento, “completando o capitalismo” – nos *Cadernos do povo brasileiro*, produzidos no *último ISEB*, aparecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para fazer florescer as determinações de classe (Cf. LOVATTO 2010b). Esse discurso classista era insuportável para as forças que “tentavam dar o golpe fatal na democracia desde os tempos do suicídio de Vargas (1954), da tentativa de impedimento da posse de Juscelino (1955) ou, mais tarde, do golpe parlamentarista (1961)” (LOVATTO, 2010b, p. 82).

Os *Cadernos* têm diferentes autores, mas com temáticas coordenadas entre si, como se percebe pelo quadro abaixo, que foi retirado e reproduzido aqui, do estudo desenvolvido por Lovatto (2010b):

Vol.	Autor, edição, título
01	JULIÃO, Francisco (1962). <i>Que são as Ligas Camponesas?</i>
02	SODRÉ, Nelson Werneck (1962). <i>Quem é o povo no Brasil?</i>
03	PEREIRA, Osny Duarte (1962). <i>Quem faz as leis no Brasil?</i>
04	PINTO, Álvaro Vieira (1962). <i>Por que os ricos não fazem greve?</i>

05	GUILHERME, Wanderley (1962). <i>Quem dará o golpe no Brasil?</i>
06	THEOTÔNIO JÚNIOR (1962). <i>Quais são os inimigos do povo?</i>
07	COSTA, Bolívar (1962). <i>Quem pode fazer a revolução no Brasil?</i>
08	HOLANDA, Nestor de (1963). <i>Como seria o Brasil socialista?</i>
09	OLIVEIRA, Franklin de (1963). <i>Que é a revolução brasileira?</i>
10	SCHILLING, Paulo R. (1963). <i>O que é reforma agrária?</i>
11	MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá (1963). <i>Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?</i>
12	MONTEIRO, Sylvio (1963). <i>Como atua o imperialismo ianque?</i>
13	MIGLIOLI, Jorge (1963). <i>Como são feitas as greves no Brasil?</i>
14	HOFFMANN, Helga (1963). <i>Como planejar nosso desenvolvimento?</i>
15	GUERRA, Aloísio (1963). <i>A Igreja está com o povo?</i>
16	MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno (1963). <i>De que morre o nosso povo?</i>
17	BAILBY, Eduard (1963). <i>Que é o imperialismo?</i>
18	DUARTE, Sérgio Guerra (1963). <i>Por que existem analfabetos no Brasil?</i>
19	PINHEIRO, João (1963). <i>Salário é causa de inflação?</i>
20	RAMOS, Plínio de Abreu (1963). <i>Como agem os grupos de pressão?</i>
21	CHACON, Vamireh (1963). <i>Qual a política externa conveniente ao Brasil?</i>
22	SANTA ROSA, Virgínio. (1963) <i>Que foi o tenentismo?</i>
23	PEREIRA, Osny Duarte (1964). <i>Que é a Constituição?</i>
24	SOBRINHO, Barbosa Lima (1963). <i>Desde quando somos nacionalistas?</i>
Extra	OLIVEIRA, Franklin (1962). <i>Revolução e contra-revolução no Brasil.</i>
extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume I</i>
extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume II</i>

Pelos títulos da coleção, que eram diretos, explosivos e na forma de questionamento, percebe-se que incidiam diretamente nas questões centrais e candentes do debate político daquele momento.

Fica evidente assim, o caráter popular da publicação. Já havíamos feito referência anteriormente para o fato de que o caderno número 3, escrito por Álvaro Viera Pinto, teve a impressionante cifra de 100 mil exemplares vendidos. A tiragem e a linguagem confirmam a popularização dos *Cadernos*: eles apresentavam um formato de bolso, eram escritos em linguagem acessível. Cada tiragem inicial era de, pelo menos, 20.000 exemplares.

Queremos concluir este item, destacando a importância de o Brasil ter vivido a possibilidade de construção de um instituto de pesquisas do porte do ISEB e com a proposta geral de uma superação do subdesenvolvimento brasileiro. Mas quando esta dependência estrutural foi denunciada com a intensidade e a ênfase que o último ISEB produziu, fica clara a opção da chamada burguesia nacional do país: abre mão da mera tentativa, ao menos, de autonomia econômica, no quadro da divisão internacional do trabalho, e articula-se com a mão bonapartista de sua autocracia, por meio do golpe de 1964.

Assim, o ISEB consolidava o *nacional-desenvolvimentismo* conjuntamente com a CEPAL, em que propunham liquidar com o passado colonial e abrir espaço para uma nova fase de desenvolvimento do Brasil, o próprio desenvolvimento capitalista. Porém, ao reafirmar o capitalismo como alternativa, o desenvolvimentismo deixava em segundo plano a contradição capital-trabalho, escondendo a situação das classes sociais em detrimento à luta entre nações. Com isso, o Instituto não podia ir a fundo na análise das relações de produção e de suas contradições antagônicas, ficando na superfície das generalizações que enalteciam a “nação progresso”.

1.3 – O modelo cepalino e o Desenvolvimentismo-nacional

O modelo cepalino de desenvolvimento foi o momento áureo de profusão do *nacional-desenvolvimentismo*, em que aprofundou a crítica sobre o papel do setor exportador como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e sobre os ricardianos com a crítica das “vantagens comparativas”. O modelo estava encarregado da proposição de políticas para assessorar os governos latino-americanos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os entraves ao desenvolvimento industrial. Porém, seu modelo de proposta de política preservava as estruturas de poder existentes, proposta similar aos modelos Nacional-desenvolvimentista do ISEB e Democrático-burguês do PCB.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre as economias que compõem o bloco do cone sul. O principal grupo da CEPAL era composto pelos intelectuais Raúl Prebich, Celso Furtado, Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Aníbal Pinto e Arguiri Emmanuel. O Chile foi o país sede da CEPAL e seu mentor e executor foi Raul Prebich.

A CEPAL centrava sua explicação a partir do conceito de *deterioração dos termos de troca*, que surge de uma relação de subordinação na divisão internacional do trabalho entre países denominados centros e periféricos. Na denominação cepalina, os países centrais recebem esse título por possuírem tecnologia estendida por todos os setores de forma igualitária, caracterizando uma similaridade homogênea e diversificada. Os países periféricos, pelo contrário, possuem grande concentração tecnológica em poucos setores em contraste com os demais, de forma heterogênea e especializada, com oferta ilimitada de mão de obra. A crítica desses autores permeava a ideia de que a desvantagem estava na *deterioração dos termos de trocas* dos produtos, ou seja, os preços dos produtos da periferia eram menos vantajosos devido à incorporação menor do progresso técnico, ocasionando a perda de competitividade em relação aos produtos dos centros.

A deterioração na troca é o elemento central na “desigualdade entre os países com diferentes processos de desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1963, p. 225). Esse elemento gerava subordinação e um atraso para a periferia. A crítica cepalina estava centrada na Escola Política Clássica inglesa, principalmente na tese das “*vantagens comparativas*” de

David Ricardo⁴², em que a periferia se especializava em produtos primários e semielaborados, enquanto o centro se especializaria em produtos finais com alta incorporação do progresso técnico. Com isso, chegaria um ponto onde se equilibrariam as desigualdades, já que todos precisariam das mercadorias trocadas para abastecer seus mercados.

Frente a isso, a solução proposta pela CEPAL era a *industrialização substitutiva de importações*, que permitiria à periferia incorporar em suas economias outros setores produtivos. Assim, os frutos do progresso técnico não seriam repassados de forma vantajosa aos centros graças ao desenvolvimento de outros setores no interior da economia periférica - alcançando-se assim os níveis de desenvolvimento até então exclusivos dos centros - e o agente propagador desse tipo de industrialização seria o Estado.

Os autores cepalinos, na sua maioria, chamavam atenção para a especialização e a heterogeneidade estrutural como característica do subdesenvolvimento latino-americano. A preocupação levantada aqui é como desenvolver o “núcleo endógeno”, ou seja, o desenvolvimento a partir de dentro das economias subdesenvolvidas. Essa problemática da “dimensão endógena” surge no contexto da crise capitalista de 1929 na América Latina, levando Prebisch a colocar no centro do debate a temática da deterioração dos termos de troca.

Em janeiro de 1933, os preços das seguintes matérias-primas caem nas porcentagens indicadas, em relação aos preços de janeiro de 1929. Trigo, 58%; lã, 78%; borracha, 87%; cobre, 71%; café, 59%; algodão, 66%. Por outro lado, a redução dos preços das exportações industriais, sensivelmente menor, suporta uma acentuada diferença de comportamento nos ganhos pessoais. Assim, entre 1929 e 1932, os salários conseguem se manter na Grã-Bretanha, enquanto na Argentina e em outros países subdesenvolvidos caem drasticamente (RODRIGUEZ, 2009, p.64).

Com a crise se acentuando com mais intensidade na América Latina, a movimentação dos preços obriga os países a realizar exportação superior a 73% para ter acesso à mesma quantidade de manufaturas importadas após 1930. Além disso, surge o problema do acesso aos mercados para exportar os produtos produzidos pelas empresas latino-americanas. Em conjunto, ambos os problemas incidem no grau de endividamento das economias

42 Para Ricardo, o mercado equilibraria a oferta e demanda proporcionando uma equidade global de acordo com as especialidades produtivas de cada país. “É tão importante para a felicidade da humanidade que nossos desfrutes sejam aumentados pela melhor distribuição do trabalho, produzindo cada país aquele bens aos quais, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, é adaptado, e trocando-os por mercadorias de outros países, quanto aumentá-los por meio de uma elevação na taxa de lucros (RICARDO, 1978, p. 323).

subdesenvolvidas. Nessas economias, as exportações estão concentradas em poucos mercados e em produtos primários. Isso levou os teóricos do desenvolvimentismo cepalino ao reconhecimento da necessidade de ativar o mercado interno e, portanto, da necessidade de adotar políticas deliberadas para consegui-lo (Cf. RODRIGUEZ, *op. cit.*, p.65).

O intervencionismo latino-americano desse período surge para cobrir as perdas nas transações externas, destacando a instauração de um novo sistema de comércio e câmbio para diferentes tipos de exportação e importação. Essas perdas estão ligadas ao déficit comercial que acompanha a expansão da indústria periférica que, por sua vez, com os recorrentes problemas de balanços de pagamentos, obriga à adoção de medidas protecionistas. Tal tendência ao déficit comercial é acentuada pela deterioração a longo prazo dos termos de troca. O desequilíbrio da balança comercial constitui a chave dos problemas de desequilíbrio externo, que ficam evidentes pela alternância de períodos de bonança e de aguda escassez de divisas (Cf. PREBISCH, 1950, p.7).

Segundo destaca Rodriguez,

Em 1937 é verificado uma forte reversão da tendência ao aumento do nível de atividade. A nova institucionalidade torna possível tomar medidas expansivas e ao mesmo tempo usar o controle de câmbio como freio para o incremento excessivo das importações. A novidade nesse tipo de política com a qual se responde à contração é que, com ela, o aumento compensatório da produção se produz no e para o mercado nacional. Em outras palavras, durante a fase contrativa, a política anticíclica passa a ser uma política pró-indústria, uma política que favorece a produção manufatureira, cujo mercado de destino é o interno (RODRIGUEZ, *op. cit.*, p.67).

No Brasil o mercado interno começa a ser gestado com a introdução da mão de obra livre nas lavouras de café. Isso possibilitou a incorporação dos recursos monetários para aquisição de mercadorias de consumo e de produção (ferramentas e implementos agrícolas), inclusive os manufaturados. Com a alta do café no mercado mundial, o fluxo de renda aumentava nos núcleos manufatureiros locais. Contudo, segundo Furtado (1971), não bastava haver demanda de manufaturados para desenvolver a indústria local, era preciso existir força de trabalho e capitais disponíveis para a acumulação. A transferência dos lucros do café por meio do sistema bancário para as atividades industriais se acentuou graças aos fluxos migratórios⁴³. Nesse momento, a taxa de mais-valia era maior nos setores de transformação de

43 Sérgio Silva em seu livro clássico “*Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*” (1995) coloca uma nova abordagem sobre a relação café-indústria. “Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam

manufaturados, pois os produtos primários no mercado mundial – no caso do café – sofriam constantes quedas de preços. A acumulação industrial passa a prosperar não apenas no avanço da acumulação cafeeira mas, principalmente, pelas suas crises, sobretudo às políticas de valorização do café e de suas consequências na economia brasileira (Cf. FURTADO, *op. cit.*, p. 195).

Além disso, a própria restrição de divisas que acompanhava a crise do setor exportador, juntamente com a elevação do dólar em relação ao cruzeiro – que elevava os preços das mercadorias estrangeiras – dificultava as importações, deixando o campo aberto para novas inversões lucrativas no mercado interno.

No entanto, a expansão industrial do período pós-crise e pós-guerra – que foi chamada de substituição de importação – não fora suficiente para consolidar a situação de desenvolvimento autossuficiente, ou seja, desenvolvimento baseado em impulsos dinâmicos internos como era verificado nas economias capitalistas avançadas. Com isso, a interpretação do *subdesenvolvimento* dado por Prebisch e por Furtado⁴⁴ possibilitou criar mecanismos para desenvolver o mercado interno.

Na interpretação de Furtado, o que impulsiona o desenvolvimento capitalista clássico é o avanço tecnológico, influenciando diretamente no aumento de produtividade e, conseqüentemente, multiplicando o excedente. Dessa forma, segundo Furtado, desencadeia-se uma “espiral ascendente de acumulação, com a transformação das oficinas artesanais em fábricas”, aumentando a divisão técnica do trabalho e a escala de produção. À medida que as novas e eficientes unidades produtivas produzem mercadorias mais baratas no mercado (até então artesanais), arruinam grande parte dos pequenos produtores, e com a expulsão dos camponeses, transformam-se em mão de obra para as fábricas nascentes (Cf. FURTADO, 1964,

o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (...). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil" (p. 50). A originalidade de Silva está em reconhecer o papel da grande indústria e do comércio como elementos de acumulação e não a pequena manufatura.

44 “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade”(FURTADO, 1969, p.180). A originalidade da interpretação de Furtado da dinâmica interna do Brasil é o oposto dado pelo PCB, e de certa forma, pelos isebianos.

p.65).

Diferentemente do desenvolvimento clássico, o subdesenvolvimento teve condições e estímulos distintos. Em primeiro lugar, o subdesenvolvimento se insere em uma lógica sistêmica pré existente, ou seja, já está estruturado um capitalismo mundial avançado quando de sua implantação. Em segundo lugar, devido a seu caráter específico das atividades primário-exportadora que lhes proporcionaram capitais e mercado. À medida que a substituição de importação definiu o processo de industrialização brasileiro, pautou-se na produção de mercadorias semelhantes às do centros desenvolvidos e suas respectivas técnicas produtivas, em que, na periferia se tornava poupadora de mão de obra (Cf. FURTADO, *op cit*, p. 91).

Com isso, a teoria do subdesenvolvimento cepalino trazia para o centro do debate a peculiaridade da economia brasileira. Assim, a industrialização firmou-se de acordo com as prescrições técnicas externas e com a oferta de mão de obra condizentes com outra realidade; ou seja, outro estágio de desenvolvimento. Furtado levanta o problema em adotar tecnologias poupadoras de mão de obra e alta densidade de capital, adequadas às economias com grandes massas de capital e com oferta limitada de força de trabalho, em oposto às economias subdesenvolvidas com o baixo nível de acumulação de capital e com a abundância de mão de obra (Cf. MANTEGA, 1984, p.84).

1.3.1 – O contexto histórico do modelo

No plano político e econômico a teoria do subdesenvolvimento tem seu arcabouço teórico no *nacional-desenvolvimentismo*. Esse projeto foi forjado ao longo dos anos 50, primeiramente nos escritórios da Cepal ainda na década anterior e depois aprimorada pelos teóricos do ISEB. Com isso, os governos que vieram após Dutra (1946-1951) usaram desse planejamento como projeto político de desenvolvimento. O projeto nacional-desenvolvimentista foi encampado pelos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) baseando-se nos preceitos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com sustentação teórica do Grupo Misto BNDE-CEPAL. Esse último ofereceu subsídios para a elaboração dos planos nacionais para o desenvolvimento industrial, entre eles: Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial (2º governo Vargas), Plano de Metas (JK) e o Plano Trienal de Desenvolvimento (João Goulart).

Desde a década de 1940 o ritmo de crescimento da produção industrial era ascendente ao crescimento da produção agrícola e, a partir de 1956, a indústria passava a deter uma parcela do produto interno maior que a agricultura⁴⁵. Segundo a Comissão Mista, a expansão industrial exigia esforços imediatos no sentido de incrementar o fornecimento de energia e de melhorar o sistema de transporte, pois a expansão havia elevado as necessidades de eletrificação com os adventos dos eletrodomésticos. Assim como Furtado, a Comissão abordava em seus relatórios a preocupação em adotar técnicas mais adequadas às condições de países avançados, que possuíam abundância de capital e mão de obra escassa.

Os diversos projetos elaborados pela Comissão, assim como pelo BNDE-CEPAL, padeciam de uma margem de poupança, conforme já havia assinalado a Cepal. A solução a que se chegou sobre a falta de recursos internos foi a poupança externa. Aliás, os projetos elaborados pelas comissões eram justamente para atrair recursos externos com projetos rentáveis. Porém, o mesmo relatório da Comissão apontava a política cambial brasileira como forte empecilho para a atração do capital estrangeiro⁴⁶. Diante disso, a Comissão aconselhava modificar a política cambial, como de fato aconteceu no final de 1953, no sentido de atrair ingresso de capital estrangeiro.

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, representou um passo decisivo para as políticas de acumulação industrial no Brasil. O BNDE surgia como a principal agência financiadora de investimentos do país, destinada a viabilizar por meio de créditos os projetos voltados para o desenvolvimento industrial. Em 1953 criou-se o grupo BNDE-CEPAL, sob a chefia de Celso Furtado, com o objetivo de complementar os projetos da Comissão Mista e elaborar um programa de desenvolvimento para o período de 1955 a 1962. O grupo BNDE-CEPAL colocou seu planejamento em prática no período de 1956 no início do Plano de Metas até seu final, em 1961.

O Plano de Metas confirmava as prioridades nas áreas industriais da economia brasileira. Objetivava remanejar recursos de modo a canalizá-los para a acumulação industrial, por meio da atuação do Estado priorizando algumas frentes. A primeira delas é na coordenação

45 A taxa de crescimento anual da produção industrial foi de 7,2% a.a., de 1940 a 1954, enquanto a da produção agrícola foi de 2,3% para o mesmo período. Vide Relatório do Grupo Misto BNDE-CEPAL, Rio de Janeiro, 1957, p.16. Guido Mantega, *A economia política brasileira*, 1984, p.65.

46 A taxa cambial foi mantida fixa até 1953, a despeito do processo inflacionário interno, o que acarretava a sobrevalorização do cruzeiro e deprimia o valor dos dólares que entrassem no país. Assim, se bem que a sobrevalorização beneficiasse a industrialização, barateando a importação de matérias-primas, equipamentos e combustíveis, desestimulava os investimentos do exterior. Ver Relatório da Comissão Mista, *O Observador Econômico e Financeiro*, nº232, 1955.

e integração dos vários setores da economia, detectando as deficiências de infra-estrutura e das lacunas deixadas pela iniciativa privada e a criação e ampliação de empresas estatais. A segunda frente se dá no incentivo direto à produção privada por meio da criação de linhas de crédito, principalmente através do BNDE (com longos prazos de pagamentos e juros negativos), a contratação de crédito no exterior, a facilitação de importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos, isenção fiscal e tributária e a reserva de mercado para a industrial local por via de tarifas protecionistas (Cf. OLIVEIRA, 1977, p.73).

No período pós guerra (1945/53) os investimentos em dólares haviam sido desestimulados pela política cambial vigente, que supervalorizava o cruzeiro num período de inflação interna para favorecer e equilibrar a balança de pagamentos. Após esse período, a desvalorização cambial do cruzeiro, em 1953, iniciava uma série de medidas que tornariam o capital estrangeiro não apenas bem-vindo ao Brasil, como favorecido na mudança da legislação cambial. A primeira mudança foi na lei 2.145 de 1954 e, logo em seguida a Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito) de 1955, ambas estabelecendo dispositivos pelos quais a CACEX (Carteira de Comércio Exterior) poderia conceber privilégios especiais para remessas de lucros e amortizações de capital favorecendo a taxa cambial. A Instrução 113 permitia que as empresas estrangeiras importassem máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, abolindo qualquer restrição tarifária nesse sentido. No governo JK esses privilégios foram ampliados com a concessão de favores adicionais aos investimentos que incidissem nas áreas prioritárias (Cf. DREIFUSS, 1981, p.75).

Em síntese, o modelo *nacional-desenvolvimentismo* ao longo dos anos 50 foi importante não apenas porque forneceu instrumentos teóricos que possibilitaram as primeiras análises sistemáticas da economia brasileira, como também seus seguidores estavam diretamente comprometidos com a transformação em curso nesse período. No âmbito geral, as propostas colocadas em práticas pelos desenvolvimentistas eram para acentuar cada vez mais o desenvolvimento capitalista com o suposto benefício que deveria trazer para toda a nação. A produção industrial capitalista foi se consolidando no Brasil ao longo dos anos 50, frustrando as expectativas daqueles que esperavam colher os frutos sociais do *desenvolvimentismo*. A concentração de renda e a miséria acentuou-se em vez de diminuir, enquanto a dependência semicolonial foi substituída por uma forte presença do capital estrangeiro e do imperialismo. Ficava evidente que o principal efeito desse tipo de industrialização era a valorização do capital e não o bem estar social.

1.3.2 – O esgotamento do Desenvolvimentismo-nacional de Celso Furtado

Celso Furtado e a CEPAL foram responsáveis pelo modelo de desenvolvimento econômico voltado para os problemas endógenos da América Latina. Em seu livro *Um projeto para o Brasil* (1968), Furtado procurou responder o porquê da estagnação brasileira e colocou a necessidade de se corrigir a “deformação” estrutural da economia subdesenvolvida, sendo ela refletida no “perfil da demanda, que tem levado ao mau aproveitamento dos recursos produtivos do país”. Ou seja, para o autor um desenvolvimento eficaz precisa utilizar técnicas que empreguem mais trabalhadores, paguem mais salários e ampliem o mercado consumidor interno. Associado a isso, sugere a transformação da estrutura agrária de modo a elevar sua produtividade, melhorando o aproveitamento e distribuição da terra para a população rural (Cf. FURTADO, 1968, p.15).

Para colocar em prática as mudanças estruturais necessárias para o impulso da economia brasileira, Furtado replica a fórmula cepalina sobre o papel do Estado nas economias subdesenvolvidas orientando, regulando e planejando o processo produtivo.

Furtado foi um dos artífice do Modelo de Substituição de Importação. Sua responsabilidade em dar respostas efetivas estava condicionada à sua inserção nos governos de JK e João Goulart e sua contribuição na CEPAL foi fundamental para colocar o debate do subdesenvolvimento na ordem do dia. O desenvolvimento econômico, para o autor, está relacionado com os incrementos de produtividade em toda cadeia quando a correlação de forças pende em favor dos trabalhadores (após a absorção do excesso de força de trabalho), aí sim verificar-se-ia o desenvolvimento econômico, pois os trabalhadores passariam a beneficiar-se dos frutos da produtividade. O conceito de desenvolvimento econômico e de excedente que Furtado desenvolve é diferente do empregado por Marx. Em suas palavras:

O conceito de excedente de produção foi amplamente utilizado pelos clássicos, sob a designação de 'net produce' ou 'surplus produce', para significar a diferença entre o produto bruto e as necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção (John Stuart Mill, *Principles*, p.163). Em face do juízo valorativo que Marx atribuía a essa expressão dela derivando o conceito de 'taxa de exploração', os neoclássicos deixaram-na totalmente de lado (...) Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, no qual o processo de acumulação assume grande importância, é conveniente voltar ao conceito clássico de excedente, deixando-se de lado, na medida do possível, qualquer vinculação do mesmo a juízo de valor (FURTADO, *op. cit.*, p.92).

Furtado buscava sustentar-se na análise de Ricardo sobre o conceito de excedente. Para o autor inglês, o excedente consiste na diferença entre o produto líquido e os salários, fixados ao nível de subsistência. Assim, deve-se subtrair do produto agregado apenas as necessidades de vida dos trabalhadores para se obter o excedente, e não as “necessidades de todos aqueles ligados à produção”, que incluem também as indefinidas necessidades de vida dos empresários. O termo de excedente para Furtado se restringe à diferença entre o produto bruto e as ditas necessidades de vida de todos ligados à produção, deixando de lado a origem desse excedente (se é de responsabilidade do trabalhador ou do capitalista), e qual o caráter social que adquire esse excedente (se através da mais valia, renda da terra, etc.). Aqui o autor busca nos clássicos liberais a conciliação de classe ao opor-se à teoria do valor de Marx, em que o excedente é a cristalização do trabalho não pago – a mais valia (Cf. MANTEGA, 1984, p.90).

Furtado se equivoca ao colocar que os frutos dos incrementos de produtividade (os excedentes), devem-se crescentemente ao capital e não ao trabalho. Considera-se força de trabalho e meios de produção igualmente “fatores de produção”, já Marx considera trabalho vivo como força de trabalho e trabalho morto como meios de produção (máquinas, ferramentas, etc.). Com isso, não se pode falar de exploração dos trabalhadores, pois a expressão “exploração” caberia somente quando os trabalhadores tivessem seu salário real reduzido abaixo das necessidades de subsistência. A luta de classes nas modernas democracias políticas, diz o autor, adquire um caráter positivo, pois “num primeiro momento os lucros dos capitalistas se chocam com os trabalhadores” e, logo em seguida, o capitalista aumenta a produtividade permitindo a elevação dos lucros e, conseqüentemente, “a elevação ou manutenção dos salários”, colocando na análise a colaboração de classe e negando o seu antagonismo (FURTADO, *op. cit.*, p.67).

Para os estruturalistas – CEPAL e Furtado – o erro das economias subdesenvolvidas está na incapacidade da demanda dos assalariados em absorver as mercadorias produzidas pela indústria de transformação. Disso se tira a conclusão de que a industrialização das economias subdesenvolvidas, com grande oferta de mão de obra e alta densidade de capital, concentra a renda e faz a massa de salários crescer menos do que a expansão industrial. Nesse aspecto, Furtado aponta que a acumulação de capital no Brasil vem se realizando através de grande concentração de renda, e devido a isto, a exclusão da grande maioria da população de consumir

o necessário, como verificou-se nos anos de 1950 a 1960⁴⁷.

Porém, a resposta dada à concentração da renda e à falta de desenvolvimento estava na estagnação do mercado interno, ou seja, o baixo poder de compra da classe trabalhadora era o responsável pela estagnação da economia. Aqui entramos nos equívocos de diagnóstico estagnacionista dos cepalinos, dos isebianos e dos pecebistas. Nessa linha, acreditava-se que o entrave da economia se resolveria com a ampliação do mercado interno através das “reformas estruturais de base”, desconcentrando a renda e diversificando o consumo. Contudo, a própria concentração de renda estimulava a implantação de um setor de bens de consumo duráveis – produtos suntuosos como bem apontado por Marini – cuja a demanda é assegurada justamente porque a renda não se pulveriza pela população, concentrando-se nos seus estratos ou classes privilegiadas⁴⁸. Segundo Oliveira, ainda que os salários reais das classes trabalhadoras não tenham crescido, pressuposto correto de Furtado, não havia crise de realização porque o próprio modelo concentracionista havia criado seu mercado - adequado, em termos de distribuição da renda, à realização da produção de ramos industriais mais novos (Cf. OLIVEIRA, 1987, p.51).

Furtado aponta que o grande reservatório de mão de obra e a falta de pressão dos salários resultam nas altas taxas de exploração da economia brasileira e, conseqüentemente, num ritmo considerável de valorização do capital. Afinal, as altas taxas de lucro nunca foi problema para o capitalismo e muito menos o conduziu à estagnação.

No ano de 1968, Furtado insistia em diagnosticar a estagnação da economia brasileira, porém no mesmo ano o Brasil apresentava uma taxa de crescimento na ordem de 10%. Esse diagnóstico foi partilhado com a maioria da esquerda brasileira. Ao colocar em segundo plano a luta de classes, a visão conciliadora dos cepalinos tentava trazer certa comunhão entre lucros e salários, uma vez que aqueles dependeriam em grande medida do poder de compra destes para o desenvolvimento econômico. Isso só seria possível se o sistema capitalista brasileiro estivesse orientado para o consumo, e mais especificamente, para o consumo dos trabalhadores

47 “Os dados disponíveis indicam que, entre 1950 e 1960, a participação dos salários no valor agregado declinou de 27 para 20 por cento nas indústrias modernas e de 22 para 20 nas tradicionais. Como nada indica que o nível de vida dos assalariados industriais haja declinado com respeito aos demais setores da massa assalariada, torna-se evidente que um conjunto de circunstâncias levaram o processo de industrialização a concentrar os benefícios do desenvolvimento em mãos de um número reduzido de pessoas.” Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, *op. cit.*, p.36.

48 Oliveira diz que “o consumo dos bens produzidos pelos novos ramos industriais, bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos em geral) era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista, que se gesta a partir da redefinição das relações trabalho-capital e pela criação, como requerimentos da matriz técnica-institucional da produção, das novas ocupações, típicas da classe média, que vão ser necessárias para a nova estrutura produtiva”. Franciso de Oliveira, “*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*”, 1987, p. 47.

e para a satisfação das necessidades destes. O fato é que a acumulação de capital não precisa da expansão vigorosa do consumo dos assalariados e funciona com maior vigor com a sistemática elevação da taxa de mais-valia, o que numa economia subdesenvolvida implica no divórcio entre a esfera produtiva e capacidade de consumo do trabalhador.

A crítica ao modelo cepalino – Furtado e o modelo de substituição de importação – se coloca, em primeiro lugar, na negação da teoria do valor de Marx, preferindo exaltar o conceito ideológico de Estado-nação trazendo a proposta de conciliação de classe em detrimento a um Estado que paira acima dos interesses de classes, Estado como sujeito racional da história, uma concepção hegeliana de instituição⁴⁹. Em segundo, para os desenvolvimentistas, a causa do subdesenvolvimento é mais falta ou ausência de capitalismo do que seu resultado, deixando de lado as mazelas que o capitalismo causa e, principalmente, deixando de fora o conceito de lutas de classes. Isso se mostrou no chamado “milagre econômico” (sic), onde, apesar do crescimento econômico atingir o patamar de 10% ao ano a pobreza se acentuou cada vez mais.

Prebisch no prefácio ao livro de Rodriguez reconheceu textualmente a incapacidade da industrialização dessa época de eliminar a pobreza na América Latina⁵⁰. Por outro lado, o fator positivo colocado pela CEPAL é o reconhecimento da situação peculiar das economias latino-americanas no debate, distinguindo-as dos centros capitalistas desenvolvidos. Além disso, trouxe a temática da dinâmica interna dessas economias, criticando as “vantagens comparativas” com a teoria do “intercâmbio desigual” na periferia.

Em síntese, na história da América Latina, a gênese e a falência do *Nacional-desenvolvimentismo* (ou *Desenvolvimentismo-nacional*) foram condicionadas pelo apogeu e declínio do processo de industrialização conhecido por substituição de importação. A constituição da industrialização nacional, a organização de centros interno de decisão, a formação da *intelligentsia* nacional, a consolidação de projetos nacionais que orientassem a ação da política econômica e o desenvolvimento como expressão de uma consciência crítica sobre a natureza dos problemas nacionais faziam parte de um mesmo processo, que é a formação da revolução burguesa no continente que se estende de 1930 até 1964. E a expressão máxima desse movimento progressista foram as organizações que propunham um projeto

49 Essa concepção de Estado tem inspiração hegeliana porque atribui a este o monopólio da razão ou a consciência objetiva, além da iniciativa dos empreendimentos econômicos. Ver em Hegel “*Princípios da Filosofia do Direito*”. Marx faz a crítica do Estado racional hegeliano em seu livro de juventude “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*”, Boitempo, 2011.

50 RODRIGUEZ, Octávio. *La Teoria del Subdesarrollo de la CEPAL*, prólogo de Raul Prebich.

próprio, porém, sem afetar as estruturas subordinantes, são elas a CEPAL, o ISEB e o PCB.

1.4 – O modelo foquista de revolução

Outro modelo em voga nos anos de 1960 na América Latina foi o foquismo ou “Teoria do Foco”. Influenciado pelo momento histórico da Revolução Cubana de 1959, o foquismo ganha status de teoria com o livro *Revolução na Revolução?* do francês Régis Debray, propondo o “voluntarismo revolucionário” como base de sua obra. O livro é amplamente divulgado pela editora cubana Casa de las Américas, chegando a influenciar diversas organizações de esquerda pelo mundo.

Contudo, a proposta levado a cabo por Debray guardava amplo desconhecimento sobre a Revolução Cubana, sua tática criava uma inversão em relação a organização da classe trabalhadora, levando a substituir o partido político como vanguarda pela guerrilha, proposta oposta ao que o marxismo-leninismo colocava.

Em alguns lugares da América, a longo prazo, não há opção entre partido de vanguarda e exército popular. Mas, de imediato, há uma hierarquia de tarefas historicamente fundamentada. O exército popular será o núcleo do Partido, e não o *inverso*. A guerrilha é *vanguarda* política “in nuce” e apenas de seu desenvolvimento *pode* surgir o Partido. Por isso é necessário *desenvolver a guerrilha* para desenvolver a vanguarda política. Por isso, na conjuntura atual, a tônica principal deve recair no desenvolvimento da guerra de guerrilhas e não no fortalecimento dos partidos e nem na criação de outros. Por isso, nesses lugares, o trabalho insurrecional é o trabalho político número um (DEBRAY, 1967, p 85 – grifos nossos).

Debray em seu livro trabalha com a dualidade cidade *versus* montanha. Em seus pressupostos, o autor coloca a centralização da organização dos trabalhadores exclusivamente nas mãos da guerrilha rural – ou montanha –, a cidade assume um papel coadjuvante no processo revolucionário e em muitos casos ela é vista como um entrave na condução do movimento. É a guerrilha rural o responsável pela vitória cubana, afirmação de Debray equivocada. A crítica a proposta de Debray sai dos escritos dos autores da Teoria Marxista da Dependência, especialmente de Vânia Bambirra (pseudônimo de Cléa Silva), no artigo *Los errores de la teoria del foco* (1967), depois no livro *Revolução Cubana – uma reinterpretação* (1973).

Bambirra levanta a crítica aos pressupostos foquistas de que a organização partidária se subordina ao foco guerrilheiro, como foi o exemplo cubano. Citando trechos do livro de Debray, “son las guerras y sus objetivos inmediatos los que unifican”, a autora aponta o imediatismo debraysta que corre no desconhecimento do próprio movimento cubano antes da revolução. Para a autora, não pode aceitar-se como dogma que a guerra seja o único fator de unificação, o que realmente unifica não é a guerra, senão seus objetivos, a habilidade da vanguarda para servir como centro coordenador, com clareza na visão e condução diária da luta em todos os setores básicos, de que a vanguarda é uma força organizada, disciplinada e coerente; em outras palavras é um partido (Cf. BAMBIRRA, 1967, p. 28).

Debray argumenta que Cuba não tinha um partido de vanguarda, colocando a possibilidade de se organizar uma revolução sem os pressupostos partidários da classe trabalhadora. O autor francês cita Fidel, dizendo: “Quién va a hacer la revolución em América Latina? Quién? El pueblo, los revolucionários con o sin partido.” E comenta:

Fidel Castro dice simplemente que no hay revolución sin vanguardia; que esta vanguardia no es necesariamente el partido marxista-leninista, y que los que quieren hacer la revolución tienen el derecho y la obligación de constituir-se em una vanguardia, independentemente de estos partidos. Se necesita valor para afirmar los hechos em voz alta cuando estos hechos contradicen una tradición (...) (DEBRAY, 1967 p. 98).

Bambirra (1967, p. 29) discorre sobre este ponto dizendo que Fidel tem razão sobre fazer uma revolução com ou sem partido, pois dependerá de outros fatores. Porém, diz a autora, “é necessário saber de que revolução esta se falando”. Uma revolução nos moldes democrático-burguesa ou democrático-nacionalista (Revolução Francesa, Revolução Mexicana ou a própria Revolução Cubana na sua primeira fase) pode ser dessa maneira, mas não uma revolução socialista. Uma revolução socialista passa primeiro por uma fase democrático-nacionalista, fase de transição em que se cumprem aquelas tarefas da burguesias que elas são incapazes de realizar, como por exemplo uma reforma agrária, com o objetivo de chegar ao socialismo. Antes da Revolução Cubana, o movimento popular podia fazer uma revolução mediante uma frente unida com a burguesia nacional, com um partido (China), ou bem sem partido (Cuba), e levar a cabo aquelas tarefas de transição. Depois da Revolução Cubana a situação mudou, pois o imperialismo não se deixa tomar por surpresa e as burguesias tendem a buscar a aliança com o imperialismo e a voltar cada vez menos para as questões nacionais (Cf. BAMBIRRA, *op. cit.*, p. 30). Continua Bambirra:

Solamente un movimiento muy bien organizado, que cuente con una sólida base de apoyo urbano, tanto desde el punto de vista logístico militar como del político, puede progresar y triunfar. Esto significa, ahora más que nunca, que la experiencia cubana no se repetirá (BAMBIRRA, *op. cit.*, p. 28).

Na teoria foquista, as forças armadas são o embrião do partido e pressupõe que todas as condições estão maduras e não há tempo para organizar-se sobre a base de uma organização partidária. Bambirra aponta esse equívoco. Primeiramente, para empreender uma insurreição armada, é necessário contar com uma organização mínima que funcione com as características de um partido, não necessariamente um partido com a extensão da palavra, mas uma organização que carregue consigo um projeto de sociedade e que abarque todo o território, seja cidade ou campo. Uma revolução latino-americana, por ficar geograficamente próxima do imperialismo estadunidense, terá que enfrentar desde o princípio com a burguesia interna e sua aliança com o imperialismo, afirmando uma luta árdua e agregadora (Cf. BAMBIRRA, *op. cit.*, p. 30).

A Revolução Cubana, diferentemente como era vista por Debray, teve vários desdobramentos anteriores a tomada de poder em 1959. A década de 1950 foi marcada por vários acontecimentos que questionavam o governo de Batista: a greve do trabalhadores bancários de 1955, organizada por José Maria de Oliveira, Reynol Gonzáles e Mariano Rodriguez; a greve geral de 1957, liderada por Frank País⁵¹, que logo em seguida é assassinado pela polícia de Santiago; no mesmo ano acontece o Movimento das Mães dos presos políticos; a greve geral de 9 de abril de 1958. Cuba possuía um movimento estudantil atuante a qual pertenciam País e Castro. As lutas da década de 1950 se encerram com a greve vitoriosa de janeiro de 1959 e que culminará na vitória da Revolução Cubana. É importante ressaltar que, tanto Che Guevara quanto Regis Debray, se ocuparam, unicamente, das duas primeiras greves em seus escritos.

O Movimento 26 de julho possuía duas frentes de luta: a serra (Sierra Maestra) e a cidade (Llanos), enquanto a primeira era organizada pelo Exército Rebelde, nos Llanos eram formados por milícias no Diretório Nacional do M-26, em que se destacavam Carlos Franqui, Armando Hart, Faustino Perez, Mário Llerena, Enrique Oltusky. A dualidade entre cidade e

51 Frank País foi um líder estudantil de origem protestante, fundador da “Associação de Alunos” e “Ação Nacional Revolucionária” que mais tarde se tornaria “Movimento Revolucionário 26 de Julho”. Frank País foi assassinado pela polícia em Santiago de Cuba no dia 30 de julho de 1957, exatamente um mês após o assassinato de seu irmão Josué País. Após a morte de Frank, Cuba passa a vivenciar uma série de protestos e três greves gerais, se inserindo mais tarde no processo que ficou conhecido como “A revolução cubana”.

campo e a segunda como prioritária levantada por Debray não se confirma, é apenas aparência. Uma apologia romântica da força guerrilheira leva Debray a uma das conclusões mais perigosas de seu estudo, diz Bambirra. Nas palavras do autor:

El mejor maestro de marxismoleninismo es el enemigo, em una confrontación cara a cara. El estudio y el aprendizaje son necesarios, pero no decisivos (DEBRAY, *op. cit.*, p. 111).

Esta afirmação coloca a destruição de um dos pressupostos básicos da teoria marxista-leninista sobre a ação revolucionária de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”(Lenin em *O que fazer?*), o autor substitui o marxismo criador por uma teoria da espontaneidade ou “voluntarismo revolucionário”. Para a teoria revolucionária, a literatura da transformação aparece, assim, como um complemento necessário da luta, o contrário para Debray a luta significa ter um fuzil na mão primeiramente, pois luta política e ideológica são questões secundárias. Contudo, sucede que para um marxista revolucionário a questão é totalmente inversa: existe luta revolucionária somente quando se sabe contra quem, como e em que momento se deve lutar. Porém para Debray, diz Bambirra, isto são problemas secundários, pois o autor francês sustenta que na América Latina devemos lutar todavia contra os senhores feudais⁵².

Para Bambirra, Debray errou ao propor o espontaneísmo revolucionário e priorizar a guerrilha em detrimento à organização partidária da classe trabalhadora, podendo levar aos desastres organizativos. Para a autora, o caráter da revolução latino-americana passa por algumas premissas: a) a revolução latino-americana será uma longa guerra de confrontação direta, de um lado estarão o imperialismo, a burguesia dependente, os setores latifundiários, setores da classe média e pequena burguesia; do outro, o proletariado urbano e rural, os camponeses pobres, estratos médios progressistas (estudantes, intelectuais, etc.), os habitantes das comunidades marginais; b) como será uma guerra prolongada, ela deverá colocar em movimento todas as populações marginalizadas, seja do campo ou da cidade; c) a América Latina testemunhará a renovação de todas as formas anteriores de luta, desde ações de ruas até batalhas de grande escalada de exércitos (a autora cita o exemplo do Vietnã); d) a guerra é

52 Em nota (nº 2) da editora *Monthly Review*, na p. 32, faz uma referência ao texto original da autora colocando que nos escritos anteriores de Regis Debray, sustentava a afirmativa dos “resquícios feudais” na América Latina. Diz a nota: “Esta es una referencia indirecta a una parte del texto original de este artículo que se incluyó em la edición española de *Monthly Review*, pero que se omite em esta síntese, y em la cual Cléa Silva muestra que Debray, em sus escritos anteriores a *Revolución em la revolución?*, aún sostenía la teoría del feudalismo latinoamericano”.

guerra de classe e não uma forma de luta como a “propaganda armada” ou de “autodefesa”, como pensa Debray; e) é um erro tratar de definir as formas de luta, não se pode conceder prioridade absoluta a uma forma de luta frente a outra, a prioridade tem que responder a cada fase em que todas as formas se combinam; f) para que uma revolução nacional triunfe se necessita de uma revolução continental, em que um país isolado na América Latina sofrerá invasão imperialista, porém se a revolução se estende a todos os países do continente já não será fácil a ação imperialista; para o imperialismo, é fácil invadir um só país e controlar seus pontos chaves, porém é impossível invadir e controlar todos os países do continente. Por que? Porque “si el enemigo concentra sus fuerzas, pierde terreno; si se dispersa, pierde fuerza (Giap)” (BAMBIRRA, *op. cit.*, p. 33).

No prólogo do livro de Vania Bambirra, Marini também critica a interpretação foquista de Regis Debray de que a Revolução Cubana foi um ato de *los barbudos* de Sierra Maestra somente. Diz:

A Revolução Cubana foi uma revolução popular, em virtude da aliança de classes que a impulsionou, constituída pela pequena burguesia urbana, o campesinato, a classe operária e as camadas pobres da cidade, cuja etapa democrática se prolongou para além da chegada da vanguarda revolucionária ao poder do Estado (MARINI, 1974, p.15 – tradução nossa).

Capítulo II – A Escola da Dependência: uma nova abordagem sobre a revolução brasileira

A proposta deste capítulo é trazer para o centro da pesquisa a constituição teórica da Escola da Dependência, suas diversas influências e a formação das categorias que possibilitaram o arsenal teórico para analisar a formação do capitalismo brasileiro. Assim, apontamos as duas vertentes analíticas que compõem a Teoria da Dependência e a proposta que cada uma trazia para o desenvolvimento político e econômico. Por último, centralizamos nosso debate na Teoria Marxista da Dependência e em seus principais autores, recorrendo os pontos que serão base categorial para sustentar o presente trabalho.

A temática sobre o desenvolvimento na América Latina proporcionou debates acalorados entre as organizações políticas e os movimentos sociais no anos 1960. Desenvolvendo-se com isso um conjunto de formulações próprias sobre a característica do capitalismo aqui desenvolvido. Como apontamos no primeiro capítulo, a compreensão do movimento das contradições internas sobre o desenvolvimento brasileiro nunca foi unânime, seja na CEPAL, no ISEB ou no PCB. Do conjunto de formulações e experiências acumuladas dessas organizações, surge a Escola da Dependência como proposta de uma nova abordagem.

A Escola da Dependência nascia em um cenário de derrotas políticas e ideológicas, que no campo da esquerda – representado pelos partidos comunistas com forte tendência estalinista – as propostas táticas e estratégicas foram questionadas pela aliança programática que levaram à derrota o projeto político do partido que hegemonizava a esquerda. No campo do nacionalismo de esquerda (sic), as propostas de continuidade de desenvolvimento da indústria nacional que a CEPAL e o ISEB traziam se esvaia na própria classe que poderia levar esse projeto adiante, os industriais, que com o golpe de 1964, apoiado por estes, a frustração ficou mais nítida.

A Escola da Dependência se constituiu em duas vertentes interpretativas opostas sobre o desenvolvimento da economia brasileira: por um lado, aquela que propõe um possível desenvolvimento via associação com o capital externo, capital nacional privado e o Estado, que denominamos também de “interdependência associada”⁵³, por outro, a vertente que colocava o desenvolvimento dependente dentro do escopo do imperialismo e apontava a revolução socialista como meta, denominamos de Teoria Marxista da Dependência. A caracterização fundamental que os dependentistas apontam em suas análises é a inter-relação entre as

53 Seguimos a nomenclatura elaborada pela pesquisadora Roberta Traspadini, no livro *A Teoria da (inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Ed. Outras Expressões, 2014.

economias centrais – imperialistas – com as economias periféricas – dependentes – configurando uma estrutura hierárquica dentro do marco da divisão internacional do trabalho, em que as primeiras transfere parte da mais-valia gerada na segunda. Essa inter-relação foi denominada de *desenvolvimento do subdesenvolvimento*⁵⁴, que muito influenciou a Teoria Marxista da Dependência. Para esse novo enfoque, o desenvolvimento do subdesenvolvimento foi o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho na participação na expansão do capitalismo mundial. Assim, a Escola da Dependência representou grande esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período em que a economia mundial estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e forças imperialistas (DOS SANTOS, 2015, p. 26).

Para além do esgotamento da análise dos cepalinos, isebianos e dos pecebistas, a Escola da Dependência abria outra frente de embates políticos e ideológicos. A crítica recaía na interpretação neoclássica de Walt W. Rostow, no livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*⁵⁵, publicado em 1959. Longe de ser coincidência, o livro é parte do projeto “Aliança para o Progresso” (1961), da administração de John Kennedy, em que propunham ajuda financeira para os países latino-americanos – exceto Cuba – que aderissem ao programa. O Projeto constituía-se numa clara movimentação para barrar o avanço da Revolução Cubana (1959) aos países do Cone-Sul americano. Confirmando o projeto imperialista dos Estados Unidos para a América Latina, os golpes militares que vão sendo implantados em quase todos os países proporcionaram o recuo das forças progressistas que debatiam o desenvolvimento autônomo na América Latina⁵⁶.

É nesse ambiente efervescente de agitação teórica e política que os dependentistas vão firmar suas posições nesse prisma interpretativo da transformação econômica e social da América Latina.

54 Ruy Mauro Marini expõe a influência recebida de André Gunder Frank no texto de admissão exigido para lecionar na Universidade Nacional de Brasília. Ver em *Memória: por Ruy Mauro Marini* (2005, p. 63).

55 Para Rostow e seu eufemismo, as economias em desenvolvimento deveriam a necessariamente passar por cinco etapas para alcançar as economias desenvolvidas. São elas: 1) etapa das sociedades tradicionais, 2) precondições para o arranco, 3) o arranco, 4) a marcha para a maturidade e, finalmente, 5) a era do consumo de massa. Não entraremos aqui na limitação metodológica do autor e nem na superficialidade abstrata do seu modelo evolucionista de desenvolvimento.

56 Os golpes têm início em 1954 na Guatemala, em que os Estados Unidos fazem sua primeira intervenção para derrubar governos não alinhados, depôs Jacobo Arbenz; ainda em 1954, o general Alfredo Stroessner derruba Federico Chávez no Paraguai; em 1964, João Goulart é derrubado no Brasil; 1965, invasão dos EUA na Rep. Dominicana; 1966, golpe na Argentina de Organía; 1968, uma junta militar depõe Belaunde Terry no Peru; 1973, golpe no Chile de Salvador Allende.

A Escola da Dependência passa a influenciar todo um movimento de marxistas que não estavam satisfeitos com as análises tradicionais ao redor do mundo. Os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne, colocam que a Escola da Dependência vem em meio da “crise de paradigmas entre o modernizante e o enfoque da dependência”, e identificam dois antecedentes imediatos para isso:

- a) Criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica de Raul Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.
- b) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy (DOS SANTOS, 2015, p. 27).

Eles resumem em quatro pontos as ideias centrais que os vários componentes da Escola da Dependência defendem: 1) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; 2) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; 3) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; 4) A dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna seja social, ideológica e política (BLOMSTROM e HETTNE, 1984, p. 15).

Também na historiografia das ciências sociais, a Escola da Dependência causou reordenação da literatura usual com novas opções metodológicas. Vários autores latino-americanos são resgatados da marginalidade e introduzidos como material obrigatório para a compreensão da realidade do continente, entre esses autores citamos: José Carlos Mariátegui⁵⁷, Caio Prado Jr., Guerreiro Ramos, Sérgio Bagú, Florestan Fernandes, Gino Germani, entre outros (Cf. DOS SANTOS, 2015, p. 30). Exemplo dessa virada foi o livro de Sérgio Bagu, *Economía de la Sociedad Colonial* (1949), que iniciou a batalha conceitual sobre o conceito de feudalismo aplicado à América Latina, logo o livro passou a influenciar também a Caio Prado.

Os diversos estudos produzidos pelos dependentistas mostravam que os interesses das economias centrais se articulavam no interior dos países periféricos com os interesses das classes dominantes locais. Essa articulação não se limitava ao mercado externo, ela adentrava

57 O desenvolvimento de uma interpretação que lograsse a inserir os povos da indo-américa foi se firmando na medida que as questões sociais, raciais, étnicas e cultural se intermesclavam para afirmar a autonomia das regiões latino-americanas. Figuras como Haya de la Torre – criador do APRAS peruano – e Mariátegui buscaram inserir a questão indígena com a questão da reforma agrária, fato que foi inédito em uma interpretação sobre essa temática.

nas economias dependentes subordinando-as aos interesses do conjunto da burguesia local. Dessa forma, a dependência passa a ser o desdobramento do estágio do desenvolvimento do capitalismo internacional na etapa monopólio-imperialista.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1973, p.16).

A questão da estagnação da economia brasileira, que no marco do surgimento da Escola da Dependência era pauta dos debates sobre a possível continuidade da industrialização, também foi tema do livro de Celso Furtado – *Subdesenvolvimento e Estagnação* (1966) –, e para os dependentistas o desenvolvimento da periferia com a industrialização é parte do seu próprio desenvolvimento histórico, e dessa estrutura não existe estagnação “existe a possibilidade de acelerar-se [cada vez mais] a industrialização nas economias periféricas, redefinindo-se as bases de dependência” (CARDOSO, 1980, p. 75).

A Escola da Dependência não pretende forjar uma teoria geral do modo de produção capitalista como fez Marx, “nem tampouco elaborar um modo de produção capitalista dependente, pois isto não existe”, a teoria da dependência é o estudo das formações econômicas e sociais capitalistas dependentes, “é uma análise de um nível de abstração mais baixo, capaz de captar a combinação específica do modo de produção que coexiste na América Latina” (BAMBIRRA, 1978, p. 9).

A teoria da dependência não tem por objetivo criar uma nova teoria que abarcasse a característica das economias dependentes. Marini, Bambirra e Dos Santos inseriram os clássicos para o estudo da nova realidade latino-americana no pós-guerra, inseriram também as inquietações de Baran e Sweezy com a temática do “excedente”, Samir Amin com a questão do “valor mundial dos preços”, Mandel com a caracterização das “Ondas Largas” vividos nessa virada do século. Essas inquietações seguiram o caminho inaugurado por Lenin com o desenvolvimento desigual do imperialismo, por Luxemburg com sua revisão da acumulação primitiva dos mercados não-capitalistas e por Trotsky com o desenvolvimento desigual e combinado que também colocava para as colônias ou países dependentes a possibilidade da revolução socialista longe do movimento etapista da “revolução em um só país”. Todo esse acúmulo e experiência dentro do marxismo possibilitaram arsenal teórico rico para a Escola da Dependência.

2.1 – Dependência, fase complementar do imperialismo

Para uma definição da Escola da Dependência, a Teoria do Imperialismo deve necessariamente ser contemplada na análise. Para alguns autores (AMARAL, 2012 e PAULANI, 2009), o capitalismo adentrou em uma nova fase nos anos de 1970/80, com aspecto predominantemente financeiro⁵⁸. Se o capitalismo mostra essa nova fase, a dependência também caminha nesse ínterim constituindo-se como o complemento da tese do imperialismo. Assim, para se compreender a constituição do capitalismo dependente na América Latina, deve-se compreender o imperialismo.

Para os autores que trabalharam a temática do imperialismo, nosso trabalho resgata: John A. Hobson com *Imperialismo: um estudo* (1902), Rudolf Hilferding e seu clássico *O Capital Financeiro* (1910), Rosa Luxemburg *A acumulação de Capital* (1912), Karl Kautsky em sua formulação do *O ultraimperialismo* (1914), Nicolai Bukharin com o livro *A economia mundial e o Imperialismo* (1915), e na síntese desses autores aparece Vladimir Lenin com *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916). Não nos cabe fazer uma análise sistematizada de cada cada autor, bem como as diversas contribuições com a temática do imperialismo. Nosso propósito aqui é apresentar, de maneira aproximada, o imperialismo como fase particular do capitalismo e como as economias dependentes se inserem nessa nova fase.

A) John Hobson

A temática do imperialismo começa a ser estudada como política a partir de 1902, do economista britânico John Hobson⁵⁹. Seu livro *Imperialismo: um estudo*, foi o marco inicial para aqueles que percebiam a mudança ocorrida dentro do modo de produção capitalista. Não é coincidência que o primeiro estudo sobre essa temática desenvolveu-se na Inglaterra. Hobson tem no expansionismo inglês seu objeto de análise e as guerras imperialistas travadas naquele momento – África do Sul e China – proporcionaram-lhe o cabedal teórico.

Para o autor, o imperialismo se configura em um desvio que surge das condições de

58 Essa mudança é percebida quando riqueza fictícia, analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros (juros, royalties, dividendos, etc.) entre 1980 até 2006, o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292% (AMARAL, 2012, p. 3).

59 John Atkinson Hobson (1858-1940) foi um economista profícuo que deixou mais de 30 volumes. Na apresentação de seu livro *A evolução do capitalismo moderno* (1996), Maria da Conceição Tavares diz: “embora seja habitualmente considerado um marxista fabiano, Hobson sofreu influência de diversas correntes de pensamento, de Marx a Sombart e Veblen. Seu caráter profundamente herético fez com que sua obra, por sua vez, influenciasse autores tão pouco semelhantes como Lênin e Keynes”.

luta por territórios e mercados para a produção de excedentes de mercadorias nos países industrializados, mas o desenvolvimento do imperialismo não se caracteriza pela busca de novos mercados, e sim, pelo emprego lucrativo de excedentes financeiros que está na base do próprio imperialismo. Na sua concepção, a “economia do imperialismo” é de responsabilidade dos “financistas e especuladores” como figuras centrais na formação do imperialismo, que subjuga o Estado para aplicar seus interesses. A correção, segundo Hobson, viria de uma ampla reforma no mercado inglês, às expensas do capital rentista e especulativo, com distribuição de renda e aumento salarial, impulsionando o mercado interno e deixando o externo em segundo plano (Cf. DEL ROIO, 2007, p. 2).

B) Rudolf Hilferding

Hilferding talvez seja o autor mais conhecido sobre a temática do imperialismo antes do Lenin. Sua obra clássica – *O capital financeiro* (1910) – é considerada a primeira análise de fundamentação marxista da transformação do capitalismo liberal concorrencial do século XIX. Para o pensador austríaco, o capitalismo estava passando por uma mudança significativa no século XX, em que a afirmação dos cartéis e dos trustes tendiam a monopolizar o mercado, assim como a fusão dos grandes bancos ingleses. Esse processo de fusão entre as grandes empresas monopólicas (capital industrial) e a concentração e centralização com o grande capital bancário configuravam o capital financeiro.

Para Hilferding, o capital financeiro significa uma uniformização do próprio capital, em que capital industrial, capital comercial e capital bancários, encontram-se “agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos”. A união desses agentes capitalistas tem “por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas”, constituindo-se o que ele chamou de “capitalismo organizado”⁶⁰ (HILFERDING, 1985, p. 283, apud, AMARAL, 2012, p. 13).

60 Hilferding trouxe o termo “capitalismo organizado”, entre os anos de 1915 e 1920, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Para o autor austríaco, “capitalismo organizado” possui três características: a) a introdução de uma margem considerável de planejamento econômico em consequência da dominação pelas grandes empresas e pelos bancos no Estado; b) a extensão desse planejamento à economia internacional, o que levaria a um “pacifismo realista” nas relações entre os Estados capitalistas; e c) uma mudança necessária da relação entre a classe operária e o Estado, no sentido de que o objetivo desta deveria agora ser o de transformar uma economia planejada e organizada pelas grandes empresas por uma economia planejada e controlada pelo Estado democrático. Estas afirmações se mostraram equivocadas: 1º) pelo “pacifismo realista”, pois a II Guerra mostrou o oposto previsto por Hilferding; 2º) a estabilização do capitalismo no pós-guerra não ocorreu, pelo contrário, as políticas pacifistas tiradas daí estimulavam políticas reformistas que foi muito bem apontada por Bukharin (BOTTOMORE, 2001, p. 56).

Essa nova fase do capitalismo caracterizada por Hilferding, que tem o capital bancário o responsável pelo processo de fusão das grandes indústrias, é a política do capital financeiro. Sua função é se colocar como dispositivo a serviço dos grandes capitalistas para acumular, configurando uma espécie de capital acionário⁶¹ capaz de movimentar os grandes trustes. Esse capital acionário passa a ser exportado principalmente para as colônias das metrópoles, capitais destinados à construção de estradas de ferro para viabilizar o escoamento das mercadorias, aquisição de terras, portos, etc. Nesse interregno, o capital financeiro passa a impor mudanças nas legislações dos países receptores desses capitais, moldando-as de acordo com cada necessidade. Essa característica do capital financeiro de impor a sua legislação mostra também uma outra fase da dependência⁶².

Assim para Hilferding, o termo imperialismo indica uma forma particular de política e não uma fase econômica, como posteriormente aparecerá em Lênin.

C) Rosa Luxemburg

Para a compreensão do imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburg é necessário adentrarmos ao conceito de subconsumo e sua teoria das crises inseridas na crítica aos esquemas de reprodução desenvolvidos n'O Capital. O livro que sintetiza essa crítica é *A acumulação do capital* (1912).

A acumulação do capital tem suas premissas básicas, segundo Luxemburg: a) o processo produtivo tem que gerar um sobrevalor em qualquer hipótese; b) para que este mais-valor destinado à acumulação possa ser apropriado, é necessário que ele se realize; c) o novo capital deve necessariamente assumir a forma de capital-produtivo; e d) a nova produção (D-M-D') tem que ser realizada (CARCANHOLO, 1996, p. 68).

61 Amaral (2012) chama a atenção sobre a importância que Hilferding confere ao capital acionário. Segundo a autora, ele foi o primeiro marxista a situar a bolsa de valores e a liquidez oferecida pelo mercado de ações no movimento do capital. Paraphrasing Chesnais (2010, p. 141), Amaral diz que Hilferding, a partir da existência do capital acionário, a propriedade deixa de se mostrar como uma dada relação de produção para tornar-se um título de renda, o qual aparece como se fosse independente de qualquer tipo de atividade. Porém, o mérito dessa identificação não é do Hilferding, Engels no *Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O capital* (1895), citando o livro III, seção V, capítulo 27 d'O capital, descreve de maneira sucinta o papel da bolsa de valores no modo de produção capitalista a partir de 1865. Contudo, não chegou a aprofundar essa temática, lançando apenas alguns pontos para posterior observação. Ver em O capital, livro III, p. 968, (2017).

62 As diversas mudanças da legislação impostas pelos órgãos financeiros é uma característica também das economias dependentes. No Brasil, a Desvinculação de Receita da União (DRU) e a política de “superavit primário” são exemplos dessa imposição. No primeiro caso, os gastos essenciais com saúde e educação que são previsto na Constituição de 1988 tem sofrido cortes devido a transferência de recursos via DRU; no segundo caso, o montante arrecadado pelo Estado, parte dele é reservado para mostrar ao setor financeiro a capacidade que o Tesouro tem de honrar a dívida pública. E por último, a Lei de Responsabilidade Fiscal (nº101/2000), garante juridicamente o pagamento ao setor financeiro. Esses são exemplos do poder do imperialismo via financeirização.

Para Luxemburg, o processo acumulativo exprime uma contradição interna entre a produção privada e o consumo, como o elo que une ambos. E sua solução para essa contradição está nos mercados externos não-capitalistas, sendo necessário sair da dualidade entre o consumo dos capitalistas e dos operários como únicos representantes do consumo social.

A teorização do subconsumo parte da premissa de que sempre há uma tendência do modo de produção capitalista à superprodução. Ao utilizar os esquemas de reprodução (simples e ampliada) desenvolvidos por Marx na seção III do livro II d'O Capital, Luxemburg elabora sua explicação sobre o processo de acumulação de capital. Para a economista polonesa, a produção e sua realização não coincidem no primeiro momento, pois nesse processo a relação entre os departamentos não foi definido o valor de mercado de forma que o total realizado passa ser uma possibilidade. Na reprodução simples, tanto no departamento produtor de meios de produção como no departamento produtor de bens de consumo, toda a mais-valia produzida é gasta em bens de consumo. Já na reprodução ampliada, o capitalista se apropria da mais-valia gerada e a reparte em duas frações: a) na demanda de bens de consumo, b) reinvestimento em capital constante e variável.

Diz Rosa:

Chegamos assim aos seguintes resultados: 1. A produção total da sociedade pode expressar-se, como a do capitalista individual, na fórmula $c + v + m$. 2. A produção social divide-se em dois setores: de meios de produção e de subsistência. 3. Ambos os setores são objeto de uma exploração capitalista, isto é, baseiam-se na produção de mais-valia e, portanto, a fórmula $c + v + m$ pode aplicar-se também a cada um deles. 4. Ambas as seções acham-se em mútua dependência e, portanto, haverá entre elas determinadas relações de quantidade. Uma delas elabora todos os meios de produção dos dois setores, e a outra todos os meios de subsistência para os trabalhadores e capitalistas de ambos (LUXEMBURG, 1976, p. 59).

Se no processo de realização tivesse demanda dos capitalistas aos próprios capitalistas, a realização da economia estaria garantida, se igualando com a reprodução simples, e a produção se realizaria por si própria. Ou seja, produção pela produção e não mais pela busca incessante, por parte dos capitalistas, pela apropriação da mais-valia. Porém, no sistema capitalista a crise é a interrupção do processo de acumulação, consequência da contradição do próprio capitalismo, pois nele a capacidade ilimitada da produção esbarra na capacidade de expansão limitada do consumo social. Para Luxemburg, a solução sobre a realização da mercadoria não está somente nos capitalistas e operários. Para a autora, existem mercados externos dentro da sociedade capitalista que não adentraram no consumo – existência de

compradores não capitalistas ou “terceiras pessoas” -, que são os empregados fora do consumo de subsistência, profissões liberais, a igreja, o Estado, etc.

Segundo Carcanholo (1996, p. 94), a formulação da questão desenvolvida por Rosa Luxemburg reduz ao fato de que a economia capitalista produz um valor de $c + v + m$, mas consegue consumir somente $c + v$. Dessa incapacidade sistêmica é que a autora busca a saída nos mercados externos. Para Carcanholo, a mercadoria possui dois pontos de vistas: a mercadoria geral ($c+v+m$ e consome $c+v$) e a mercadoria singular (realização do valor no capitalismo é privada)⁶³. No mercado das trocas, a mercadoria a realizada é a singular, porém a diferenciação entre as duas afetará a determinação de preços das mercadorias. A realização do valor produzido se processa em mercados particulares, com ofertantes e demandantes singulares. E a contradição subconsumista só se define em termos da mercadoria como produto do capital e não como realização particularizada.

O problema da realização apontado por Rosa Luxemburg é solucionado pela própria burguesia ao lançar o dinheiro na circulação que servirá para a realização da mais-valia.

Ao privilegiar o aspecto quantitativo da realização, Rosa Luxemburg não tratou do seu aspecto qualitativo. Isto a leva a perder de vista as compras intersetoriais (consumo intermediário), que é o elo teórico que lhe falta para entender o significado de que são os próprios capitalistas que demandam a mais-valia (CARCANHOLO, 1996, p. 97).

Rosa Luxemburg rejeita o dinheiro como a solução da realização da mercadoria por achar que o mesmo já está implícito na reprodução simples. Porém, a mercadoria é uma unidade contraditória entre o valor e valor de uso, e a realização das mercadorias seria um processo de realização não só do valor, mas deste materializado em valores de uso específicos. Ou seja, a crise observada por Luxemburg não advém da falta de realização da mercadoria, pois o aspecto contraditório do valor e valor de uso coloca a necessidade da realização via dinheiro ou crédito. A hipótese do subconsumo não pode ser a causa da crise, pois ela inverte a relação de dependência entre a acumulação e o consumo. Contudo acontece o contrário, é a acumulação determinando o consumo, ainda que o último condicione o primeiro. Diz Carcanholo:

O que ocorre é que para que as pessoas consumam, elas devem obter rendimentos, que, são, por sua vez, fruto de decisões anteriores de acumulação. O consumo, na lógica do capitalismo, não passa de uma condição, necessária, mas não determinante. Para os teóricos do subconsumo, tem por hipótese como sendo a insuficiência de

63 Essa diferenciação entre a mercadoria como produto do capital e a mercadoria singular encontra-se em Karl Marx, *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultado do processo de produção imediata*, p. 162.

demanda por bens de consumo finais, como se o capitalismo tivesse por fim último o consumo improdutivo (CARCANHOLO, *op. cit.*, p. 179).

As crises se desencadeiam na restrição ao consumo das massas em face do impulso produtivo, e o modo de produção capitalista tende a produzir um valor maior do que consegue realizar devido a ampliação do consumo. Se a crise fosse somente o problema de realização causado pelo consumo insuficiente das massas, bastaria uma política de aumento salarial para estimular o consumo. Porém, se isso ocorrer, a lei da queda tendencial da taxa de lucro entraria em ação aprofundando ainda mais a crise.

D) Karl Kautsky

Kautsky pertencia à mesma corrente centrista que Hilferding dentro do movimento socialista do início do século XX. Para o autor, a guerra e o imperialismo representavam um desvio no processo civilizatório conduzido pelo capitalismo e que devido a própria contradição do imperialismo (uma espécie também de “capitalismo organizado”), poderia ser contornado dentro da ordem burguesa.

A guerra e o imperialismo eram consequência das camadas agrárias parasitárias e de setores burgueses a elas vinculadas, pois, para a maior parte da própria burguesia, a guerra seria uma forma de conflito desnecessária e indesejável, já que, seu interesse maior é a expansão do mercado mundial de forma pacífica. E para a análise kautskista, a concorrência entre os monopólios capitalistas poderiam levar a difusão da democracia e dos valores civilizatórios por meio do mercado. O processo de centralização e monopolização excluiriam aqueles setores improdutivos, sobrando alguns supermonopólios agindo em um mercado mundial unificado por um ultra-imperialismo, que prepararia a passagem para o socialismo.

A proposta política reformista de Kautsky colocava a possibilidade – até mesmo a necessidade – de alianças com parcelas da burguesia que supostamente se opunham à guerra e ao imperialismo. O conflito imperialista desencadearia uma estabilidade após a Primeira Guerra, e os vencedores imporiam uma política de alianças entre as grandes potências, que explorariam o mundo através do capital financeiro. Assim, o sistema financeiro, por não necessitar de métodos violentos para impor sua política, passaria a reger o mundo pacificamente e a corrida armamentista e os conflitos seriam apenas episódios esporádicos (DEL ROIO, 2007, p. 3).

A teoria do ultra-imperialismo de Kautsky está pautada na dualidade entre a agricultura e indústria. Nessa dualidade, a agricultura é o setor de destaque pois em momentos de

interrupção industrial o setor segue produzindo; o industrial é o mais frágil pois esbarra nessas interrupções caso o fornecimento de matérias-primas seja interrompido ou os bens de subsistência dos trabalhadores sigam esse mesmo destino. Nessa dualidade, a agricultura desenvolve sua própria lei fora do setor industrial.

A crise nasce da agricultura quando não há acompanhamento da demanda exigida pela indústria, levando o setor industrial ao impulso à ocupação de terras, desenvolvendo-se dentro dessa contradição o imperialismo. Assim, o processo de constante ocupação de terras seria a estratégia política das economias industriais para garantir a oferta de matérias-primas e bens de subsistência necessário para a continuidade do processo produtivo crescente. Diz Amaral:

Essa estratégia foi visível por Kautsky nos movimentos dos capitais exportados para os territórios agrícolas, na maioria com a finalidade de introduzir um sistema ferroviário para colocação dos produtos nos mercados e uma tecnologia para a exploração mineral e o cultivo (AMARAL, 2012, p. 20).

A teoria do imperialismo de Kautsky esbarra no reformismo político pois vê uma positividade no desdobramento da centralização e concentração do capitalismo monopólico, não trabalhando com a categoria da contradição. Dessa premissa, o desdobramento resultado no sistema financeiro é o horizonte socialista pacifista, ou a conquista do poder sem a tomada do Estado. Esse equívoco foi um dos responsáveis pela política dos créditos de guerra da II Internacional Comunista.

E) Nicolai Bukharin

A obra de Bukharin *O imperialismo e a economia mundial* (1915), adentram ao debate marxista sobre o imperialismo. Escrito um ano depois de Luxemburg e um ano antes de Lênin, o livro de Bukharin foi amplamente utilizado pela Escola da Dependência. Inserindo novas categorias para a análise do imperialismo, entre elas “divisão internacional do trabalho”, “trustificação” e as práticas de “dumping” promovidas pelos Estados, Bukharin desenvolve a temática vendo a guerra imperialista (1º Guerra Mundial) romper com os “períodos pacíficos” - diz Lênin – entre os anos de 1871 e 1914⁶⁴.

Para Bukharin, a divisão internacional do trabalho – fruto do desenvolvimento do comércio mundial – se caracteriza de duas maneiras: a) o meio natural ou geográfico em que o organismo social está localizado, e b) o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o nível

64 O termo “períodos pacíficos” foi utilizado por Lênin no prefácio para o livro de Bukharin. O período pacífico leninista inicia-se com a derrota da Comuna de Paris, em 1871, na vitória alemã da guerra franco-prussiana e termina com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

de “cultura” (aspas do autor). Na primeira, a condição natural da comunidade, é encontrado diferentes meios de produção, sobre essa diferença é que as trocas se firmaram desenvolvendo-se os ramos interligados. Na segunda, o crescimento desigual das forças produtivas cria vários tipos de esferas industriais, ampliando a diferença que existe entre os países industrializados que importam produtos agrícolas e exportam produtos manufaturados. Assim, a divisão internacional do trabalho se estrutura hierarquicamente constituindo-se pelas trocas internacionais e o estabelecimento de preços mundiais. Diz Bukharin:

Há, no processo de troca, uma relação de mercado que regula inumerável série de unidades econômicas, dispersa em pontos geográficos os mais afastados. Nessa condição a divisão mundial do trabalho e a troca internacional supõem a existência de um mercado mundial e de preços mundiais (BUKHARIN, 1969, p. 27).

O mercado mundial engendra não somente as trocas de mercadorias, mas também forma-se o mercado mundial de capital-dinheiro, igualando as taxas de desconto e constituindo-se o capital financeiro como conjuntura mundial⁶⁵. Com isso, o mercado mundial engendra a circulação cada vez mais desenvolvidas das mercadorias, e circulando mercadorias circulam também força de trabalho, fator principal da vida econômica. A circulação internacional de populações dentro do comércio mundial possibilitou nivelar as diferentes taxas de salários, estabelecendo uma divisão mundial do salário, que se diferenciam de acordo com o grau de desenvolvimento da capacidade produtiva dos países.

Nesse processo de circulação, o capital amplia-se para além das fronteiras nacionais criando-se uma rede de dependência internacional de exportação de capitais, principalmente dos centros para os países dependentes, buscando altas taxas de lucratividade, constituindo-se em capital transnacionalizado.

Evidentemente, a tendência geral do movimento é indicada pela diferença na taxa de lucro (ou na de juros): quanto mais desenvolvido é um país, baixa a taxa de juros e intensa a “reprodução” do capital, tanto mais violento é o processo de eliminação [dos trabalhadores]. Inversamente, quanto mais elevada é a taxa de lucro, fraca a composição orgânica do capital e forte a demanda de capital, tanto, mais viva é a força

65 Bukharin desenvolve sua argumentação sobre os laços de dependência que vão se estabelecendo no comércio de capital-dinheiro, derivando o rompimento dos mercados isolados para o mercado mundial. “Se uma cidade russa faz um empréstimo junto aos capitalistas de Londres e lhes paga juros, passa-se o seguinte fenômeno: uma parte da mais-valia que exprime a relação entre o operário e o capitalista inglês cabe à prefeitura da cidade russa, a qual, por sua vez, sob forma de juros, transfere para a Inglaterra, uma parcela da mais-valia que é obtida da burguesia dessa cidade e que exprime a relação de produção entre o operário e o capitalista russo. Dessa maneira, estabelece-se uma ligação entre os operários, assim como entre os capitalistas dos dois países. Como já dissemos, a circulação do capital-dinheiro, que toma proporções sempre maiores, desempenha aí papel particularmente importante” (BUKHARIN, *op. cit.*, p. 31).

de atração [dos trabalhadores] (BUKHARIN, *op. cit.*, p. 54 – colchetes nossos).

No processo de circulação de capitais, o efeito atrativo é a constante valorização do capital na sua forma de taxa de lucro. Por sua vez, a taxa de lucro se relaciona com a massa de mercadorias produzidas e seu preço de venda menos os custos de produção. Se a massa de mercadorias lançadas no mercado for maior, menor se tornam os custos para a produção. É nessa relação causal que Bukharin – buscando no livro III d'O Capital – aponta a extração do lucro extra (lucro suplementar) das trocas internacionais dos países dependentes. Vemos a influência direta desse apontamento bukharinista sobre a Teoria Marxista da Dependência, principalmente em relação as transferências de valores via preços que Marini denominou de “troca desigual”⁶⁶. Diz Bukharin:

O comércio internacional proporciona uma taxa mais elevada de lucro porque fornece mercadorias a países menos adiantados, do ponto de vista do processo de fabricação, conseguindo vendê-las a um preço inferior aos desses países, mas superior ao valor das mercadorias. O trabalho nos países avançados aparece, neste caso, com um peso específico mais elevado e é considerado como trabalho de qualidade superior, embora não seja pago como tal; daí, a conseqüente alta da taxa de lucro. Isso não impede que o produto seja fornecido ao país importador a um preço menos elevado que o preço que lhe custaria para produzi-lo, visto que a quantidade de trabalho empregado pelo país exportador em sua produção é bem menor que aquela que o país menos avançado teria que empregar; do mesmo modo que um fabricante, que aplica uma nova invenção antes que ela seja generalizada, pode usufruir da produtividade mais elevada do trabalho empregado e realizar um sobrelucro, vendendo suas mercadorias mais baratas que seus concorrentes, embora a um preço bem acima do seu valor. Por outro lado, os capitais investidos nas colônias fornecem lucros a uma taxa mais elevada, porque tal é a regra nos países menos adiantados do ponto de vista econômico, onde é utilizado o trabalho de escravos, de coolies e onde o trabalho é explorado com mais rudeza. A menos que os monopólios façam sentir sua influência, nada se opõe, em um regime de livre concorrência, a que taxas mais elevadas contribuam para a majoração da taxa geral do lucro (BUKHARIN, *op. cit.*, p. 107).

No desenvolvimento do modo de produção capitalista, a exportação de capitais foi a consequência de uma superprodução e superacumulação no país de origem, e que agora, passa a empregar esses capitais excedentes na busca das taxas mais elevadas de lucros.

Para Bukharin, o imperialismo é a política do capital financeiro em sua fase

66 Em relação a “troca desigual” e a diferença entre “preços de custo”, “preços de produção” e “preços de mercado”, assim como “lucro extraordinário” serão analisados em nosso trabalho no terceiro capítulo.

monopólica. A guerra derivada desse processo se constitui numa política de rapina para reajustar a divisão do mundo. Nesse processo, o desenvolvimento capitalista coloca a concentração e a centralização como sustentáculo para a política imperialista. Por concentração – diz Bukharin – entende-se “o aumento do capital pela capitalização da mais-valia por ele produzida”, e por centralização entende-se “a reunião de vários capitais individuais em um só” (Ibid., p. 156). E nesse processo de concentração e centralização de capitais, o capital financeiro faz girar toda a economia em sua órbita, transformando a economia nacional em um gigantesco truste combinado, que tem os grupos financeiros como acionistas e o Estado como o realizador desse processo. Assim, o capital financeiro age no Estado para levar adiante sua política de trustificação da economia, como bem apontou Bukharin.

Para Bukharin, essa nova configuração do modo de produção capitalista – os trustes – possibilitou o desenvolvimento de outros métodos de luta pela concorrência: a depreciação dos preços. Quando a luta dos trustes substituiu a das empresas individuais, os preços também mudaram. Os baixos preços do mercado interno cedem lugar aos preços altos devido a concorrência exercida através do mercado externo. O Estado passa a ser o agente negociador dos trustes no mercado mundial⁶⁷.

O autor russo faz a crítica contundente sobre o conceito de “Ultrimperialismo” de Kautsky, em que o mesmo considerava o capitalismo um estágio necessário da evolução humana, afirmação carregada de um reformismo teórico.

Nesse caso, seria um absurdo querer considerar o capitalismo como um estágio “necessário” da evolução, com o que não se quer dizer, evidentemente, que o capitalismo e sua situação são os produtos da evolução histórica: “necessidade” é, aqui, sinônimo de impossibilidade de vencer. [...] O traço mais característico do reformismo teórico esta em que constata escrupulosamente todos os elementos de adaptação do capitalismo sem discernir-lhe as contradições (BUKHARIN, *op. cit.*, p. 179).

O livro de Bukharin influenciará diretamente Vladimir Lênin, que buscará apontar os avanços e os limites da abordagem do autor, mostrando que o imperialismo é mais do que “solidariedade de interesses”, é a fase superior do capitalismo.

67 Bukharin chama esse processo de “Estado policiado”, que usam métodos de espionagem para destruir os concorrentes estrangeiros (p. 164). Essa prática não é exclusivamente dos trustes atuais. No livro *Chutando a escada* (2004), do sul-coreano Ha-Joon Chang, o autor faz uma análise histórica do desenvolvimento industrial da Inglaterra e sua estrutura de espionagem sobre as indústrias dos Países Baixos pirateando suas técnicas. Na atualidade, o caso NSA denunciado pelo programador Edward Snowden chocou o mundo ao mostrar a estrutura de espionagem virtual promovida pelos Estados Unidos.

E) Vladimir I. U. Lenin

A teorização sobre o imperialismo de Lenin colocava que o desenvolvimento do capital monopolista era não a confiança mútua, como pensava Bukharin, mas em uma competição internacional entre vários produtores. Essa competição se mostrou na guerra de 1914-18, que desencadeou uma guerra imperialista, de conquista, de pilhagem, de pirataria, uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição das colônias e das zonas de influência do capital financeiro.

No livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), Lenin acompanhando Hilferding e Hobson, analisa o desenvolvimento da concentração das grandes indústrias e a transformação do capitalismo pelo capital-dinheiro através dos bancos. Assim, o imperialismo proposto por Lenin se configuram: a) pela concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios; b) a fusão do capital bancário com o capital industrial, desenvolvendo-se no capital financeiro e sua oligarquia; c) nessa etapa a exportação de capitais substitui a exportação de mercadorias, e o comércio passa a ser mais dinâmico; d) a formação das grandes associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o comércio mundial entre si; e e) a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importante (LENIN, 1982, p. 88).

Lenin traça a história que levou as grandes indústrias a formar os cartéis, que nas duas fases subsequentes, de 1873 até 1903, o capitalismo se transformou em imperialismo. Diz ele:

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, etc. Repartem os mercados entre si. Determinam a quantidade dos produtos a fabricar. Fixam os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc. Com o processo de monopolização, o desenvolvimento técnico (engenharia, etc.) caminhará no sentido da tarefa de “inventar” novas técnicas que aperfeiçoam a produção e, principalmente, reduzam os encargos de produção (LENIN, 1982, p. 22).

Após a formação dos grandes carteis, os bancos passam a ter destaque no processo produtivo. O processo de monopolização dos bancos foi o próximo passo do capital financeiro, que agindo sobre acumulação e concentração do capital-dinheiro, passam a ditar a produção esmagando as empresas menores em favor das maiores, seja pelo crédito ou pelo financiamento direto na produção.

A fusão do capital industrial com o capital bancário, ao mesmo tempo desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos e das grandes empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com os outros, pela compra de ações, pela entrada dos

diretores dos bancos nos conselhos fiscais (ou de administração) das empresas industriais e comerciais e vice-versa (LENIN, *op. cit.*, p. 40).

A fusão do capital industrial com o capital bancário marca o capitalismo para sempre. O que antes desenvolvia-se a competitividade ou a livre concorrência, agora a era da monopolização, que após a crise de 1900 – sobretudo após a crise da guerra franco-prussiana – acelerou a queda do antigo capitalismo, dando lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital industrial. Com o domínio do capital financeiro surge a oligarquia financeira.

Nesse processo de constante fusão, o capital-dinheiro é manipulado pelas poucas mãos da oligarquia financeira, exercendo um monopólio de fato, obtém da enormes somas de lucros via emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., consolidando o domínio dessa oligarquia em detrimento de toda a sociedade com tributos em benefícios dos monopolistas. O monopólio depois de constituído penetra em todos os domínios da vida social, independentemente do Estado ou do regime político estabelecido. Assim, para Lenin, monopólio financeiro é:

[...] estes quatro países (Inglaterra, EUA, França e Alemanha) possuem 479 bilhões de francos, ou seja, cerca de 80% do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, que são os quatro pilares do capital financeiro mundial, verdadeiramente banqueiros internacionais (LENIN, *op. cit.*, p. 59).

A exportação de capitais são direcionados para os países subdesenvolvidos, pois a taxa de mais-valia é mais elevado. Os capitais vão promover a construção dos empreendimentos produtivos (ferrovias, portos, estradas, etc.) para o escoamento das mercadorias produzidas para exportação, e os Estados receptores são os responsáveis em promover o pagamento dos juros e receber o investimento direto estrangeiro. Assim, o capital financeiro vai amarrando sobre seu eixo os países subdesenvolvidos criando esferas de dependência financeira.

Essa nova forma de dependência – a dependência financeira – é citada na passagem em que Lenin usa o exemplo da Argentina como uma “colônia” comercial da Inglaterra. Outro exemplo citado no livro é Portugal, que apesar de exercer independência política e diplomática mantém seus laços de dependência da Inglaterra durante muitos anos.

Portugal dá-nos um exemplo, de uma forma um pouco diferente, de dependência financeira e diplomática, associada à independência política. Portugal é um Estado soberano, independente, mas, de fato, desde há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1701/1714) que se encontra sob protetorado britânico. A Inglaterra defendeu Portugal e as suas possessões coloniais visando fortalecer as suas

próprias posições na luta contra os seus adversários – a Espanha e França. Em troca, recebeu vantagens comerciais, privilégios para as suas exportações de mercadorias e, sobretudo, de capitais para Portugal e as suas colônias, o direito de utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. (LENIN, *op.cit.*, p. 85).

O capital imperialista adentra nas economias dependentes subordinando-a e eternizando sua estrutura produtiva homogênea. É nesse processo que a crítica do imperialismo é necessária, pois sem ela caímos na ilusão da possibilidade de desenvolvimento com o capital estrangeiro como pensava os teóricos da Teoria da Interdependência Associada – Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* – e os isebianos, sustentando que o capital estrangeiro era uma alavanca do desenvolvimento integrado oferecido pelas empresas multinacionais e não o responsável pelo atraso. Discorreremos sobre essa vertente e sua proposta no decorrer do trabalho.

2.2 – A Escola da Dependência e a formação capitalista no Brasil: o sentido da colonização

A Escola da Dependência formulou o seu debate sobre o processo de formação do capitalismo no Brasil. Colocando a teoria do imperialismo como suporte analítico, os dependentistas rejeitaram a proposta cepalina, isebiana e pecebista sobre uma possível burguesia nacional capaz de romper com as amarras do imperialismo e promover seu desenvolvimento autônomo, como rejeitaram os “resquícios feudais” promovido por uma literatura influenciada externamente. E como proposta interpretativa, a Escola da Dependência buscou outra caracterização sobre a revolução burguesa no Brasil.

As bases historiográficas da Escola da Dependência resgata o argentino Sérgio Bagú com seu clássico *Economía de la sociedad colonial, ensayo de historia comparada de América Latina* (1949); Caio Prado Jr., nas obras *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966); Guerreiro Ramos, *A Redução Sociológica – Introdução ao Estudo da Razão Sociológica* (1965); e posteriormente Florestan Fernandes, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973).

O inovador livro *Economía de la sociedad colonial, ensayo de historia comparada de América Latina*, de Bagú, coloca para o debate a negação dos “resquícios feudais” na constituição da América Latina. O livro é composto por três partes, em que a primeira é uma

análise da economia indígena precolombiana, a segunda descreve a administração da economia colonial e a última descreve a evolução entre a colônia e a república. Para Bagú, as comunidades agrárias indígenas se constituíam sobre a forma dos *calpulli* e *ayllu* – base de produção comunitária de propriedade comum – em que se erguiam o império inca. Base que se estendiam por toda a América andina que possuía um sistema de irrigação sofisticado, destruído pelo colonizador espanhol. Diz Bagú:

Valcárcel (em *Ruta cultural del Perú*, México, FCE, 1945) ha observado esse fenómeno de tanta transcendencia económica, indicando que en la costa los españoles destruyeron o dejaron extinguir por [sic] los enormes cultivos de maíz, yuca, frijol, pallar, maní, papa dulce, así como la red incaica de irrigación, las terrazas agrícolas y la técnica del cultivo perfeccionada que llegó a practicarse bajo los incas (BAGÚ, 1992, p. 58).

O autor analisa a constituição da Espanha e Portugal enquanto uma formação tipicamente feudal, questionando a afirmação de que essas sociedades possuíam propriedades feudalizadas. Para ele, esses países ibéricos se formam sob a precoce gestação de um poder monárquico absoluto e centralizado quando os árabes foram expulsos desses territórios. E conseqüentemente, suas colônias carregarão esse traço centralizador.

Sérgio Bagú inova a literatura sobre o processo de constituição da América Latina, divergindo e questionando as interpretações oficiais que afirmavam que no território americano foi transposto uma estrutura feudalizada pelo colonizador. É nessas linhas que Caio Prado seguirá ao desenvolver o “sentido da colonização” no Brasil.

O processo de formação do Brasil é desenvolvido por Prado Jr. através do que denomina *o sentido da colonização*, com o objetivo de esclarecer como foi a atuação entre a metrópole com sua colônia americana. Segundo Prado Jr. (1994), o processo de povoamento dos portugueses em sua colônia americana tem por objetivo “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem a organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio” (p.24). Ou seja, o “sentido da colonização” estaria nos três séculos de exploração metropolitana, nos fins mercantis e no povoamento necessário para a organização produtiva de gêneros tropicais rentáveis para o comércio e sua expansão. Assim, colonização dos trópicos americanos fez surgir uma sociedade baseada na empresa do colono branco, de caráter mercantil, para a produção de gêneros⁶⁸ de grande valor comercial, com

68 “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.”(Ibid., p.32) Uma curiosidade em relação a essa temática: a conhecida “batata inglesa” -

trabalho de indígenas e negros africanos trazidos de outras feitorias portuguesas.

A estrutura econômica colonial era baseada na monocultura para exportação, na grande propriedade rural e no trabalho escravo. Foi Prado Jr. um dos pioneiros em articular o desenvolvimento da colônia brasileira com o capital mundial, em sua fase mercantilista⁶⁹. Diz o historiador paulistano:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR., *op. cit.*, p. 31 – grifo do autor).

A colonização dos trópicos americanos proporcionou – em sua fase mercantilista – a acumulação primitiva de capital na Europa, que teve como um de seus pilares a extração do excedente colonial por meio do monopólio exercido pela metrópole no comércio com as colônias. O *exclusivo metropolitano* dará aos europeus o acúmulo necessário para a industrialização. Assim diz Novais:

O regime do comércio colonial – isto é, o *exclusivo metropolitano* no comércio colonial – constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos *lucros excedentes* gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da *acumulação primitiva* de capitais nos quadros do desenvolvimento do *capitalismo*⁷⁰ mercantil europeu

tubérculo mundialmente consumido – é de origem peruana (Incas), transportado para a Europa pelo espanhol Francisco Pizarro, em 1536. Alimento de fácil cultivo e estoque, a batata foi disseminada pelos ingleses em suas colônias como alimento, principalmente nas fábricas. Ver em BERNAND, Carmen e GRUZINSKI, Serge. *História do novo mundo. Da descoberta à conquista, uma experiência europeia*, Edusp. Em *As veias abertas da América Latina* (1977, p.56/60), Eduardo Galeano cita, além da batata, o tabaco dos índios “brasileiro”, que se tornaram mercadorias de fácil troca no mercado europeu.

69 Segue nessa mesma linha o clássico *Formação Econômica do Brasil* (1967), de Celso Furtado. Diz o autor: “(...) sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava *integrada* nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”. (p. 95) Furtado identifica que a economia brasileira não possuía um funcionamento autônomo, seu ritmo seria determinado pelas flutuações do mercado internacional, ou seja, em períodos de alta dos preços internacionais dos gêneros agrícolas de exportação representam períodos de expansão econômica nas atividades da colônia voltadas ao mercado interno. Fazendo um paralelo em período parecido de expansão dos produtos primários, e, conseqüentemente, a expansão do mercado interno, foi vivenciado durante o governo Lula (2002-2008), em que, os preços dos produtos agrícolas atingiram preços elevados nesse período.

70 Vale ressaltar que Novais faz o uso do adjetivo “capitalismo comercial” quando esse – capitalismo e sua reprodução – não está constituído na sua formação plena. Marx diz que o sistema capitalista se funda quando a produção industrial está estabelecida e existe mão de obra livre e extração de mais-valia. Para Mazzeo

(NOVAIS, 1979, p.92 – grifos nosso).

A colonização da América Latina proporcionou o rápido desenvolvimento na circunavegação do comércio, como nos demonstrou Marx e Engels no Manifesto Comunista (ENGELS e MARX, 2005, p. 41.). O capital comercial ganha novos contornos ao lançarem-se as naus portuguesas e espanholas ao mar, e a descrição de novas rotas comerciais fora do eixo do Mediterrâneo proporcionaram a diminuição do *espaço-tempo* das comunicações entre mercados e um acúmulo primário de capital. Diz Marx no cap. XXIV d'O Capital:

A acumulação do capital [e não acumulação primitiva], porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação “primitiva” (*previous accumulation* em A. Smith), *precedente* à acumulação capitalista, uma acumulação que *não é* resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu *ponto de partida* (MARX, 2013, p. 785 - grifos e colchetes são nossos).

A passagem referida mostra-nos o desenvolvimento do modo de produção capitalista teve origem em um processo de acúmulo inicial, e tem a colonização dos trópicos americanos como fonte de metais preciosos (América espanhola) e de gêneros alimentícios (América portuguesa), que abasteceram a Europa, desenvolvendo e dinamizando o comércio com uma burguesia mercantilizada. Continua Marx:

O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a *subjugação do trabalhador* [na América Latina, o escravo – AWL]. (...) A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Ibid., p. 787).

Os dois séculos de extração (XVI e XVII) das colônias ibéricas pautados pelo capital comercial possibilitaram o desenvolvimento e consolidação das monarquias nesses países. Os ventos da mudança do século XVIII começam a soprar para outro movimento, o industrial. O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar de *pacto colonial*, que

(2015), Novais cai no erro ao considerar o “sistema colonial do mercantilismo o construtor da colonização europeia, entre os descobrimentos marítimos e a Revolução Industrial. Ao contrário, é a necessidade de produção de mercadorias para um mercado que se ampliava enormemente na Europa, o aspecto determinante da ocupação das terras colonizadas, destinando-as à produção em grande escala”. (P. 57) Trataremos do assunto mais à frente no sub item 2.2.2, quando abordaremos a controvérsia do conceito “sentido” da colonização.

representa o exclusivismo do comércio das colônias para as metrópoles, entra em declínio. Nesse momento, a transformação econômica começa a adentrar e substituir o decadente capitalismo comercial europeu, pela ainda incipiente indústria artesanal (PRADO JR., 1994a, p. 123).

O século XIX desencadeou uma rápida substituição entre o capital comercial e o capital manufatureiro. A expansão da industrialização inglesa e francesa muda a dinâmica do comércio mundial, consolidando uma nova divisão internacional do trabalho. No Brasil, os ventos da mudança europeia chegam de forma inusitada trazendo as naus portuguesas.

O ano 1807 mudou a geografia entre metrópoles e colônia: a vinda da Família Real portuguesa, fugindo dos exércitos de Napoleão que ocuparam o Reino para obrigar o Regente D. João a aderir ao *sistema napoleônico*, coloca um catalisador no mercado interno brasileiro. Fugindo diante do invasor sob uma cara escolta inglesa, diz Prado Jr. (1994a p.126), “transporta-se com sua corte, grande parte do funcionalismo e uma comitiva imensa, (um total de cerca de 10.000 pessoas) para o Rio de Janeiro”, que se transforma assim, de um momento para outro, em sede da monarquia portuguesa. Todas as despesas do traslado e da segurança da monarquia portuguesa terão a Inglaterra como credora.

O fim do *pacto colonial*, que representou na prática o fim do monopólio do comércio entre Portugal e Brasil – assinado logo na chegada da Corte – proporcionou a abertura do mercado brasileiro ao livre comércio internacional. Com a abertura dos portos e a concorrência estrangeira, principalmente inglesa, vai moldando-se a subordinação e estruturando-se a dependência cada vez mais aguda do capital externo. Contudo, essa dependência colonial desenvolvida nesse momento não é similar a dependência do período do imperialismo, como bem apontou Marini:

Entretanto, e aí reside a debilidade do trabalho de Frank, a *situação colonial não é a mesma que a situação de dependência*. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas. [...] No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente (MARINI, 2005, p. 135 – grifos nosso).

Em relação a dívida pública no processo da transição da colônia para a república, a economia brasileira começa a receber investimento externo, que se acentua com a abertura do

mercado interno. No decreto de abertura dos portos brasileiros, em 1808, fixa-se a taxa de 24% sobre mercadorias importadas, mas a Inglaterra é generosamente presenteadas com tarifa preferencial de 15%, deixando claro a subserviência do soberano português ao predomínio inglês. Em treze anos de Corte portuguesa no Brasil, a evolução dos acontecimentos estimulou as atividades brasileiras voltadas ao desenvolvimento das cidades, em que, além de libertar a colônia dos entraves de três séculos de sujeição, possibilitou o melhoramento dos portos, das estradas e preparou o terreno para a industrialização⁷¹. Tal desenvolvimento contou com o financiamento da Inglaterra, sobretudo, o capital da Casa dos Rothschild.

2.2.1 – A dependência anunciada: a herança lusitana e a constituição do mercado interno

Para a Escola da Dependência, a análise do processo de rompimento com o pacto colonial é fundamental para definir a particularidade de inserção ao mercado mundial.

[...] o reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe (CARDOSO, FALETTO, 1970, p. 26).

A relação de subordinação entre Portugal e Inglaterra disseminou-se em solo brasileiro, e o livre comércio inglês fez seu primeiro laboratório bem sucedido no Brasil. Com o desenvolvimento industrial e o aumento de sua produtividade, as indústrias inglesas buscaram mercados em diversas partes do globo. De maior transportadora de escravos do mundo⁷², a Inglaterra passa a pregar o livre comércio para suas mercadorias e o abolicionismo.

As medidas tomadas depois de 1808 vão estimular o fraco mercado interno brasileiro.

71 As primeiras manufaturas brasileiras tem início no século XVIII nas áreas têxteis em Minas Gerais e siderurgia no Rio de Janeiro. O desenvolvimento dessas indústrias foi barrado pelo decreto do Vice-Rei do Rio de Janeiro Marquês do Lavradio, no dia 5 de janeiro de 1785. O decreto mandava extinguir todas as manufaturas têxteis da colônia, com exceção apenas das de panos grossos de algodão, usados nas vestimentas dos escravos e nas sacarias. No decreto podia-se ler: “adverte contra o perigo de tais atividades, que não só faziam concorrência ao comércio do Reino, como tornavam os povos da colônia por demais independente. (...) Enumera também os casos em que teve de intervir, suprimindo fábricas que se iam tornando por demais notórias, como a de Pamplona, em Minas Gerais”. (Prado Jr., 1994a, p. 224) Esse decreto foi revogado em 1º de abril de 1808 no processo que se seguiu à abertura dos portos.

72 Os ingleses tiveram papel preponderante no reestabelecimento da escravidão em suas colônias do Novo Mundo; sabe-se que durante séculos seus comerciantes tiveram o quase monopólio do tráfico negreiro, pelo qual a nação chegou até a tomar armas. Nesse papel intermediário inglês, o número de escravos nas lavouras brasileiras depois do início do tratado de 1810 aumentaram significativamente (PRADO JR., 1994a, p.271).

A balança comercial nesse período muda seus ponteiros. Em 1812, a exportação era de 1.233.000 e a importação 770.000, em libras esterlinas-ouro. Já no ano de 1822 essa relação se altera: a exportação chega a 4.030.000 e a importação passa a 4.590.000. Esse processo de internacionalização do mercado interno carrega consigo a contradição. Com novos contatos com o estrangeiro, o estímulo ao consumo ganha novo peso, e a indústria de manufatura aqui estabelecida não consegue suprir a demanda devido à sua baixa capacidade produtiva, desencadeando o desequilíbrio da vida financeira do país - e o comércio internacional brasileiro se torna quase permanentemente deficitário. Só entre 1831 a 1860 ocorrem excepcionalmente alguns anos com balanços positivos (Cf. PRADO JR., 1970, p. 133).

O *déficit* será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo na forma de empréstimos públicos, que começam a adentrar ao solo brasileiro. Essa solução se mostrou provisória e conforme esses aflusos vai aumentando novos pagamentos sob forma de juros, dividendos e amortizações passam a ser o carro-chefe do desequilíbrio da balança externa de contas. É nesse período que a dependência – como estrutura de desenvolvimento – ganha forma e conteúdo. Diz Prado Jr.:

A economia brasileira ficará na *dependência* de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez que por um ou outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo (Ibid., p. 133 – grifo nosso.).

Nessa mesma linha de desenvolvimento do raciocínio, Nelson Werneck Sodré em seu livro *Formação Histórica do Brasil* (1964) aponta esse problema da balança comercial. Até a metade do século XIX, as exportações latino-americanas se encontraram estagnadas e a balança comercial latino-americana deficitária; os empréstimos estrangeiros passam a se destinar à sustentação da capacidade de importação. Ao aumentar as exportações, e sobretudo à partir do momento em que o comércio exterior começa a gerar saldos positivos, o papel da *dívida externa* passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina. No caso do Brasil é ainda mais revelador, diz Sodré:

a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes (...), o serviço da dívida externa aumenta consideravelmente: dos 50% que representava sobre esse saldo, se eleva para 99% na década seguinte (SODRÉ, 1990, p. 160-197).

As novas despesas são acompanhadas de novos empréstimos, amalgamando a dependência cada vez mais forte da dívida pública. Entre elas, os conflitos desse período – Guerra da Cisplatina (1826) – faz com que o governo brasileiro, já independente de Portugal,

adquirir novos empréstimos⁷³. Mesmo com a relativa independência política de 1822, o Brasil passa a gravitar na órbita da Inglaterra de forma dependente e subordinada, usando seus empréstimos para promover seu desenvolvimento.

Esse período de expansão das economias centrais industrializadas e o fim do exclusivismo metropolitano possibilitaram a integração do mercado interno brasileiro ao mercado mundial. A mudança na integração exigia em alguma medida o desenvolvimento das economias periféricas, pois as economias centrais – que nesse momento são representadas pela Inglaterra – necessitavam de matérias-primas para abastecer suas economias. Requereria, por conseguinte, que a produção das economias dependentes lograsse certo grau de dinamismo e modernização sob controle dos centros. Essas mesmas economias integravam o mercado comprador dos produtos manufaturados dos centros, portanto, também era necessário que se desse nelas certo dinamismo. Como diz essa passagem de Cardoso:

A relação de dependência adquire assim uma conotação de controle do desenvolvimento de outras economias, tanto da produção de matérias-primas como da possível formação de outros centros econômicos (CARDOSO, 1970, p.33).

A revolução industrial que se inicia com a grande indústria, corresponde ao mesmo período na América Latina à independência política, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia. Na mesma linha de Cardoso, caminha Marini:

Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas (MARINI, 2000, p. 134).

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: “a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (...). Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da

73 “Os compromissos públicos ainda se agravarão com os juros e amortizações de uma dívida contraída na Inglaterra em 1825, no valor de 3.000.000.” E a cada década esses dividendos sobem em progressão geométrica: “400.000 libras em 1829; 312.000 em 1839; 732.000 em 1843; 1.040.600 em 1852”. E nessas transações entre juros e amortizações as cifras são mais assustadoras: “o empréstimo contraído em 1829, dos 400.00 libras, o Brasil receberia mais do que 208.000. Os juros, nominalmente de 5%, alcançavam assim, de fato, quase 10%. Os banqueiros ingleses, conluiados com os desonestos altos dignatários do Império, lançavam-se sem piedade sobre esta presa inerme que era a nação brasileira” (PRADO JR., *op. cit.*, p.138).

dependência” (Ibid., p. 134).

2.2.2 – A controvérsia do “sentido” na colonização

A Escola da Dependência e Caio Prado Jr. não ficaram imunes às críticas. Elas vieram e continuam vindo justamente porque exercem forte influência na historiografia sobre o período colonial brasileiro, tanto naqueles que procuram manter a constituição do “sentido da colonização”, interpretando a colônia como uma sociedade cuja estrutura e funcionamento foram determinados pelo comércio externo e, portanto, como empreendimento a serviço do capital comercial europeu; quanto naqueles que, buscando criticar tal visão e defendendo uma autonomia da dinâmica interna à colônia, veem-se obrigados a discutir o modelo caiopradiano e seus desenvolvimentos posteriores. Com isso, nesse subitem, pretendemos apontar as principais críticas que Caio Prado recebeu e desenvolver, no limite da nossa pesquisa, a afirmativa da atualidade do modelo caiopradiano e as contribuições que as críticas proporcionaram.

Os notórios críticos ao modelo caiopradiano e dependentistas são Jacob Gorender (*O Escravismo Colonial*), Ciro Flamarion Cardoso (*Modos de Producción em América Latina*) e João Quartim de Moraes (*O estatuto teórico da noção de dependência*).

Separamos quatro⁷⁴ críticas pertinentes feitas ao modelo de Caio Prado Jr., que continuam fazendo eco até nossos dias, que são elas: a) a identificação de que a premissa “sentido” seria teleológica; b) as críticas segundo as quais o escravismo – que não é o elemento central na obra caiopradiana – deveria ser a categoria primordial no estudo da Colônia, já que, seria seu traço peculiar; c) o uso da categoria Modos de Produção para estudar o período da colonização, colocando que o modelo caiopradiano seria circulacionista, ou seja, centrado na circulação comercial, e não nas relações de produção, e devido a isto não seria correto a aplicação do materialismo histórico à realidade brasileira; e d) crítica à excessiva ênfase dada à dependência e subordinação da economia e da estrutura da sociedade colonial ao mercado externo (TEIXEIRA, 2005, p. 2).

Primeiramente, A Escola da Dependência e Caio Prado Jr. não usam o conceito de modos de produção capitalista para caracterizar o período colonial; sua posição – ao nosso

74 Seguimos a mesma estrutura das quatro críticas que o professor Rodrigo Alves Teixeira levantou sobre o modelo caiopradiano. Ver em <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>, acessado em 24/12/2016.

entender – compreende a relação entre passado e presente, a ideia de que ao se conhecer o resultado do desenrolar da história, é possível, a partir do conhecimento do presente, olhar para trás identificando quais relações são importantes para se compreender a dinâmica das sociedades passadas. É o presente que fornece a chave para o passado, como diz Marx: a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco.

As críticas levantadas ao historiador paulistano são de que a ideia de “sentido” na história carrega seu traço teleológico⁷⁵ como necessidade lógica, ou seja, um sentido que existe *a priori*, determinístico, cujo *telos* (fim objetivado) é previamente conhecido e reconstruído racionalmente a-histórico.

No polêmico⁷⁶ prefácio da primeira edição da *Contribuição à crítica da economia política*, de 1857, Marx diz:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais *desenvolvida* e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de *todas as formas* de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda são apagados, continuam a subsistir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. *A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco*. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender signos denunciadores de uma *forma superior*,

75 A teleologia dentro do universo filosófico contém inúmeras finalidades e significados. Nosso trabalho acompanha a finalidade do termo “teleologia” definida em Aristóteles que a concebia como “modelo de explicação e comportamento de organismo” ou “uma explicação causal que usa as noções “direção para um fim”, “propósito”, “função”, etc.” Em sua obra *Teleologisches Denken* (1955), Nicololai Hartmann sustenta que a forma de pensar teleológica é uma categoria – se bem que uma categoria “híbrida” - que, de modo similar à ideia de substância, pode penetrar por toda parte num sistema ontológico. Hartmann distingue três formas: a) a *teleologia dos processos*, como se manifesta em Aristóteles. Tal teleologia tenta responder a pergunta: “Para quê?” - um “para quê” interno, que se supõe pertencer à “essência”. 2) A *teleologia das formas ou tipos* (formas orgânicas ou inorgânicas). Aqui, a teleologia considera que há uma hierarquia de formas e que umas formas são superiores às outras. 3) A *teleologia do todo*, que concebe o mundo como um Absoluto, como uma unidade informante, criadora; em suma, como um princípio de todo o movimento. José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, p. 2828, tomo IV, ed. Loyola, 2004. Para ver a influência de Hartmann em Lukács – a quem usamos o termo empregado – consultar em Nicolas Tertulian, *Hartmann e Lukács: uma aliança fecunda*. Crítica Marxista, nº33, 2011. Acessado em 16/02/2017. <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a13.pdf>

76 A polêmica que circula a metáfora marxiana sobre a “anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” foi recebida pela crítica como um “Marx evolucionista”. Em um segundo prefácio (1859), Marx resolve retirá-lo alegando que “antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral”. *Contribuição à crítica da economia política* (1983), p. 23. Vale lembrar que Marx faz alusão a essa metáfora para mostrar a importância decisiva das categorias para entender a realidade. Em nossa opinião, o prefácio carrega certas ambiguidades, talvez seja esse o motivo da supressão ao primeiro prefácio feita por Marx. Indicamos para o debate o livro da Miriam Limoeiro Cardoso, *Para uma leitura do método em Karl Marx – anotações sobre a “Introdução de 1857”*. Niterói, ICHF / UFF (Cadernos do ICHF, nº 30, set. 1990).

quanto essa forma superior é já *conhecida* (MARX, *op. cit.*, p. 223 – grifos nossos).

Polêmicas à parte, o que vemos nessa citação de Marx é um princípio metodológico de análise, ou seja, sua opção em analisar o presente na sua forma acabada e de caráter universalizante, que é a sociedade burguesa e seu modo de produção, e conhecendo esse resultado é possível compreender a dinâmica das sociedades em sua particularidade. É o desenvolvido que fornece a *chave* para o menos desenvolvido. E é justamente por ser universalizante que o mais complexo mostra o caminho para a *particularidade*. Assim como nada garante que do macaco – o antropoide mais próximo do humano na classificação – deveria emergir o humano como necessidade lógica, também nada garante que o futuro estava inscrito como necessidade lógica no passado, de forma que a história se processaria como a realização de uma racionalidade metafísica, crítica que Marx fez a Hegel, particularmente à sua concepção de Estado Moderno (*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*).

De maneira a clarificar, nesse mesmo capítulo Marx alerta para o erro de considerar a história de forma teleológica, como uma sucessão de *etapas* pré-determinadas.

Aquilo a que se chama *desenvolvimento histórico* baseia-se, ao fim e ao cabo, sobre o fato da *última* forma considerar as formas *passadas*, como jornadas que levam ao seu *próprio* grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isto em condições *bem* determinadas – *não estão naturalmente em questão os períodos históricos* que consideram a si próprios como épocas de decadência – concebe-as sempre sob um aspecto *unilateral*. (MARX, 1983, p. 224 – grifos nosso)

Outro alerta marxiano é o de partir dos conceitos da sociedade capitalista e ignorar as diferenças com relação às demais sociedades passadas, desprezando suas particularidades históricas.

Se, portanto, é certo que as categorias da economia burguesa possuem uma certa verdade válida para *todas* as outras formas de sociedade, isto só pode ser admitido *cum grano salis* [com um grão de sal, como uma parte do todo – AWL]. Elas podem encerrar estas formas desenvolvidas, debilitadas, caricaturadas, etc., mas sempre com uma *diferença essencial* [a particularidade – AWL] (Ibid., p.224).

Partindo disso, entendemos não ser correto tratar a “sucessão dos modos de produção”, como um processo evolutivo histórico-natural (ou evolucionista), uma ordem de evolução pré-definida. O mesmo é para Caio Prado Jr. a acusação do “sentido da colonização” ser teleológica, pois ao nosso entender o autor paulistano fez sua reconstrução histórica *a posteriori*, como o

sujeito do conhecimento dotado das categorias olhando para trás observando como se processou a história contingente.

Uma outra questão levantada pelos críticos ao modelo caiopradiano é em que medida a colonização e a extração do excedente colonial foram de fato condições necessárias para a acumulação primitiva de capital?

Para responder a tal questionamento, a análise necessariamente adentra a forma política do mercantilismo, o absolutismo. A crise do feudalismo que principia no século XIV e adentra ao século XVI, rearticula suas forças para o processo de expansão do mercado de especiarias e outros gêneros para as trocas. Nesse processo, a formação dos Estados centralizados foi preponderante para a burguesia nascente, e com o aumento do poder da circulação da moeda e especiarias e a articulação com o Novo Mundo, essas burguesias vão ganhando notoriedade e poder político. A nobreza passa a ser vista pela burguesia como uma classe parasitária, dependente da expropriação dos camponeses e dos impostos recolhidos pelo governo central. Porém, a mudança da situação econômica, através da força de influência do mercantilismo vai transformando e aburguesando a nobreza cada vez mais. Como diz Engels:

A luta da burguesia contra a nobreza feudal é a luta da cidade contra o campo, da indústria contra o proprietário de terras, da economia baseada no dinheiro contra a economia natural, e as armas decisivas que, nestas lutas, empregou o burguês foram simplesmente os seus *recursos de poder econômico*, constantemente reforçados por meio do desenvolvimento da indústria, a princípio artesanal e mais tarde manufatureira, e pela *difusão do comércio*. (...) Mas a partir do momento em que a burguesia, embora impotente politicamente começou a ser perigosa, graças ao seu *poderio econômico* cada vez maior, a monarquia voltou a aliar-se com a nobreza, provocando, assim, primeiro na Inglaterra e logo depois na França, a revolução da burguesia (ENGELS, 1979, p. 142 – grifos nosso).

Esse poder econômico a que Engels enfatiza vai ganhando força quando se acentua a acumulação primitiva na Europa oriental através da produção de algodão e de lã para as manufaturas da Europa ocidental. Como diz Frank:

A maior parte da Europa oriental converte-se em fornecedora de lã e outras matérias-primas básicas para o desenvolvimento das manufaturas da Europa ocidental. Essa necessidade de ampliação da produção ocasionou a concentração de propriedades e da renda no leste, proporcionando o surgimento da “segunda servidão” de seus camponeses, visando atender a demanda ocidental (FRANK, 1977, p. 86).

Essa “segunda servidão”⁷⁷ a que Frank se refere mostra como a acumulação primitiva

77 No livro de Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*, o autor coloca que esse período não compõe a

já se estendia dentro do mundo feudal, forçando a ligação do servo à terra para a produção em larga escala, direcionada aos mercados ocidentais. Nesse processo, quando se consolida a colonização do Brasil, a escravidão que aqui se instala proporciona a acumulação – em escala ampliada – de mais-valor absoluto.

A luta entre os países europeus pela busca de acumulação pelo comércio mostrou um século XVI agitado por conflitos além-mar. As Companhias das Índias Orientais/Ocidentais, que tiveram origem de uma burguesia mercantil dos Países Baixos (Holanda), são exemplos dessa disputa interna dentro do sistema mercantilista. Essa disputa caracteriza-se – ao nosso entender – em mais uma amostra do “sentido” da colonização, pois o mercantilismo com seus gêneros se tornava uma atividade rentável. A Companhia possuía diversos navios e milhares de soldados mercenários dispostos a declarar guerra com quem atrapalhasse seu objetivo. Como ocorreu na disputa pelas Ilhas Molucas (atual Indonésia), em 1605, em que os Holandeses tomaram o forte da principal ilha e de lá foram expandindo suas bandeiras. Foi a Companhia das Índias Ocidentais que colonizou o nordeste brasileiro, de 1630 a 1654, estabelecendo um governo holandês com Maurício de Nassau à frente. O retorno da servidão europeia (“segunda servidão”) e os diversos conflitos para estabelecimento de colônias produtoras de gêneros para abastecer o mercado europeu mostra-nos que a existência do “sentido” estava posto.

As críticas de que Caio Prado Jr. deveria dar ênfase nas relações de produção interna, e que no Brasil as relações eram escravistas, possibilitaram o surgimento do conceito de *modo de produção escravista colonial*. Na nossa pesquisa sobre esse ponto, abordaremos Jacob Gorender e seu *O escravismo colonial* (1985) e Ciro Flamarion Cardoso com *Modos de Producción en América Latina* (1975).

Para Gorender, o modo de produção é definido da seguinte maneira:

Do modo de produção abstraímos duas categorias essenciais: as relações de produção e as forças produtivas [...]. No processo de produção, os homens estabelecem entre si relações objetivas independentes de sua vontade, o que não implica que não adquiram alguma forma de consciência delas tais são as relações de produção ou relações econômicas, que constituem a base das relações dos homens na generalidade dos seus aspectos sociais, quer os associem comunitariamente ou os dividam em classes [...] os homens e os elementos materiais, com e sobre os quais atuam, constituem as forças produtivas (GORENDER, *op. cit.*, p. 24).

E para Ciro Cardoso, modos de produção se forma,

[...] na articulação entre um nível e um tipo de organização definidos das forças

transição, e sim, é a forma de recrudescimento do sistema feudal em decadência.

produtivas e as relações de produção que lhes correspondem; além do que, creio, a identificação de um modo de produção não pode ser feita sem levar em conta o processo genético-evolutivo das formações sociais que dele dependem (CARDOSO, *op. cit.*, p. 70).

Gorender destacará a dinâmica e a lógica interna à colônia, sua autonomia como um modo de produção distinto de todos os que já haviam surgido, em que a relação de produção nas colônias era o escravismo, e assim, esta categoria é a chave para o estudo da colônia e não mais o capital comercial, sendo este um fator externo. Cardoso entende que a articulação entre as relações de produção e forças produtivas se faz internamente, e esse traço característico brasileiro ele nomeia "*modo de produção escravista colonial*".

Segundo Mazzeo (2015, p. 59), essas tipificações possuem a problemática que devem ser "entendido do ponto de vista conceitual, quer dizer, a partir do que constitui a *dinâmica imanente do ser* e do *ir-sendo* modo de produção". Ou seja, no processo de movimento do modo de produção que "entifica-se no período em que as colônias surgem como formações sociais determinadas pelo quadro histórico-estrutural", engendrado por um sistema totalizante que está germinando, o capitalismo. Percebemos que, tanto em Gorender como em Cardoso, o modo de produção realçados por eles na colônia ganha *status* de aspectos gerais, constituindo a organização interna da sociedade brasileira a partir de suas relações de produção e de suas forças produtivas, criando modelos que encerram, enquanto particularidades, "as leis gerais que regem o modo de produção escravista colonial" (Ibid., p. 60).

Com isso vem à tona a pergunta: podemos chamar a escravidão nas colônias americanas de modo de produção escravista colonial? Nosso trabalho caminha com a perspectiva de que não é possível criar um modo de produção dentro de um modo de produção determinante. Como enfatizamos logo atrás no texto, um modo de produção carrega em si seu caráter universalizante, que engendra todas as formações sociais a gravitarem em sua órbita, mesclando formas diferentes na extração do excedente com desenvolvimentos desiguais e combinados. Assim Marx nos esclarece:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem *relações determinadas*, necessárias, independentes da sua vontade, *relações de produção* que correspondem a um determinado *grau* de desenvolvimento das forças produtivas materiais [em geral – AWL]. O *conjunto* dessas *relações* [plural – AWL] de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a *base* concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1983, p. 24 – grifos e colchetes são

nossos).

O ponto nevrálgico do debate é a *subsunção real* e *subsunção formal do trabalho ao capital*, e nele, o escravo é o meio para a apropriação do excedente econômico. O processo de trabalho subsume-se ao capital e o capitalista está nele como dirigente, condutor; para este é, ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio (MARX – O Capital – capítulo VI inédito, 1978, p.60). Continua Marx:

Denomino *subsunção formal do trabalho ao capital* à forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (*producer*) atue como empregador de si mesmo (*self-employing*) seja porque o produtor direto deva proporcionar trabalho excedente a outros. A coerção que exerce, o método pelo qual se espolia o trabalho excedente é de outra índole (MARX, *op. cit.*, p. 56 – grifos do autor.).

Na subsunção⁷⁸ das colônias como abastecedora de gêneros alimentícios é que o “povoamento” se inicia no século XVII. Nesse processo de reprodução ampliada, a colonização, a partir do século XVI, vai ganhando forma e conteúdo, estruturando e desenvolvendo o “sistema colonial”. Com isso, o capitalismo encontra caminhos diversos para seu desenvolvimento e reposição, onde as várias formações capitalistas apresentam, assim, diferentes momentos de subsunção do trabalho ao capital.

O sistema colonial é parte integrante do capitalismo que está em expansão na Europa, em que, o “descobrimento” do Novo Mundo se articula à produção de mercadorias e o desenvolvimento do um mercado que se ampliava. Com isso, a colonização e produção em grande escala de mercadorias (açúcar, tabaco, cacau, etc.) determinaram a forma do sistema colonial, articulando o que Marx chamou de a *era do capitalismo*⁷⁹.

78 E continua Marx: “O essencial na *subsunção formal* é o seguinte: 1) a relação puramente monetária entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece; na medida em que surge a *subordinação*, esta deriva do *conteúdo determinado* da venda, não de uma *subordinação*, precedente à mesma, por força da qual o produtor – devido a circunstância política etc, - estivesse situado em outra relação do que a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador de seu trabalho. É *somente* na condição de possuidor das condições de trabalho que, nesse caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe qualquer relação política, fixada socialmente, de superioridade e subordinação. 2) o que é inerente à primeira relação – pois caso contrário o operário não teria que vender sua capacidade de trabalho – é que suas *condições objetivas de trabalho* (meios de produção) e *condições subjetivas de trabalho* (meios de subsistência) se lhe defrontam como *capital*, monopolizadas pelo comprador de sua capacidade de trabalho. Quanto mais plenamente se lhe defrontam tais *condições de trabalho* como propriedade alheia, tanto mais plenamente se estabelece como *formal a relação entre o capital e o trabalho assalariado*, o que se vale dizer: dá-se a subsunção formal do trabalho ao capital, condição e premissa da subsunção *real* (Idem, p.57).

79 Continua Marx: “Ainda que os primeiros indícios de produção capitalista se apresentem já, esporadicamente, em algumas cidades do Mediterrâneo, durante os séculos XIV e XV, a *era capitalista* somente data, em realidade, a partir do século XVI”. O Capital, 2013, pág. 787.

Nosso trabalho caminhou até o presente momento na caracterização da formação histórica da economia brasileira entre a colônia e a república. Descrevemos de maneira sucinta a formação da dívida pública na transição de independência política e a formação do mercado interno. Apontamos o debate sobre a possibilidade de vários modos de produção agindo ao mesmo tempo – escravismo colonial brasileiro – e a proposta nova levantada pela Escola da Dependência que trazia outra interpretação, negando os “resquícios feudais” e uma burguesia nacional revolucionária. Defendemos que a Escola da Dependência surge de um acúmulo de debates dentro da esquerda revolucionária que tinha como horizonte a revolução socialista. Partindo desses apontamentos, adentraremos no próximo subcapítulo ao tema das influências externas da Escola da Dependência, especificamente a influência da *Política do Desenvolvimento Desigual e Combinada*.

2.3 – Os clássicos da Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado

Antes de iniciar esse seção, convém esclarecer as razões que nos levou a incluí-lo no presente trabalho. Adotamos a premissa de que o debate proposto pela Escola da Dependência sobre os “resquícios feudais”, o “etapismo” para se chegar no socialismo e a proposta de uma “burguesia nacional” já era parte de um debate maior dentro da nova esquerda e que tem sua origem no movimento trotskista. Dos Santos nega a influência trotskista em seus escritos⁸⁰, porém, afirmamos que todo movimento teórico da “nova esquerda” é fruto de um processo de acúmulo anterior, em que caminhando dialeticamente, se firma como resposta para a análise conjuntural. Por isso defendemos que existe uma correlação entre a teoria da dependência e a *política do desenvolvimento desigual e combinado*.

Por se tratar da compreensão do desenvolvimento capitalista atrasado e dependente, nosso trabalho focará nas abstrações de Lenin e Trotsky sobre os escritos da Rússia e como esses intelectuais revolucionários trabalharam a temática. Primeiramente, um resgate histórico da Teoria da Revolução Permanente se faz necessário para propor as bases metodológicas da Escola da Dependência; logo depois, dissertaremos sobre como foi recebida tal teoria nas formulações dos latino-americanos.

80 Diz Dos Santos: “A obra de autoria de Lídia Goldenstein, escrita no Brasil, revela um desconhecimento impressionante dos textos. Inclusive dos textos citados como uma repetida atribuição a mim e a Ruy Mauro Marini da condição de “trotskista” que nunca adotamos, mas que vem sendo repetida irresponsavelmente no país por desconhedores de nossos trabalhos, como Guido Mantega, um dos primeiros a repetir as acusações de “estagnacionistas” e “trotskistas” (DOS SANTOS, 2015, p. 133).

Segundo Lowy (2015, p.13), a Teoria da Revolução Permanente, formulada por Trotsky entre os anos de 1905/06⁸¹ define um “campo teórico cujas questões centrais são: a) possibilidade da revolução proletária em países “atrasados” [dependentes]; b) a transição ininterrupta da revolução democrático-burguesa para o socialismo; c) extensão internacional do processo revolucionário e a construção do socialismo em escala mundial” (colchete nosso).

Essa caracterização sobre a revolução proletária nos países atrasados foi percebida por Marx e Engels em diversos trabalhos. Neles, a identificação de que a burguesia deixava de ser revolucionária após o período revolucionário de 1847/48 e passava para o campo do reacionarismo colocava a possibilidade da transição ser feita pelo proletariado. No magistral Manifesto Comunista, Marx e Engels conceberam a democracia como tarefa específica, não da revolução burguesa, mas da revolução socialista. Diz ele:

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado (MARX, ENGELS, 2005, p. 51).

Engels no prefácio de 1895 à obra *Luta de Classes na França de 1848 a 1850*, segue a mesma linha dizendo:

(...) após 1851, o período das revoluções vindas de baixo estava por ora concluído; seguiu-se um período de revoluções vindas de cima. (...). O resultado geral, porém, foi que na Europa a independência e a unidade interna de grandes nações tornou-se um fato, com exceção da Polônia (...). Os coveiros da Revolução de 1848 haviam se convertido em executores do seu testamento. E, ao lado deles, já se erguia ameaçadoramente o herdeiro de 1848, o proletariado, reunido na *Internacional* (MARX, 2012, p.17/18 – grifo do autor).

Mesmo não existindo uma sistematização da teoria da revolução permanente em Marx e Engels em seus escritos, o termo aparece de forma isolada e espaçada. Sua primeira aparição ocorre em 1844, no livro *A Questão Judaica*, em que Marx critica o jacobinismo como uma política terrorista de impor a supremacia da esfera política sobre a sociedade burguesa. Diz o

81 A revolução russa de 1905 foi considerada como “ensaio geral” da Revolução de 1917 e um laboratório para as reflexões de Trotsky. Segundo Lenin, “em 22 de janeiro de 1905 – um “Domingo Sangrento” - milhares de operários, não social-democratas, súditos fiéis do czar, conduzidos pelo padre Gapone, encaminharam-se de todos os pontos da cidade para o centro da capital carregando imagens de santos com a foto de Nicolau II, em direção à praça do Palácio de Inverno, para entregar uma petição ao czar. O movimento foi recebido com balas pelos cossacos czaristas, deixando milhares de mortos. Após o episódio, no mesmo ano a agitação chegou ao exército e marinha, no que, em junho de 1905, o couraçado *Príncipe Potemkine* da frota do Mar Negro foi tomado pelos insurretos. Ver em *Relatórios Sobre a Revolução de 1905*, V.I. Lenin. (<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm#topp>). Acessado em 03/02/2017.

nosso autor:

No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição violenta com suas próprias condições de vida, ou seja, declarando a revolução como *permanente*, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz (MARX, 2009, p. 42).

Em março de 1850, em uma carta direcionada ao Comitê Central da Liga Comunista, Marx e Engels deixam mais claro sua perspectiva de revolução permanente. Dizem:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar a *revolução permanente* até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (MARX e ENGELS, 2006, p.101 – grifo nosso).

Marx e Engels encerram a carta com um apelo aos trabalhadores alemães para não se iludirem com as palavras de ordem da *pequena burguesia democrática*, mas a organizarem seu próprio partido independente⁸²:

Mas têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando o quanto antes a sua posição de partido autônomo, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos *pequeno-burgueses democratas* quanto à organização independente do partido do proletariado. Seu grito de batalha tem de ser: a *revolução permanente* (Ibid., p.103 – grifo nosso).

Para Lowy (2015, p. 39), as reflexões de Marx sobre a revolução permanente na Espanha e na Rússia trazem em si a dissociação de qualquer “concepção evolucionista, unilinear, mecânica ou abstrata sobre o movimento histórico e o desenvolvimento socioeconômico”. Exemplo disso, em 1877, o teórico populista russo Mikhailovsky foi acusado pelo próprio Marx de querer transpor para a Rússia o modelo de “acumulação primitiva” descrito n'O Capital. Diz Marx:

Para ele, é absolutamente necessário transformar meu esboço sobre a origem do

82 Franz Mehring, amigo pessoal de Marx, descreve esse episódio em seu livro biográfico: “Depois que suas limitadas reivindicações fossem conquistadas, a pequena burguesia democrática procuraria acabar com a revolução o mais rápido possível. Por outro lado, seria tarefa dos trabalhadores tornar a revolução permanente” (Mehring, 2014, p. 229).

capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica sobre o Progresso Universal, fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontram” (MARX, 2013, *apud*, LOWY, 2015, p.38).

O acabamento prático da política do Desenvolvimento Desigual e Combinado foi dado por Trotsky e apropriado pela Escola da Dependência como teoria para compreender as economias da América Latina. Agora pautaremos nossa análise no autor russo e, logo em seguida, apontaremos o seu uso como base metodológica dos dependentistas.

Na crítica do evolucionismo da II Internacional Comunista, Trotsky e Lenin apontaram que somente o proletariado, apoderando-se do Estado e implantando a sua “ditadura”, poderia resolver as chamadas tarefas democráticas pendentes nos países dependentes (“atrasados”). Trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade histórica contraditória e não como mera soma de nações isoladas, Trotsky afirmava que as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história em separado e, portanto, seria impossível superar o atraso através de “estágios”. Em Lênin a política *do Desenvolvimento Desigual* foi a ferramenta para refletir sobre os ritmos desiguais com que o capitalismo se implantava na região, Trotsky acrescenta o “combinado”, complementando as bases que formaria a Teoria da Revolução Permanente. Diz Lenin:

O capitalismo é produção de mercadorias no grau mais elevado do seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria. O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O *desenvolvimento desigual*, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos *diferentes países* é inevitável em regime capitalista. (LENIN, 1982, p. 60 – grifos nosso)

O livro que inaugura a concepção teórica do *Desenvolvimento Desigual e Combinado* foi *Balanço e Perspectivas*, escrito no calor da luta revolucionária de 1905 na Rússia, colocando – de forma germinal – a revolução socialista ao invés de uma revolução democrática-burguesa⁸³ para o país atrasado como a Rússia. A teoria ganha contornos de acabamento no livro *História*

83 No extraordinário livro de Lenin – *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905) –, é apontada a incapacidade da burguesia russa de levar adiante a revolução, e que seria alcançada pela frente dos trabalhadores e camponeses sob a hegemonia proletária. Porém, no mesmo texto, Lenin escreve: “O grau de desenvolvimento econômico da Rússia (a condição objetiva) e o grau de consciência de classe e organização de amplas massas do proletariado (a condição subjetiva, inseparavelmente ligada à condição objetiva) tornam impossível a emancipação imediata e completa da classe trabalhadora. Apenas as pessoas mais ignorantes podem fechar seus olhos à natureza burguesa da revolução democrática que está ocorrendo agora”. (p.28) Uma abordagem oposta com a de Trotsky. Lowy (2010, p.52) coloca a hipótese de Lenin ter recebido diretamente a influência *pré-dialética* de Plekhanov neste período.

da Revolução Russa, escrito já no exílio, em 1930. Analisaremos mais de perto esse extraordinário relato vivido por Trotsky durante a tomada do poder na Rússia em outubro de 1917.

No livro, Trotsky fala de duas leis relacionadas ao desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Diz o revolucionário russo:

Desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se mais acentuada e complexa no destino dos países atrasados. Sob o açoitado da necessidade externa, sua cultura atrasada é impelida a dar saltos. A partir da lei universal da desigualdade ele deriva outra lei, que pela falta de melhor nome, podemos chamar de *lei do desenvolvimento combinado*; com isso queremos designar uma *convergência* entre os *diferentes estágios* do processo, uma combinação de passos separados, um *amalgama* entre formas arcaicas e mais contemporâneas (TROTSKY, 2007, p. 21 – grifos nosso).

Nessa passagem podemos identificar uma aproximação entre a Escola da Dependência e o pensamento de Trotsky ao colocar a complexidade dos países atrasados obrigando-o a dar saltos em relação ao processo de desenvolvimento, uma visão oposta ao processo por etapas. Embora o país atrasado “assimile as conquistas materiais e intelectuais dos países avançados”, ele não caminha pelos mesmos trilhos que os países centrais. O privilégio do atraso histórico permite pular toda uma série de etapas intermediárias, porém, diz Trotsky, essa possibilidade não é de modo algum absoluta. “Seu grau é determinado a longo prazo pela capacidade de desenvolvimento econômico e cultural do país” (Ibid., p.20).

Em *A Revolução Permanente* (1932), o autor sustenta que a revolução socialista começa no nível nacional, mas inevitavelmente se estende para outros países, especialmente com o desenvolvimento tecnológico. Diz ele:

Uma revolução nacional não constitui um fim em si, é apenas um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente (TROTSKY, 2007, p. 25).

Em uma coletânea de ensaios intitulada *Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina* (1961)⁸⁴, Trotsky diz que a principal tarefa dos países atrasados é lutar contra o capital estrangeiro e reconhecer que a industrialização depende menos da burguesia do que do proletariado, e com isso, o papel do Estado passa a ser instrumento para trabalhar com a classe

84 Segundo Chilcote (2012), nesses escritos, Trotsky faz um balanço das economias latino-americanas partindo da análise do México no governo Cárdenas. Sobre o Brasil, o revolucionário russo coloca que o regime “semifascista” de Getúlio Vargas, com seu “sentimento nacionalista pode servir à luta anti-imperialista”. Ver em Ronald H. Chilcote, *Trotsky e a Teoria Latino-americana do Desenvolvimento*, Crítica Maxista nº34, 2012.

operária para resistir ao imperialismo (TROTSKY, 1961, *apud*, CHILCOTE, 2012, p. 95).

Segundo Lowy, não existe uma formulação oficial dos autores que influenciaram Trotsky, mas algumas indicações mostram o fio condutor que levam ao autor russo. Franz Mehring em artigo de novembro 1905 no *Neue Zeit* (Novo Tempo), jornal de Kautski, com o título “Die Revolution in Permanenz”, enfatizou as diferenças entre os levantes europeus de 1848 e a revolução de 1905 na Rússia. Diz ele:

Ao recusar-se a baixar as armas e ao acelerar o passo da mobilização popular, a classe trabalhadora russa tornou-se a força dirigente da revolução. (...) Contra a palavra de ordem burguesa de ordem a qualquer preço, ela deu o grito desafiador de revolução em permanência (MEHRING, 1905, *apud*, LOWY, 2014, p. 58).

Para Lowy, é esse artigo que pode ter influenciado Trotsky a usar a expressão. Outro autor que exerceu influência nas formulações do autor russo foi o economista A. L. Helphand (1879-1924), mais conhecido pelo pseudônimo Parvus⁸⁵. A influência começa em 1904 quando Trotsky – na cisão do Partido Operário Social-democrata Russo (POS DR) – é afastado do Iskra (jornal do partido), e parte para Munique, hospedando-se na residência de Parvus, onde a troca de experiência das análises sobre a economia mundial marcou profundamente o jovem. Em seus escritos sobre os conflitos na Manchúria e Coreia, Parvus já projetava que era uma guerra imperialista de domínio do Leste asiático, e que levaria a uma transformação política na Rússia. E Parvus conclui (*apud*, DEUTSCHER, p.117/18) dizendo: “A Revolução Russa abalará o mundo burguês (...). E o proletariado russo bem pode desempenhar o papel de vanguarda da revolução social”. Esse prognóstico atraiu a atenção do jovem Trotsky, marcando sua análise teórica sobre a guerra imperialista e desaguando na Teoria da Revolução Permanente.

Para encerrar essa síntese introdutória sobre a política do *desenvolvimento desigual e combinado* da teoria da *revolução permanente*, que inicia com Marx e Engels e ganha contornos de acabamento com Trotsky, nosso trabalho enumerou cinco características da metodologia da revolução permanente. Características gerais que identificamos similaridade com autores da Escola da Dependência. São elas: a) coesão dialética da unidade dos contrários; b) a

85 Parvus exercia grande influência na esquerda revolucionária russa. Seu livro *A Economia Mundial e a Crise Agrícola* foi comentado com admiração por Lenin, em 1899. Diz Lenin: “Parvus trata principalmente do desenvolvimento do mercado mundial e descreve as fases recentes desse desenvolvimento, relacionadas com o declínio do domínio industrial da Inglaterra, por isso, recomendamos com ênfase o livro de Parvus”. (Deutscher, *op. cit.*, p.113) Para Isaac Deutscher, a fama de Parvus na Rússia se deve principalmente à sua previsão da guerra russo-japonesa (1903/4) em 1895, e que dela sairia a revolução russa de 1905, como se confirmou. Parvus migrou-se para Alemanha aderindo à ala esquerda do Partido Social-democrata alemão, porém, sua oscilante posição e seu excesso de pragmatismo político o joga para a direita, chegando a colaborar com Ebert na República de Weimar. Em 1914 toma posição e passa a colaborar com o Imperialismo alemão na guerra (DEUTSCHER, *op. cit.*, p.113 a 119).

manutenção da categoria da totalidade, postulando o capitalismo e a luta de classes como um processo mundial; c) crítica ao economicismo; d) manutenção da historicidade nas análises; e e) a particularidade do desenvolvimento socioeconômico em cada formação social (Cf. LOWY, 2014, p. 66).

Sobre a coesão dialética da unidade dos contrários – importante base da política do desenvolvimento desigual e combinado – Trotsky criticou a divisão feita dentro do marxismo russo entre ditadura socialista do proletariado e “ditadura democrática de trabalhadores e camponeses” como uma “operação lógica, puramente formal” (LOWY, *op. cit.*, p. 67). A crítica era direcionada a Tscherewanin e Plekhanov, quando esse último sustentava uma concepção *etapista* de que “nossa revolução é burguesa, portanto temos que apoiar os kadetes” (TROTSKY, 1907, s/p)⁸⁶. Aqui Trotsky segue a premissa lukacsiana de que a “dialética materialista é uma dialética revolucionária (...), ou seja, determinação das condições de possibilidade da unidade entre teoria e prática” (LUKÁCS, 2003, p.64).

Em *História e Consciência de Classe* (2003), Lukács ressaltou que a categoria da *totalidade* era a essência do método⁸⁷ de Marx, e constituía o princípio da revolução no campo do conhecimento e da transformação social. Partindo dessa premissa, de que o domínio do todo sobre as partes apreendida dos múltiplos fenômenos parciais como momentos do todo, como parcelas do mesmo processo, Trotsky avança na análise do capitalismo e da luta de classes global (centros e periferias), colocando a totalidade como base analítica. A separação em partes da realidade ou a colocação do *socialismo em um só país* não faz coro com o método de Marx. Sobre isso diz Lukács:

Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc., autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como *totalidade* (LUKÁCS, 2003, p. 107 - grifo nosso).

No prefácio à edição russa do livro de Lassalle, Trotsky deixa claro sua opção pela categoria da totalidade:

86 Essa citação não possui página indicativa pois foi retirada da página virtual: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1907/1905/ch25.htm>. O livro completo - 1905 – pode ser lido em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1907/1905/>, acessado em 25/12/2016.

87 Um ponto importante sobre a questão de método precisa ser esclarecida. Lukács chama a atenção para o uso estritamente instrumental do método, como uma ferramenta que pode ser usada ou não, dissociando a unidade entre teoria e prática, vínculo estreito que articula, no marxismo, o método com a transformação do mundo. Lukács analisa a introdução do *Anti-Duhring* de Engels, a apresentação da questão do método apresentado por Bernstein e Hilferding na Segunda Internacional sobre a problemática da apropriação cientificista do método. Para aprofundar no tema indicamos o livro de J. Chasin, *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica* (2009).

Amarrando todos os países a seu modo de produção e comércio, o capitalismo converteu o mundo todo em um *único* organismo econômico e político (...). Isso imediatamente confere aos eventos que ora se desdobram um caráter *internacional*, e abre um amplo horizonte. A emancipação política da Rússia levada pela classe trabalhadora (...) fará dela a iniciadora da liquidação do *capitalismo mundial*, para a qual a história criou as condições objetivas. (TROTSKY, 1905, apud, LOWY, *op. cit.*, p. 68 – grifos nossos.)

Trotsky criticava a tendência a reduzir, de forma unilateral e não mediada, todas as contradições sociais, políticas e ideológicas à “infraestrutura econômica” que via em Plekhanov. No livro *Balanço e Perspectivas*, o autor russo mostra sua crítica ao economicismo:

Imaginar que a ditadura do proletariado é em alguma medida automaticamente dependente do desenvolvimento técnico dos recursos de um país é um preconceito do materialismo 'econômico' simplificado ao ponto do absurdo. Este ponto de vista nada tem em comum com o marxismo (TROTSKY, 1906, s/p.⁸⁸).

O método de Trotsky é histórico. Ao analisar a especificidade histórica da formação social russa, o autor procurou promover um historicismo aberto, dialeticamente sustentado no desenvolvimento histórico como um processo contraditório, sem fatalismos impotentes que o pensamento menchevique promovia. A tarefa do marxismo, de acordo com Trotsky, é precisamente descobrir as possibilidades de desenvolver a revolução por meio de uma análise de seus mecanismos internos (Cf. LOWY, 2010, p.70).

A particularidade do desenvolvimento socioeconômico em cada formação social é uma premissa nos escritos de Trotsky. Nas discussões com os autores do marxismo russo, especialmente os mencheviques, que insistiam na semelhança entre o desenvolvimento socioeconômico da Europa Ocidental e o da Rússia, o nosso autor desenvolve uma síntese dialética entre o particular e o universal, da especificidade da formação social russa e das tendências gerais do desenvolvimento capitalista. Em seu livro *História da Revolução Russa* (2007) escrito em 1930, ele diz:

Na essência, o tema da concepção eslavófila, com todo seu fantástico reacionário, e também o narodnikismo, com todas as suas ilusões democráticas, não eram de forma alguma meras especulações, mas se apoiavam em *particularidades inquestionáveis* e, mais ainda, profundas do desenvolvimento da Rússia, contudo entendidas de forma unidimensional e avaliadas incorretamente. Em sua luta com o narodnikismo, o marxismo russo, demonstrando a *identidade das leis de desenvolvimento para todos*

88 Leon Trotsky, *Balanço e Perspectivas*, 1906. Ver em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>, acessado em 06/02/2017.

os países, não raro caiu num *mecanicismo dogmático*, abrindo uma tendência a jogar fora a criança com a água do banho (TROTSKY, *op. cit.*, p.427 – grifos nossos).

São essas características metodológicas de Trotsky que a Escola da Dependência resgata para analisar as particularidades da América Latina. Partiremos agora na análise de como a estrutura trotskista influenciou os latino-americanos e a forma com que eles buscaram diferenciar a característica de cada país.

2.3.1 – A Escola da Dependência e o Desenvolvimento Desigual e Combinado

Nesse subitem do nosso trabalho nos pautaremos a apontar a influência da política do *desenvolvimento desigual e combinado* nos autores da Escola da Dependência no Brasil, deixando para um outro momento os importantes autores latino-americanos que também usufruíram da teoria da Revolução Permanente. Destacaremos entre os intelectuais brasileiros: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini.

Florestan Fernandes foi um dos maiores intelectuais brasileiros, autodidata de formação básica, foi professor de Sociologia da Universidade de São Paulo e militante político. Em suas pesquisas referentes à realidade brasileira fazia uso da *política do desenvolvimento desigual e combinado*. Em entrevista à Revista Ensaio não esconde sua influência do pensamento trotskista:

Particpei nessa época de um grupo trotskista de extrema esquerda, chamado Coligação Democrática Radical e nele permaneci até 1940. Eu sempre mantive contato com outros grupos, por exemplo, os anarquistas, os socialistas e antigos militantes que não eram da minha geração. Eu circulava com pessoas de esquerda, com exceção do PCB [...] mas eu era conhecido por minha orientação trotskista (FERNANDES, 1981, p.18).

Seu engajamento político marxista começa em 1943, aos 23 anos, com a adesão ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), seção brasileira da IV Internacional Comunista. Hermínio Sacchetta, principal líder do PSR, quando resolveu publicar em sua editora Flama a *Crítica da economia política* de Marx, pediu ao estudante Florestan Fernandes que traduzisse o livro e redigisse um prefácio. Além de intelectual eminente, Florestan foi deputado pelo Partido dos Trabalhadores por dois mandatos, sendo o mais votado depois de Lula (Cf. COGGIOLA, 1995, p. 11).

A influência do pensador russo em Fernandes marcou sua trajetória política e

acadêmica. Não à toa, o autor de *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), foi um dos teóricos da dependência que mais ganhou destaque. Crítico contundente ao “etapismo”, Florestan utilizou-se do termo “capitalismo dependente” para afirmar a particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo nos países localizados na periferia do sistema. Para o sociólogo, a realidade brasileira formava uma totalidade dialeticamente contraditória, diferente das formações econômicas dos países centrais. Afirmou Florestan:

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional tem levado alguns cientistas sociais a interpretações *dualistas* rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em *diferentes estágios* de desenvolvimento não só podem ser *combinadas* organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o *capitalismo dependente*, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua *combinação* com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” (FERNANDES, 1968, p. 64-65 – grifos nossos.).

De maneira implícita podemos identificar a influência da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* nas palavras de Florestan, ora para criticar as interpretações dualistas, ora para afirmar a particularidade dos diferentes desenvolvimentos de maneira combinada. Para Florestan, seria justamente a presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” que produziria funcionalidade ao capitalismo nas áreas dependentes, sendo seu complemento histórico.

Trazendo a noção de Imperialismo de Lenin, Rosa e Bukharin, Florestan via que a vitalidade do sistema capitalista imperialista dos centros necessitava da utilização de formas não-capitalistas em várias regiões, sob a forma de capital monopolista, a periferia não teria outra forma de se desenvolver a não ser levando o estatuto da dependência. Confirma Florestan:

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as *grandes corporações* “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos *absorvem* as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de *capitalismo dependente*, submetendo-as a seus próprios ritmos

e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a “revolução burguesa”, esta se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de *dependência* tecnoeconômica (FERNANDES, 1995, p. 139-140 – grifos nossos).

Ao final da década de 1980 a ditadura militar chegava ao fim. Florestan criticava a intelectualidade brasileira por buscar somente um “processo de democratização”, deixando secundário o vislumbre da revolução, criticando a pouca visão de mudança na raiz do sistema. Florestan, intelectual engajado que era, retoma a noção de “combinação” de Trotsky na concepção de “revolução permanente”. Diz nosso autor:

O capitalismo não voa em cacôs pelos ares. Porém, a ruptura com superposições de estruturas coloniais, neocoloniais e de *dependência* persistentemente redefinidas, segundo estratégias de determinadas nações hegemônicas, de conglomerados de corporações gigantes e de uma globalização do mundo do capital, deixam de funcionar como ameaças, fatores de deformações e limites ao desenvolvimento capitalista interno. A *revolução permanente* assume feições complicadas na atual periferia (FERNANDES, 1994 [entrevista] - grifos nossos.).

Outro dependentista que contrapôs a ideia de “subdesenvolvimento” à política do *desenvolvimento desigual e combinado* foi Fernando Henrique Cardoso. O autor, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, escreveu a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, publicado em 1970, que fez escola no Brasil. Críticos às concepções “etapistas-dualistas”, Cardoso e Faletto procuraram fazer uma interpretação do desenvolvimento da América Latina que caminha pela sociologia e não somente pela economia, investigando as classes e grupos sociais que se desenvolviam nos países dependentes. Os autores procuraram dar ênfase nos conceitos de *dominação*, *classes sociais*, *particularidade histórica*, buscando compreender como se firmava a particularidade do capitalismo subordinado. Dizem os autores:

Entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas *não* existe uma simples diferença de *etapa* ou de *estágio* do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de *relações de dominação* (...) (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 26. Grifos nosso).

Os dependentistas procuraram dar ênfase na inserção ao mercado mundial das economias periféricas no processo de expansão mercantilista, e com ela, como os grupos internos (classes sociais) desenvolveram suas relações de dependência.

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer *mais* que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas *vincularam-se* historicamente ao *mercado mundial* e a forma em que se constituíram os grupos sociais *internos* que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de *dependência* nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a *expansão* das economias dos países originários (Ibid., p. 27- grifos nosso).

A Escola da Dependência, aqui especificamente Cardoso e Faletto, não veem a possibilidade de uma revolução social com uma burguesia à frente. A forma como as burguesias dependentes se inseriram no mercado mundial e sua cooperação na divisão internacional do trabalho moldaram sua anatomia como subordinada. Cardoso e Faletto são enfático ao afirmar:

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. (CARDOSO e FALETTO, 1973, p. 71).

Classificamos os autores dependentistas expostos até aqui como pertencentes à vertente da *interdependência associada*. A nossa opção por separá-los se faz devido à identificação do uso de outras fontes de base não marxista que os autores traziam em suas análises⁸⁹. Não pretendemos cair na tentação de criar julgamento por essa escolha, nosso propósito é não enquadrá-los na mesma classificação com a Teoria Marxista da Dependência porque a proposta para o rompimento com a dependência é de polos diferentes, com exceção de Florestan Fernandes. Esclarecido o ponto, adentraremos na concepção e influência da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* nos autores da TMD.

Ruy Mauro Marini foi o representante mais significativo dentro da TMD. Sua obra de

89 Traspadini classifica essa vertente dentro da Ciências Sociais de *weberiana* por usar categorias de Max Weber, tais quais os “tipos ideais”. Roberta Traspadini, *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*, 2^o ed., Outras Expressões, 2014.

maior destaque foi *Dialética da Dependência* (1973), em que apresenta as bases de sua teoria, que são: *Intercâmbio desigual, Subimperialismo e Superexploração da força de trabalho*. O conceito do intercâmbio desigual, que foi herdado do conceito de *deterioração dos termos de intercâmbio* dos cepalino, se constitui no momento que as economias se subordinam na troca mundial de mercadorias, estabelecendo uma desvantagem para as economias que possuem produtos com menos valor agregado. Para resolver essa desvantagem as burguesias subordinadas e dependentes passam a buscar novos mercados fora dos seus respectivos países, constituindo-se como plataforma de extração de mais-valia em economias semi-periféricas. Assim, as burguesias com maior poderio econômico subordinam outras, configurando uma plataforma de extração de mais-valia, o subimperialismo. A *superexploração da força de trabalho* é o sustentáculo da estrutura de compensação da perda da mais-valia interna, tanto na troca desigual como no acúmulo para o arranque do subimperialismo. A superexploração tem diversas formas de procedimento, sendo elas: a) intensificação do trabalho, sem compensação salarial; b) elevação da jornada de trabalho sem retorno salarial; e c) expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho (Cf. Marini, 2011, p.149).

A análise pormenorizada da *superexploração* será retomada no terceiro capítulo do nosso trabalho, por ora, pautaremos a apontar a influência que esse autor recebe da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

A influência leninista-trotskista em Marini pode ter iniciado com sua adesão a Organização Revolucionária Marxista (ORM) junto com o seu jornal chamado *Política Operária*. Logo o grupo passou a ser conhecido como Polop que incluía Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos (pertencentes a TMD), Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Michael Lowy, Eder Sader, Emir Sader e outros intelectuais trotskistas (Cf. CHILCOTE, 1991, 16). Em entrevista concedida para Chilcote (1991), Marini afirma que a “teoria da dependência nunca foi uma teoria acadêmica (...), foi um esforço político, uma tentativa de desenvolver uma teoria revolucionária” (CHILCOTE, *op. cit.*, 17).

A influência que Marini recebeu veio nesse período de militância na POLOP, nossa hipótese se afirma quando o autor diz que ficou responsável, dentro da organização, de traduzir textos de Lenin e Trotsky sobre o imperialismo e o desenvolvimento capitalista nos países periféricos. Marini não confirma a influência diretamente de Trotsky na elaboração da teoria, mas indiretamente seu contato com André Gunder Frank o “contaminou” com a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. A influência sobre Marini veio também de Lenin ao traduzir a obra do revolucionário russo “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (1916).

Nesse texto podemos verificar a análise sistematizada das grandes indústrias e seu processo de fusão, e de fundo, a indicação leninista da dependência, que depois Marini desenvolve. Diz Lenin:

A construção das estradas de ferro [...] com seus laços capitalistas que, através de milhares de canais vinculam estas empresas à propriedade privada dos meios de produção em geral, fizeram desta construção (estradas de ferro) um instrumento de opressão para um bilhão de homens (colonizados e semi-colonizados), ou seja, para mais da metade da população do globo, nos *países dependentes*, e para os escravos assalariados do capital, nos países “civilizados” (LENIN, 1982, p.11 – grifo nosso).

Em *Dialética da Dependência*, Marini coloca a existência de um desenvolvimento desigual e combinado na constituição colonial da América Latina, que favoreceu a divisão do trabalho dos países industrializados, ficando os países dependentes como fornecedores mundiais de alimentos. Sem isso, dificilmente os países centrais conseguiriam o *excedente* primário para sair da fase mercantilista. Diz Marini:

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os *meios de subsistência* de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a *divisão do trabalho* e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para *criar oferta mundial de alimentos*, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a *formação* de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial (MARINI, 2005, p. 143 – grifos nossos).

Logo abaixo no texto, Marini esclarece a superação dos obstáculos que a América Latina ajudou os centros a superar, ajuda que se traduz no barateamento dos produtos manufaturados através da criação de uma massa cada vez maior de oferta de alimentos. Continua o autor:

(...) é mediante o aumento de uma *massa* de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só *alimenta a expansão* quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão (MARINI, 2005, p.148 – grifos nosso).

Sobre essa característica, o sistema forjado é irregular, complexo e combinado: uma vez convertida em centro produtor de capital na sua forma de alimentos e matéria-prima (produtos primários), a América Latina

(...) deverá criar, portanto, seu próprio modo de *circulação*, que não pode ser o mesmo que aquele engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar à dependência. Para constituir um todo complexo, há que recorrer a elementos simples e *combináveis* entre si, mas não *iguais*” (MARINI, 2005, p. 161 – grifos nosso).

Mantega (1984, p. 261) argumenta que Marini, tanto no *Dialética da Dependência* quanto no texto *World Capitalist Accumulation and Sub-Imperialism*, de 1978, ofereceu uma variante do desenvolvimento desigual e combinado por meio do argumento da superexploração dos trabalhadores na periferia e da formação do subimperialismo.

O esforço de abstração que fizemos no decorrer do capítulo foi para apontar uma possível influência da política do *desenvolvimento desigual e combinado* na formulação da Teoria da Dependência, e que tal influência possibilitou a construção de ferramentas analíticas para compreender a particularidade histórica brasileira. Para a afirmação desse apontamento, partimos da premissa de que todo movimento teórico e político – aqui incluso a Teoria da Dependência – é parte do acúmulo histórico anterior, em que o novo é a síntese daquilo que foi o velho em movimento, o *mutatis mutante*, o *ir-sendo*. A crítica sobre o modelo etapista da revolução – os resquíios feudais – bem como a crítica do *socialismo um só país* – a revolução nacionalista – aparece anteriormente na literatura leninista-trotskista (premissa resgatada nas *Teses de Abril* de Lenin). A crítica ao stalinismo reinante dentro dos Pc's pelo mundo já era denúncia dos trotskistas, em que sofreram perseguição ao propor a crítica do modelo de revolução – a *teoria consagrada* – vinda de outras realidades econômicas. Nesse movimento histórico de apropriação teórica e experiências acumuladas surge a Escola da Dependência na década de 1970 com suas duas vertentes, que passam a propor uma nova explicação sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento dos países subordinados ao imperialismo.

2.4 – A Escola da Dependência e suas vertentes: interdependência associada e teoria marxista da dependência

Como foi apresentado na introdução do presente capítulo, a Escola da Dependência não possuía uma explicação monolítica sobre o caráter da dependência latino-americana, assim

como as escolas de formulações teóricas sobre o desenvolvimento também não o foram. A Escola da Dependência possui duas vertentes com resoluções diferentes, que chamaremos de Teoria da Interdependência Associada (T.I.A.) e Teoria Marxista da Dependência (T.M.D.).

2.4.1 – A vertente da Interdependência Associada (TIA)

A vertente da Interdependência tem em suas fileiras nomes como o de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Enzo Faletto e de maneira diferenciada⁹⁰, Florestan Fernandes. Para esses autores, a dependência e a permanência no atraso seria o modo como foi desenvolvido a “mentalidade do empresariado brasileiro”, e como solução, propunham um “desenvolvimento integrado e associado” com o capital externo e o capital nacional. Ou seja, esses autores centravam sua análise no agente político interno. Eles consideravam que o desenvolvimento e a dependência eram de ordem interna e que, tanto o atraso tecnológico como a dependência foram frutos da pouca visão criativa do empresariado brasileiro para impulsionar o progresso, por isso necessitando do capital estrangeiro (CARDOSO, 1964, p.14)⁹¹.

Como suporte para caracterizar a discussão da vertente da Interdependência, nosso trabalho está pautado nos autores citados e nas respectivas obras: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970) de Cardoso e Faletto; *As Ideias e seu Lugar* (1980), de Cardoso; *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução Brasileira* (2006), ambos de Fernandes; *As Desventuras da Dialética da Dependência* (1978) de Serra e Cardoso.

O livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), Cardoso e Faletto inauguram a tese da Teoria da Dependência Associada, livro que mais tarde seria o propagador e catalisador da resolução da vertente TIA, uma espécie de estatuto das economias dependentes. No livro, Cardoso e Faletto iniciam sua exposição sobre como a “integração do

90 A diferença de Florestan Fernandes para outros componentes dessa vertente é sua proposta de resolução para o rompimento da dependência. Em seu livro *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), o autor recebe influência direta de Fernando Henrique Cardoso, como podemos perceber ao se apropriar de termos como: “interdependência”, “associação”, “economia de enclave”, “estrutura patrimonialista”, etc. Na nota 5, da página 19, Florestan cita Cardoso e Faletto. A diferença de Fernandes em relação aos outros autores da TIA é percebida na citação em que “ela [dependência] só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a da revolução socialista” (p.89), e nessa afirmação ele transita entre a Teoria da Interdependência Associada e a Teoria Marxista da Dependência.

91 No livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Cardoso coloca que o Brasil, por não ter uma burguesia nacional, poderia se desenvolver economicamente por meio de uma parceria com o capital estrangeiro, que o autor chamaria de *dependência associada*. Segundo ele, “a burguesia brasileira não vai ter o papel que teve a burguesia francesa, é outra coisa, ela não se percebe como classe dominante”. (CARDOSO, *op. cit.*, p. 14)

desenvolvimento” se realiza nas economias dependentes. Citando Parsons (*The Social System*) e Merton (*Social Theory and Social Structure*), o autor caracteriza as economias em desenvolvimento como *intermediário* entre a “sociedade tradicional” e “sociedade moderna”, e que no caso, a América Latina se enquadraria como um sistema *híbrido*. E o desenvolvimento é o “resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e com interesses materiais e valores distintos (...)”, e a estrutura social e “política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p.18/22).

A análise de Cardoso e Faletto ganha sua notoriedade ao propor retirar a resposta do desenvolvimento do campo econômico, como faziam os cepalinos, e colocá-la no campo político. Para esses dependentistas, desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação – como no caso das lutas anticolonialistas – “o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado”, mas as vinculações econômicas continuam sendo definidas em “função do mercado externo que limitam as possibilidades de decisão autônomas” (Ibid., p.30).

Ao levantar a crítica ao modelo economicista dos cepalinos e sua repetição em trilhar o mesmo caminho que as economias centrais, a TIA trouxe sua resposta para a particularidade do processo de formação das economias dependentes. Dizem os autores:

Os países latino-americanos, como economias dependentes, ligam-se nestas distintas fases do processo capitalista aos diferentes países que atuam como centro e cujas estruturas econômicas incidem significativamente no caráter que adota a relação. O predomínio da vinculação com as metrópoles – Espanha ou Portugal – durante o período colonial, a *dependência* da Inglaterra mais tarde e dos Estados Unidos por último, tem muita significação. Assim, por exemplo, a Inglaterra, no processo de sua expansão industrial, exigia em alguma medida o desenvolvimento das economias periféricas, dependentes dela, posto que as necessitava para se abastecer de matérias-primas (Ibid., p.33 – grifo nosso).

Em cada forma histórica de dependência, desde o processo do “sentido da colonização” (abastecedor de gêneros alimentícios e matéria-prima para os centros), produz-se um arranjo determinado entre as classes que impulsionam o movimento. A passagem de um modo para o outro teve suas bases formadas na situação anterior, um *continuum* que reproduz o estatuto da dependência, em que,

Desse modo, por exemplo, quando se rompe a dependência colonial e passa-se para a dependência da Inglaterra, esta tem como apoio social o grupo de produtores nacionais, que pelo crescimento de sua base econômica – crescimento já dado na

situação colonial – estava em condições de suscitar um novo arranjo entre as diferentes forças sociais. Ao passar da hegemonia da Inglaterra à dos Estados Unidos entram em jogo novos fatores que têm sua origem na situação anterior (Ibid., p.36).

Nesse processo de *ser e ir-sendo* dependente, possibilitou as classes internas dar o acabamento a fisionomia própria à dependência, determinando a capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe expansão. Nesse momento, ao retirar o foco das relações econômicas e mirá-las nas classes – no caso da TIA, a burguesia – os interdependentistas dão um salto na interpretação da dependência brasileira, mostrando os interesses entre as classes dominantes e sua colaboração com as classes dos centros.

No livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), Cardoso faz um estudo sobre o papel da burguesia industrial e sua conduta enquanto classe. Para Cardoso, a burguesia que se formou no Brasil não trouxe o papel transformador como nas outras economias centrais, ou seja, a proposta que outras correntes depositavam na burguesia “nacional” não se confirmaria pois a peculiaridade da burguesia brasileira foi se moldar à burguesia internacional. Com isso, Cardoso apontava a vulnerabilidade da burguesia industrial brasileira e seu projeto conservador. Traçando o perfil do empresariado – que possui condutas tradicionais e modernas ao mesmo tempo –, Cardoso sustenta a hipótese que o desenvolvimento é sinônimo de parceria entre o capital nacional, capital internacional e o Estado, que levará para outros textos subsequentes.

Como a industrialização da economia brasileira foi tardia em relação à dos países avançados, ou seja, industrialização no período dos monopólios, a conduta dos empresários segue a mesma lógica, necessitaria de formação de alianças de classe com o Estado.

[...] o crescimento industrial das áreas subdesenvolvidas realiza-se numa época em que não só as condições do mercado internacional são diversas e balizadas pela ação dos monopólios e grandes companhias, como o padrão técnico da produção é imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas. As condições sociais e econômicas são, pois, diversas (CARDOSO, 1963, p. 46).

Para Cardoso, a crise dos anos 1960 proporcionou para as economias subdesenvolvidas uma nova forma de desenvolvimento devido ao estrangulamento externo. Isso obrigou o Estado a agir para diminuir os impactos da crise. A ação do Estado, combinado com a frágil atuação do empresariado brasileiro, que atuam conjuntamente empresário tradicionais e modernos, geram incertezas de ação por parte dos capitalistas.

É neste ponto que Cardoso objetiva entender como os diferentes empresários atuam num ambiente repleto de transformações como a economia brasileira dos anos 1960,

analisando se sua gestão encaixa-se mais no primeiro ou no segundo caso – tradicionais ou modernos –, em termos de mentalidade empresarial (TRASPADINI, 2014, p. 65).

Como Cardoso tipificou o empresariado como incapaz de levar adiante um desenvolvimento industrial, o autor coloca a empresa inovadora com capacidade de levar o progresso nos países subdesenvolvidos. Assim, partindo da análise de que o sujeito do processo de desenvolvimento é a empresa e não o empresário, e o agente da evolução do capitalista é o capital e não o próprio capitalista, Cardoso constrói sua perspectiva de desenvolvimento como dependente e associada. “A empresa, não o empreendedor, constitui o sujeito do processo econômico [...] o capital, e não o capitalista, detém o segredo que explica o sistema” (CARDOSO, 1963, p. 31).

Assim, para Cardoso, os empreendedores capazes de modernizar as estruturas seriam internacionalistas, no sentido de que vislumbrariam na associação com o capital internacional uma perspectiva de continuidade de ganhos, advinda da evolução do processo capitalista em um ambiente globalizado (TRASPADINI, *op. cit.*, p. 73).

No livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), Cardoso desenvolve sua tese da interdependência com mais propriedade analítica. Questionando a metodologia cepalina, que segundo o autor utilizava um único plano analítico, proporcionou as falhas na condução da análise, deixando de fora as especificidades das economias. Ao não realçar as diferenças entre as economias, a CEPAL não percebeu a principal relação que estaria por trás de qualquer desenvolvimento econômico: as classes sociais e suas articulações. É nesse processo de articulações que Cardoso sustenta sua interdependência associada. Diz o autor:

Por conseguinte, ao considerar a 'situação de dependência', na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos (CARDOSO, 1970, p. 30).

Para Cardoso, o capital imperialista não foi o responsável pelo entrave do desenvolvimento latino-americano. Para o autor, um planejamento econômico e social interno seria necessário conjugar a ação integrada entre o capital nacional privado, o capital internacional e o Estado.

Em síntese, para a vertente da interdependência a sobrevivência na competição no mercado mundial não deve levar a figura de um Estado protecionista e regulador como agente principal do desenvolvimento. Na nova fase do capital monopolista, o Estado deve se

transformar em agente empresarial, abrindo mão da conduta populista, e assim, acompanhar a perspectiva de desenvolvimento do empresariado local e internacional. Nessa linha, Cardoso elaborou seu plano de governo na década de 1990, reafirmando sua teoria e colocando a interdependência subordinada ao capital externo, deixando à margem um Estado protecionista.

2.4.2 – A Teoria Marxista da Dependência

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), na sua primeira fase, contou com intelectuais de peso teórico, tais como: Ruy Mauro Marini, André G. Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustin Cueva, entre outros. Esses autores debateram criticamente o porquê do desenvolvimento proposto pela CEPAL, ISEB e PCB não ter tido condições de gerar, nas economias latinas, outro processo de desenvolvimento que não fosse um projeto concentrador de renda.

A geração que compunham a TMD nos anos de 1960/70 tinha como proposta trazer o debate para uma outra interpretação das causas do subdesenvolvimento e exploração capitalista na América Latina. No Brasil, ela estava ligada com a militância política em que colocavam as lutas sociais como embates de reflexões e intervenções da realidade, exemplo disso foi a organização conhecida por Política Operária (POLOP)⁹², onde concentravam a maioria dos autores ligados à Teoria Marxista da Dependência. No grupo, Ruy Mauro Marini se destacava pelo seu rigor metodológico e preocupação em entender os mecanismos internos e externos da relação de economia dependente. Marini teve em sua trajetória de vida uma relação indissociável com a luta ideológica, política e compromisso com a transformação do continente (MARINI, 1990, p. 50).

Os três principais contribuintes das reflexões dentro da TMD são Ruy Mauro Marini – *Dialética da Dependência* – obra fundante da vertente, Vânia Bambirra – *Teoria de la*

92 A POLOP foi uma organização de esquerda radical no Brasil nos anos 1960. A Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro formou, em 1961, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), que foi fruto da fusão com os estudantes da Mocidade Trabalhista, do estado de Minas Gerais, e da Liga Socialista, do estado de São Paulo. As diretrizes propostas pela POLOP são: “a) condenação à política de colaboração de classes à época comandada pelo PCB, PSB e PTB; b) defesa do caráter socialista de qualquer futura revolução no Brasil; c) reconhecimento do papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo; c) a defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em oposição aos partidos burgueses e reformistas; d) críticas às deformações burocráticas dos Estados do então campo socialista, mas solidariedade a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista”(p. 8). Uma abordagem da história da POLOP pode ser encontrada no livro “*Polop, uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*”. <http://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/polop.htm> , acessado em 17/09/2014.

Dependencia, una anticrítica e O Capitalismo Dependente latino-americano –, e Theotônio dos Santos – *Imperialismo y dependencia* (1978).

Vânia Bambirra também esteve inserida nesse movimento de reflexões e intervenções da realidade. Militante da Polop ao lado de Marini na década de 1960, Vânia – assim como outros teóricos da TMD – foram influenciados pela Revolução Cubana de 1959. Na clandestinidade no Chile, Bambirra é convidada a lecionar no Centro de Estudos Socioeconômico (CESO) da Universidade do Chile até o golpe que derrubou Salvador Allende, em 1973. Seu livro de maior repercussão é *O capitalismo dependente latino-americano*, publicado em 1972, no Chile, e teve sua tradução⁹³ somente quarenta anos depois para o português.

Bambirra contribui para a interpretação da realidade da especificidade do capitalismo dependente latino-americano. Em seu livro, a autora descreve como o capitalismo dependente vai desenvolvendo uma hierarquização das economias dentro desse processo na divisão internacional do trabalho, que a autora descreve como tipologia da dependência⁹⁴. Nele, Bambirra delimita três grandes grupos de países dependentes na América Latina: O grupo A é constituído por países cujos processos de industrialização começaram a partir das últimas décadas do século XIX para o XX e possui certa independência relativa frente ao processo de industrialização (Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e em menor medida Colômbia); o grupo B, composto por países em que receberá forte influência de decisão do capital estrangeiro, principalmente depois da crise de 1929 e II guerra mundial, que são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. Ainda a autora sugere que seria possível estabelecer um terceiro tipo C, com os países de estrutura agrário-exportadora, sem diversificação industrial, incluindo Paraguai, Haiti e, possivelmente, Panamá (Cf. BAMBIRRA, 2013, p. 35-60).

A proposta de elaboração das tipologias de Bambirra, coloca sua contribuição analítica para a compreensão das formações particulares das economias dependentes, explicando os diferentes níveis de desenvolvimento capitalista nos países da América Latina. Os países de tipo A tem origem uma burguesia industrial “nacional” com capacidade de oferecer um

93 O livro foi traduzido e publicado em 2012/2013, graças aos esforços coletivo do grupo da dependência (UFSC) e individual do professor Fernando Correa Prado. Ver *O capitalismo dependente latino-americano*, editora Insular (2013).

94 A tipificação que Bambirra elabora não tem correspondência com as tipologias weberianas, ou os “tipos sociais”, recurso de generalizações construídos como ferramentas analíticas como aproximações da realidade, ou um tipo ideal *a priori*. Bambirra usa as tipificações como recurso de classificação e sistematização do objeto e não como metodologia.

desenvolvimento interno, criando uma demanda relativamente desenvolvida com mercado interno relativamente desenvolvido. Nesses países, o processo de *substituição de importação* é o deslocamento do bloco primário-exportador da condução hegemônica da sociedade. Nos países de tipo B, suas burguesias industriais jamais tiveram peso substantivo frente ao controle do capital estrangeiro, portanto, nunca foram capazes de mobilizar a população através do fenômeno do que ficou conhecido de “populismo defensivo”, cujo o eixo era a afirmação da nação e um enfrentamento maior com o imperialismo.

A importância do trabalho de Bamberger é seu acompanhamento e diferenciação das diversas economias que compõem a América Latina na fase de integração monopólica do capitalismo mundial, estruturando a dependência dessas economias com o capital externo estadunidense. Diz Bamberger:

O imperialismo pós-1945 se orienta não apenas no controle de matérias-primas e conquista de mercado, mas volta sua atenção para os investimentos nos setores manufatureiros. Portanto, *novo caráter da dependência* resulta da penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro (BAMBERGER, *op. cit.*, p. 126).

A integração monopólica surge nesse processo, ou seja, integração que tem por consequência para os países latino-americanos a transformação das burguesias industriais em sócias menores das empresas multinacionais, levando-as a abdicar das bandeiras anti-imperialistas e nacionalistas-populistas (Cf. BAMBERGER, *op. cit.*, p.130).

A contradição dessa forma de desenvolvimento do capitalismo dependente se mostra na subordinação dessas burguesias frente ao sistema de dominação e exploração imposto pelo imperialismo para extração da mais-valia. Contradição que passa a exigir dessas burguesias formas extremadas de repressão econômico-político-social para levar adiante seu projeto. Para Bamberger, em todos os países analisados ocorre um processo de monopolização dos setores mais dinâmicos pelo capital estrangeiro, em que, a princípio, implicaria em características semelhantes para o conjunto dos países latino-americanos. Mas o resultado foi outro. O desenvolvimento capitalista dependente nos países do tipo A – Brasil, México e Argentina – configuraram tendências específicas, que muito dificilmente se estenderiam a todos os países do mesmo tipo. Ou seja, o desenvolvimento desses países, pelas suas características internas, desencadeou tendências *subimperialistas* que, de acordo com Bamberger,

(...) consistiram na exploração de um país dependente mais desenvolvido sobre outro menos desenvolvidos, em busca do *controle* de parte substancial de seus mercados,

através não apenas de exportações, mas, sobretudo, de *investimentos em setores econômicos* básicos – de recursos naturais ou de instalação de indústrias -, o que suporia um certo domínio político e militar por parte do país subimperialista (Ibid., p. 218 – grifos nosso).

A importância da contribuição de Vânia Bambirra para o debate da dependência coloca as especificidades da inserção das economias latino-americanas, mostrando as diferenças de cada economia e suas consequências para o desenvolvimento. Essa caracterização de cada economia não tem em Marini, pois seu nível de abstração frente ao capitalismo dependente é outro.

Theotonio dos Santos é um dos mais destacados teóricos da TMD. Junto com Marini e Bambirra, Dos Santos funda a Organização Revolucionária Marxista/Política Operária (ORM-POLOP), e assume sua direção nacional em 1964. Autor de uma profícua obra sobre a interpretação do capitalismo dependente na América Latina, Dos Santos pertence a ala mais radical da Escola da Dependência. Por sua posição enfrentou diversos exílios junto com outros autores dessa vertente, que se inicia em 1966 no Chile, onde se integra ao Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile e logo passa a ser professor desta instituição em 1968. O CESO se constituiu em um dos principais centros de elaboração do pensamento crítico latino-americano dos anos de 1960 e 1970, que passa a ser o *locus* de formulação da teoria da dependência. Com o golpe chileno, o CESO é desfeito e Theotonio parte para seu segundo exílio, o México. No México retoma suas atividades de pesquisador e passa a lecionar na Universidade Autônoma do México (UNAM), e em 1975 é coordenador da pós-graduação da Faculdade de Ciência e Política e Filosofia. Dos Santos permanecerá no México até seu retorno ao Brasil nos anos de 1990.

No livro *Imperialismo y Dependência* (1978), o autor analisa a conjuntura da crise mundial dos anos de 1970 e sua indefinição frente a reordenação do mercado mundial. Os Estados Unidos e suas empresas multinacionais exercem papel chave na coordenação sobre a recuperação após a fase b do ciclo de Kondratiev, e essa reordenação passará pela América Latina quando o capital externo exigirá o retorno do excedente extraído.

Dos Santos, ao identificar no pós-guerra a gestão da economia mundial pelos Estados Unidos como novo comandante do imperialismo, identifica também um nível mais avançado de socialização das forças produtivas sobre bases privadas, que se expressam: a) no desenvolvimento da concentração, centralização e internacionalização do capital mediante a afirmação das empresas multinacionais; b) na ampliação do papel do Estado por meio da

proteção da liderança estadunidense na economia mundial, com a difusão do keynesianismo, do estabelecimento de um conjunto de instituições multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e GATT) e de iniciativas bilaterais (Plano Marshall, Aliança para o Progresso) que permitem a imposição do dólar como moeda mundial, e intervenção nas zonas periféricas (Coreia e Vietnam); e c) o processo de uma nova fase da divisão internacional do trabalho, em que as corporações multinacionais expressam o desenvolvimento da revolução científico-técnica que converte a tecnologia obsoleta antes do esgotamento de sua vida útil, e passam a exportar maquinarias e matérias-primas industrializadas como capital, produzindo para o mercado interno dos países dependentes e apropriando-se diretamente da força de trabalho, e nesses países receptores, por sua vez, mantém uma pauta exportadora intensiva de produtos agrícolas e minerais (Cf. DOS SANTOS, 2011, p. 23).

Nessa nova fase da divisão internacional do trabalho, nos países dependentes aprofundam a contradição entre o aumento da interdependência e a subordinação da economia mundial. A mundialização nesse momento passa a ser impulsionado pelo desenvolvimento do sistema científico-tecnológico que acelera a difusão dos conhecimentos e das tecnologias. Dos Santos coloca que a tendência a internacionalização do setor I – em particular do segmento produtor de maquinarias – é em grande parte limitada nos países periféricos, que orienta a inovação tecnológica para a geração de produtos de exportação com valor agregado limitado. Com isso, nesse novo processo da divisão internacional do trabalho, as relações de dependência toma outro caráter, em que abarcam três níveis:

a) Una economía mundial dirigida por monopolios tecnológicos, financieros y comerciales capitalistas; b) relaciones económicas internacionales que impulsan la expansión de estos monopolios y establecen una división internacional del trabajo; c) la formación de estructuras internas em los países dependientes que asimilan positivamente estos condicionamientos y los redefinen sin romper con los intereses generales que los guían (DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 29).

A dependência está fundada, pois, em uma situação de compromissos entre os interesses que movem as estruturas internas dos países dependentes e do grande capital internacional. Nesta articulação, o grande capital internacional exerce uma ação condicionante que estabelece os compromissos entre as economias centrais e as dependentes. Com isso, as leis de funcionamento da economia dependente se fixa sobre a superexploração da força de trabalho, em grande concentração interna e externa de capitais, o resultado é a apropriação de mais-valia que a economia internacional realiza sobre os países dependentes.

Para Dos Santos, estes aspectos que configuram as estruturas do capitalismo

dependentes estão presentes de formas distintas nas diversas fases do seu desenvolvimento. Segundo o autor, as etapas do desenvolvimento da dependência são: colonial, tecnológica-financeira e tecnológica-industrial. A dependência colonial corresponde a hegemonia dos capitais comerciais e financeiros sobre a economia mundial, em que cria uma estrutura interna nos países dependentes fundada na grande propriedade de terra e no trabalho escravo para desenvolver uma produção exportadora, dirigida aos mercados europeus. A dependência tecnológica-financeira corresponde ao período da Revolução Industrial nos países centrais e de exportação de capitais para a montagem do aparato agrário e mineiro exportador nos países dependentes para a geração de matérias-primas e produtos agrícolas consumidos nos países centrais. Nos países dependentes, essa fase corresponde a hegemonia das oligarquias rurais e comerciais das filiais do grande capital internacional que controlam o setor de infraestrutura, de serviços e o setor financeiro. A dependência tecnológica-industrial se estrutura no pós-guerra, correspondendo ao período em que os países centrais alcançam a revolução científico-técnica e transferem, mediante as corporações multinacionais – preferencialmente como capital – tecnologias industriais relativamente obsoletas para impulsionar a industrialização dos países dependentes (DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 32).

Diferentemente da vertente da interdependência, que considerava o capital estrangeiro auxiliar do desenvolvimento interno, Dos Santos e a TMD colocava que o capital externo se dirigia aos países dependentes para explorar de forma direta sua força de trabalho e transferir lucros e dividendos aos países centrais. Segundo o autor, o papel exercido pelo capital estrangeiro se apresenta ciclicamente: os períodos de entrada e de *boom* econômico ampliam de maneira provisória a elasticidade da balança de pagamentos e proporcionam saltos tecnológicos, porém em momentos de crise se estabelecem os *déficits* anteriores com maior profundidade.

Dos Santos aponta que esse padrão de desenvolvimento chega ao limite de seu esgotamento no final dos anos 1967-1973, em que rompe com o processo de expansão dos países dependentes, convergindo a crise do setor exportador provocada pela economia mundial e dos ciclos internos do capitalismo dependente. Com isso, os mercados internos dos países dependentes se tornam limitados para assimilar as novas escalas de inversões industriais e a crise do mercado mundial (crise do petróleo) derrubam os preços de exportação dos países dependentes (Cf. DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 34).

A proposta que o autor levanta para sair da crise se funda no modelo socialista, em que deve desenvolver em três dimensões: uma perspectiva continental, uma de longo prazo, e outra

que permite combinar lutas insurrecionais e legais. Para isso, exige desenvolver uma direção político-militar capaz de impulsionar um processo de reformas sociais crescente, que acumule uma forte subjetividade popular e, em consequência, politize e divida as Forças Armadas, para fazer frente a reação desestabilizadora das classes dominantes e estabelecer o poder popular através da revolução socialista.

2.4.3 – Ruy Mauro Marini e a Dialética da Dependência

Antes de adentrarmos as categorias desenvolvidas por Marini, é necessário apresentar em rápidas palavras a trajetória desse brilhante intelectual e militante, comprometido com a causa socialista na América Latina, e devido à isso, seu caminho intelectual passou por perseguições por onde andou, desencadeando em diversos exílios.

O desenvolvimento intelectual de Ruy Mauro Marini não dividia a teoria da prática. Tanto no Brasil, Chile e depois no México, Marini pôde captar a mudança insurrecional que se passava no continente, seja pela influência da Revolução Cubana, pela vitória da Unidade Popular no Chile ou da conquista dos sandinistas na Nicarágua. Em sua trajetória, começando em 1962, quando passa a integrar o corpo docente da Universidade Nacional de Brasília, Marini sofre sua primeira derrota: o golpe militar de 1964 retira sua função de professor dessa instituição, isso o faz amargar no primeiro exílio. Do Brasil parte para o México, lugar que o recebeu fraternalmente e com apoio e solidariedade dos intelectuais inicia seus principais trabalhos sobre a América Latina. No ano de 1967 escreve *Subdesenvolvimento e revolução*, texto de grande expressividade sobre a realidade brasileira no contexto da ditadura militar, e neste mesmo ano é convidado a lecionar na Universidade Autônoma do México. Sua partida do México se dá devido a um artigo denunciando o massacre dos estudantes em Tlatelolco (1968), desencadeando uma crise diplomática com o governo mexicano. Marini parte para o Chile em 1969 e começa a participar do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e colabora com o Centro de Estudos Socioeconômico (CESO). O CESO foi um dos principais centros de formação intelectual e política do continente, contando com intelectuais de diversas partes do mundo, entre eles: Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Tomás Vasconi, André Gunder Frank, Marta Harnecker, Júlio Lopez, Roberto Pizarro, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Álvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sanchez, Marcelo García e Jaime Osorio (Cf. OURIQUES, 2017 p. 139).

Em sua vivência no Chile proporcionou acúmulo para escrever *A dialética da*

dependência (1973), livro que se tornaria um dos principais textos da Escola da Dependência e guia do presente trabalho. O livro ganhou notoriedade pela originalidade da proposta e pela exposição fácil da argumentação. Sua proposta ao rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento foi fecundo, pois a resposta tradicional apontava o subdesenvolvimento somente como consequência dos indicadores relativos à renda *per capita*, à escolaridade, à nutrição etc., correspondendo a certo nível de uma escala dada, e esses indicadores se situariam nesse nível porque o país era subdesenvolvido, uma tautologia. O livro vai além da concepção válida dos cepalinos na crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação correta das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propiciava, em detrimento da economia latino-americana. Marini, influenciado pelo princípio de Gunder Frank de que o subdesenvolvimento é a outra face do desenvolvimento, colocava no debate as condições que a América Latina havia se integrado ao mercado mundial e como essa integração funcionava para a economia mundial e como subordinava as economias dependentes.

No livro *A dialética da dependência*, Marini colocava a assertiva de que as transferências de valor que ocorriam em favor das economias centrais não poderiam ser vistas como uma anomalia, mas, antes, como consequência da legalidade própria do mercado mundial como um estímulo ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, possuindo duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração da força de trabalho – com abundância de mão de obra. “A primeira premissa dava como resultado a monoprodução; a segunda, os indicadores próprios das economias subdesenvolvidas” (MARINI, 2005a, p. 87). A preocupação de Marini foi o de captar o movimento e o modo de como o capitalismo afetava a economia dependente, resultando na forma específica da formação da mais-valia.

Foi no Chile na vivência com a Unidade Popular que Marini desenvolveu seus principais escritos, entre eles a reedição de *Subdesenvolvimento e Revolução* (5ª edição revisada e ampliada em 1974), que traçava a formação do subdesenvolvimento brasileiro e a formação de uma plataforma de transferência, que o autor denominou de subimperialismo. No mesmo trabalho, Marini criticava a opção da esquerda pela luta armada sem a construção dos elementos de ampla base popular (“*luta armada e luta de classes*”). No processo das derrotas da esquerda armada levou o autor a elaborar o conceito de *Estado de contrainsurgência*, em que Marini criticava a associação do termo *regime fascista* com os golpes militares que ocorriam na América Latina.

Estado de contrainsurgência

Marini captou a movimentação que a América Latina estava passando na década de 1960/70, que desencadeou em diversos golpes militares. A interpretação sobre os golpes passa a ser caracterizado como elemento de dominação fascista, interpretação negada por Marini, já que, outros países que não tiveram golpes militares sofreram modificações na estrutura do Estado. Essa mudança estrutural Marini denominou de Estado de contrainsurgência. Diz o autor:

Sin embargo, creo que – más que buscar las semejanzas y diferencias entre el proceso contrarrevolucionario latinoamericano y el fascismo europeo – es preferible partir del supuesto de que ambos constituyen *formas particulares de la contrarrevolución burguesa* y tratar, pues, de verificar em qué consiste la *especificidad* que asume la contrarrevolución latinoamericana, em especial desde el punto de vista del Estado (MARINI, 1978, p. 21 – grifos do autor).

Para buscar as respostas das particularidades contrarrevolucionárias que os golpes militares proporcionaram, Marini elabora três vertentes nesse processo.

A primeira, a mudança de estratégia global norte-americana, em que no fim dos anos 1950 e 1960, com o governo de John Kennedy. A motivação dessa virada do governo estadunidense está na estratégia de barrar vários processos revolucionários em distintas partes do mundo, tais como a Argélia, Congo, Cuba, Vietnã, países que passam a questionar o imperialismo. Esses processos revolucionários proporciona a mudança de estratégia estadunidense no enfrentamento direto com a União Soviética (URSS). Essa mudança coloca várias consequências: a) modificações no plano militar, com ênfase nos meios de transporte massivo de soldados para ocupação de territórios; b) criação de corpos paramilitares de contraguerrilha, como foi os Boinas Verdes; e c) ampla estrutura de reforços bélicos e treinamento dos exércitos nacionais. Essas estratégias, que Marini chamou de *doutrina de contrainsurgência*, estabelece uma linha de enfrentamento contra os movimentos revolucionários em três planos: “*aniquilamento, conquista de base sociais e institucionalização*” (Ibid, p. 23).

A doutrina de contrainsurgência possui três aspectos: em primeiro lugar na política, com atuação no enfoque militar para, não somente derrotar ao inimigo, mas para aniquilá-lo, colocando a luta de classes como guerra. Em segundo lugar, a criação do inimigo infiltrado, sendo esse considerado como uma doença que mata o organismo social e que por isso precisa ser extirpado, similar ao fascismo. No terceiro lugar, a contrainsurgência, para manter sua organização com vestimenta liberal e parlamentarista, propõe o restabelecimento da democracia

burguesa quando terminar o período de exceção, como em períodos de guerra. Diferentemente do fascismo, a contrainsurgência não coloca em questão a validade da democracia burguesa, somente a anula nos períodos de campanha de aniquilamento do inimigo.

A segunda vertente é a mudança na estrutura econômica das burguesias latinoamericanas, integrando os sistemas de produção ao imperialismo estadunidense mediante a entrada de capital estrangeiro, subordinação tecnológica e inversões financeiras. Essa mudança vai estruturando e desenvolvendo uma burguesia monopólica estreitamente vinculada à burguesia imperialista. Essa integração imperialista e sua centralização cria o fenômeno que Marini denomina de “proletarização da pequena burguesia”, acentuando a luta de classes e rompendo com o esquema de alianças vivenciado nos anos 1950 com o “*Estado populista, es decir, el 'Estado de toda la burguesía'*” (Ibid, p. 24).

A terceira vertente da contrarrevolução latino-americana é o ascenso do movimento de massas vivenciado nos anos de 1960, que tem a Revolução Cubana como auge. Esse movimento é encampado pelos intelectuais da pequena burguesia proletarizados, pelo movimento estudantil e pelo movimento dos trabalhadores rurais e urbanos. Esse amplo movimento rompe com o sistema de dominação criada pela fratura do bloco no poder, acentuando a contradição da luta de classes. Isto explica a violenta reação da burguesia dos países dependentes com o apoio do imperialismo.

A característica peculiar do movimento da contrarrevolução latino-americana se deriva da “impossibilidade em que se encontra a burguesia monopólica de atrair ao seu campo setores significativos do movimento popular” (Ibid, p. 25). Diferentemente do fascismo europeu, que arrastou amplas massas da pequena burguesia e parte do proletariado para criar uma base social, a burguesia monopólica da América Latina não pode contar com as forças das massas para enfrentar o movimento popular nas urnas ou nas ruas, preferindo assim usar o aparato estatal militar (Forças Armadas) por um período. Diz Marini:

*Son éstas, pues, el verdadero objetivo de la política de desestabilización practicada por la burguesía y no, como em el fascismo, la conquista de una fuerza política propia superior a la del movimiento revolucionario. Y es por ello que encontramos em la contrarrevolución latinoamericana outro rasgo peculiar respecto al fascismo: el discurso ideológico de *defensa de la democracia burguesa, es decir, del Estado burgués*, al revés de su negación, tal y como lo plantearon los movimientos fascistas (MARINI, *op. cit.*, p. 26 – grifos do autor).*

Ao privilegiar as Forças Armadas como elemento de estratégia de contrainsurgência, a burguesia monopólica confere a esse aparato a missão de solucionar o problema, já que, o

aparato militar já foi preparada ideologicamente pela *doutrina de contrainsurgência* promovida pelo imperialismo estadunidense. Fato que diferencia do fascismo europeu.

Em síntese, a estrutura do Estado de contrainsurgência consagra a aliança entre as Forças Armadas, capital monopólico e o imperialismo. Esse fato peculiar retira o poder de decisão fora da influência das demais instituições (Judiciário, Legislativo, etc.), que são instituições clássicas do poder burguês. Para Marini, essa peculiaridade não é exclusiva das ditaduras militares, como no Brasil; na Venezuela, com um regime civil, essa estrutura se repetiu no mesmo período com a criação do Conselho de Segurança Nacional, instituição que detinha o controle de parte do Congresso nacional e demais órgãos estatais. Essa influência direta das Forças Armadas Marini chamou de *Estado de quarto poder*⁹⁵.

Assim, o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopólica e das Forças Armadas, independentemente da forma do regime político que assume o Estado, e chamar de fascismo todo esse movimento é perder de vista a peculiaridade da compreensão da realidade da América Latina. O Estado de quarto poder se configura em uma contrarrevolução permanente mesmo em períodos de relativa liberdade política, pois as contradições do modo de produção capitalista nas economias dependentes se agudizam com maior intensidade, já que, elas se pautam na modalidade superexploração da força de trabalho.

Outra contribuição de Marini para a interpretação do capitalismo da América Latina é o desenvolvimento das economias dependentes com uma industrialização já consolidada, que passam a se expandirem na busca de novos mercados constituindo-se no que o autor chamou de *subimperialismo*. O termo subimperialismo é parte do que denominamos de *tripé* que compõe o livro *A dialética da dependência*, junto com a *troca desigual* e *superexploração da força de trabalho* formam o conceitual analítico que Ruy Mauro Marini elaborou como ferramenta de compreensão da realidade do capitalismo *sui generis* da América Latina.

95 A estrutura do Estado de contrainsurgência no Brasil foi pensada e montada na Escola Superior de Guerra pelo general Golbery do Couto e Silva. Essa estrutura tinha o Serviço Nacional de Informação (SNI) como órgão centralizador, comandada por um ministro-chefe militar, e auxiliado pelos Exército (CIE), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (Cisa). Além disso, os ministérios, órgãos públicos – incluindo universidades – funcionavam as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), Departamentos de Operações de Investigações, que incluía o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIS). As polícias federais e estaduais mudaram suas estruturas de funcionamento após a implementação do Estado de contrainsurgência, vigorando até os dias de hoje. A criação do “inimigo interno” como estratégia de repressão faz parte do planejamento da Doutrina de Segurança Nacional implementada pelo imperialismo estadunidense para afirmar sua supremacia no continente Latino Americano.

*O Subimperialismo*⁹⁶

O termo *subimperialismo* nasce com o livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado no México em 1969, livro que coloca outra interpretação sobre o golpe militar de 1964 no Brasil. O termo se sustenta na teoria do *imperialismo* elaborado por diversos marxistas (Hilferding, Luxemburg, Bukharin e Lenin) para caracterizar a nova etapa do capitalismo – concentração e centralização do capital – na fase dos monopólios e do capital financeiro. Porém, o subimperialismo não é sinônimo de imperialismo, pois esse termo foi cunhado para explicar a dinâmica das economias centrais.

O subimperialismo é o projeto concretizado pelo Estado brasileiro na transformação em plataforma sulamericana de exportação de capitais e de serviços. Essa transformação está associada ao movimento de reordenação da economia mundial capitalista, frente ao processo chamado de exportação de capitais, ao qual, ao mesmo tempo em que integrava os sistemas produtivos e expandia o mercado de dinheiro, transformava a ordem monopolar capitalista em uma ordem multipolar hierarquicamente integrada. Diz Marini:

O subimperialismo se define, portanto: a) a partir de reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 2017, p. 40).

No artigo “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”⁹⁷, escrito em 1977, Marini define com maior precisão o termo. Para o autor, o subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que além de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo estadunidense em escala mundial (Cf. MARINI, 2012, p. 31).

No processo de monopolização da economia estadunidense, que acentua-se entre as

96 Para aprofundamento na temática do subimperialismo indicamos, além dos textos citados de Marini, a tese *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*, de 2011, do professor Mathias Seibel Luce.

97 O artigo foi traduzido para o português pelo esforço conjunto de Maíra Machado Bichir e Fábio Pádua dos Santos, e publicado na revista Outubro, nº 20, 1º semestre de 2012.

duas guerras mundiais e a afirmação dos acordos firmados em Bretton Woods (1944), consolidando o dólar como moeda mundial, passa a colocar sob sua órbita as economias latino-americanas direcionando seus capitais. Nesse processo de exportação de capitais estadunidenses, as empresas multinacionais passam a buscar maiores rentabilidades (taxas de lucros maiores) nas economias dependentes, que possuem mão de obra relativamente em abundância. Nessa busca, as empresas dão preferência para os países que possuem mercado interno minimamente desenvolvido, e o Brasil é um deles para receber parte da produção dessas empresas. Parte da transferência da produção é devido ao prazo reduzido que a inovação tecnológica vai impondo ao capital fixo, em que as economias dependentes recebem essas tecnologias obsoletas dos centros.

A exportação de capital fixo para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam ainda inovações e nas quais se dispõe de uma força de trabalho remunerada em níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados (MARINI, *op. cit.*, p. 42).

Com a rotatividade do capital fixo mais curto devido ao desenvolvimento tecnológico na busca pela mais-valia extraordinária⁹⁸, as relações internacionais dos países que orbitam ao eixo de influência estadunidense sofrerão uma mudança significativa em seus processos produtivos: diminuição da monopolaridade para a multipolaridade no capitalismo. Ou seja, as economias dependentes receptoras de tecnologias dos países imperialistas passam a integrar hierarquicamente os centros de acumulação, transformados em centros medianos de acumulação que Marini denominou de subimperialismo.

A inserção de novas tecnologias gerou – e tem gerado – repercussão desfavorável em relação a criação de empregos. Por um lado, as movimentações de migrações internas tem proporcionado grandes conurbações nas principais cidades de forma desordenada; por outro, essa massa de populações agrava a situação de subemprego ou desemprego disfarçado, pressionando a outra parte empregada. Esse imenso exército industrial de reserva afeta diretamente o nível salarial na América Latina, aumentando cada vez mais o número de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. Os trabalhadores submetidos a *superexploração da força de trabalho* não possui um poder de compra considerável com capacidade de dar sustentabilidade ao mercado interno, pois recebem remunerações abaixo do valor real da sua força de trabalho enquanto produzem para grupos de altas rendas – consumo

98 Adentraremos ao termo *mais-valia extraordinária* com mais detalhes quando passarmos a analisar a categoria da *superexploração da força de trabalho* no capítulo terceiro do presente trabalho.

suntuário – em contraposição ao consumo de subsistência dos trabalhadores. Essa tendência das economias latino-americanas de manter a supressão do consumo popular acentua-se com o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas. Conforme Marini aponta:

Em 1950, os setores têxteis e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, esta proporção reduz-se para 36,24%, enquanto se eleva a participação do setor de transporte de 2,28% para 6,7% da indústria química de 5,13% para 8,85% e da metalúrgica de 7,51% para 10,4%; em 1970, os setores têxteis e de alimentos contribuíam com apenas 29,49% do total, enquanto as outras três se elevavam para 8,2%, 10,89% e 12,47% respectivamente (MARINI, *op. cit.*, p. 49).

Assim, a industrialização desenvolvida pela América Latina é incapaz de satisfazer-se com o mercado interno e conta com limitações estruturais para executar a ampliação do mercado interno de consumo popular. Em consequência, impõe-se a ela a abrir-se ao exterior, convertendo-se a exportação de manufaturas a característica marcante do grande capital estrangeiro combinado com o capital nacional na América Latina.

Marini alerta para a confusão que costuma acontecer entre exportação de manufaturas com o conceito de subimperialismo. Exportação de manufaturas e a luta por mercados se encontram presente no conceito de imperialismo. No entanto, a forma que assume o fenômeno na realização da exportação de manufaturas já indica diferenças, que apontam para o fato de que não basta exportar manufaturas para ser um país subimperialista, é necessário também ter um fluxo de capital circulante ou mercado de capitais para exportação.

No processo de constituição do subimperialismo, o Estado se converte em truste capitalista nacional e passa a ser chamado a regular e arbitrar a vida econômica, situação que leva a desenvolver uma autonomia relativa frente aos distintos grupos capitalistas, formando uma espécie de Estado de contrarrevolução subimperialista na região. Assim,

Tem sido em função disso que o Estado brasileiro tem conseguido pautar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil. Tem sido isto também o que lhe permite compelir os grupos capitalistas a implementarem este projeto, atendendo tantos aos interesses econômicos destes grupos, quanto aos interesses políticos que expressa a elite tecnocrático-militar, que detém o controle do aparato estatal (MARINI, *op. cit.*, p. 66).

O processo de expansão do subimperialismo brasileiro dos anos de 1960, modifica-se

rapidamente na década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro desenvolvido sob a ditadura militar, com intensa difusão do crédito ao consumidor. Essa situação da expansão do crédito foi possível graças ao acúmulo de excedente proporcionado durante o “milagre econômico” (sic) sob a vigência da superexploração, não se configurando como uma situação permanente do poder de compra do salário, mas sim, como um momento esporádico⁹⁹.

A atualidade da política externa brasileira reafirma a categoria do subimperialismo brasileiro. Segundo o relatório do Banco Central do Brasil,

(...), os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US\$ 10,1 bilhão, ante aplicações líquidas de US\$ de 20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 refletiu, principalmente, amortizações líquidas de US\$ 14,6 bilhões em empréstimos de empresas brasileiras concedidos a coligadas no exterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p. 137, apud, FONTES, 2010, p. 362).

Como apontou Marini, a exportação de capitais é uma das premissas do subimperialismo brasileiro. O Estado brasileiro, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil, Petrobrás, etc., tem implementado uma política subimperialista na América Latina e África. A política subimperialista está assentada no esquema tripartite de realização, e em momentos de crise econômica, esse esquema se acentua para buscar a valorização fora das fronteiras brasileiras.

[...] atendendo sempre aos interesses do grande capital, o novo regime coloca uma solução distinta a essa crise, que se baseia em dois elementos: em primeiro lugar, a exportação de manufaturados, tanto de bens de consumo duráveis como não duráveis, sendo conveniente assinalar que a exportação desses últimos compreende a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital; em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, mediante uma ativa política dedesenvolvimento da infra-estrutura de transportes, de eletrificação e reequipamento das forças armadas - tudo isso acarretando uma expansão do mercado para os bens de capital [...] Na perspectiva do esquema

99 Trazendo para os dias atuais, a expansão do crédito nos governos Lula e Dilma, que possibilitou o incremento de um mercado consumidor relativamente dinâmico, criou no imaginário popular a crença da possibilidade de elevação nos extratos sociais através do consumo, combinado com a propaganda governista de que o “Brasil é o país da classe média”. Assim como no período do general Médici, a expansão do crédito nessa fase atual está relacionado com o capital portador de juros, que empresta dinheiro na forma de crédito ao consumidor assalariado – baixo poder de compra – sob a garantia do pagamento pelo Estado, e não tem relação com o desenvolvimento do mercado interno, pois as economias dependentes o trabalhador é superexplorado, que se expressa no divórcio entre o consumo popular e a produtividade do trabalho. Abordaremos com mais detalhes essa temática no capítulo três.

subimperialista, o que surge assim é a terceira pata na qual ele se apoia: "a sociedade de consumo" à moda da casa, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas (MARINI,1974, p. 193/97).

Essa combinação desses três elementos elencados por Marini – mercado externo, o consumo suntuário e redistribuição regressiva da renda – recebeu o nome de *esquema de realização do subimperialismo* (Cf. LUCE, 2011, p. 24).

O Estado de contrainsurgência e o Estado de contrarrevolução subimperialista formam o mesmo projeto levado a cabo pela burguesia monopólica brasileira em associação com o capital imperialista, subordinando e proletarizando a pequena burguesia e pauperizando a classe trabalhadora através da *superexploração da força de trabalho*, essa associação recebe o nome de *cooperação antagônica*.

Capítulo III – A categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini

O presente texto resgata a categoria *superexploração da força de trabalho* desenvolvido por Ruy Mauro Marini para a compreensão do movimento da lei do valor nas economias dependentes. Partindo da lei do valor n'O Capital de Marx, procuramos diferenciar as categorias “valor”, “preço de custo”, “preços de produção” e “preços de mercado”, associando-as aos mecanismos de transferência de valor realizadas pelas economias centrais nas economias dependentes. Trouxemos para a análise a relação do salário mínimo pago em contraposição ao salário mínimo necessário, apontando a violação do mesmo frente ao processo de acumulação do capital em detrimento ao fundo de acumulação da classe trabalhadora, obtendo a reprodução da força de trabalho de maneira atrofiada. Por último, identificamos a transferência de valor da economia brasileira via financeirização, através do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, recaindo o ônus desse pagamento sobre a classe trabalhadora na forma de reformas (educacional, trabalhista e previdenciária) propostas pelo conjunto da burguesia.

A categoria *superexploração da força de trabalho*, desenvolvida por Ruy Mauro Marini no seu livro clássico da Escola da Dependência – *Dialética da Dependência*, (1973) – trouxe para o debate uma das maiores contribuições para compreender a peculiaridade do capitalismo brasileiro. Tomando como base *O capital*, de Marx, Marini procurou descrever a forma como a mais-valia manifestava-se em uma economia calcada no excedente de mão de obra combinada com uma industrialização tardia.

Marini ao descrever o fenômeno característico das economias dependentes, trabalha em um nível de abstração diferente para captar o movimento: enquanto Marx descreve o modo de produção capitalista como totalidade – nível de abstração mais elevado – Marini apontou como essa totalidade se insere na América Latina – nível de abstração menos elevado – configurando nossa dependência estrutural no âmbito da divisão internacional do trabalho. A categoria *superexploração* se molda em três processos combinados: aumento da jornada de trabalho, maior intensidade do ritmo na linha de produção e a redução do fundo de consumo do trabalhador, convertendo-o em fundo de acumulação do capital – remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Esses processos significam maior desgaste da força de trabalho e configuram um “modo de produção fundado *exclusivamente* na maior exploração do trabalhador e *não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva*”, ocasionando seu esgotamento prematuro (MARINI, 2000, p.125 – grifos nossos).

A *superexploração da força de trabalho* converte-se em estratégia defensiva da burguesia dependente frente à sua incapacidade de promover o progresso técnico – reduzir o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho com a incorporação de trabalho morto – e de barrar a transferência de parte da mais-valia para as economias centrais. Essa estratégia converte-se também em uma medida contra-arrestante, que interfere na ação da lei da queda da taxa geral de lucro nas economias dependentes. A classe trabalhadora, frente à essa característica peculiar das economias dependentes, carrega dificuldades para sua reprodução: por um lado, a dificuldade de organização dos trabalhadores para barganhar melhores remunerações, e por outro, a venda da força de trabalho influenciada constantemente pela elevação da oferta da mesma, onde que a maior velocidade de rotatividade dessa mercadoria tem consequências para o aumento da concorrência entre os trabalhadores, colocando o exército industrial de reserva como alavanca da taxa de lucro.

Um ponto a ser destacado antes de dar prosseguimento à análise da categoria é o seu significado semântico e como ele se expressa na literatura consultada. A categoria da *superexploração* utilizado por Marini, assim como a de *exploração* usado por Marx, não podem ser entendidas a partir de uma concepção moralizante, maniqueísta, como se os termos significassem uso indevido, injustificado, um ato de crueldade do capital contra o trabalhador com o objetivo exclusivo de se obter o lucro ou a mais-valia. A mais-valia não é apenas isso, mas é isso também. Exploração ou superexploração não são um roubo por parte do capital; os termos estão relacionados com o sentido de “utilizar, consumir, explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza” (CARCANHOLO, 2013, p. 73). Como nos mostra Marx, o mais-valor é

Por um lado, o valor do capital variável é igual ao valor da força de trabalho por ele *comprada*, e o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto o mais-valor, por outro lado, é determinado pela parte excedente da jornada de trabalho, concluímos que o mais-valor está para o capital variável como o mais-trabalho está para o trabalho necessário, ou, em outras palavras, que a taxa de mais-valor $m/v = (\text{mais-trabalho})/(\text{trabalho necessário})$. [...] A taxa de mais-valor é, assim, a *expressão exata* do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista (MARX, 2013, p. 294 – grifos nossos).

Portanto, o termo *exploração* ou *superexploração* de que nosso trabalho parte não está relacionado com o grau de exploração de cunho moralizante, e sim às modalidades pelas quais se obtém o incremento da mais-valia. Assim, *superexploração* é “utilização da força de trabalho que o comprador a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe” (Ibid., p. 255), e não deve

ser entendido com um viés moralizante. É importante esclarecer tal ponto para que a análise do objeto não seja interpretada com uma conotação de injustiça.

Outros equívocos interpretativos da mesma categoria que nosso trabalho procurou não reproduzir são: a) confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais valia absoluta; b) tomar a categoria de superexploração como sinônimo de pauperização; e c) leitura que entende a superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de certo patamar. A superexploração não se confunde com uma extração de mais-trabalho baseada predominantemente no método extensivo: embora o prolongamento da jornada de trabalho seja uma das formas possíveis de superexplorar o trabalhador, não é sinônimo de arrocho salarial ou pauperização. A superexploração, como foi dito, é uma modalidade contra-arrestante da burguesia dependente que é incapaz de impedir as transferências de valores para as economias centrais, recaindo sobre o trabalhador a solução encontrada para obter massa de valor. A superexploração da força de trabalho se expressa no movimento da lei do valor-trabalho nessas economias.

Por último, nosso trabalho caminha na perspectiva da ação das categorias marxianas como tendência e não na afirmativa de algo que pode ser previsto, tais como ciclos¹⁰⁰ ou conjunturas baseados na lógica. Não negamos que possa ter certa previsibilidade no movimento do modo de produção capitalista, mas preferimos partir da categoria das tendências.

3.1 – O surgimento da categoria *superexploração*

Ruy Mauro Marini se insere juntamente com outros autores que fundam a Escola da Dependência com um objetivo claro: compreender a particularidade do capitalismo brasileiro fora do escopo pecebista, isebiano e cepalino. Assim, na obra em que lançam as bases para essa compreensão, o autor coloca no centro do debate o desenvolvimento do subdesenvolvimento não mais como a ausência de um capitalismo a se desenvolver, mas o desenvolvimento desigual e combinado dependente como consequência do próprio modo de produção capitalista. Para isso, Marini retoma as leituras d'O Capital de Marx para desvendar o *segredo da troca desigual*, como a fuga de mais-valia produzida no Brasil tem consequências para a reprodução da força de trabalho de maneira atrofiada e responde o porquê a burguesia dependente não busca

100 Existem autores que usam os ciclos conjunturais dentro do escopo da Teoria Marxista da Dependência, tais como Theotônio Dos Santos e Carlos Eduardo Martins, ambos usam os Ciclos de Kondratiev como premissa em suas análises.

compensar a perda dessa mais-valia no desenvolvimento das forças produtivas. E a resposta dessa compreensão está na pedra angular do capitalismo dependente: a *superexploração da força de trabalho*.

A troca desigual está relacionada com a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e a ampliação do mercado mundial. A América Latina é a responsável direta da transformação das condições técnicas – passagem para a produção de mais-valia relativa – nas economias centrais, pois fornece as mercadorias que incidem nos bens-salários (alimentos e gêneros similares) com preços relativamente baixos, modificando a taxa de mais-valia.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta [...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 2011, p. 140).

Portanto, o desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases da aplicação da lei do valor e vai criando condições para que diversos mecanismos que o capital trata de burlar se desenvolva. E a superexploração da força do trabalho está relacionado com esses mecanismos que permitem realizar transferências de valor entre países; e os países desfavorecidos buscam neutralizar essa perda no aumento da massa de valor produzida, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho ou a combinação desses dois procedimentos.

A categoria *superexploração da força de trabalho* possui três pilares básicos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, configurando uma modalidade de produção fundada exclusivamente na exploração do trabalhador em contraposição ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Nas economias que possuem essa característica, a atividade produtiva baseia-se no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, o que permite “baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (Ibid., p. 149).

Esses três mecanismos combinados carregam uma característica essencial, que é a negação ao trabalhador da reposição do desgaste de sua força de trabalho, pois lhe é retirada a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua saúde física e mental. Diz Marini:

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado *abaixo de seu valor* e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p. 150 – grifos nossos).

Convém *precisar* o significado do fato da remuneração ficar abaixo do valor e a diferença entre preço e valor na economia dependente brasileira, e como se dá o valor da força de trabalho em relação à produtividade do trabalho. Para isso, é necessário buscar em um outro nível de abstração mais elevado: O capital de Marx possibilitará a resposta para essa compreensão.

3.1.1 – O valor da força de trabalho em Marx

A categoria valor-trabalho é a base fundante da teoria marxiana e a mais-valia é o segredo desvendado por Marx para a compreensão do modo de produção capitalista. A mercadoria especial única capaz de gerar valor além dela mesma é a mercadoria força de trabalho. E como se forma esse valor?

Inicialmente Marx adota que a mercadoria força de trabalho é igual às demais. No livro I d'O Capital (cap. 4), o autor expõe como se forma o valor dessa mercadoria especial.

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do seu possuidor (MARX, 2013, p. 245 – grifo do autor).

Nessa passagem inicial, o autor especifica três elementos que constituem a sua teoria

do valor sobre a mercadoria e que determinam a soma dos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho. Em primeiro lugar, a quantidade dos meios de subsistência deve ser proporcional ao volume de trabalho realizado.

Porém, a força de trabalho só se atualiza¹⁰¹ por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro, etc. humanos que tem que ser reposta. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder *repetir* o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A *quantidade* dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida (Ibid., p. 246 – grifos nosso).

Nesse primeiro momento, Marx está tratando as trocas entre as mercadorias – consequentemente a força de trabalho inclusa – em igualdade de valor, ou seja, o autor pressupõe a reprodução normal – não atrofiada – da força de trabalho. Em segundo lugar, a quantidade dos meios de subsistência deve assegurar a reprodução normal do trabalhador e de sua família.

As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente *substituídas*, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos *substitutos dos trabalhadores*, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado (Ibid., p. 246 – grifos nossos).

E finalmente em terceiro lugar, a quantidade dos meios de subsistência deve incluir os custos do desenvolvimento intelectual do trabalhador.

Para modificar a natureza humana de modo que ele possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinado, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias (...). Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção (Ibid., p. 247).

Assim, o valor da força de trabalho – inicialmente constante – se forma de acordo com o valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e tem sua variação também

101 Na tradução d'O Capital da Abril Cultural (livro I, tomo I, p. 141) usa-se o termo “realiza”, diferente da tradução da Boitempo – o qual o presente trabalho utiliza – em que se lê “atualiza” (livro I, p. 245).

com a variação desses meios. Conforme nos mostra Araújo:

Assim, a magnitude do valor da força de trabalho exposta por Marx depende de: a) da quantidade de meios de subsistência necessário, e b) do valor desses meios de subsistência. Essa magnitude não é fixa, ela dependerá das necessidades naturais e das historicamente desenvolvidas (ARAÚJO, 2016, p. 188).

Inicialmente Marx trata a magnitude do valor dos meios de subsistência como fixa. Porém, ao longo da exposição mostra sua variação e a diferença em relação ao momento histórico e de acordo com cada país. Diz o autor:

Ao compararmos os salários normais ou valores do trabalho em diversos países, e comparando-os em diferentes épocas históricas no mesmo país, veremos que o valor do trabalho não é por si uma grandeza constante, mas variável, mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos (MARX, 2006, p. 136).

As variações que Marx adota são variações no valor dos meios de subsistência, e que são dadas segundo a produtividade do trabalho para produzir tais mercadorias. Assim, a grandeza de “valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho” (MARX, 2013, p. 118).

A produtividade do trabalho está relacionada com a produtividade não somente no ramo particular onde o trabalhador exerce sua atividade, mas nos ramos que produzem os meios de subsistência necessários, assim como naqueles que fornecem meios de produção aos primeiros. E um aumento da produtividade nesses ramos tem o efeito de reduzir a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produz um equivalente ao valor dos seus meios de subsistência.

Uma vez que o valor do trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência do trabalhador necessários em que se gasta aquele valor, e o valor desses meios, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pela quantidade de trabalho neles aplicada, é consequência natural que o valor do trabalho = valor dos meios de subsistência necessários = quantidade de trabalho empregada nesses meios. [...] O trabalhador individual, para repor seu salário, por certo não produz diretamente os produtos de que vive, mas produz mercadorias no valor de seus meios de subsistência ou produz o valor de seus meios de subsistência, ou antes, reproduz esse valor, se considerarmos a continuidade desse processo (pode produzir produtos que não tem participação alguma em seu consumo e, mesmo quando produz gênero de primeira necessidade, só o faz, em virtude da divisão do trabalho, no tocante a um elemento isolado [...]). Ao examinarmos seu consumo diário médio, o tempo de trabalho que se contém nos seus meios de subsistência de cada dia constitui fração de sua jornada. [...] A mercadoria produzida nessa parte da jornada tem o mesmo valor ou tempo de

trabalho da *mesma magnitude* de seus meios de subsistência cotidianos. *Depende do valor desses meios de subsistência* (isto é, da produtividade social do trabalho e não da produtividade do ramo particular onde trabalha), o *tamanho* que terá o *segmento de sua jornada* destinado a reproduzir ou produzir o *valor*, ou seja, o equivalente dos meios de subsistência (MARX, 1980 – TMV¹⁰², p. 837 – grifos do autor).

As variações na magnitude do valor da força de trabalho estão diretamente associadas às variações na produtividade do trabalho socialmente estabelecido, e o volume (quantidade) dos meios de subsistência também demandam de variações. O volume desses meios de subsistência pode variar em decorrência de variações na duração ou na intensidade do trabalho, e que, as elevações na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho terão como consequência elevações no valor da força de trabalho em consequência do desgaste dessa força, conforme foi apontado por Marini (*Op. cit.*, p. 149/150). Assim diz Mandel:

[...] o *valor* da força de trabalho é uma categoria objetiva. Isso implica, entre outros fenômenos, que um incremento importante na intensidade do processo de trabalho leva a um incremento no valor da força de trabalho se tudo o mais permanece constante. Um gasto maior da força de trabalho implica a necessidade de um maior consumo, por exemplo, comida de maior conteúdo calórico para evitar a erosão da capacidade de trabalho (MANDEL, 1985, p. 67 – grifos do autor).

A incorporação de novas necessidades à cesta de consumo do trabalhador faz com que o valor da força de trabalho eleve-se na mesma proporção. Osorio é categórico ao constatar essa elevação¹⁰³. Diz o autor:

O desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes [novos bens] em bens necessários em épocas determinadas. [...] Não há nada de estranho no fato de que, nas periferias urbanas pobres, multipliquem-se as antenas de televisão apesar de seus habitantes não contarem com alimentos básicos. O que deve surpreender não são as antenas, mas que, nesse grau de desenvolvimento social, existam pessoas que não possam contar com os bens materiais básicos, próprios da época em que vivem, e satisfazer *ao mesmo tempo* e de maneira suficiente o resto de suas necessidades (OSORIO, 2009, p. 179 – grifos do autor).

Discorreremos até aqui sobre como a força de trabalho – única mercadoria que tem a

102 Os livros consultados são *Teoria da Mais-Valia* (TMV), volumes I, II e III. As citações dessa obra virão com essa abreviatura após o nome do autor.

103 Osorio continua: “O aumento do número de bens necessários que o desenvolvimento histórico propicia pressiona no sentido da elevação do valor da força de trabalho. Mas, em geral, o aumento da produtividade e o barateamento dos bens indispensáveis atuam em sentido contrário, de modo que o valor da força de trabalho se veja permanentemente pressionado por essas duas forças” (OSORIO, 2009, p. 179).

capacidade de valorização – influencia na formação do valor das outras mercadorias. Partindo dessa premissa da lei do valor, buscaremos sintetizar como o valor se expressa nos preços das outras mercadorias e na mercadoria força de trabalho através do salário.

Os diversos mecanismos de transferência de valores têm na mecânica dos preços sua base objetiva. A circulação se encarregará de comparar os tempos de trabalho socialmente necessários para a produção das mercadorias, isto é, seus valores; sobre esta base se determina o preço comercial de cada uma, ou seja, se estabelece entre elas uma relação de preços e que giram em torno da comparação dos valores. Assim, os preços determinarão a transferência entre setores com composições orgânicas diferentes, e os de composição baixa recorrerão à modalidade de extração de mais-valia que é peculiar das economias dependentes: a superexploração da força de trabalho.

3.1.2 – O preço da força de trabalho em Marx

Como apontamos no subcapítulo anterior, Marx inicia sua exposição d'O Capital, no livro I, tratando valor e preço como similares. Nas palavras do autor:

Supondo-se que nessa quantidade de mercadorias necessárias à jornada média de trabalho estão incorporadas 6 horas de trabalho social, então objetiva-se diariamente na força de trabalho meia jornada de trabalho social médio, ou, dito de outro modo, meia jornada de trabalho é requerida para a produção diária da força de trabalho. Essa quantidade de trabalho requerida para sua produção diária forma o valor diário da força de trabalho ou o valor da força de trabalho diariamente reproduzida. Se meia jornada de trabalho social média é expressa numa quantidade de ouro de 3 xelins ou 1 táler, então 1 táler é o *preço_correspondente* ao valor diário da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho a coloca à venda pelo *preço* de 1 táler por dia, então seu *preço* de venda é *igual* a seu *valor* e, de acordo com nosso *pressuposto*, o possuidor de dinheiro, ávido por transformar seu táler em capital, paga esse valor (MARX, 2013, p. 247 – grifos nossos).

Inicialmente existe uma correspondência quantitativa entre o preço e a magnitude do valor. Porém, Marx abandonará essa correspondência na medida que a aparência do objeto vai caminhando para a sua essência. Ao tratar como igual valor e preço, Marx chama a atenção para se buscar a explicação do modo de produção capitalista no valor e não na sua expressão quantitativa.

Contudo, esse procedimento na exposição inicial da sua obra é importante para deixar claro que o surgimento da mais-valia deve ser explicado em observação do valor da

força de trabalho, e não a partir de uma violação deste (ARAÚJO, 2016, p. 192).

Nesse momento da exposição, Marx não está relacionando os desequilíbrios do mercado de trabalho (demanda e oferta do exército industrial de reserva, guerras, etc.). Sua preocupação é na identificação do aumento ou redução do próprio valor da força de trabalho identificados com os meios de subsistência. Contudo, mesmo considerando os preços e valores iguais dentro do mercado de trabalho, a divergência entre o preço e a magnitude do valor pode existir devido à uma alteração no valor do dinheiro. Diz Marx:

Os “valores” dos artigos de primeira necessidade e, por conseguinte, o “valor do trabalho” podem permanecer invariáveis, mas o preço desses artigos em dinheiro pode sofrer alteração, desde que haja uma prévia modificação no “valor do dinheiro”. Com a descoberta de jazidas mais férteis etc., a produção de 2 onças de ouro, por exemplo, não demandaria mais trabalho do que antes exigia a produção de uma onça. Neste caso, o “valor do ouro” baixaria para metade, em 50%. Como, em consequência, os “valores” das demais mercadorias seriam expressas pelo dobro do seu preço anterior em dinheiro, o mesmo aconteceria com o “valor do trabalho”. As 12 horas de trabalho, que antes se expressavam em 6 xelins, agora se expressariam em 12 xelins. Logo, se o salário do operário continuasse a ser de 3 xelins, em vez de subir para 6, resultaria que o preço em dinheiro do seu trabalho só corresponderia à metade do valor do seu trabalho, e seu padrão de vida pioraria assustadoramente (MARX, 2006, p. 128 – aspas do autor).

O preço da força de trabalho não coincide necessariamente com o seu valor, podendo estar acima ou abaixo dele, e se acontecer de coincidirem será mero acaso momentâneo. O valor é o eixo principal e os preços irão gravitar sob sua órbita.

Considerando o assunto de um modo mais amplo, estaremos completamente enganados ao acreditar que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria é, em última instância, determinado pela oferta e pela procura. A oferta e a procura regulam apenas as variações temporárias dos *preços de mercado*. Explicam-nos por que o preço de mercado de uma mercadoria sobe *acima* ou cai *abaixo* do seu valor, mas nunca podem explicar o próprio valor (MARX, 2006, p. 93 – grifos nosso).

Nesse momento vem a pergunta: como determinar o preço da força de trabalho? Segundo a passagem citada em *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro* (2006), Marx afirma que os fatores que interferem na demanda e na oferta de força de trabalho não afetam o valor da força de trabalho, mas afetam seu preço. Essa situação de oferta em abundância da força de trabalho em relação à sua demanda é uma das características principais que a América Latina possui, e esse fator será a alavanca do processo de industrialização da economia brasileira sob a transferência de tecnologia poupadora de mão de obra.

Marx ao final do livro I (capítulo XXIII), passa a caracterizar não mais como constante a composição orgânica do capital, isto é, a relação entre o seu componente constante, convertido em meios de produção, e o seu componente variável, convertido em força e trabalho. Assim, a demanda de força de trabalho crescerá em proporção ao aumento do capital.

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital; [...] Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de, como pressupomos anteriormente, cresce na mesma proporção dele. [...] Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor. [...] Para absorver um número adicional de trabalhadores de uma dada grandeza, ou mesmo por causa da metamorfose constante que o capital antigo sofre a fim de manter ocupados os trabalhadores já em funcionamento, requer-se não apenas uma acumulação acelerada do capital total em progressão crescente. Essa acumulação e centralização crescentes, por sua vez, convertem-se numa fonte de novas variações na composição do capital ou promovem a diminuição novamente acelerada de seu componente variável em comparação com o componente constante (MARX, 2013, p. 704/05).

Aqui, a demanda de força de trabalho crescerá em proporção ao aumento do capital, podendo até superar a oferta em relação à demanda, ocasionando aumento salarial (preço da força de trabalho). Contudo, essa situação de aumento salarial tem limites claros na reprodução continuada do capital, desde que o salário não impeça a valorização do próprio capital.

Com o aparecimento do exército industrial de reserva na obra de Marx, o mesmo deixa de tratar a composição orgânica do capital como constante, agora supondo-se crescente. Esse crescimento do exército industrial de reserva à espera de trabalho passa a ser a alavanca na medida em que essa massa humana está à disposição do capitalista, aguardando para ser explorada. Diz o autor:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. [...] Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser

explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

O resultado é a produção constante de uma população trabalhadora que é usada para a valorização do capital. A expansão do exército industrial de reserva torna-se o fator decisivo também na evolução dos salários, pois o ciclo industrial coloca a regulamentação da expansão ou contração do exército industrial no movimento geral do salário. A América Latina é o laboratório dessa valorização.

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 2013. p. 713 – grifos do autor).

E continua mais a frente,

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital (Ibid., p. 714).

O que vemos, portanto, é a oferta e a demanda do exército industrial de reserva possuem o ponto-chave para entender o movimento de valorização do capital, sendo a demanda de trabalho oposta ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora superexplorada.

O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles (Ibid., p. 715 – aspas do autor).

O preço da força de trabalho passa pela influência da luta de classes através da aproximação do preço em relação ao seu valor. Enquanto o exército industrial de reserva age na concorrência entre os trabalhadores, forçando o preço da força de trabalho para baixo, o lucro extraordinário atua na concorrência entre as burguesias das distintas esferas da produção, pois aquelas que possuem produtividade mais elevada podem vender seus produtos a preços superiores a seu valor. Marx nos *Grundrisse* (2011) nos aponta como a concorrência opera alterando o valor das mercadorias:

Em resumo, a população cresce. O seu crescimento, entretanto, ocasiona a *concorrência* entre os trabalhadores e, desse modo, compele o trabalhador outra vez a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista por seu *valor*, ou inclusive transitoriamente *abaixo dele* (MARX, 2011, p. 443 – grifos nosso)

Marini percebe essa peculiaridade que a atuação da concorrência coloca para as economias com capacidade produtiva abaixo das economias centrais, peculiaridade que se traduz em transferência de valor. Diz Marini:

No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas –, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras *iludam a lei do valor*, isto é, vendam seus produtos a *preços superiores* a seu *valor*, configurando assim uma *troca desigual*. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um *preço de produção* mais *baixo*, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2011, p. 145 – grifos nosso).

Marini ao estabelecer as bases da Teoria Marxista da Dependência articulou os três livros d'O Capital para desenvolver a categoria da *superexploração*. No livro I ele foi buscar a resposta de como a mais-valia atua no trabalho assalariado e o nível interno do capital – o processo de produção capitalista. No livro II, adentrou no aspecto de complementaridade na ação dos capitais individuais, em que ramos industriais diferentes produzem uns para os outros, base dos esquemas de reprodução – processo de circulação. Já no livro III, trata de como se fixam os preços de mercado e os preços de produção através da concorrência como formação de lucros exclusivos antes de se equalizarem para lucros médios – a unidade entre o processo de produção e circulação.

Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os *preços de mercado* e os *preços de produção* das mercadorias. [...] É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar

preços de produção *inferiores* a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar (MARINI, 2011, p. 144-45 – grifos nosso).

Tanto os preços de mercado como os preços de produção influenciam diretamente na transferência de valor, pois aqueles setores industriais com composição orgânica mais elevada conseguem impor preços de mercado ao mesmo tempo que o burlam através dos preços de produção reduzidos. Os preços de produção baixos são consequência dos produtos de subsistência que são fornecidos pelas economias dependentes com preços de custos da força de trabalho também baixos.

3.1.3 – Os preços de custo, preços de produção e preços de mercado

Quando Marini estabelece que países trocam distintas mercadorias com valores diferentes dos preços, e com isso “permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor” (MARINI, *op. cit.*, p. 145), tem nos preços diversos mecanismos de transferências. Os preços metamorfoseiam-se em diversas formas: em preços de custos, preços de produção e preços de mercado. Para uma melhor compreensão desses mecanismos expostos por Marini, buscamos a resposta no livro III d'O Capital.

O livro III de O Capital é o menos estudado, provavelmente por não ter sido publicado em vida pelo autor. Nessa obra, o nível de abstração é menos elevado em relação ao primeiro volume. Nela, o autor discorrerá sobre o papel da concorrência como tendência interna e externa dentro do modo de produção capitalista, e os lucros exclusivos que resultam da substituição de trabalho vivo por trabalho morto na luta para aumentar a produtividade entre os capitalistas. Com isso, ao expandir essa busca de autovalorização do capital cria-se a equalização dos diversos capitais, convergindo-os a formar uma taxa média de lucro entre os vários ramos da produção, servindo de referência para a avaliação da lucratividade de cada capital individual. Nesse processo de movimentação do capital estão os preços de custo, os preços de produção e os preços de mercado, proporcionando os mecanismos de transferências de lucratividade de um lugar ao outro. Esses mecanismos de transferências agem na América Latina de forma acentuada, levando a superexploração da força de trabalho a se perpetuar como forma padrão de extração de mais-valia. Vejamos a seguir como se forma cada preço.

Os preços de custo aparecem para o capitalista como o determinante pelos custos de produção da mercadoria, porém, o preço de custo faz desaparecer a distinção entre capital

variável e capital constante quando o possuidor o investe. O preço de custo é o resultado da transfiguração entre a soma do capital constante com o capital variável, sendo distinto do valor por excluir justamente a parte que corresponde à mais-valia. É o preço de custo que o capitalista individual vê ao buscar a valorização no mercado. Ou seja, para cada ramo e para cada capitalista individual, os preços de custo são específicos, e o acréscimo do lucro sobre esse preço de custo é independente da esfera particular, que irá depender dos custos específicos do negócio particular e o lucro sobre esse preço de custo. O processo de equalização agirá posteriormente à determinação do custo próprio da mercadoria e é externo ao preço de custo e gerado na esfera propriamente social, transformando-o em lucro médio. Diz Marx:

No preço de custo desaparece para o capitalista a distinção entre capital variável e capital constante. O custo de uma mercadoria em cuja produção ele investe \$100 é, para ele, sempre o mesmo, não importando se nela foi desembolsado $90c + 10v$ ou $10c + 90v$. Em todos os casos, ela lhe custa \$100, nem mais nem menos. Os preços de custo são iguais para desembolsos iguais de capital em diferentes esferas, por distintos que possam ser os valores e os mais-valores produzidos. E essa igualdade dos preços de custo representa a base da concorrência dos investimentos de capital, por meio da qual se forma o lucro médio (MARX, 2017, p. 188).

Já o preço de produção se refere à soma do trabalho pago mais uma quantidade determinada de trabalho não pago. Ou seja, o preço de produção é o resultado do preço de custo acrescido do lucro individual.

O preço de produção tem uma conectividade com a produtividade do trabalho. Se em certos ramos existem capitalistas obtendo excedente com uma taxa de lucro maior, que em geral é derivada da produtividade mais alta do trabalho empregado, os outros capitalistas serão forçados a alcançar tais índices pois se não o fizerem decretarão sua morte por falência. Com a taxa de lucro mais alta num ramo da produção, o capital passa a ser atraído dos outros ramos para este, forçando para baixo a taxa de lucro. Forma-se assim, pelo poder da equalização, uma taxa média de lucro entre os ramos da produção, servindo de referencial para a lucratividade de cada capital individual. O lucro daí derivado adiciona-se ao preço de custo na contabilidade de cada um deles, definindo o preço de produção. Assim, os preços de produção agem como centro gravitacional, e os preços em geral ficarão em sua órbita.

Bem como o valor médio em cada ramo, o preço de produção sinaliza a lucratividade geral entre todos os ramos e pode se estender ao âmbito internacional, *atraindo* ou *repelindo* capitais de um país a outro, conforme o nível de desenvolvimento da rede de produção e circulação capitalista. Ele atua como *centro* ou *ponto de gravitação* em torno dos quais os preços giram e se equalizam (GRESPLAN, 2011, p.7 – grifos

nosso).

É nos preços de produção que os capitais com maior lucro passam a agir sobre os outros – através da equalização – desapropriando-os, pois os maiores criadores de mais-valia repassam uma parte dela aos que não a criaram na mesma medida. As transferências de valores começam a se mostrar nos preços de produção.

Observando a tabela (livro III, p. 191), Marx demonstra a diferença entre valor e preço das mercadorias relacionando mais-valor, valor final, preço de custo, preço das mercadorias, taxa de lucro e a diferenciação no preço e valor final.

Tabela 1:

Capitais	Mais-valor	Valor das mercadorias	Preço de custo das mercadorias	Preço das mercadorias	Taxa de lucro	Diferença entre o preço e o valor
I. 80c + 20v	20	90	70	92	22%	+2
II. 70c + 30v	30	111	81	103	22%	-8
III. 60c+40v	40	131	91	113	22%	-18
IV. 85c+15v	15	701**	55	77	22%	+7
V. 95c + 5v	5	20	15	37	22%	+17

**Na primeira edição, “40”. Alterado de acordo com o manuscrito de Marx - NT (MARX, 2017, p. 191).

Os desvios dos preços se anulam com a distribuição igual do mais-valor ou do acréscimo do lucro médio na venda, observando uma mesma composição orgânica de capital. Até chegarem ao ponto da equalização, os preços possibilitam transferências de valores de uma esfera menos lucrativa para outra mais lucrativa.

Na soma total, as mercadorias são vendidas a $2+7+17 = 26$ acima do valor e $8+18=26$ abaixo dele, de modo que os *desvios do preço* se anulam reciprocamente mediante a distribuição igual do mais-valor ou do acréscimo do lucro médio de 22 a cada 100 de capital adiantado aos respectivos preços de custo das mercadorias I-V; na mesma proporção em que uma parte da mercadoria é vendida *acima* de seu valor, outra parte é vendida *abaixo*. [...] O *preço de produção* da mercadoria equivale, pois, a seu preço de custo, acrescido do lucro a ele percentualmente adicionado – em correspondência com a taxa geral de lucro –, ou equivale a seu preço de custo mais o lucro médio (MARX, 2017, p.192 – grifos nosso)

Os preços de produção terão seus desvios dependendo da composição orgânica do capital, ou seja, da relação técnica entre a força de trabalho empregada e a massa dos meios de produção. Em consequência da composição orgânica dos capitais investidos em diferentes ramos de produção – diferentes porcentagens do capital variável em relação ao capital total –

capitais de igual grandeza mobilizam quantidades diferentes de trabalho, apropriam-se também de quantidades diferentes de mais-trabalho. Assim, uma maior composição orgânica transferirá lucros maiores daquelas de composição menor, como é o caso das economias dependentes com baixa composição orgânica do capital em relação às economias centrais.

O preço de produção exercerá o peso gravitacional em que as transferências de valor ocorrerão. Esse preço dependerá da composição orgânica de capital contido nele, e o grau de composição do capital dependerá da quantidade de meios de produção e o número de trabalhadores que ele coloca em movimento. Assim, o capital de alta composição é aquele que contém percentualmente mais capital constante e menos capital variável que o capital social médio. Inversamente, chamamos de baixa composição aquele em que o capital constante ocupa um espaço relativamente menor e o capital variável um espaço relativamente maior que o capital social médio. E capital com composição média é aquele cuja composição coincide com a do capital social médio. Exemplo citado por Marx (2017, p. 198):

I. $80c + 20v + 20m$; taxa de lucro = 20%; preço do produto = 120; valor = 120

II. $90c + 10v + 10m$; taxa de lucro = 20%; preço do produto = 120; valor = 110

III. $70C + 30v + 30m$; taxa de lucro = 20%; preço do produto = 120; valor = 130

Nesse exemplo, a variação se dá pela quantidade de meios de produção posta em movimento por determinada quantidade de trabalho, ou seja, por determinado número de trabalhadores com dada jornada de trabalho, e pequena a quantidade de trabalho requerida para determinada quantidade de meios de produção. Assim, nas mercadorias produzidas pelo capital II, o valor seria inferior ao preço de produção; no caso das mercadorias produzidas pelo capital III, o preço de produção seria menor que o valor; apenas no caso do capital I, a composição é a mesma da média social, o valor e o preço de produção seriam iguais.

Já no preço de produção constatamos transferências de valores das economias dependentes para os centros, pois as economias que colocam em movimento mais trabalho vivo – trabalhadores assalariados – geram valores superiores (capital III) que são transferidos para aquelas que têm maior composição técnica – trabalho morto – ou seja, maior capital constante (capital II). Essa diferença de valores está contida no tempo de trabalho requerido para a produção da mercadoria, o que na produção que demanda menos tempo devido à alta composição orgânica do capital o valor da mercadoria é menor, e o oposto é verdadeiro.

As variações no tempo de trabalho requeridos para a produção das mercadorias e, assim, em seu valor aparecem agora, com relação ao preço de custo e, portanto, também ao preço de produção, como uma diferente distribuição do mesmo salário entre uma quantidade maior ou menor de mercadoria, segundo a quantidade maior ou

menor de mercadorias que se produzam no mesmo tempo de trabalho e pelo mesmo salário. O que o capitalista vê – e, por conseguinte, também o economista político – é que a parte do trabalho pago correspondente a cada peça de mercadoria *altera-se* com a produtividade do trabalho e, com ela, também o *valor da peça individual*; o que ele não vê é que esse é também o caso do trabalho não pago contido em cada peça, tanto menos porque o lucro médio, de fato, está determinado apenas acidentalmente pelo trabalho não pago absorvido em sua esfera. É somente nessa forma tão confusa e carente de sentido que se deixa entrever agora o fato de que o valor das mercadorias se determina pelo trabalho nelas contido (MARX, 2017, p. 205 – grifos nosso).

O preço de mercado é denominado da passagem do plano individual para o plano social, e é o preço pelos quais de fato são vendidas as mercadorias. Nos preços de custo e nos de produção, a demanda e oferta não afetam seus respectivos valores. No preço de mercado elas agirão de maneira a modificar o próprio fenômeno. Assim, crescendo a demanda, as mercadorias podem ser vendidas abaixo da média de um ramo particular, o valor de mercado tenderá a subir acima da média, e o preço de mercado igualmente tenderá a subir. O movimento se inverte se a demanda cair e as mercadorias produzidas em condições piores do que a média forem vendidas apenas parcialmente, trazendo para baixo os valores e os preços de mercado.

A concorrência entre os vários ramos, coordenada pelos preços de produção, pode-se prever que a taxa de lucro maior em certo ramo atrairá para eles capitais investidos nos outros, fazendo aumentar a oferta de suas mercadorias, de modo a forçar a baixa do preço de mercado, enquanto nos ramos abandonados os preços de mercado subirão (GRESPLAN, 2011, p. 8).

Os preços de mercado correspondem a desvios em relação aos preços de produção e às taxas médias de lucro de cada ramo e, conseqüentemente, são desvios em relação aos valores. A equalização age redistribuindo a mais-valia mediante os preços de produção, ocasionando a migração de uma lucratividade menor para outra maior, de acordo com a composição orgânica do capital.

Em se tratando de capitais de composição média ou próxima da média [economias centrais], o preço de produção coincide, total ou aproximadamente, com o valor, e o lucro, com o mais-valor por eles obtido. Todos os demais capitais [economias dependentes], qualquer que seja sua composição, tendem a, sob ação da concorrência, equalizar-se com os de composição média. Mas como os capitais de composição medial ou próxima da média correspondem total ou aproximadamente ao capital médio da sociedade, temos que todos os capitais, qualquer que seja o mais-valor por eles gerados e mediante os preços de suas mercadorias, tendem a realizar, em vez desse mais-valor, o lucro médio; isto é, tendem a realizar os preços de produção

(MARX, 2017, p. 208 – colchetes nosso).

As economias que não correspondem a composição média das economias centrais conseguem equalizar seus lucros mediante a *superexploração da força de trabalho*, pois sua composição orgânica do capital é baixa, impossibilitando seu produto de competir com os preços mercado via capital fixo.

O fato de que capitais que movimentam quantidades desiguais de trabalho vivo produzam quantidades desiguais de mais-valor pressupõe, ao menos até certo ponto, que o grau de exploração do trabalho ou a taxa de mais-valor sejam os mesmos, ou que as diferenças neles contidas se considerem equalizadas por causas reais ou imaginárias (convencionais) de compensação. Isso pressupõe a concorrência entre os trabalhadores e a equalização mediante sua constante migração de uma esfera da produção a outra (Ibid., p. 209).

Os preços de mercado, assim como os preços de custo e de produção, têm como regente a lei do valor em que, independentemente do modo como estejam fixados ou regulados entre si os preços das diversas mercadorias, é o tempo de trabalho requerido para a produção da mesma que irá regular os preços. A lei do valor é o centro de gravitação em torno do qual os preços pairam. E o valor se distingue em valor individual e valor de mercado. No primeiro caso esse valor pode ficar abaixo do valor de mercado se o tempo de trabalho necessário para sua produção for menor do que o valor de mercado. Assim, o valor de mercado é o valor médio das mercadorias produzidas em que os valores individuais se buscam referenciar e que regulam os preços de mercado.

Contudo, quando a mercadoria cujo valor individual é inferior ao valor de mercado acontece a transgressão nas leis da troca, essa transgressão chama-se lucro extraordinário. Diz Marx:

Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, ou seja, ao valor medial da massa situada entre ambos os extremos, satisfaz a demanda habitual, as mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor de mercado realizam um mais-valor ou *lucro extraordinário*, ao passo que aquele cujo valor individual é superior ao valor de mercado não podem realizar uma parte do mais-valor nelas contido (Ibid., p. 213 – grifo nosso).

Marini constatou que o lucro extraordinário se constitui em uma forma de transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais por conta de uma maior produtividade do trabalho, já que, a última pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar os preços de mercado. Diz o autor:

É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode

apresentar preços de produção *inferiores* a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os *preços de mercado* que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um *lucro extraordinário*, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho (MARINI, 2011, p. 145 – grifos nosso).

Como são as economias centrais que determinam as inovações em sua grande maioria, são elas que deterão por um período a transferência de valor pelo lucro extraordinário. As inovações tecnológicas permitem ao capitalista individual baixar o valor individual da sua mercadoria e vendê-las a um preço abaixo dos seus concorrentes. Mas as inovações por si só não incrementam a massa total de mais-valia, não criam mais valor e sim mais produtos. A inovação só terá resultado para o valor na medida que reduzir o valor da força de trabalho, e para que isso ocorra, deverá incidir nos setores que produzem bens de consumo dos trabalhadores ou seus insumos. Como dissemos, com a redução do valor da força de trabalho obtém-se no interior da jornada de trabalho a redução do trabalho necessário e um aumento no trabalho excedente, conseqüentemente num aumento da taxa de mais-valia.

A mais-valia extraordinária ganha importância na América Latina, principalmente na fase conhecida como substituição de importação, pois passa a deslocar a esfera de realização do mercado externo para o mercado interno, combinando com exportação de máquinas dos centros devido ao tempo de rotação do capital fixo (transferência de tecnologia). Assim, o *novo anel da espiral*, a industrialização, se firma com a mais-valia extraordinária à equivalência dos preços de mercado aos preços de produção, tornando-se necessária a ampliação do mercado de produtos industriais. Segundo Marini (1979b, p.29), essa ampliação se dará através do estabelecimento de uma mais-valia extraordinária entre os ramos produtivos que ultrapassará o nivelamento dos preços de produção e favorecerá os seguimentos produtores de bens de consumo suntuários. O fundamento dessa mais-valia extraordinária estará no novo salto da composição técnica e orgânica do capital dos países dependentes, que será proporcionado pela redução do tempo de rotação do capital fixo (máquinas, etc.) nos países centrais e a disponibilização para a América Latina, mediante o investimento direto estrangeiro.

Essa forma de inserção baseada no lucro extraordinário para os produtos suntuários coloca outra característica das economias dependentes: os bens de consumo necessários ficam restrito em relação os bens de consumo suntuários. A produção voltada para os produtos suntuários (produtos luxuosos) barra o desenvolvimento do capital variável, aumentando o exército industrial de reserva e fundamentando o implemento da superexploração da força de

trabalho. Nessa linha, diz Martins:

Desenvolve-se um setor I**b**¹⁰⁴ nos mercados da AL, em cuja a captação de mais-valia extraordinária intersetorial implica uma baixa da taxa de lucro nos seguimentos produtores de bens de consumo necessários e nas pequenas empresas. Devido a esse tipo de inserção – consumo suntuário e uma economia monopólica – fundamenta-se na restrição ao capital variável (salário) introduzida na estrutura produtiva. A restrição ao capital variável manifesta-se no crescimento do exército industrial de reserva, que é impulsionado pelo forte aumento da produtividade associado às novas tecnologias, criando as bases para o avanço da superexploração (MARTINS, 2011, p. 295).

Em relação aos preços de mercado, a concorrência procura equalizar as taxas de lucro, fixando o preço de produção e criando um valor social. Se nos centros econômicos a inovação acirra a concorrência dos capitalistas pela busca do lucro extraordinário, nas economias dependentes essa concorrência se transforma em monopólio, e agirá pelo lado dos trabalhadores ao transferir tecnologia poupadora de mão-de-obra, jogando trabalhadores empregados contra os desempregados e aumentando o exército industrial de reserva. Os limites para a manutenção da mais-valia extraordinária no setor I**b**, numa economia regulada pela superexploração, surgem mais pelo lado da demanda do que pela via de estrangulamentos produtivos (encarecimentos, escassez, etc.) provocados por diferenças de dinamismo tecnológico com o setor I**a**, que é dedicado à produção de bens que consomem a força de trabalho e de insumos.

Assim, a mais-valia extraordinária permite ao capitalista individual e aos ramos ligados ao consumo suntuário desvalorizarem individualmente suas mercadorias em ritmo superior ao crescimento da massa de seu capital, viabilizando um recurso superior à produtividade do trabalho quando do nivelamento das taxas de lucro. Os efeitos dessa valorização será a perda da massa de mais-valia gerada. Com isso, os preços de produção serão fixados abaixo do valor de suas mercadorias, e que para ser compensados, exigem que os preços da força de trabalho fiquem abaixo de seu valor.

Se a oferta e a demanda agem na quantidade de mercadorias produzidas divergindo o preço de mercado com o valor de mercado, as economias que conseguem produzir quantidades superiores de mercadorias aumentando sua massa, além de extrair um lucro extraordinário momentaneamente, determinam o preço de mercado. Determinando os preços de mercado

104 Em relação aos setores e subsetores, Marini diz: “Desde o ponto de vista estritamente econômico é, pois, esta particularidade a que leva a Marx a estabelecer os dois grandes setores da produção: meios de produção (I) e meios de consumo (II); a distinguir neste último dois subsetores: meios de consumo necessário (I**a**), que se destinam ao consumo dos trabalhadores, e meios de consumo de luxo (I**b**), que a classe capitalista compra ao gastar sua mais valia como renda e não como capital, quer dizer, ao atender a seu consumo individual.” *Plusvalia extraordinária y acumulación de capital* (1979) – tradução nossa.

determinam também as trocas e, conseqüentemente, transferem lucros para as economias centrais em detrimento da baixa composição orgânica do capital nas economias dependentes.

Contudo, a relação entre a oferta e a demanda só explica as divergências dos preços de mercado em relação aos valores de mercado e a tendência à anulação dessa divergência. É o valor de mercado que irá determinar a oferta e a demanda, ou seja, não é o consumo individual que resulta da demanda que forçará a queda dos preços e sim a massa de mercadoria. Diz Marx:

Se, por um lado, a oferta e a demanda determinam o preço de mercado, por outro lado é o preço de mercado e, em última análise, o valor de mercado que determinam a oferta e a demanda. No caso da demanda, isso é evidente, já que esta se move em sentido contrário ao preço, aumentando quando ele diminui, e vice-versa (Ibid., p. 225).

A oferta e a demanda pressupõem a transformação do valor em valor de mercado. Essa transformação não é somente formal do valor das mercadorias em preços, trata-se das divergências quantitativas determinadas dos preços de mercado com relação aos valores de mercado e com a relação aos preços de produção. Tal transformação também faz migrar o capital de uma esfera menos lucrativa para outra mais lucrativa, até constituir-se um lucro médio nas diversas esferas de produção e os valores se transformarem-se em preços de produção.

E o lucro médio constituído forçará que os capitalistas busquem ultrapassá-lo para poder obter um lucro acima da média. E esse lucro extraordinário surgirá mediante a redução do salário a um nível abaixo da média – no caso das economias dependentes – ou, em virtude de uma produtividade inédita que faça aumentar a quantidade de valores de uso – nos casos das economias centrais.

O interesse especial que atrai um capitalista ou o capital de determinada esfera de produção à *exploração dos trabalhadores* por ele diretamente ocupados limita-se ao fato de que, seja mediante um *excesso excepcional* de trabalho [superexploração], seja mediante a *redução do salário a um nível abaixo da média* [superexploração], ou em virtude de uma produtividade excepcional no trabalho empregado [exploração], ele possa obter um *ganho extraordinário*, um lucro que ultrapasse o lucro médio (MARX, 2017, p. 232 – colchetes e grifos nossos).

O capital passa a migrar para as economias dependentes, seja na forma dinheiro ou máquinas com esse interesse da busca de burlar o lucro médio; isso implicará para essas economias uma troca desigual entre valor e preço da força de trabalho, ou seja, uma troca desigual entre o salário que o trabalhador recebe e o lucro que ele produz.

Em relação aos movimentos dos salários, os mesmos alteram os preços de produção, principalmente em se tratando das economias com baixa composição, aumentando o preço de produção ao aumentar o salário. O oposto acontece com as economias de alta composição, em que os preços de produção da mercadoria diminuem, embora não na mesma proporção do lucro. Provavelmente por isso é que os salários dos trabalhadores das economias centrais adentram na esfera do consumo interno – consumo popular – e nas economias dependentes os salários não dependem da capacidade interna para sua realização, ocorrendo a separação entre a produção e a circulação, e os salários são regulados para serem de subsistência. Diz Marini:

A base real sobre a qual se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a *separação* dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a *produção* e a *circulação* de mercadorias –, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2011, p. 155 – grifos nosso).

Nas economias regidas pela *superexploração da força de trabalho*, estabelece-se uma separação entre a expansão da circulação da massa de mercadorias ligadas às inovações tecnológicas e a circulação de mercadorias ligadas à reprodução da força de trabalho. Assim, as inovações passam a vincular-se à produção de mercadorias que não se destinam à reprodução da força de trabalho (consumo suntuário nos países dependentes), e quando se associam à produção de mercadorias destinada à reprodução da força de trabalho, o fazem marginalmente.

Nas economias centrais, o consumo individual dos trabalhadores representa um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas. Nas economias dependentes, a separação entre a circulação e a produção não permite que o consumo individual se estabeleça da mesma forma que nas economias centrais, e a realização se dá basicamente no âmbito do mercado externo, que Marini caracterizou de *Subimperialismo*. Quando o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, a tendência do sistema dependente é a de superexplorar ao máximo a força de trabalho, sem se preocupar em criar condições para que este reponha os gastos de calorías. Assim, para as economias dependentes,

o fundo de consumo do operário se torna fundo de acumulação do capital¹⁰⁵.

3.1.4 – A divergência entre preço e valor e a superexploração

Descrevemos até o presente momento a formação do valor e sua expressão nos preços de custos, de produção e de mercado e a consequência dessa formação nas economias dependentes. Baseando-se no livro III d'O Capital de Marx, Marini contribuiu para esclarecer a forma de circulação da lei do valor na economia dependente. Nesse subcapítulo demonstraremos, de forma aproximada, a divergência entre valor e preço com os mecanismos da superexploração da força de trabalho: prolongamento da jornada, aumento da intensidade e pagamento salário abaixo do valor¹⁰⁶.

Como foi exposto na seção anterior, o preço da força de trabalho gravita em torno do valor, tendo suas variações a depender da relação entre a demanda e a oferta da força de trabalho. Reiteramos que o valor da força de trabalho é determinado independentemente dessas duas variáveis.

Prolongamento da jornada

Em relação ao valor novo produzido, o mesmo cresce proporcionalmente ao prolongar a jornada – supondo constante a intensidade – pois o tempo de trabalho necessário gasto é maior. Porém, se a produtividade permanecer constante, o valor permanecerá inalterado. Como o valor tem sua variação apenas com a variação dos meios de subsistência (bens-salários), com o aumento da jornada de trabalho incrementa-se a massa de mais-valia. Nessa mesma linha, diz Marx:

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho *pode cair abaixo* de seu valor, embora nominalmente se mantenha igual, ou mesmo suba (MARX,

105 Caberia um estudo aprofundado sobre a forma de arrecadação dos impostos nas economias dependentes, que em sua maioria se dá sobre o consumo de bens-salários (produtos básicos) e nas economias centrais a tributação se fixam em rendas, produção e patrimônio. “De acordo com a OCDE, os impostos sobre o consumo no Chile equivalem a cerca de 52% da arrecadação; no Japão, 18%; no México, 54%, e nos Estados Unidos, cerca de 17%. Na Dinamarca, por exemplo, a taxa sobre a renda é a maior entre os países pesquisados e chega a aproximadamente 63%”. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-09/tributacao-sobre-consumo-sustentou-arrecadacao-publica-em-2015>, acessado em 09/09/2017.

106 Indicamos para aprofundamento dessa temática o brilhante trabalho de Elizeu Serra de Araujo, com o título *As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007*, tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (2011). <https://tede.ufma.br/jspui/bitstream/tede/772/1/Tese%20Eliseu%20Serra%20de%20Araujo.pdf>, acessado em 23/03/2017.

2013, p. 594 – grifos nosso).

No entanto, ao desgastar a força de trabalho com o prolongamento mantendo-se o mesmo consumo calórico altera-se o valor dessa mercadoria.

Se na fração *valor diário da força de trabalho/jornada de trabalho* aumentar o denominador, o numerador aumentará ainda mais rapidamente. O valor da força de trabalho aumenta de acordo com seu desgaste, isto é, com a duração de seu funcionamento e de modo proporcionalmente mais acelerado do que o incremento da duração de seu funcionamento (MARX, 2013, p. 616).

Se o aumento salarial não acompanhar o desgaste da força de trabalho ocorrerá uma divergência entre o preço pago e o valor. Assim, o “capitalista paga o valor da força de trabalho – ou seu preço, *divergente* de seu valor – e recebe em troca o direito de dispor da força viva de trabalho” (*Ibid.*, p. 602 – grifo nosso). Como demonstra a tabela 2:

Em caso de prolongamento da jornada:

	JT	Valor novo	Valor FT	TN (1)	Preço FT	TN (2)	m.	TE	M'
	8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
1	10h	75	30	4h	30	4h	45	6h	1,5
2	10h	75	37,50	5h	36	4,80h	39	5,20h	1,08

JT: jornada de trabalho; FT: força de trabalho; TN: trabalho necessário; TE: trabalho excedente; m: mais valia; m': taxa de mais valia. (1) Correspondente ao valor da força de trabalho. (2) Correspondente ao preço da força de trabalhos (*apud*, ARAUJO, 2011, p. 168).

A jornada de trabalho é inicialmente fixada em 8 horas, e o valor novo produzido (soma do capital variável com a mais-valia) de \$60. O valor da força de trabalho é igual a \$30, ou o trabalho necessário igual a 4 horas. A taxa de mais-valia é de 100%. Em um aumento da jornada de 10 horas, mantendo constante a intensidade, elevaria o valor novo produzido para \$75. Em relação ao valor da força de trabalho, na situação 1, ele permanece inalterado, indicando que a quantidade de bens necessários permanece constante. O preço da força de trabalho, igualmente ao valor, mantém-se constante, refletindo o suposto de Marx de correspondência entre preço e valor. A taxa de mais-valia eleva-se a 150%. Na situação 2, o valor da força de trabalho aumenta proporcionalmente ao aumento da jornada (25%), situando-se em \$37,50. Diferentemente da situação 1, o preço da força de trabalho também aumenta, ainda que em menor proporção que seu valor. Assim ocorre uma piora nas condições de vida do trabalhador, já que o mesmo não irá repor a totalidade de sua subsistência com o valor novo. Nas economias dependentes, ao prolongar a força de trabalho acentua-se o seu desgaste, impedindo sua reprodução a longo prazo, enquanto que a curto prazo a reproduz de maneira

atrofiada (Cf. ARAUJO, 2011, p. 143).

Aumento da intensidade do trabalho

O processo de intensificação foi a reação do capital à luta dos trabalhadores pela imposição de limites à jornada de trabalho¹⁰⁷. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto “de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora” (MARX, 2013, p. 370). Continua Marx:

[...] a redução forçada da jornada de trabalho (...) impõe maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho (...). Essa compressão de uma massa maior de trabalho num dado período de tempo mostra-se, agora, como ela é: uma quantidade maior de trabalho. Ao lado da medida do tempo de trabalho como “grandeza extensiva” apresenta-se agora a medida de seu grau de condensação. A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas encerra tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas (*Ibid.*, p. 483).

A intensificação do trabalho permite o aumento do valor global produzido em um tempo dado, enquanto o aumento da produtividade deixa inalterado o valor novo produzido. Como forma de incrementar a mais-valia, a intensificação do trabalho opera de forma semelhante ao aumento da produtividade; isto é, permite o encurtamento do tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, a ampliação do tempo de mais-trabalho.

A jornada mais intensa permite que no mesmo espaço de tempo se produza mais-valor ou, o que dá no mesmo, que determinada magnitude de valor se produza no tempo menor. Para melhor visualização, retomemos parte do quadro anterior:

Tabela 3

JT	Valor novo	Valor FT	TN	m.	TE	M'
8h	60	30	4h	30	4h	1,0
8h	75	30	3,20	45	4,80h	1,5

Na tabela a jornada foi fixada em 8 horas e o valor novo nela produzido é de \$60. Se o valor da força de trabalho é de \$30, o trabalho necessário corresponde a 4 horas, assim como o mais-trabalho. A taxa de mais valia é, portanto, de 100%. Se for possível estender a jornada

107 A proposta de uma jornada de trabalho de 8h diária foi levantada como bandeira da Associação Internacional dos Trabalhadores (1º Internacional), no Congresso de 1866 (O Capital, 2013, p. 372/73). Marx cita o Congresso dos Trabalhadores em Boltmore no Estados Unidos usando a mesma bandeira (*Ibid.*, p. 372n).

em termos absolutos, um aumento da intensidade do trabalho permitiria que, nas mesmas 8 horas, se produzisse um valor novo, digamos, 25% maior, ou seja, de \$75. Para reproduzir o equivalente ao valor de sua força de trabalho (\$30), o trabalhador necessitaria agora, em vez de 4 horas, de apenas 3,20 horas (3 horas e 12 minutos). O mais-trabalho passaria a 4,80 horas (4 horas e 80 minutos), correspondendo a \$45. A taxa de mais valia iria para 150% (Cf. ARAUJO, 2015, p. 11).

Com a intensificação, o valor da força de trabalho mantém-se inalterado (\$30) enquanto o trabalho necessário se reduz. Devido ao seu efeito de redução do tempo de trabalho necessário, a intensificação passa a ser um método de produção de mais-valia relativa também. Marini, no texto “*As razões do neodesenvolvimentismo*” (2000, p.191), chama atenção para a necessidade de não se identificar superexploração somente com mais-valia absoluta.

Contudo, com o aumento do grau de intensidade ocorre um maior desgaste da força de trabalho, pois a mesma requer aumento do volume dos meios de subsistência necessários para repor esse desgaste. O resultado disso é um aumento do valor da força de trabalho. Esse aumento pode prejudicar a reprodução da força de trabalho caso o preço não acompanhe esse valor.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios habitualmente necessários à subsistência do trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, embora sua forma possa variar, é dada numa certa época de determinada sociedade e, portanto, deve ser tratada como uma grandeza constante. O que varia é o valor dessa massa (MARX, 2013, p. 587).

Com o aumento da produtividade a diferença entre o valor e o preço se acentua. O preço caindo em relação ao seu valor, cria-se um abismo entre as condições de vida do trabalhador que precisa repor o desgaste do trabalho e as condições de vida do capitalista, que está pronto para explorá-lo.

Com o aumento da força produtiva do trabalho, o preço da força de trabalho poderia cair continuamente, acompanhado de um crescimento simultâneo e contínuo da massa dos meios de subsistência do trabalhador. Relativamente, porém, isto é, comparado com o mais-valor, o valor da força de trabalho diminuiria continuamente, ampliando, assim, o abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista (MARX, 2013, p. 590).

Como vimos, tanto no caso da intensidade do trabalho como no aumento da jornada, pode ocorrer que o aumento do salário não acompanhe o crescimento do valor da força de trabalho. Vejamos na tabela abaixo as variações do movimento do valor e do preço da força de

trabalho em consequência de aumento da intensidade:

Tabela 4

	JT	Valor novo	Valor FT	TN (1)	Preço da FT	TN (2)	m.	TE	M'
	8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
1	8h	75	30	3,20h	30	3,20h	45	4,80h	1,5
2	8h	75	37,50	4h	36	3,84	39	4,16h	1,08

(1) Correspondente ao valor da força de trabalho. (2) Correspondente ao preço da força de trabalho. (apud, ARAUJO, 2011, p. 168).

Na situação 1, o valor da força de trabalho permanece inalterado (o que indica que a quantidade de bens necessários permanece constante). O preço da força de trabalho também permanece inalterado. Na situação 2, o valor da força de trabalho aumenta proporcionalmente ao aumento da intensidade, refletindo no aumento do valor novo produzido, de 25%. O preço da força de trabalho também aumenta, mas em menor proporção que seu valor, configurando uma superexploração da força de trabalho.

Acreditamos que em uma economia dependente, com o prolongamento da jornada, o preço da força de trabalho mantém em queda de maneira sistemática, e nas economias centrais essa queda é um caso de exceção.

Redução do salário

Se o valor dos meios de subsistência permanecer constante, permanece constante também o valor da força de trabalho. Nesse caso, uma redução do salário real implicará um aumento proporcional da mais-valia.

Tabela 5

JT	Valor novo	Valor FT	TN (1)	Preço FT	TN (2)	m.	TE	m.'
8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
8h	60	30	4h	24	3,20h	36	4,80h	1,5

(1) Correspondente ao valor da força de trabalho. (2) Correspondente ao preço da força de trabalho (apud, ARAUJO, 2011, p. 168).

O preço da força de trabalho, inicialmente igual a \$30, é reduzido para \$24. Na situação descrita no quadro, o trabalhador necessita de menos tempo para produzir o equivalente ao seu salário (3,20h em vez de 4h). Contudo, tal redução do tempo de trabalho necessário não se deve a um aumento da produtividade, e sim à redução do salário real, pois o novo salário reduzido permite dispor de uma quantidade menor de meios de subsistência.

Marini (2000, p. 124) diz que esse fenômeno não deve ser interpretado como forma de produção de mais-valia absoluta, pois as duas partes da jornada de trabalho são afetadas, e não apenas o tempo de trabalho excedente. Diz Marx:

É um fato geralmente conhecido que, quanto mais longa é a jornada de trabalho num ramo da indústria, mais baixo é o salário. [...] o prolongamento do tempo de trabalho produz, por sua vez, uma queda no preço do trabalho e, por conseguinte, no salário diário ou semanal [...] A concorrência que assim se produz entre os trabalhadores permite ao capitalista comprimir o preço do trabalho, enquanto, por outro lado, o preço decrescente do trabalho lhe permite aumentar ainda mais o tempo de trabalho (MARX, 2013, p. 618/19).

Como lembra Marx, a participação individual dos capitalistas no mercado está em relação direta com a queda do preço da mercadoria. Nessa luta, os capitalistas recorrem não apenas a métodos que levam a redução do valor da força de trabalho, e também mediante a diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho.

A compressão do salário tem um papel primordial no movimento da acumulação de capital:

A redução forçada do salário abaixo [do valor da força de trabalho] [...] transforma, de fato, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital¹⁰⁸, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000, p. 124 – colchetes nossos).

Os mecanismos de superexploração levam a uma piora no nível de vida da classe trabalhadora por ter o preço sempre abaixo do valor da força de trabalho. O capital não se vê prejudicado com a reprodução da força de trabalho devido à expansão do exército industrial de reserva. Este exército industrial, nas economias dependentes, reduz a capacidade dos trabalhadores de obter êxito em suas reivindicações nas reposições salariais e que ao menos compense o maior desgaste de sua força de trabalho.

Essa tendência do exército de reserva explica o porquê a reprodução do capital nas economias dependentes em vez de basear-se principalmente no aumento da produtividade do trabalho e na consequente redução do valor da força de trabalho – a mais valia relativa clássica – continua baseada largamente em modalidades regressivas de exploração. A conformação de um salário que, em média, situa-se abaixo do valor da força de trabalho desestimula o capital a recorrer ao uso de maquinaria em larga escala, reduzindo o campo para o aumento da

108 Marini citando Marx, O capital, livro I (2013, p. 675).

produtividade do trabalho. Diz Marini:

Assim, ao cair o salário abaixo do valor da força de trabalho (ou ao aumentar a brecha entre ambos), observamos que o operário não tende simplesmente a reduzir a atenção de suas necessidades sociais, para assegurar suas necessidades de subsistência, mas trata de obter um difícil equilíbrio, que lhe permita atender aos dois. [...], as necessidades sociais são tão fundamentais como as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho e o próprio desenvolvimento das forças produtivas (MARINI, 2000, p. 220).

Mesmo que o trabalhador se veja em melhores condições de trabalho, apesar da deterioração do salário real, não significa que não haja superexploração. Pelo contrário; comparando o poder de compra que os aumentos salariais proporcionam, ele é inferior quando surgem as leis trabalhistas e se deteriora cada ano que passa, deixando visível a diferença entre o valor e o preço de sua força de trabalho. Continua Marini:

Resumindo: é possível afirmar que, *apesar da deterioração do salário real*, o operário viu *aumentar o valor de sua força de trabalho*, tornando ainda mais dramática a brecha crescente entre esse valor e a quantia real que recebe. O problema que a classe operária brasileira terá que resolver, no marco da presente ascensão de suas lutas não consiste, então, somente em recuperar o nível de seu salário real de vinte anos atrás. Ao contrário, os trabalhadores teriam que conseguir aumentos salariais *que superem* esse nível, para assegurar uma remuneração que esteja de acordo com o valor *atual* de sua força de trabalho (Ibid., p. 220 – grifos do autor).

3.2 – Os mecanismos de transferência intrassetorial/intersectorial e a ação da superexploração

Como foi dito anteriormente, o sistema capitalista tem como tendência a produtividade sempre crescente, ou seja, a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável crescente, tendo como consequência o crescimento do exército industrial de reserva. Essa formação do exército industrial passa a ser a alavanca na acumulação.

Significa dizer que, quando ocorre um incremento na composição do capital (é tendência do capitalismo), deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo, ao invés de ocorrer uma expansão nos níveis de contratação de trabalhadores, que possam ser incluídos no processo produtivo, operando os novos meios de produção e acrescentados neste mesmo processo. Então, amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos e a contratação de trabalhadores não acompanha esta ampliação (AMARAL, 2009,

p. 223).

A concorrência se dá na expansão do exército industrial de reserva entre os trabalhadores; e entre os capitalistas a concorrência firma-se com a introdução do lucro extra e entre concorrência intrasetorial (dentro do mesmo setor), concorrência intersetorial (entre setores distintos), ambos articulando com a tendência à queda da taxa de lucro.

Para melhor compreensão das transferências intra e inter nos distintos setores, usaremos três fábricas com produtividade diferentes – tempo de trabalho socialmente necessário – e produzindo a mesma mercadoria, com um tempo médio de 6 horas – média de tempo gasto por todas empresas do mesmo setor¹⁰⁹.

A empresa A produz um valor em 4 horas, por isso é uma empresa produtiva pois produz abaixo da média, apropriando-se de 2 horas de valor extra. A empresa B produz exatamente de acordo com a média do setor – 6 horas – e não se apropria da mais-valia na sua forma de mais-valia extraordinária. E a empresa C produz um valor em 8 horas, é a menos produtiva, pois perde 2 horas para produzir em relação à média do valor de mercado (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 218).

A busca pelo lucro extra é a primeira lei geral do processo de produção em que as empresas procuram aumentar sua produtividade, ocasionando-se na queda do valor médio das mercadorias e a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes ao setor.

Com o mesmo exemplo, mas com empresas localizadas em diferentes países: a empresa A pertencente às economias centrais e empresa C pertencente aos países dependentes. As economias dependentes produzem mais valor, já que seu tempo de trabalho necessário é maior e utilizam mais trabalho vivo no processo produtivo. As economias centrais, por possuir alta composição orgânica do capital e, conseqüentemente menos força de trabalho, geram menor valor. Diz Marx:

No país europeu, valor do produto = $84c + 16v + 16m = 116$; taxa de lucro = $16/100 = 16\%$. No país asiático, valor produto = $16c + 84v + 21m = 121$; taxa de lucro = $21/100 = 21\%$. A taxa de lucro no país asiático é, portanto, mais de 25% maior que no país europeu, apesar de que, naquele, a taxa de mais-valor seja quatro vezes menor que neste (MARX, 2017, p. 185).

Nos países dependentes, apesar de produzir mais valor, ele não é apropriado pelos mesmos, pois seu tempo de trabalho socialmente necessário é alto; suas mercadorias não estão abaixo do valor de mercado. O contrário acontece com os países do centro pois conseguem

¹⁰⁹ Nosso trabalho seguiu o exemplo dado por Amaral e Carcanholo no artigo *A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes* (2009).

reduzir seu tempo de trabalho necessário abaixo da média do setor. Aqui vemos transferências de valores sendo constantemente apropriadas pelas economias que possuem capacidade tecnológica superior à do restante das economias.

A concorrência intersetorial tem a ação da transformação dos valores em preços de produção, conforme foi exposto nos subcapítulos anteriores. Usando o mesmo exemplo das empresas (capital total de 100 unidades), aquela com maior produtividade – empresa A – tem a massa de capital constante investido superior à massa de capital variável (60c e 40v), ou dito de outra forma, o gasto com matéria-prima é superior do que o gasto com a força de trabalho, de modo que a composição orgânica do capital (c/v) é mais elevada. Já na empresa C – baixa produtividade – a massa de capital constante é inferior à massa de capital variável (40c e 60v), de tal forma que o uso da força de trabalho supera o gasto com matéria-prima. Como o valor depende do quanto de trabalho vivo o capital consegue pôr em movimento, a empresa A (mais produtiva) é a que produz menor valor. A empresa C (menos produtiva) gera mais valor, pois utiliza mais força de trabalho, gerando uma massa de mais-valia superior.

Importante diferenciar a taxa de lucro e taxa de mais-valia. A primeira é o mais-valor em consideração ao todo do capital empregado (capital variável + capital constante), e a taxa de mais-valia é o emprego do trabalho vivo (capital variável) na produção. Conforme aponta Marx:

Como já indicamos, a taxa de lucro (l') é a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado, ao passo que a taxa de mais-valor é a proporção entre o mais-valor e a parte meramente variável desse capital (MARX, 2013, p. 591).

As empresas usadas no exemplo empregam um mesmo capital de 100 unidades, as variações na taxa de lucro individualmente para cada uma delas acompanham as modificações ocorridas em termos da mais-valia produzidas, de modo que aquelas mais produtivas têm taxas de lucros mais baixas e vice-versa, como apontado anteriormente. É essa diferenciação na taxa de lucro que passa a estimular a concorrência entre os setores, em que capitais mais produtivos (empresa A) se transferem para ramos de maior taxa de lucro (empresa C). Se a taxa de lucro é mais alta num ramo de produção que nos demais, os capitais dos outros ramos tenderão a segui-lo, competindo com os mesmos e baixando a taxa de lucro. Aqui acontece o fenômeno que apontamos nos subcapítulos anteriores: a equalização. Forma-se assim, pela equalização, uma taxa média de lucro entre os vários ramos da produção, que servirá de referência para a avaliação da lucratividade de cada capital individual.

Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico

(dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 220).

Nas economias dependentes – caso do Brasil especificamente – o progresso técnico é inserido pelo capital individual pertencente ou vinculado de forma direta ou indireta ao setor produtor de bens de consumo suntuoso, pois o setor de bens-salários não tem capacidade de sustentar o progresso técnico incorporado. Como a tecnologia é maior nos setores que produzem bens suntuosos nas economias dependentes, os capitais responsáveis pela produtividade no setor produtor de bens salários é inferior, e com isso, a capacidade produtiva desses bens é insuficiente para repor as necessidades dos trabalhadores a um preço acessível.

É por isso que a transferência inter/intra setores entre aqueles que produzem bens suntuosos é mais rentável do que aqueles que produzem bens-salários, pois a produtividade adentra nos bens luxuosos e quando a mesma entra no consumo do trabalhador é para depreciar o valor da força de trabalho que produz os bens suntuosos. Ou seja, os insumos dos produtores de bens-salários são depreciados e desvalorizados como consequência imediata da ampliação na produtividade, da concorrência e do nivelamento da taxa de lucro entre os capitais neste setor. Assim, faz-se romper a queda na taxa de lucro no setor de produtor de bens luxuosos; quando cai o valor dos bens-salários cai também o valor da força de trabalho empregada no setor de bens suntuosos, pois a reprodução dos trabalhadores torna-se mais barata.

Assim aumenta a mais valia relativa no setor de bens luxuosos, em detrimento ao setor de composição orgânica mais baixa (bens-salários), que sofre perda de mais valia absoluta. Isto conduz a uma situação na qual seus preços são fixados abaixo do valor de suas mercadorias e para a qual a única possibilidade de compensação é a de que os preços da força de trabalho sejam também fixados abaixo de seu valor. Assim, a perda de mais valia absoluta no setor produtor de bens-salário só pode ser compensada pela exploração do trabalho justamente por conta dos encadeamentos que se dão a partir dos níveis de concorrência, especialmente a concorrência que se dá entre setores distintos de produção (Ibid., p. 221).

3.3 – A luta de classes como equiparação do preço ao valor

Para Marx (2006), a influência da luta de classes se dá em torno da fixação do preço da força de trabalho, o que não ocorre em relação ao seu valor. Assim, por um lado, o aumento do preço da força de trabalho não é automática: ele vai depender da luta dos trabalhadores.

As variações no valor da força de trabalho podem ocorrer em relação à sua

produtividade, ao aumento da jornada de trabalho, ao prolongamento da mesma e à intensidade do trabalho, conforme foi apontado por Marini (2011).

No primeiro caso – da variação no valor decorrente da variação da produtividade – se ocorrer uma diminuição da produtividade:

Mas, vamos supor, agora, que, em consequência de uma diminuição da produtividade, seja necessário mais trabalho para produzir, digamos, a mesma quantidade de produtos agrícolas, de tal forma que o preço dos artigos diariamente necessários suba de 3 para 4 xelins. Neste caso, o valor do trabalho aumentaria de 1/3, ou seja, de 33,3%. Para produzir o equivalente ao sustento diário do trabalhador, dentro do padrão de vida anterior, seriam necessárias 8 horas de jornada de trabalho. Logo, o sobretabalho diminuiria de 6 para 4 horas [...]. O trabalhador que, nessas condições, pedisse um aumento de salário estaria apenas exigindo o pagamento do valor de seu trabalho aumentado [...]. E se os salários não sobem, ou não sobem na proporção suficiente para compensar o aumento do valor dos artigos de primeira necessidade, o preço do trabalho cairá para um valor abaixo do valor do trabalho e o padrão de vida do trabalhador será pior (MARX, 2006, p. 125-126).

Se aumentar a produtividade:

Com a elevação da produtividade do trabalho, pode acontecer que a mesma quantidade média de artigos de primeira necessidade, consumidos diariamente, baixe de 3 para 2 xelins, ou que, em vez de 6 horas de jornada de trabalho, sejam necessárias apenas 4 horas para produzir o equivalente do valor dos artigos de primeira necessidade consumidos num dia. O operário poderia, então, comprar por 2 xelins exatamente os mesmos artigos de primeira necessidade que antes lhe custavam 3 xelins. Na realidade, o valor do trabalho diminuiria, mas esse valor diminuído compraria a mesma quantidade de mercadorias que antes. [...] Ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse sendo o mesmo, seu salário relativo e, portanto, a sua posição social relativa, comparada com a do capitalista, teria piorado. Opondo-se a essa redução de seu salário relativo, o trabalhador estaria apenas lutando para obter uma parte do acréscimo das forças produtivas do seu próprio trabalho e para manter a sua antiga situação relativa na escala social (Ibid., p. 126-127).

Como vimos, o aumento da produtividade demarca o novo limite mínimo do preço da força de trabalho. Para acompanhar o seu preço em relação ao seu valor a luta dos trabalhadores é fundamental para neutralizar o peso da pressão do capital. A variação do valor sobre a produtividade é independente da luta de classes, mas é fundamental que os trabalhadores lutem para barrar a violação da variação do preço da força de trabalho.

Se, por exemplo, em decorrência do aumento da força produtiva do trabalho, o valor da força de trabalho cai de 4 para 3 xelins, ou o tempo de trabalho necessário, de 8

para 6 horas, o preço da força de trabalho só poderia cair para 3 xelins e 8 pence, 3 xelins e 6 pence, 3 xelins e 2 pence etc., ao passo que o mais-valor só poderia aumentar para 3 xelins e 4 pence, 3 xelins e 6 pence, 3 xelins e 10 pence etc. O *grau da queda*, cujo limite mínimo são 3 xelins, *depende do peso relativo que*, de um lado, *a pressão do capital*, de outro, *a resistência do trabalhador exercem no prato da balança* (MARX, 2013, p. 590 – grifos nossos).

No segundo caso – aumento do valor da força de trabalho decorrente do aumento da jornada – a variação acontece pelo maior desgaste físico do trabalhador e o preço pago não é capaz de suprir esse desgaste. Diz Marx:

Ao vender a sua força de trabalho, o operário cede ao capitalista [...] o direito de empregar essa força, porém dentro de certos limites racionais. Vende a sua força de trabalho procurando conservá-la ílesa, salvo o natural desgaste, mas não para destruí-la. E como a vende pelo seu valor diário, ou semanal, subentende-se que, num dia ou numa semana, não vai submeter a sua força de trabalho a um uso, ou desgaste, de 2 dias ou 2 semanas. [...] Nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração racional, ou – quando não podem conseguir uma fixação legal da jornada normal de trabalho – nas tentativas para compensar o trabalho excessivo por aumento de salário, aumento que não basta estar em proporção com o sobretrabalho extorquido, mas deve, sim, estar numa proporção maior, os operários cumprem apenas um dever para com eles mesmos e com os trabalhadores em geral. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. [...] Pode acontecer que o capitalista, ao prolongar a jornada de trabalho, pague salários mais altos e que, ao mesmo tempo, o valor do trabalho diminua, se o aumento dos salários não corresponder à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho daí resultante (MARX, 2006, p. 130).

Na medida em que a magnitude do valor da força de trabalho é definida com base numa jornada de trabalho de duração normal, o prolongamento da jornada implica no aumento do valor da força de trabalho, de modo a compensar o maior desgaste dos trabalhadores. Assim, a luta dos trabalhadores será a de elevar o preço da força de trabalho ao seu novo valor.

E no terceiro caso – aumento do valor da força de trabalho decorrente do aumento da intensidade:

Mesmo com uma jornada de trabalho de limites determinados, como existe hoje em dia em todas as indústrias sujeitas à legislação sobre as fábricas, pode-se tornar necessário um aumento de salários, ainda que somente seja com o objetivo de manter o antigo nível do valor do trabalho. Pelo aumento da intensidade do trabalho, pode-se fazer um homem gastar em uma hora tanta força vital quanto antes gastaria [em] 2 horas. [...] Ao compensar essa tendência do capital pela luta por aumento de salário,

correspondente ao crescimento da intensidade do trabalho, o operário resiste à depreciação do seu trabalho e à degradação de sua classe (Ibid., p. 130/31).

Como exposto nesses trechos acima, o sentido preponderante da luta dos trabalhadores é, portanto, o de forçar que o preço da força de trabalho corresponda ao seu valor, luta que será assídua enquanto o modo de produção capitalista permanecer como sistema social. Contudo, a dimensão do exército industrial de reserva constitui uma base objetiva sobre a qual se desenvolve a ação dos trabalhadores em torno da fixação do nível dos salários, definindo a possibilidade de êxito em suas lutas por aumentos salariais ou contra a sua redução. Sobre isso, Mandel esclarece:

A coalizão operária, a supressão da concorrência entre operários, a negociação coletiva dos salários, a ação sindical, tudo isso visa, e última análise, a obter que, em média, a força de trabalho seja vendida ao seu valor, e não abaixo deste. Mas as possibilidades objetivas de uma ação sindical bem sucedida dependem, por sua vez, da relativa amplidão do exército de reserva industrial [...]. (MANDEL, 1982, p. 154).

A luta da classe trabalhadora nas condições da acumulação de capital e da conseqüente evolução do exército industrial de reserva torna-se fundamental em relação à evolução do preço da força de trabalho.

No livro *O capitalismo tardio* (1982), Mandel elabora a premissa de que a luta de classes tem a capacidade de influenciar no próprio valor da força de trabalho, e que o elemento “variável” no valor da força de trabalho é o elemento moral ou histórico, e que a possibilidade de ampliação ou redução de necessidades do último tipo dependerá da flutuação do exército industrial de reserva e do nível alcançado pela luta de classes. Diz o autor:

No curto prazo esses salários flutuam em torno do valor da força de trabalho que pode ser considerado como dado, ou correspondente a um padrão médio de vida, aceito tanto pelo capital quanto pelo trabalho. No longo prazo, o valor da mercadoria força de trabalho, afastadas flutuações no valor das mercadorias precisas para satisfazer as necessidades básicas “normais” dos trabalhadores, pode aumentar se o proletariado, no processo de aguda luta de classes, conseguir incorporar novas necessidades aos padrões de vida aceitos como normais – ou diminuir, se a burguesia for bem sucedida na eliminação de necessidades antes consideradas como normais pelos “combatentes” (MANDEL, 1982, p. 110).

Marini percebeu essa questão importante da luta de classes para barrar a precarização dos preços da força de trabalho em relação aos valores.

[...] o conceito de valor da força de trabalho é a chave para a análise da luta de classes

entre trabalhadores e capitalistas, no plano econômico, os primeiros lutando por um salário que respeite esse valor, os segundos entendendo que “a gratuidade do trabalhador é um limite em sentido matemático, que nunca pode ser alcançado, embora se possa aproximar dele” (MARINI, 2000, p. 184 – aspas do autor parafraseando O capital, p. 675).

O preço da força de trabalho pode situar-se abaixo do seu valor, ocasionando maior acumulação em determinada fase do processo acumulativo, como ocorreu na Inglaterra no início do trabalho assalariado, em que, parte do fundo de consumo do trabalhador se converteu em fundo de acumulação de capital. Diz Marx:

Recordar-se-á que a taxa de mais-valor depende, em primeira instância, do grau de exploração da força de trabalho. A economia política confere tanta dignidade a esse papel que chega ocasionalmente a identificar a aceleração da acumulação que resulta do aumento da força produtiva do trabalho com sua aceleração derivada do aumento da exploração do trabalhador. Nas seções dedicadas à produção de mais-valor, partimos sempre do pressuposto de que o salário era pelo menos *igual* ao valor da força de trabalho. Mas a redução forçada do salário *abaixo* desse valor desempenha um papel importante demais no movimento prático para que não nos dediquemos a ela por um momento. De fato, ela transforma, dentro de certos limites, *o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital* (MARX, 2013, p. 675 – grifos nossos).

Contudo, por mais que a luta de classe faça os preços acompanharem ou não os valores, não existe uma correspondência direta entre a magnitude do valor de determinada mercadoria (quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção) e sua expressão no preço de mercado. Para Carcanholo (2013), o que se deve entender por correspondência entre valor e preço é:

Caso o preço de A realmente corresponda ao seu valor, seu produtor entra na circulação como possuidor de uma determinada magnitude de valor e sai dela com uma magnitude igual, depois de trocar sua mercadoria por dinheiro e, finalmente, este por outra mercadoria. Não ganhou nem perdeu. Se o preço de A fosse superior ao correspondente ao seu valor, ao sair da órbita do mercado, o produtor dessa mercadoria possuiria um valor maior que o inicial; mas somente ganharia na circulação por ter outro produtor perdido, entregando parte de sua posse ao primeiro (CARCANHOLO, 2013, p. 37).

Como demonstra o autor, no caso da mercadoria A ser inferior ao seu valor, seu produtor perderia na circulação parte do valor inicial, e no regime capitalista de produção, a correspondência entre os preços de mercado e os valores pode realmente ocorrer, a não ser por

casualidade e de forma transitória.

Nas economias dependentes, a subordinação dentro da divisão internacional do trabalho forçou seu desenvolvimento não no incremento da força produtiva do trabalho, e sim no mecanismo que incide no desvio do preço da força de trabalho em relação ao seu valor. Forma que Marini denominou *superexploração da força de trabalho*.

Esses mecanismos peculiares das economias dependentes consistiam, por um lado, no aumento extensivo e intensivo do trabalho e, por outro, na redução do salário abaixo do valor da força de trabalho. Assim, a divergência entre preço e valor resultaria do fato do aumento do valor da força de trabalho, associado ao aumento do volume de meios de subsistência necessários, não ser acompanhado de um aumento proporcional do salário. Essa característica das economias latino-americanas é um fenômeno permanente e não uma etapa histórica particular que seria superada com o desenvolvimento das forças produtivas.

3.4 – A ação da superexploração na aparência – o emprego e o salário

Para que o objeto da análise tenha relevância epistemológica é fundamental sua aparência no cotidiano e como sua verdade se mostra na prática da vida em sociedade. Aqui, o que chamamos de verdade prática segue a mesma orientação dos escritos de Marx sobre Feuerbach (tese 2), que diz:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica* (MARX, 2007, p. 533 – grifos do autor).

A categoria *superexploração da força de trabalho* se mostra na prática das economias dependentes em sua forma de precarização do trabalhador, seja mediante intensidade do trabalho, prolongamento e pagamento salarial abaixo do valor da força de trabalho ou combinando todos juntos. Ela tem sua projeção fenomênica na reprodução do trabalho. Assim, nesse subcapítulo, trabalharemos essas formas combinadas em alguns setores da indústria, a remuneração salarial desses setores e a consequência dessa prática à médio e longo prazo.

Um ponto inicial para a discussão da superexploração é a questão do *emprego*. É nessa perspectiva que a venda da força de trabalho se relaciona produtivamente com o capital. A questão do emprego contribui para esclarecer

o referente não só ao salário, como também aos métodos de produção de mais-valia e a organização da classe operária (MARINI, 2000, p. 200 – grifo nosso).

O espaço-tempo de análise será entre 2002 e 2010, pois entendemos que as práticas políticas desse período se mostram contraditórias em relação ao projeto levado à cabo pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Como já foi demonstrado ao longo do texto, a forma mais evidente de superexploração é o pagamento do trabalhador por baixo do valor da força de trabalho – ou a conversão de parcela do fundo de consumo do mesmo em fundo de acumulação do capital, que no linguajar do trabalhador é o arrocho salarial, a perda do poder de compra dos salários.

Durante o período do governo Lula muito se divulgou que o aumento do poder de compra do salário mínimo com relação ao preço da cesta básica mostrava que a classe trabalhadora estaria obtendo avanços em relação ao poder de compra. Criou-se também a subdivisão das frações de classe com metodologias que apontavam que uma grande maioria da classe trabalhadora consumia produtos que outrora era restrito a classe média. Com isso, forçou no imaginário popular que o Brasil era o país da classe média¹¹⁰. Porém, na essência, a prática se mostra totalmente diferente.

Tabela 6

Período	Salário mínimo	Reajuste nominal	INPC	Aumento real
Abril 2002	200,00			
Abril 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Abril 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Abril 2005	300,00	15,36	6,61	8,23
Abril 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Total período	-	155,00	65,93	53,67

Fonte: (DIEESE, 2010, p. 3, *apud*, Luce, 2012, p.4)

Conforme apontado por Luce (2012), a forma mais evidente de superexploração é a

110 Para Neri, a “nova classe média foi o apelido que demos à classe C (...), e chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B (...). Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida”. Marcelo Neri, *A nova classe média*, 2011, p. 18.

contratação do trabalhador por baixo do valor da força de trabalho. Como indica a tabela 6 pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), esses dados mostram que a distribuição de renda divulgada pelo governo na época não foi efetivada em relação ao acompanhamento sobre o aumento dos índices de preço ao consumidor. Durante os dois governos de Lula, o trabalhador obteve pequena melhora em relação aos rendimentos salariais do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso; porém essa melhora não aproximou ao salário pago ao apontado pelo DIEESE. Diz Luce:

Em consequência a essa melhora, o prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho são duas formas de superexploração que têm se agudizado nos últimos anos, no decurso do processo de reestruturação produtiva. A Constituição de 1988 estabilizou a jornada de 8h semanais na aparência, mas a falta de atenção analítica com a questão da intensidade-produtividade não pautou o esgotamento do trabalhador (LUCE, 2012, p.5).

Como foi exposto ao longo do texto, Marini apontou diversas formas de superexplorar a força de trabalho, e uma delas é a exigência de mais-trabalho do operário em sua forma de prolongamento da jornada de trabalho além da jornada normal, que constitui um aumento da extração de mais-valia quando não há acompanhamento salarial. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, limitando a jornada de trabalho em 8 horas na lei, na prática não é o que acontece.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e de Estudos Socioeconômicos, o DIEESE (2009, p.3), “em média, 40% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornadas com mais de 44 horas semanais, superando a determinação legal”. Outro dado segundo o IBGE (PNDA), em média 25,5% dos trabalhadores das regiões metropolitanas cumpriram, entre 2003 e 2009, jornadas de trabalho semanais de 49 horas ou mais.

Conforme a tabela 7:

População ocupada com jornada de trabalho semanal acima da jornada legal de trabalho

Período	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acima de 44h em %	51,2	50,2	49,6	47,5	46,0	45,2	43,2	39,9	38,5
Acima de 48h em %	30,2	29,6	28,9	27,1	26,4	25,8	25,2	22,9	22,0

Fonte: OIT, PNAD (dados de 2008 e 2009).

Em alguns setores como o comércio, esse percentual chega a 60% (DIEESE, 2009, p. 3), em que a jornada de trabalho elevadas acima de 49 horas semanais.

Conforme a tabela 8:

Proporção dos assalariados que trabalharam acima da jornada legal semanal na região metropolitana

de São Paulo – 2003/2005 (em %)

Setor de Atividade	2003	2004	2005
Total	44,0	42,8	40,6
Indústria	43,2	42,4	38,8
Comércio	60,6	59,1	56,6
Serviços	39,4	38,2	36,7

Fonte: (DIEESE, 2006, p. 6, *apud*, Luce, 2012, p. 6)

Não é somente no comércio que o prolongamento da força de trabalho se mostra na forma mais aguda; na indústria o sistema rotativo de bancos de horas¹¹¹ deixa o trabalhador refém das oscilações do mercado. Esse sistema de banco de horas se estabelece principalmente nas grandes empresas automobilística da região do ABC – São Paulo, se generaliza pelas outras plantas, e passa a ser lei com a mudança na CLT.

Converge para essa concepção geral de negociação, entre outras importantes medidas, a já mencionada instalação na Volkswagen do sistema de banco de horas a partir de janeiro de 1996 e sua ampliação para o banco de dias dois anos depois. Tanto o banco de horas como o de dias operam, é verdade, no sentido do aumento da produtividade. A jornada, antes fixa, passa a ser exercida à mercê das necessidades da empresa em face das demandas do mercado, proporcionando ao capital uma utilização bem maior do tempo de trabalho. No entanto, ao contrário de gerar vantagens para os trabalhadores, a jornada flexível, além de desorganizar a parca vida familiar e social da classe, conta ainda com outra face: a redução salarial, já que nos períodos de aumento da produção o grosso das horas ou dias que excedem a jornada regular deixa de ser pago com base no previsto na CLT (em dinheiro e com seus devidos adicionais) (PRAUN, 2006, p. 163).

Outra forma de aumento da jornada de trabalho está na necessidade do trabalhador de ter outro emprego como complemento de renda. Assim, mesmo que não se altere a legislação fabril de 8 horas de jornada, seja no banco de horas ou no segundo emprego simultâneo, ocorre aumento disfarçado e velado do aumento da jornada de trabalho.

A intensidade do trabalho ou aumento do ritmo na linha de produção é outra peculiaridade das economias dependentes. Por se tornar um fenômeno de difícil captação, a intensidade ou ritmo maior na produção se mostra no desgaste físico e emocional do trabalhador. Esse desgaste, a partir de certo patamar, não pode ser compensado mediante

111 O banco de horas no Brasil surge na alteração do art. 59 da CLT, através da Lei 9.601/98. Antes de entrar em vigor a mudança na lei, em 1996, a Volkswagen fez a inserção do banco de horas em suas plantas produtivas em comum acordo com os sindicatos, desregulamentando a legislação trabalhista vigente visando cortar gastos com força de trabalho por meio da intensificação da acumulação capitalista. Sobre a reestruturação produtiva nas indústrias automobilística indicamos o livro organizado por Ricardo Antunes intitulado “*Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*”, publicado em 2006.

aumento salarial, pois o consumo de mais valores de uso não poderá compensar o desgaste intensivo da corporeidade do trabalhador. Diz Marini:

Trata-se, na realidade, de um fenômeno difícil de ser captado a nível de dados globais. [...] Os procedimentos para aumentar a intensidade são basicamente dois: o aumento de instrumentos de trabalho que o operário deve manejar e o da velocidade das máquinas. Um trabalhador de uma indústria têxtil observa, em relação ao primeiro aspecto: 'Antes, um tecedor era responsável pela produção de 20 máquinas, depois passou a 25 e agora cada um tem a responsabilidade de 30 teares' (MARINI, 2000, p. 227).

A constatação desses procedimentos de exigir mais trabalho do trabalhador mediante procedimentos extensivos ou intensivos só é possível através das “pestes de guerra do exército industrial de reserva: os acidentes de trabalho” (Ibid., p. 228).

Como pode ser verificado na tabela CAT (comunicação de acidente de trabalho), o número de acidentes laborais aumentou significativamente nos últimos anos no Brasil. Entre 2002 e 2008, passa de 393.071 a 747.663, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 9
Número total de acidentes de trabalho no Brasil

Período	Típico com CAT	Trajetos com CAT	Doenças Trabalho com CAT	Sem CAT	Total
1997	347.482	37.213	36.648	0	421.343
1998	347.738	36.114	30.489	0	414.341
1999	326.404	37.513	23.903	0	387.820
2000	304.963	39.300	19.605	0	363.868
2001	282.965	38.799	18.487	0	340.251
2002	323.879	46.881	22.311	0	393.071
2003	325.577	49.642	23.858	0	399.077
2004	325.171	60.335	30.194	0	465.700
2005	398.613	67.971	33.096	0	499.680
2006	407.426	74.636	30.170	0	512.232
2007	417.036	79.005	22.374	141.108	659.523
2008	438.536	88.153	18.576	202.395	747.663
Total	4.295.790	655.565	309.711	343.503	5.604.589

Fonte: (BORDIGNON-INSS, 2009, *apud*, LUCE, 2012, p. 9)

A constatação do fenômeno pode ser vista pelo aumento progressivo de acidentes de trabalho constatado pelo órgão governamental (INSS). Engana-se aqueles que veem esse aumento de acidente de trabalho nas indústrias de produtividade baixas ou manuais. As indústrias automobilísticas são as recordistas de afastamento do trabalho por acidente das

grandes empresas.

A indústria automobilística no Brasil ocupa o 1º lugar na produção de automóveis em países dependentes e 4º posição mundial, ficando atrás dos Estados Unidos, China e Japão. Essa posição de líder de produção na América Latina não se deu somente pela reestruturação produtiva sob a inserção da era da informatização (comandos por CLP), se deu também combinando com a superexploração nos moldes da intensidade do trabalho¹¹² (PINTO, 2011, p. 11).

Em 1997, com o capital produtivo de 12.000 trabalhadores, eram produzidos 37 *carros a cada hora* na fábrica da GM de São José dos Campos. Em 2005, empregando 2.000 *trabalhadores a menos*, a mesma fábrica ampliava sua produção para 74 *veículos por hora trabalhada*.” Assim, ocorrendo mudança na produtividade na produção de automóveis, combinou-se com maior intensidade (LUCÉ, 2012, p.9 – grifos nosso).

Outra modalidade do trabalho que combina alta produtividade de trabalho com formas arcaicas de extração de mais-valia é a dos cortadores de cana. Inclusive, o setor sucroalcooleiro foi um dos mais beneficiados pelas políticas públicas durante o governo Lula. A intensidade do trabalho dos cortadores de cana proporcionou situações de degradação laborais assustadoras para os índices de trabalho legal. Segundo estudo¹¹³ com os cortadores manuais em atividade no interior paulista, em dez minutos cada trabalhador corta 400 kg de cana, desfere 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes, resultando em média 11,5 toneladas de cana cortada por trabalhador (LUCÉ, 2012, p. 10). Consequência desse extenuante e desumano trabalho é a expectativa de vida dos trabalhadores nesse setor, que não chega aos 40 anos de idade.

Poderíamos discorrer sobre os diversos trabalhos degradantes que a economia dependente possui, mas o intuito do nosso trabalho é captar o movimento da teoria do valor na economia brasileira e como isso afeta a classe trabalhadora em sua reprodução física e mental. A dinâmica desse movimento está na luta de classes entre trabalhadores e capitalista, que tem no salário a categoria chave para essa compreensão. Diz Marini:

Ao sustentar que a história é a história da luta de classes, Marx não se limitou a descrever a luta de classes: esforçou-se em distinguir os modos de produção que constituem seu fundamento [...]. Construiu um aparato conceitual para explicar a luta

112 Constata Luce: “Mesmo sem dispormos dos indicadores para medir a alteração nos meios de produção e na organização técnica desta unidade fabril, o fato de 6.000 operários da General Motors no Brasil terem passado por afastamento por doenças laborais apenas no ano de 2008 – o que representa 30% da força de trabalho da empresa – já é por si só uma comprovação irrefutável de que a superexploração do trabalho mediante aumento da intensidade do trabalho”. Mathias Luce – *A superexploração da força de trabalho no Brasil*, 2012, p. 9.

113 Os estudos são analisados e citados por Laet (2008).

de classes que se exerce nesse modo de produção; assim, por exemplo, o conceito de valor da força de trabalho é a *chave* para a análise da luta de classes entre operário e capitalistas, no plano econômico, os primeiros lutando por um *salário que respeite seu valor*, os segundos entendendo que a gratidão do operário é um limite em sentido matemático, que nunca pode ser alcançada, embora se possa aproximar dele [...] (MARINI, 2000, p. 184 – grifos nosso).

No texto *As razões do neodesenvolvimentismo*¹¹⁴ (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra), escrito em 1979, Marini aproveitando para responder os *desaventurados*, descreve com mais detalhes a transferência de valores e a relação salarial.

Para ele, o preço expresso pelo salário se destina a cobrir a satisfação das necessidades normais e básicas do trabalhador e de sua família; isto é, satisfação alimentar, moradia, vestuário, higiene e transporte, conforme artigo 76 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). No artigo, Marini coloca dados que parecem atuais:

Segundo o PNAD, em 1972, 43,3% dos empregados são remunerados com um salário mínimo, e 32,3% recebiam de 1 a 2 salários, somando ambos os grupos 75,5% da população recebe o teto de 2 salários. Somando-se a isso, em 1977, o salário mínimo perdeu 36% do seu valor. Esta maneira declinante não se apresenta de maneira constante: à parte os movimentos oscilatórios anuais, o salário mínimo real declinou a uma taxa média anual de 6,8%, no período de 1959-1964, e de 3,6%, no período de 1964-1976: entre 1970-1975 apresentou uma taxa de recuperação média anual de 0,8%, que baixou para 0,6%, entre 1975-1977 (Ibid., p. 217).

Comparando o nível salarial atualizado (2016), vemos a realidade da economia brasileira não muito diferente do que Marini analisou. Segundo o mesmo PNAD¹¹⁵ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2016), 44,7% dos lares brasileiros vivem com menos de um salário mínimo *per capita*, ou seja, mais de 30 milhões de casas vivem nessa situação. Ainda segundo o mesmo levantamento, 32,5% (22,2 milhões) vivem enquadrados nas faixas de rendimento domiciliar de 1 salário mínimo, 19,9% (13,6 milhões) vivem com 2 salários e 9,3% (3,9 milhões) estão entre 2 e 3 salários. Somados os rendimentos familiares que vivem com até 3 salários mínimos (2.811 reais), 61,7% da população vive com salários abaixo do estabelecido para satisfazer suas necessidades básicas, como aponta o DIEESE.

Mas o que estamos chamando de “necessidades básicas”? As necessidades básicas são

114 O artigo surge em resposta ao texto chamado *As desventuras da dialética da dependência*, de 1978, publicado nos cadernos CEBRAP, nele os autores levantam as críticas e apontam erros de Marini. A publicação da resposta não ocorreu nos cadernos por motivos desconhecidos.

115 Os dados consultados são de 2016. A atualização temporária de 2017 pode ser consultada em [//biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf)

pagamento de salário que corresponda ao seu valor, a remuneração que busque atender o mínimo de dignidade do trabalhador e de sua família. Para isso, o DIEESE estabeleceu o salário mínimo necessário como parâmetro, que toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas aquele que deveria expressar a quantia necessária de valores de uso para a força de trabalho se reproduzir em condições normais. E para calcular o salário mínimo necessário, o DIEESE produz o levantamento do preço médio de 13 produtos alimentares¹¹⁶ que constam no decreto-lei nº 399/1938, e considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças, sendo o consumo da criança metade do adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família avaliados pelo Índice do Custo de Vida (ICV). Assim, baseando-se nesse resultado, produz uma série de preços correntes do ano em consideração, colocando o poder de compra do salário mínimo legal em relação à quantidade e aos tipos de valores de uso reconhecidos como necessários para um trabalhador reproduzir sua vida e de sua família. E o salário mínimo necessário para 2017 é de R\$ 3.668,55¹¹⁷.

Comparando com o salário mínimo atual (R\$ 937) com o necessário (R\$ 3.668), observa-se uma discrepância que aponta para a superexploração da força de trabalho, já que essa quantia paga é insuficiente para o trabalhador repor o desgaste da força de trabalho, uma remuneração abaixo do seu valor.

Se analisarmos a criação de empregos dos últimos 15 anos, percebe-se que a mudança ocorreu na base da pirâmide social, ou seja, em média, 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2012, p.19). A expansão ocorreu justamente na base onde se encontra o trabalho superexplorado.

116 O DIEESE calcula o preço médio somente com os produtos alimentares deixando de fora outras mercadorias essenciais para reproduzir a força de trabalho, entre elas: transporte, lazer, entretenimento e o ócio.

117 Para acompanhar mês a mês o salário mínimo necessário, ver em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

Considerações Finais

À guisa de conclusão temporária, expusemos até o momento a estruturação que Marini traz para compreender o movimento da lei do valor nas economias dependentes. Essa estrutura se molda nos diversos mecanismos de transferência de valor e que tem na dinâmica dos preços sua expressão quantitativa dessa transferência. Como mostramos, a burguesia, frente a esses mecanismos de transferências, recorre sistematicamente à *superexploração da força de trabalho* para obter a mais-valia compensatória e buscar a taxa de lucro via superexploração em contraposição à produtividade do trabalho. Agora apontamos de maneira apenas aproximada para os mecanismos de transferência via capital financeiro (capital fictício¹¹⁸) e como essa modalidade transfere lucros das economias dependentes para os centros.

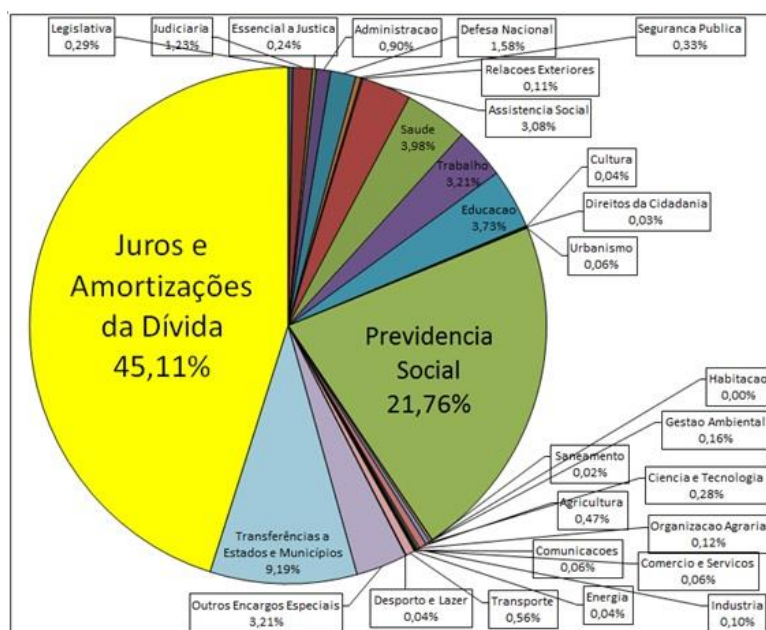
O Plano Real, com o seu tripé macroeconômico (metas de inflação, superavit fiscal primário e câmbio flutuante), é o modelo principal transferidor de recursos via juros, ações e dividendos. Desde a fundamentação desse tripé, percebe-se que o modelo proposto tem levado ao que alguns autores chamam de *processo de desindustrialização*¹¹⁹. O período que marca a inserção do Plano Real, que se inicia em 1994 e permanece até o presente momento, consolida o pacto dependentista entre a burguesia brasileira – com suas frações industrial, agrária, financeira e comercial – com as burguesias centrais. Esse acordo tem como carro-chefe a transferência de recursos via pagamento de juros das dívidas internas e externas, e o ônus desse pagamento recai na massa trabalhadora nas formas de sistema de tributação, cortes em momentos de crise nos setores de atendimento essenciais (cortes no Sistema Único de Saúde, na Educação e nos Programas Sociais), e o encarecimento da vida. A *superexploração da força de trabalho* está diretamente relacionada com o modelo imposto pelo pacto da burguesia contra os trabalhadores assalariados.

O mecanismo de transferência via juros da dívida é a forma mais bem sucedida desenvolvida até o presente momento, já que é de responsabilidade do Estado brasileiro a arrecadação e amortização dessa dívida impagável, socializando os prejuízos na base da pirâmide social. O gráfico do Orçamento Geral da União a seguir ilustra a transferência via

118 O capital fictício é apontado por Marx no livro III d'O Capital, mas sem desenvolvê-lo sistematicamente. Ele mostrou uma tendência própria do sistema de assumir pelo capital fictício na economia uma lógica da apropriação que se sobrepunha à lógica da produção, através da autonomização das formas sociais do capital (juros, ações, títulos de propriedade, etc.).

119 Os autores são: Cano (2012), Filgueiras (2006 e 2010) e Golçalves (2000 e 2007).

juros e amortizações:



Fonte: <http://www.auditoriacidada.org.br/>. Dados computados de 2014.

O gráfico desenvolvido pela ONG Auditoria Cidadã, na coordenação de Maria Lúcia Fatorelli, aponta para o fenômeno da transferência de recursos. Quase metade da riqueza produzida e arrecadado pelo Estado é voltado para pagar os papéis dos juros. Essa estrutura de transferência via sistema financeiro, em momentos de crise do capitalismo, agudiza a superexploração da força de trabalho para centralizar os recursos para esse fim. E como foi apontado na exposição do texto, a burguesia dependente frente à sua incapacidade de evitar essa sangria não busca o desenvolvimento das suas forças produtivas internas, mas transforma o fundo de acumulação do trabalhador em fundo de acumulação do capital, agora também via sistema financeiro para assegurar o pagamento dos juros da dívida. A transferência sobre o trabalhador acontece da seguinte forma: a) através do sistema tributário; b) reforma trabalhista; e c) reforma previdenciária.

A carga tributária bruta elevou-se de 31,9% do PIB em 2003 para 35,1% em 2009, mas do ponto de vista do destino das receitas a gestão dos gastos públicos como um todo e da dívida pública em particular, aliada à manutenção de superávits primários e juros altos, continuou promovendo uma distribuição funcional da renda às avessas, ou seja, concentrando no topo da pirâmide social. No governo Lula (2003-2010), as receitas de impostos foram utilizadas em volume muito maior para o serviço da dívida pública, que remunera os investimentos de grupos

de altas rendas, do que para a provisão de bens públicos: saúde, educação e investimentos (Cf. FILGUEIRAS, 2010, p. 62).

Além disso, em recente estudo publicado pelo Ipea, observa-se que a arrecadação fiscal continua aumentando mais claramente entre os mais pobres, ou seja, quem está na base da estrutura de renda (até 3 salários mínimos) paga mais imposto proporcionalmente, que os do topo da pirâmide de renda (mais de 30 salários mínimos). Não se observa mudança estrutural nem na forma de arrecadação tributária (regressividade nos impostos), nem na forma de gastos públicos (privilegiando os gastos com juros), não permitindo avançar na melhoria da distribuição funcional da renda (Cf. POCHMANN, 2012, p.20).

O processo de encarecimento das grandes cidade tem sido um dos fenômenos causadores do aumento do custo de vida. A carga tributária sobre o consumo e serviços da classe trabalhadora se acentuaram nos últimos anos no Brasil, consumindo parte significativa da renda familiar. Conforme apontamos na exposição do terceiro capítulo, o preço da força de trabalho nas economias dependentes não consegue acompanhar o valor devido a própria estrutura dependente, que força os salários para baixo perdendo poder de compra em relação as outras mercadorias. Em momentos de crise sistêmica (2008) do capitalismo, esse comportamento agudiza as contradições da luta de classes, que penderá no prato da balança conforme a organização dos trabalhadores tenta impedir a corrosão do salário.

Exemplo desse processo de encarecimento do custo de vida nas cidades foi o que motivou as “Manifestações de Junho de 2013”, momento que ficou conhecido de Jornadas de Junho. O fator do desencadear das manifestações nas duas principais cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) foi o aumento da passagem do transporte público. A manifestação não se restringiu à essas cidades, logo se espalhando por mais de 350 municípios, passando a contagiar a massa de forma espontânea. Com o lema *Não é só pelos 0,20 centavos*, o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e a juventude desiludida com a política conciliatória, consegue barrar o aumento da tarifa¹²⁰.

120 Faço menção aqui somente a primeira fase das Manifestações de Junho. Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada. Motivada inicialmente pela classe média pauperizada, nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho, com pauta única: a redução do preço das passagens do transporte público municipal e estadual. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas, ao final a polícia entrava em ação prendendo e atirando até em repórter da grande mídia. Na terceira convocação do Movimento pelo Passe Livre, para terça (11), outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, havendo batalha campal com o aparato policial, tentando impedir a passagem até a avenida Paulista. Na quinta-feira (13), o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciava o endurecimento para barrar as mais de 20 mil pessoas que marcharam do centro até a avenida da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista. O uso truculento da Polícia Militar atraiu a atenção e simpatia do grande público, iniciando

Outro exemplo do processo de encarecimento das grandes cidades é o custo de moradia. As políticas públicas direcionadas para a revitalização e manutenção urbana tem sido usadas como mecanismo de alavanca para a valorização do capital pela especulação imobiliária. O projeto *Minha casa, minha vida*, de construção de casas populares do governo federal, deixado sob a responsabilidade das grandes construtoras capitalistas, contribuiu para expandir o mercado imobiliário das principais cidades, inflacionando e encarecendo os aluguéis, chegando a triplicar o valor dos lotes nos bairros populares¹²¹.

O aumento do custo de vida coloca em movimento o mecanismo de transferência de valor, agindo e transformando o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, favorecendo a valorização do capital. Essa transferência de valor se expressa nos preços na forma de aumento generalizado do custo de vida, seja ele no aumento do preço das passagens de transporte ou incidindo nos aluguéis. Combinados com o congelamento do salário mínimo, os trabalhadores ficam à mercê dessa transferência de valor via carga tributária dos consumos populares. O sistema tributário é usado para direcionar recursos alimentando o mecanismo da dívida pública, socializando os prejuízos para manter a grande burguesia rentista – capital financeiro – com altos lucros.

Outro ponto que gostaríamos de apontar como mecanismo de transferência de valor é a reforma nas leis trabalhistas (flexibilização do trabalho). Sua proposta tem como consequência a ampliação da superexploração da força de trabalho, através da redução do tempo de estabilidade de trabalho que a mudança propõe. Uma das pautas da reforma é a terceirização tanto dos fins como dos meios no processo produtivo. O projeto PL 4330/04¹²² libera tanto a terceirização completa como retira o poder de negociação coletiva dos sindicatos, podendo o empregador deliberar diretamente com o trabalhador (conhecido como “negociado sobre o legislado”).

Na terceirização cria-se um sistema de rotatividade dos postos de trabalho mais

a segunda fase da etapa do movimento, com manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho. Outras frações entram espontaneamente em cena, colocando pautas com demandas vagas (“corrupção”, “escola padrão Fifa”, etc.).

121 O fenômeno conhecido por *gentrificação*, que vem da expressão inglesa *gentry* – pessoas ligadas à nobreza –, refere-se a supervalorização dos bairros antigos das cidades pelos interesses privados, relacionado com a especulação imobiliária. <http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/>, acessado em 15/11/2017.

122 O projeto está na sua fase final de apreciação pelo Plenário dos Deputados e seguirá para aprovação de Michael Temer (PMDB). Ver em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>, acessado em 20/10/2017. Enquanto redigia o texto final da pesquisa, a reforma trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017.

dinâmica. Em consequência dessa rotatividade a classe trabalhadora fica refém desses contratos temporários, que de tempos em tempo joga-o nas fileiras do exército industrial de reserva. Cabe lembrar que a reforma trabalhista iniciou 1998 no governo do interdependentista Fernando Henrique Cardoso (PSDB), primeiramente no sistema público com a reforma administrativa, permitindo a criação de mecanismos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos, flexibilizando também as relações trabalhistas no setor público.

A rearticulação do pacto entre o governo e a fração industrial da burguesia começa a se solidificar. Primeiro com os cortes orçamentários para reter parte dos recursos e canalizá-los para outros gastos, como foram as desonerações sobre os produtos industriais. Segundo, e o principal deles, é a reforma trabalhista que unifica toda a burguesia em favor do barateamento da mão de obra, configurando uma cruzada para barrar a queda da taxa de lucro. O pacto se completará com a reforma da Previdência Social, deixando livre o caminho para a fração rentista da burguesia.

Outra característica que o nosso trabalho aponta como mecanismo de transferência de valor, dessa vez para o setor financeiro, é a reforma da Previdência. Como já vem ocorrendo desde a criação do Plano Real, houveram duas reformas da Previdência Social – a primeira no governo FHC e a segunda no governo Lula – que redefiniram as regras de aposentadoria, reduzindo benefícios e direitos em nome do equilíbrio fiscal, abrindo espaço para a atuação dos fundos de pensão privados. A reforma atual apresentada pelo governo de Michel Temer (Proposta de Emenda Constitucional 287/16) altera a idade de contribuição, dificultando o acesso aos benefícios e reduz os valores a serem recebidos.

Para o governo, a reforma da Previdência Social é necessária devido ao rombo causados aos cofres públicos, com um déficit de R\$ 133 bilhões em 2016 e atingindo R\$ 168 bilhões em 2017. Porém, esses números são contestados em diversos trabalhos com a temática¹²³, que alegam haver uma farsa contábil que transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário. Segundo pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Denise Gentil, a Previdência Social atingiu a cifra de R\$ 1,2 bilhões de superávit (Cf. GENTIL,

123 Em sua pesquisa, Gentil afirma que a Seguridade Social – que abrange a Saúde, Assistência Social e a Previdência – sempre obteve um superávit. O déficit aparece se separar a arrecadação dos contribuintes na folha de pagamentos e o pagamento com aposentadoria, porém, os recursos da Previdência está embutido nos produtos consumidos e não somente na contribuição. A tese de Gentil pode ser lida em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf, acessado em 12/10/2017.

2003, p. 30)¹²⁴.

A Previdência Social é uma conquista da classe trabalhadora que está sendo transformada de *fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital*, assim como a reforma trabalhista, essas medidas vem na forma contra-arrestante da burguesia dependente frente à queda tendencial da taxa de lucro pós crise de 2008. O desenvolvimento desigual e combinado da economia dependente brasileira crescerá deprimindo os salários e realinhando os recursos nacionais para favorecer o capital externo.

A mudança desse modelo não virá pela reforma institucional vindo do alto ou pelo projeto de colaboração de classe dos partidos social-democratas, ela virá pelas mãos da classe trabalhadora através da revolução socialista. Nesse marco, a transformação não poderá ser apenas política, ela deverá necessariamente ser uma transformação social. Como Marini apontou:

Tudo reside em conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, isto é, que aumente a capacidade de emprego e de produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo (MARINI, 2000, p. 102).

Procuramos salientar nessa breve exposição sobre a categoria *superexploração da força de trabalho* a compreensão do movimento da lei do valor em uma economia dependente como a brasileira, que possui nos diversos mecanismos de transferência a violação entre valor e preço, expressando-se no salário uma reprodução atrofiada da força de trabalho. A importância do resgate histórico dessa categoria é para clarear o movimento que o modo de produção capitalista realiza nas economias latino-americanas, colocando a necessidade da mudança estrutural: rompimento com o imperialismo e transformação social para promover o desenvolvimento da capacidade humana criativa e a emancipação da classe trabalhadora.

De acordo com nossa hipótese, defendemos que o desenvolvimento social ocorrido no

124 Um bom exemplo da transformação do fundo de acumulação do trabalhador em fundo de acumulação capitalista na economia dependente é a questão da Previdência Social. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/2015, de autoria da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), que entrou em vigor no governo de Michel Temer (PMDB), prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023 e amplia de 20% para 30% o percentual a ser desvinculado da Seguridade Social (Previdência, SUS, Assistência Social). Ver em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/491966-PROPOSTA-RENOVA-DRU-ATE-2023-E-AMPLIA-DESVINCULACAO-PARA-30-DA-RECEITA.html>, acessado 17/12/2017.

Brasil durante os governos social-democratas não foi capaz de romper com a lógica da *superexploração da força de trabalho*. Essa incapacidade ocorreu devido à constatação de que a economia brasileira continua assentada nas bases: a) do modelo de estabilização monetária – implementada pelo Plano Real desde 1994 – que tem como premissa: o superavit primário, taxa Selic (taxa de juros) próxima de 14% considerada a mais alta do mundo, câmbio flutuante e meta fiscal; b) da transferência de tecnologia obsoleta dos centros para as economias dependentes que retiram empregos; c) da produção e inserção na divisão internacional do trabalho como fornecedora de produtos primários com baixo valor agregado, incidindo nos preços negativamente em momentos de crise; e d) da criação de excedente pautado na *superexploração da força de trabalho* que nega ao trabalhador a reposição da sua própria força física. Assim, fica vedada o desenvolvimento com equidade social.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Marisa., *A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes*, Revista Katálizes, v. 12, nº 2, Florianópolis, 2009.

_____, *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*, (tese de doutoramento). Universidade de São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Eliseu. S., *Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx*. Revista Economia-Ensaio, volume 30, nº2. Uberlândia: jan./jun., 2016.

BAGÚ, Sérgio., *Economía de la sociedad colonial, ensayo de historia comparada de América Latina*, Bueno Aires, Librería y Editorial El Ateneo, 1992.

BAMBIRRA, Vânia, *Teoría de la Dependencia: Una anticrítica*. Edições Popular Era, México, 1978.

_____, *O capitalismo dependente latino-americano*, editora Insular: Florianópolis, 2013.

_____, *Diez años de la insurreccion em America Latina*, ediciones Prensa Latinoamericana. Santiago de Chile, 1971.

_____, *La revolucion cubana, una reinterpretacion*, 1º ed., Editorial Prensa Latinoamericana, Santiago de Chile, 1973.

_____, *Los errores de la teoria del foco*, 2º ed., Monthly Review: selecciones em casteliano, nº 45, 1967.

BOTTOMORE, Tom, *Dicionário do pensamento marxista*, trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUKHARIN, Nicolai., *O imperialismo e a economia mundial*, 2ºed., trad. Aurélia S. Leite, ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.

CANO, Wilson. *A desindustrialização do Brasil*, rev. Economia e Sociedade, v. 21, p. 831-851. Campinas, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, M. D., *(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*. In: Desenvolvimento e Dependência – cátedra Ruy Mauro Marini, org. Niemeyer Almeida Filho – Brasília: Ipea, 2013.

_____, *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*, Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro:UFF, 1996.

CARDOSO, Carlos. F. *Severo Martinez Peláez y el carácter Del régimen colonial*. In: Assadourian, Carlos, et alli, *Modos de Producción em América Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente: Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

CARDOSO, Fernando H., *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo:Cebrap, 1980.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Estudos Brasileiros, 3), 1974.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Difel), 1962.

_____. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7ªed., Editora LTC, Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. Tese de livre docência (USP).

_____. *O modelo político brasileiro*, in *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973.

COGGIOLA, Osvaldo., *Florestan Fernandes e o socialismo*, Ed. Xamã, São Paulo, 1995.

CHASIN, José, *Estatuto Ontológico e Resolução metodológica*, 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____, *Método dialético* (mimeo), aula ministrada no curso de pós-graduação na Universidade Federal de Alagoas, 1988. (<https://docgo.org/metodo-dialetico-jose-chasin>)

CHILCOTE, Ronald. H., *Trotsky e a Teoria Latino-americana do Desenvolvimento*, Crítica Marxista nº34, 2012.

_____, *Influências Trotskistas Sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina*, Revista de Ciências Sociais, v.40, nº1, 2009.

DAMIER, Felipe. A., *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1965): Autonomização Relativa*

do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário, Tese doutoramento, UFF, 2012.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução?*, Editora Centro Editorial Latino Americano. Santiago de Chile, 1967.

DEL ROIO, Marco, *Breves notas sobre a teoria do imperialismo (1902-1916)*, Novos Rumos, nº47, Ano 22, 2007.

_____, *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935*, Unicamp (dissertação de mestrado), Campinas, 1988.

DEUTSCHER, Isaac., *Trotsky – o profeta armado (1879-1921)*, trad. Valtensir Dutra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DIEESE. Mercado de trabalho brasileiro: evolução recente e desafios. 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.

_____, Política de valorização do salário mínimo. Nota Técnica, n.86, janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.

_____, As razões para a jornada de trabalho ser de 40h. Nota Técnica n.85, setembro de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.

_____, DIEESE, 2009. Boletim Trabalho no Comércio, Ano 2, n.4, agosto de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.

_____, DIEESE. Nota Técnica n.85, 2009; Nota Técnica n.37, 2006. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo e fascismo: el nuevo carácter de dependencia e el dilemmalatinamericano*. Buenos Aires: Periferia, 1973.

_____, *The Structure of Dependence*. American Economic Review, v.60, p.231-236, May 1970.

_____, *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Obras Escolhidas, v.1. Florianópolis:Insular, 2015.

DREIFUSS, René, A., *1964: a Conquista do Estado*, 2º ed., editora Vozes, São Paulo, 1981.

ENGELS, Friedrich., *Anti-Duhring*, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

FILGUEIRAS, Luiz. *A história do plano real: fundamentos, impactos e contradições*. 3a.

edição. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____ e GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FERNANDES, Florestan., *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

_____, *Florestan Fernandes, a pessoa e o político*. Nova Escrita Ensaio, v.4, p.9-39, dez. 1981.

_____, *Lula e a transformação do Brasil contemporâneo*, Revista Praxis nº2, setembro de 1994.

_____, *Capitalismo dependente e imperialismo*, in _____ Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FRANK, André. G. *On the mechanisms of imperialism: the case of Brazil*. Monthly Review. New York, vol. 16, nº 5, p. 284-297, set. 1964.

_____. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. 2 ed. New York: Monthly Review Press, 1969.

_____. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *A agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*, Revista Brasiliense, Jan/fev. 1964.

GENTIL, Denise L., *A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira – análise financeira do período 1990-2005*, tese de doutoramento, UFRJ, 2006.

GUIMARAES, Alberto P., *Quatro séculos de latifúndio*, 3º ed. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1968.

GRESPLAN, Jorge., *As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O capital*, revista Crítica Marxista, nº 33, ed. Unicamp: Campinas, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional. Fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GORENDER, Jacó., *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.

HETTNE, B. e BLOMSTROM, M., *Development Theory in Transition, The Dependency Debate & Beyond*; Third World Responses, Zed Books, Londres, 1984. Edição em espanhol por Siglo XXI, 1990.

IBGE. PNAD. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSS. Anuário Estatístico sobre Acidentes de Trabalho. 2009. Disponível <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____, O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LAAT, E. F. *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais*. Comunicação apresentada no seminário “Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana”. Campinas, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, 24 e 25 de abril de 2008.

LENIN, Vladimir. I., *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, 2º ed. São Paulo, Ed. Global, 1982.

LOWY, Michael., *A Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado – A Teoria da Revolução Permanente*, ed. José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2015.

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB. São Paulo: Xamã, 2010a.

_____, *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, 2010b.

_____, Jaguaribe em construção: uma leitura da política brasileira em dois tempos. *Revista Insight Inteligência*, n.75, Rio de Janeiro, Especial: o Brasil superior de Hélio Jaguaribe, 2º.sem.2016.

LUKÁCS, Georg., *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

LUCE, Matias. *Superexploração da força de trabalho no Brasil*, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 32, p. 119-141, junho-2012.

_____, *Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?* Rev. Trabalho, Educação e Saúde, v. 11, nº 1, p. 169-190. Rio de Janeiro, 2013.

_____, *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo*

dependente e a questão do padrão de reprodução do capital, tese de doutoramento, UFRGS, 2011.

LUXEMBURG, Rosa., *A acumulação do capital – estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo*, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

MANDEL, Ernest., *El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI, 1985.

_____, *O capitalismo tardio*, 1ªed., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____, *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O capital*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MANTEGA, Guido., *A Economia Política Brasileira*, Ed. Polis, São Paulo, 1984.

MARINI, Ruy. M., *As razões do neodesenvolvimentismo*. In: *Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*; org. Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____, *Dialética da Dependência*, org. Roberta Traspadini, João P. Stedile. 2º ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos. México D.F., Ediciones Era, n. 12, 1977b

_____, *El ciclo del capital en la economía dependiente*. In: OSWALD, Úrsula (org.). *Mercado y dependencia*. México D.F., Nueva Imagen, 1979a, p. 37-55.

_____, *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*. Cuadernos Políticos, México D.F., Ediciones Era, n. 20, 1979b.

_____, *Memória: por Ruy Mauro Marini*, In: Traspadini, Roberta e Stedile, João. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MEHING, Franz, *Karl Marx – a história de sua vida.*, 2ªed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2017.

MARTINS, Carlos. E., *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl., *O capital: crítica da economia política*, livro I: o processo de produção do capital; trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, *O capital: crítica da economia política*, livro II: o processo de circulação do capital; edição Friedrich Engels; trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____, *O capital: crítica da economia política*, livro III: o processo global da produção capitalista; edição Friedrich Engels; trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____, *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital), vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

_____, *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital), vol. II. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____, *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O capital), vol. III. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____, *Salário, preço e lucro*. In: Trabalho assalariado e capital e Salário, preço e lucro. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____, *Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*, trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, *A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. R. Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martonano – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____, *Contribuição à crítica da economia política*, 2º ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____, *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, trad. Nélio Schneider, 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____, *A questão judaica*, trad. José Barata Moura, 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, Aantônio. C., *Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*. 3º ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

MILLÁN, Mária. *Sérgio Bagú: los caminos de la historiografía crítica latinoamericana*, revista Estudios Latinoamericanos, nº 1. Nueva Epoca, enero-junio, 1994.

NERI, Marcelo. *A nova classe média*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAIS, Fernando., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 5º ed. Editora

Vozes, Rio de Janeiro, 1987.

OSORIO, Jaime., *Dependência e superexploração*. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____, *Crítica de la Economía vulgar: reproducción del capital y dependência*, Ed. da Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ), México, 2004.

OURIQUES, Nildo., *Por uma teoria marxista da dependência*, in *Dependência e Marxismo – contribuições ao debate crítico latino-americano*, Rafael Seabra (org.). 3º ed., Florianópolis: Insular, 2017.

PAULANI, Leda., *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, no 66, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. *Por que os ricos não fazem greve?* Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, volume 3. Rio de Janeiro: ISEB, 1962.

PRADO JR., Caio., *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994a

_____, *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994b.

_____, *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

_____, *A Revolução Brasileira., 7º ed.*, Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

PRAUN, Luci. *A reestruturação negociada na Volkswagen São Bernardo do Campo*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTO, João Augusto. *A máquina automotiva e suas partes*. São Paulo: Boitempo, 2011.

POCHMANN, Márcio, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMOS, Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Florianópolis: Insular/IELA-UFSC, Coleção Pátria Grande, 2016.

RODRIGUEZ, Octávio, *La Teoría del Subdesarrollo de la CEPAL*, 8º ed., Ed. Siglo XXI, México, 1993.

_____, *El estructuralismo latinoamericano*, 2º ed. Ed. CEPAL: Siglo XXI, 2006.

- SODRÉ, N. W., *Formação Histórica do Brasil*, ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.
- SAMPAIO JR., Plínio, *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*, revista Serviço Social & Sociedade, nº 112, São Paulo: 2012.
- _____, *A Coluna Prestes; análises e depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978
- _____, *História da burguesia brasileira*, 3º ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976
- _____, *Introdução à revolução brasileira*, 3ºed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- SIMONSEN, Roberto, *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, 5ºed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.
- _____, “Discurso de Outubro de 1943”. In *Evolução Industrial do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 1973.
- SÓFOCLES, *Épido Rei*, 1º ed., Abril Cultural: São Paulo, 1976.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 7º ed. Alfa e Ômega, 1995.
- TAVARES, Maria C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, 6ºed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- TEIXEIRA, Rodrigo A., *O capital como sujeito e o “sentido da colonização”*, anais ANPEC, 2005.
- TRASPADINI, R. e Stedile, J., *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TRASPADINI, Roberta, *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*, 2ºed., Outras Expressões, 2014.
- TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. Tomo I e II, ed. José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2007.
- _____, *A Revolução Permanente*. Trad. Hermínio Sacchetta, 1ºed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____, *Balanco e perspectivas*. Tradução: Grupo Livre de Estudos Marxistas Revolucionários.

Arquivo Marxista na Internet, 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>, acessado em 06/02/2017.

Bibliografia consultada:

BRANDÃO, Otávio, *Combates e batalhas*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978.

_____, *Agrarismo e industrialismo*, Bueno Aires: s/ed, 1926

CHASIN, J., *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CUNHA, P., CABRAL, F., (orgs), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2ªed., Ed. Unesp, 2011.

DEO ROIO, Marco, *Astrojildo Pereira, vida e obra*, revista Espaço Acadêmico, nº 41, outubro de 2004. Acessado em 19/11/2016.

DEUTSCHER, I., *Trotsky – O Profeta Armado (1879-1921)*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

DRUMMOND, Carlos A., *Rosa do Povo*, ed. Record, 2006

KINOSHITA, Dina L., *Mario Schenberg: cientista e político*, 2015

LASSALLE, F., *Rech Pered Sudom Prisyarnikh*, S. Petersburgo, 1905.

LENIN, V. I., *Relatórios Sobre a Revolução de 1905*. Conferência pronunciada em 22 de janeiro de 1917, em Zurique, Suíça. Ver em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm#topp>

MAGALHÃES, Mário, *Mariguela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, 1ªed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Marini, R. M., *Las perspectivas de la teoría de la dependencia em la década de los noventa*. Entrevista concedida a Adrán Sotelo Valencia. Revista Estudios Latinoamericano, nº9. México. 1990

MEHRING, F., *Karl Marx – A História de Sua Vida*, Ed. José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

MILLÁN, Márgara, *La teoría social latinoamericana*, tomo I, Edições El Caballito, México,

1994.

OURIQUES, Nildo Domingos, *La Teoria Marxista de la Dependencia*, (tese de doutoramento), UNAM, 1995.

SANTANA, Marco A., *Homens partidos*, 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEABRA, R. L., *O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois*. Revista Sociedade e Estado, v. 28, nº2, maio/agosto de 2013. Ver em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a13.pdf>

SENA JÚNIOR, Carlos Z., *Frente Única, frente popular e frente nacional*, CEMARX, 5º Colóquio, 2007.

TEIXEIRA, R., A., *O capital como sujeito e o “sentido da colonização”*. Anais ANPEC, 2005. Ver em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>,

Documentos:

Cf. III Internacional Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 3.o Congresso. São Paulo: Brasil Debates, 1989, v. 3, p. 53.